



**PRAGMÁTICA**  

---

**UMA INTRODUÇÃO**

ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES

Neste livro apresentam-se os fundamentos e os conceitos teóricos e operatórios centrais da Pragmática Linguística, nas seguintes subáreas de investigação: Deixis, Implicaturas, Pressuposições, Atos de Fala e Cortesia Verbal. O livro contempla ainda uma reflexão sobre as interfaces entre Pragmática e Cognição, por um lado, e Pragmática e Linguística do Texto, por outro. O foco é o Português europeu contemporâneo, nas secções mais descritivas integradas em diferentes capítulos. Com uma linguagem acessível mas rigorosa, o livro tem uma vertente pedagógica assumida, pelo que, no final de cada capítulo, há sempre sugestões de atividades.

# **PRAGMÁTICA**

---

## **UMA INTRODUÇÃO**

**EDIÇÃO**

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Email: imprensa@uc.pt  
URL: [http://www.uc.pt/imprensa\\_uc](http://www.uc.pt/imprensa_uc)  
Vendas online: <http://livrariadaimprensa.uc.pt>

**COORDENAÇÃO EDITORIAL**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**CONCEÇÃO GRÁFICA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**IMAGEM DA CAPA**

magnifying glass by geralt  
via Pixabay

**INFOGRAFIA**

Imprensa da Universidade de Coimbra

**INFOGRAFIA DA CAPA**

Mickael Silva

**EXECUÇÃO GRÁFICA**

Impressões Improváveis, Lda.

**ISBN**

978-989-26-1603-2

**ISBN DIGITAL**

978-989-26-1604-9

**DOI**

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1604-9>

**DEPÓSITO LEGAL**

442547/18

© JUNHO 2018, IMPRENSA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

LOPES, Ana Cristina Macário, 1956-  
Pragmática : uma introdução  
ISBN 978-989-26-1603-2 (ed. impressa)  
ISBN 978-989-26-1604-9 (ed. eletrónica)  
CDU 159.9

# **PRAGMÁTICA**

---

## **UMA INTRODUÇÃO**

**ANA CRISTINA MACÁRIO LOPES**

(Página deixada propositadamente em branco)

Para as minhas netas, Sofia e Teresa,  
com muito carinho

(Página deixada propositadamente em branco)

# Índice

<b>Siglas e Abreviaturas .....</b>	<b>9</b>
<b>Preâmbulo.....</b>	<b>11</b>
<b>Capítulo 1 – O que é a Pragmática? .....</b>	<b>13</b>
1.1. Breve panorâmica histórica .....	13
1.2. Pragmática: um campo unificado? .....	16
1.3. Conceitos básicos .....	19
1.4. Organização do livro.....	25
Exercícios .....	27
<b>Capítulo 2 – A Dêixis .....</b>	<b>29</b>
Introdução.....	29
2.1. O que é a dêixis?.....	29
2.2. A dêixis no português europeu contemporâneo .....	32
2.2.1. Dêixis pessoal.....	32
2.2.2. Dêixis temporal .....	45
2.2.3. Dêixis espacial.....	53
2.2.4. Dêixis social.....	60
2.2.5. Dêixis de modo.....	69
2.2.6. Dêixis apresentativa .....	71
2.2.7. Dêixis discursiva .....	73
2.2.8. Dêixis emocional.....	74
2.3. Sumário .....	76
Exercícios .....	77
<b>Capítulo 3 – Implicaturas .....</b>	<b>85</b>
Introdução.....	85
3.1. A teoria de Grice .....	85
3.1.1. Propriedades das implicaturas conversacionais.....	95
3.1.2. Implicaturas conversacionais generalizadas vs. implicaturas particulares.....	97
3.1.3. Implicaturas conversacionais vs. implicaturas convencionais .....	97
3.2. Teorias neo-griceanas .....	100
3.2.1. Horn .....	101
3.2.2. Levinson .....	105
3.3. Sumário .....	111
Exercícios .....	113
<b>Capítulo 4. Pressuposição.....</b>	<b>119</b>
Introdução.....	119
4.1. Pressuposição, negação e implicação lógica.....	119
4.2. Desencadeadores de pressuposição .....	123
4.3. A questão do cancelamento de pressuposições .....	127
4.4. Abordagem pragmática da pressuposição .....	129
4.5. Sumário .....	134
Exercícios .....	135

<b>Capítulo 5. Atos de fala</b> .....	<b>139</b>
Introdução.....	139
5.1. A reflexão de Austin.....	139
5.2. A teoria dos atos de fala de Searle.....	144
5.3. Limitações da teoria clássica dos atos de fala.....	150
5.4. Extensões da teoria clássica dos atos de fala.....	155
5.5. Atos ilocutórios em português.....	159
5.5.1. Asserções.....	159
5.5.1.1. Asserções, tópico e foco.....	163
5.5.1.2. Asserções: atenuação e reforço.....	165
5.5.1.3. Asserções indiretas.....	168
5.5.2. Atos diretivos.....	170
5.5.3. Atos expressivos.....	181
5.5.4. Atos compromissivos.....	188
5.5.5. Declarações.....	189
Sumário.....	190
Exercícios.....	191
<b>Capítulo 6. Cortesia verbal</b> .....	<b>199</b>
Introdução.....	199
6.1. O que é a cortesia?.....	199
6.2. Estratégias de cortesia.....	200
6.3. Sumário.....	213
<b>Capítulo 7. Pragmática e cognição: a Teoria da Relevância</b> .....	<b>219</b>
Introdução.....	219
7.1. A Teoria da Relevância.....	219
7.1.1. O modelo inferencial da comunicação.....	219
7.1.2. O conceito de Relevância.....	221
7.1.3. Explicaturas.....	224
7.1.4. Implicaturas.....	227
7.1.5. Significado conceptual e significado procedimental.....	229
7.2. Teoria da Relevância e Neo-Griceanos.....	231
7.3. Sumário.....	233
Exercícios.....	234
<b>Capítulo 8. Pragmática e Linguística do Texto</b> .....	<b>237</b>
8.1. O que é um texto?.....	237
8.1.1. Coesão textual.....	239
8.1.2. Coerência textual.....	245
8.2. Sumário.....	252
Exercícios.....	253
<b>9. Considerações finais</b> .....	<b>255</b>
<b>Referências bibliográficas</b> .....	<b>261</b>

## SIGLAS E ABREVIATURAS

- CRPC Corpus de Referência do Português Contemporâneo. <http://www.clul.ul.pt>
- CORDIAL-SIN Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe. <http://www.clul.ul.pt>
- CETEMP CetemPúblico. <http://www.linguateca.pt/cetempublico>
- CdP Davies, M. & Ferreira, M. (2006). Corpus do Português.  
<http://www.corpusdoportugues.org>
- PEC Português Europeu Contemporâneo
- PB Português do Brasil
- SUJ Sujeito
- CD Complemento Direto
- CI Complemento Indireto
- COBL Complemento Oblíquo
- Masc. Masculino
- Fem. Feminino

(Página deixada propositadamente em branco)

## PREÂMBULO

“Language bridges the mental and the social, the psychological and the historical, the ideational and the behavioural.” (Levinson & Evans, 2010:2746)

Este livro propõe-se apresentar, de forma clara, precisa e deliberadamente focada no português europeu contemporâneo, os tópicos centrais da investigação desenvolvida no âmbito da Pragmática Linguística nas últimas décadas. Embora haja alguns trabalhos de síntese publicados em Portugal, nomeadamente Gouveia (1996) e Lima (2007), para além das propostas teóricas seminais de Fonseca (1994 a, 1994 b), julgo que se justifica a obra que agora se apresenta, por duas ordens de razões: por um lado, houve entretanto desenvolvimentos relevantes na área, em termos de investigação teórica e descritiva; por outro, há uma dimensão pedagógica que aqui se pretende atingir, não contemplada nos trabalhos mencionados.

Quando em 2004 me apresentei a provas para a obtenção do grau de agregada, apresentei um relatório sobre a disciplina de Pragmática Linguística, que visava justificar epistemologicamente a criação de uma nova unidade curricular, explicitar com rigor os seus objetivos específicos, clarificar as opções programáticas e elencar os conteúdos de cada módulo previsto. Na altura, a disciplina não era oferecida pela área da Linguística da Faculdade de Letras de Coimbra, e a vontade de preencher tal lacuna levou-me a meter mãos à obra, convencida de que a breve trecho se poderia vir a oferecer aos alunos, mesmo que a título opcional, uma unidade curricular que considerava e considero indispensável à formação científica de base de um aluno de 1º ciclo da área das Línguas e Literaturas, bem como um manual de apoio cuja arquitetura global seria a do programa. Tal projeto não veio a concretizar-se, devido a múltiplos fatores ligados ao ritmo crescente de afazeres de uma vida universitária pautada por questionáveis critérios competitivos de ‘produtividade’. De qualquer forma, a vontade de concretizar esse projeto permaneceu, e, finalmente, consegui reunir condições para o fazer, graças a um período de licença sabática.

O livro destina-se essencialmente a estudantes universitários de cursos que envolvem a área da Linguística, ao nível da licenciatura e da pós-graduação, e que estão pela primeira vez a contactar com os tópicos que constituem o cerne da inves-

tigação em Pragmática. O público-alvo condiciona desde logo a estrutura, o registo selecionado e a metodologia expositiva. Há, pois, na génese deste projeto, um horizonte de expectativas: conciliar, de forma tão harmoniosa quanto possível, a exigência e o rigor teóricos e a clareza da exposição. Por outras palavras, ser simples sem ser simplista, um desafio que está longe de ser um caminho sem escolhos.

Espero que o resultado aqui consubstanciado possa vir a ser útil para os seus destinatários preferenciais, despertando-lhes a curiosidade intelectual e a vontade de investigar numa área fascinante, que interage produtivamente com a semântica e a sintaxe, se articula interdisciplinarmente com a Sociolinguística e a Psicolinguística e dialoga com outros domínios do saber, nomeadamente a Filosofia da Linguagem, a Psicologia Cognitiva, a Antropologia Cultural e as Ciências da Computação. Espero ainda que a experiência acumulada ao longo da minha vida profissional e alguma maturidade que, quero crer, o tempo ajuda a construir se tenham refletido positivamente no ambicioso objetivo de facultar uma panorâmica do ‘estado da arte’ sem descurar a vertente pedagógica.

Para além do público-alvo referido, julgo que este livro poderá vir também a ser útil a todos os professores de português como língua materna e como língua não materna apostados na formação contínua ao longo da vida. E isto porque a aula de português, sendo um espaço de práticas de língua e de reflexão sobre a língua, na oralidade e na escrita, será tanto mais consistente quanto mais sólida for a formação dos professores na área da Pragmática, área essa que de alguma forma foi legitimada ao ser contemplada no documento regulador vigente que é o Dicionário Terminológico para os ensinos básico e secundário.

O livro que aqui se apresenta é uma aproximação possível à área da Pragmática, que reflete, como não poderia deixar de ser, o meu caminho pessoal de investigação e de ponderação crítica.

Resta-me agradecer vivamente às colegas e amigas Cristina Martins e Conceição Carapinha que, generosa e solidariamente, se disponibilizaram para ler de forma atenta e crítica o que escrevi: a versão final deste livro é substancialmente tributária das observações que me fizeram chegar. A colaboração que tive o privilégio de receber veio reforçar a convicção profunda que me tem acompanhado ao longo da vida: o trabalho em equipa é sempre mais gratificante, permite conjugar saberes e criatividade, reduz o individualismo e permite enfrentar com outro ânimo o padrão algo triturador que atualmente impera no sistema de produção e gestão da ciência.

## CAPÍTULO 1 – O QUE É A PRAGMÁTICA?

Neste capítulo, apresenta-se, num primeiro momento, uma breve panorâmica histórica sobre a génese da Pragmática Linguística; seguidamente, discute-se se, hoje em dia, a Pragmática pode ser ou não perspectivada como um campo unificado de saber; por fim, clarificam-se alguns conceitos básicos cujo conhecimento será indispensável à leitura deste livro.

### 1.1. Breve panorâmica histórica

Assumimos como decisiva e seminal na génese da Pragmática Linguística a reflexão sobre a linguagem verbal desenvolvida no âmbito da Filosofia. Assim, consideram-se pontos de referência incontornáveis, numa perspetivação diacrónica da área de saber que nos ocupa, os contributos pioneiros e fundadores de Morris e de Wittgenstein.

Encontra-se em Morris a definição clássica de Pragmática, indispensável para a plena compreensão do uso contemporâneo do termo. Na obra *Foundations of the theory of signs* (1938), Morris, influenciado por Peirce, desenha a arquitetura global de uma **semiótica** (ou seja, de uma teoria geral dos signos e do processo de semiose), destacando três níveis de análise de qualquer sistema sógnico: a **sintaxe**, que envolve a relação formal dos signos entre si, a **semântica**, que contempla relação dos signos com o que denotam, e a **pragmática**, que compreende a relação dos signos com os seus intérpretes.

Na sua definição ampla e muito abrangente de Pragmática, Morris inclui todos os aspetos bióticos da semiose, ou seja, todas as dimensões biológicas, psicológicas e sociológicas ligadas ao funcionamento dos signos. Consequentemente, esboça-se um vasto campo de pesquisa, onde é central o relevo concedido ao intérprete. Podemos mesmo dizer que o que hoje em dia se investiga na sociolinguística, na psicolinguística e na neurolinguística facilmente caberia na definição lata de Pragmática de Morris, que indiscutivelmente aponta para uma conjugação interdisciplinar de saberes.

Entretanto, no âmbito da Filosofia Analítica, o termo **pragmática** sofreu um estreitamento conceptual, nomeadamente graças à reflexão de Carnap, lógico e filósofo das ciências. Carnap restringiu a tricotomia proposta por Morris às línguas naturais, num plano meramente descritivo:

“If in an investigation explicit reference is made to the speaker, or to put it in more general terms, to the user of language, then we assign it [the investigation] to the field of pragmatics... If we abstract from the user of language and analyze only the expressions and their designata, we are in the field of semantics. And, finally, if we abstract from the designata also and analyze only the relations between expressions, we are in (logical) syntax.” (Carnap, 1942:9).

Neste enfoque, a Pragmática é vista como um domínio de pesquisa sobre aspetos da linguagem que requerem uma referência explícita ao falante. Entrosa nesta conceção, numa perspetiva lógico-filosófica, o estudo das expressões dêiticas ou indexicais, como os pronomes *eu* e *tu*, na medida em que tais expressões são responsáveis por potenciais falhas de esquemas de raciocínio geralmente válidos. Veja-se, por exemplo, o seguinte esquema inferencial: “Eu sou o Presidente da República; o Presidente da República é um homem; logo, eu sou um homem”. Este raciocínio só é necessariamente verdadeiro se as duas premissas iniciais forem verdadeiras e a conclusão for extraída pelo mesmo falante que enunciou a primeira premissa.

O segundo ponto de ancoragem incontornável para se entender a génese da Pragmática linguística é, sem dúvida, a reflexão de Wittgenstein inscrita nas *Philosophical Investigations* (1953), obra que inaugura um novo olhar sobre a natureza da linguagem verbal. De facto, contra as perspetivas então dominantes no seio da filosofia analítica marcada pelo positivismo lógico e pela análise da linguagem ideal (com o qual, aliás, se tinha identificado numa primeira fase, que culminou com a publicação do famoso *Tractatus Logico-Philosophicus*), Wittgenstein, na segunda fase do seu percurso reflexivo, defende uma conceção de linguagem intrinsecamente vinculada à práxis social. Afasta-se, assim, dos objetivos perseguidos, entre outros, por Frege e Russell, minando os fundamentos do atomismo lógico e rejeitando a tese referencialista dominante, que

assumia como função primordial da linguagem a representação de objetos e estados de coisas do mundo.

Ao abandonar o projeto da Filosofia Analítica centrado na análise das formas lógicas essenciais do pensamento vertido em linguagem, Wittgenstein envereda por uma prática reflexiva substancial e radicalmente distinta, centrada na descrição do modo como usamos as palavras, ou, melhor dizendo, centrada na variedade ilimitada das formas da linguagem corrente. E assim emerge, num registo aforístico deliberadamente fragmentário, um novo paradigma, que ilumina e evidencia a natureza intersubjetiva e constitutivamente pública da linguagem verbal.

Um dos conceitos-chave de Wittgenstein é o conceito de **jogo(s) de linguagem**, instrumento teórico suscetível de apreender metaforicamente a natureza da linguagem, na medida em que põe em relevo a multiplicidade e a diversidade das atividades em que ela se consubstancia nas práticas comunicativas quotidianas. São múltiplos os jogos de linguagem que tecem a vida social: contar uma história, saudar, perguntar, sugerir, maldizer, felicitar, agradecer, levantar uma hipótese, afirmar, ordenar, pedir, suplicar...

O conceito de jogo de linguagem inscreve a atividade linguística no conjunto das atividades humanas, que são sempre práticas sociais, constituindo o conjunto de todas essas atividades uma *forma de vida*, na formulação de Wittgenstein. Enquanto atividade humana, a linguagem é um jogo na medida em que o seu uso implica a existência de regras, não sendo possível desligar a noção de regra da noção de prática social. Assim, apontar para a regra que preside ao uso de uma expressão linguística num determinado jogo de linguagem é apontar para uma prática consensual de uso que existe na comunidade. Alguns exemplos simples para clarificar o pensamento do filósofo: não é possível descrever ou explicar o significado da palavra *cinco* sem dizer que ela serve para contar; também não é possível descrever ou explicar o significado da palavra *olá* se não dissermos que ela serve para saudar; da mesma forma, não é possível explicar o significado prototípico da palavra *bom* sem mencionar que ela se usa quando se pretende fazer uma avaliação comendatória de algo; e o mesmo se passa com a palavra *casa*, cujo significado implica uma explicação sobre o seu uso, ou seja, *casa* é uma palavra que se usa para fazer referência a um local com determinadas características, onde habitam seres humanos.

Em suma: tal como no jogo de xadrez não é possível descrever as diferentes peças sem mencionar as regras do seu movimento no jogo, também no caso das expressões linguísticas não é possível descrever o seu significado sem mencionar as circunstâncias em que são usadas. Por isso mesmo, as palavras são instrumentos para determinadas ações linguísticas ou jogos de linguagem.

Ora, se analisar e descrever o significado de uma expressão linguística implica observar os jogos de linguagem em que ela ocorre, o critério da imanência lógico-semântica torna-se im procedente: conhecer o significado das expressões linguísticas é conhecer **as regras para o seu uso**, o que significa que as palavras passam a ser concebidas como peças de um leque diversificado de jogos linguísticos, inteligíveis apenas num quadro de práticas sociais.

Ao sublinhar o relevo das interações comunicativas na emergência da significação linguística, Wittgenstein constrói os alicerces de uma teoria social e pragmática do significado, numa linha de manifesta rejeição da redução da linguagem a mero instrumento de representação do mundo ou de expressão de raciocínios. Por outro lado, inicia um filão de pesquisa sobre a linguagem vulgar que terá continuidade na escola conhecida por *Ordinary Language Philosophy*, onde sobressaem os nomes de Austin e Searle, autores a que voltaremos no capítulo 5.

## 1.2. Pragmática: um campo unificado?

Embora a vinculação da linguagem ao uso seja um denominador comum a todos os que se inscrevem no campo de investigação da Pragmática linguística, não há, de facto, uma convergência plena ao nível da delimitação teórica e metodológica de um paradigma. É possível demarcar dois filões epistemologicamente distintos de pesquisa contemporânea na área: o filão anglo-americano e o filão europeu continental.

No que toca ao primeiro, o âmbito da pragmática restringe-se ao **estudo do significado que depende do uso da linguagem**. Nesta perspetiva, a pragmática é um componente ou um módulo de uma teoria da linguagem, a par de outros como a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica. Trata-se de uma conceção que restringe de forma relativamente coerente e sistemática o

campo de pesquisa. Huang (2007:2) inscreve-se nesta perspectiva e avança a seguinte definição:

“Pragmatics is the systematic study of meaning by virtue of, or dependent on, the use of language. The central topics of inquiry of pragmatics include implicature, presupposition, speech acts, and deixis.”

Estamos, pois, perante uma delimitação de áreas de pesquisa no âmbito da interpretação de enunciados linguísticos que, como se verá, mobiliza elementos extralinguísticos, nomeadamente o contexto situacional, os conhecimentos e intenções dos participantes, bem como a sua capacidade de realizar inferências.

A tradição europeia continental é paradigmaticamente ilustrada por Verschueren (1995, 1999), para quem a Pragmática constitui **uma perspectiva geral e funcional** (isto é, cognitiva, social e cultural) sobre os fenómenos linguísticos, relacionando-os sistematicamente com os seus usos. Assim, a Pragmática é definida de forma muito mais ampla e transversal, nela podendo inscrever-se áreas como a Sociolinguística, a Psicolinguística e a Análise do discurso. Por outro lado, nesta ótica, as próprias estruturas linguísticas, nos diversos níveis de descrição de uma língua, deverão ser descritas e explicadas em função dos seus usos, sendo deles indissociáveis. Ou, por outras palavras, a caracterização da estrutura da língua deverá ser feita tendo em conta as funções que a língua desempenha no seu funcionamento discursivo. São óbvias as afinidades entre a Pragmática, assim concebida, e o paradigma funcionalista da linguística contemporânea, que, numa formulação sucinta, defende que a organização interna do sistema linguístico é influenciado pelas funções externas (psicossociais) que a língua cumpre ao plasmar-se em discurso(s)<sup>1</sup>, um paradigma com inegáveis virtualidades no que toca à inteligibilidade do fenómeno linguagem humana<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Na esteira de Schiffrin (1994), utiliza-se a expressão *paradigma funcionalista* por oposição a *paradigma formal*. Em Fonseca (1994 b), estes dois paradigmas são designados pelas expressões *Linguística do Uso/Funcionamento do Sistema* e *Linguística do Sistema*. Sobre a perspectiva pragmática e os diferentes paradigmas disponíveis, cf. também Bublitz & Norrick (2011), Allan & Kasia (eds.) (2012).

<sup>2</sup> A título de exemplo, e para ilustrar de forma mais tangível esta conceção, podemos referir alguns fenómenos linguísticos específicos, ao nível da fonologia, da sintaxe e da semântica, para os quais é possível construir explicações funcionais: a entoação e os tipos de frase, suportes por excelência de

Do nosso ponto de vista, a restrição de campo operada pela escola anglo-americana traduz-se na possibilidade de estabelecer uma agenda de investigação mais circunscrita e, por conseguinte, mais coerente e modelizável. Já a abertura e a abrangência da escola continental, ao alargar o campo dos fenómenos observáveis, tornando-o vasto e heterogéneo, tem consequências ao nível da unidade e da coerência interna da área, como pertinentemente reconhece Fonseca (1994b: 98).

Apresentados sucintamente os dois enfoques, facilmente se depreende que se configuram opções substancialmente distintas, embora complementares. Neste livro, será privilegiada a primeira opção, que, por ser menos interdisciplinar, nos parece mais controlável e mais homogénea, logo, mais facilmente sistematizável. Trata-se de uma perspetiva que permite dialogar com a semântica de forma muito fecunda e que reflete o nosso próprio caminho de investigação. Assim, o cerne deste livro será constituído pelas áreas já acima apontadas, dêixis, implicaturas, pressuposição e atos de fala, e aduzir-se-á ainda a problemática da cortesia verbal, que se liga de forma estreita e harmoniosa com o domínio dos atos de fala. No final do livro, abre-se um espaço de reflexão sobre interfaces relevantes entre Pragmática, cognição e texto.

Importa ainda evidenciar, neste momento estratégico de clarificação enquadradora dos capítulos subsequentes, que o facto de se privilegiar o primeiro enfoque não significa que se subscreva acriticamente uma conceção aditiva da pragmática, segundo a qual cada componente da gramática funcionaria como um módulo autónomo, promovendo níveis de representação independentes e linearmente ordenados dos dados. No quadro de uma tal conceção aditiva, o *output* da sintaxe funcionaria como *input* da semântica, e o *output* da semântica como *input* da pragmática. O que se defende é uma interface sistemática entre semântica e pragmática, já que se considera, com Levinson (2000), que as representações semânticas construídas a partir do material lexical e das estruturas sintáticas são tipicamente subdeterminadas, isto é, comportam variáveis abertas só contextualmente saturáveis. Assim, havendo aspetos do

---

diferentes atos de fala; a distinção entre frase marcada e frase não-marcada, estreitamente ligada à questão da marcação pragmática de tópico e de foco; a categoria de pessoa e a codificação do estatuto social dos falantes; a modalidade como gramaticalização das atitudes e opiniões dos falantes.

significado linguístico que dependem do(s) (contextos de) uso de uma língua, não é defensável conceber uma linha divisória absolutamente estanque entre semântica e pragmática, havendo antes uma estreita imbricação/interface entre elas. E esta assunção é indissociável de uma outra, a de que o domínio da significação linguística é heterogêneo, dadas as distintas funções desempenhadas pela própria linguagem verbal<sup>3</sup>.

Assume-se, em suma, que a pragmática se ocupa do estudo sistemático dos aspetos da interpretação que relevam do uso da língua. Havendo regularidades sistematizáveis, a pragmática adquire os contornos de uma área de investigação com carácter preditivo, como qualquer outra área de investigação científica no campo da Linguística.

### 1.3. Conceitos básicos

Explicitada a opção que norteará este livro, importa desde já clarificar os principais conceitos que, sendo comuns à semântica e à pragmática, serão operacionalizados ao longo dos diferentes capítulos deste livro. Apreendidos tais instrumentos teóricos, a leitura do livro será seguramente mais fluente.

Começaremos pela distinção entre **frase** e **enunciado**, uma distinção que apresenta uma considerável flutuação conceptual. Para nós, uma **frase** é uma unidade abstrata da gramática da língua, formada por um conjunto de palavras que se articulam entre si de acordo com um conjunto de regras sintáticas e semânticas. Esta definição é convergente com a que é proposta em Raposo (2013:306): “uma frase é uma sequência de palavras numa determinada ordem, que satisfaz as regras e os princípios gramaticais da língua a que pertence, e que descreve uma situação do mundo sobre o qual se fala (...). As frases são elementos abstratos, inteiramente determinados pelo sistema gramatical; o seu estatuto é independente de qualquer realização oral ou escrita, ou seja,

---

<sup>3</sup> Idêntica assunção é defendida em Levinson (2000: 21): “meaning (...) is clearly not a unitary field but rather one involving cognitive principles, knowledge factors, and interactional principles.” Sobre esta questão, cf. também Lopes (2006, 2012); Mória (2016).

do seu uso concreto por falantes ou escritores, num momento e num lugar determinados.”

Assim, (1) é uma frase do português, ao contrário de (2):

(1) O homem chegou à Lua em 1969.

(2) \*Lua 1969 chegou à homem o em.

Dado o nosso conhecimento do léxico e da gramática do português, somos capazes de atribuir um significado à frase (1). Ou seja, graças apenas à nossa competência léxico-gramatical, a frase possui um significado que é independente da sua enunciação, num contexto comunicativo particular. Em termos tradicionais e clássicos, a semântica ocupa-se da descrição do significado das frases, tal como acabámos de o definir.

Já um **enunciado** corresponde a uma expressão linguística (palavra, sintagma, frase) que é produzida, na oralidade ou na escrita, por um determinado indivíduo, numa ocasião particular, com objetivos comunicativos específicos. Nas palavras de Raposo (2013: 318), “um enunciado é o produto de um ato de fala (...),” o que significa que resulta sempre da intenção comunicativa daquele que o produz.

Vejam-se alguns possíveis enunciados em português<sup>4</sup>:

(3) “Parabéns!”

(4) “A conta, por favor.”

(5) “Em reunião. Não interromper.”

(6) “O homem chegou à Lua em 1969” (enunciação da frase 1)

Note-se que (6) é formalmente idêntico a (1). Mas (1) é um exemplo construído em função das regras sintáticas e semânticas da gramática do português europeu, ao passo que (6) corresponde a um enunciado proferido por alguém, funcionando, por exemplo, como resposta a uma pergunta sobre o ano em que pela primeira vez o homem pisou a Lua.

---

<sup>4</sup> As aspas visam apenas marcar, convencionalmente, o estatuto de *enunciado* do fragmento verbal em causa.

O significado de um enunciado corresponde àquilo que o falante *quer dizer* quando o formula num determinado contexto. A frase (7) pode dar origem a dois enunciados distintos, um deles uma mera descrição de uma situação, o outro um pedido indireto para se fechar uma janela que está aberta:

(7) Está frio aqui dentro.

Importa também esclarecer as noções de **proposição** e **conteúdo proposicional**. Quando uma frase declarativa é enunciada, expressa semanticamente uma proposição, ou seja, descreve uma situação do mundo (do mundo real ou de um mundo imaginário, ficcional). Numa formulação próxima, Raposo (2013: 322) afirma que “uma proposição é a representação cognitiva da situação descrita por um enunciado frásico.” As proposições podem ser verdadeiras ou falsas, conhecidas ou objeto de uma crença, e mantêm-se quando se traduz o enunciado de uma língua para outra. A mesma proposição pode ser expressa por enunciados frásicos distintos, sendo o exemplo mais óbvio o que envolve a transformação de um enunciado declarativo da voz ativa para a voz passiva (Huang, 2013: 14). De facto, a mesma proposição é expressa pelos dois enunciados seguintes:

(8) Os miúdos comeram a sopa.

(9) A sopa foi comida pelos miúdos.

As proposições têm um **valor de verdade**. Por exemplo, a proposição expressa no enunciado *o homem chegou à Lua em 1969* é verdadeira, na medida em que corresponde a um facto, mas a proposição expressa no enunciado *os portugueses chegaram ao Brasil em 1600* é falsa.<sup>5</sup>

Os exemplos (8) e (9) dão conta de proposições asseridas pelos falantes. Mas, por vezes, enunciados muito próximos do ponto de vista das palavras que nele ocorrem e do modo como essas palavras estão sintaticamente combinadas

---

<sup>5</sup> A noção de valor de verdade não deve ser confundida com a noção de **condições de verdade**. Com efeito, nas teorias semânticas referenciais, fala-se de **condições de verdade** para dar conta das condições que o mundo tem de satisfazer para que a frase, ao ser enunciada, veicule uma proposição verdadeira. (Raposo, 2013: 324; Huang, 2013: 18).

diferem relativamente à expressão (ou não) de uma proposição. Atente-se no seguinte par de enunciados:

(10) O Rui desobedeceu aos pais.

(11) O Rui desobedeceu aos pais?

Ambos envolvem uma referência às mesmas entidades (*o Rui, os pais (do Rui)*) e estabelecem entre elas a mesma relação, através do mesmo verbo (*desobedeceu*). A noção de **conteúdo proposicional** torna-se clara em casos deste tipo. Assim, diremos que (10) e (11) têm o mesmo conteúdo proposicional (*o Rui desobedeceu aos pais*), mas, ao enunciar (10), o falante asseve esse conteúdo, expressando uma proposição (que pode ser verdadeira ou falsa), ao passo que, ao enunciar (11), o falante questiona/interroga esse conteúdo proposicional. Para que um conteúdo proposicional (constituído por todos os elementos do enunciado que permitem identificar uma situação do mundo) dê origem a uma proposição, é necessário que seja afirmado ou negado.

Assim como há relações semânticas entre as palavras (sinonímia, antonímia, hiperonímia/hiponímia, entre outras), também há relações semânticas entre as proposições. Uma delas, crucial em semântica, é a **relação de implicação** (*entailment*). Vamos ilustrá-la através de um exemplo simples:

(12) O Rui comprou uma tulipa.

(12 a) O Rui comprou uma flor.

Se a proposição  $p$  expressa em (12) for verdadeira, a proposição  $q$  expressa em (12 a) também o é. Assim, dir-se-á que uma proposição  $p$  implica uma proposição  $q$  se e só se a verdade de  $p$  garantir a verdade de  $q$ . Ou seja, se  $p$  for verdadeira,  $q$  também o é, necessariamente. Trata-se de uma inferência lógica, que contrasta de forma muito óbvia com as inferências pragmáticas (ou **implicaturas**) a que daremos particular atenção neste livro, no capítulo 3.

Por fim, faremos ainda referência a uma noção crucial no campo da Pragmática, a noção de **contexto**. Para a libertar da carga de ambiguidade e vagueza

que comprometem o seu uso rigoroso, proceder-se-á aqui a uma especificação de três tipos de contexto, na esteira de muitos autores.

Usar-se-á a expressão **contexto situacional** para dar conta dos participantes envolvidos na interação verbal, bem como do contexto físico em que ela decorre, em termos de espaço e de tempo. Seguimos, assim, a definição proposta por Cutting (2002: 5): “The situational context is the immediate physical co-presence, the situation where the interaction is taking place at the moment of speaking.”

Atente-se no enunciado (13):

(13) Amanhã, quero-te aqui às 12h em ponto.

Este enunciado só pode ser cabalmente interpretado se soubermos quem está a falar e quem é o destinatário, em que lugar e em que momento do tempo foi preferido. Na ausência deste tipo de informações, o enunciado não é interpretável.

Utilizar-se-á a expressão **contexto verbal** (também chamado **contexto linguístico** ou **cotexto**) para designar todos os enunciados que antecedem ou seguem o fragmento discursivo que está sob análise. Veja-se o seguinte fragmento de diálogo:

(14) A – Gostas de jazz?

B – Não.

A pergunta faculta informação essencial para a interpretação da resposta elíptica. Neste caso, o contexto verbal é decisivo para a reconstituição da proposição expressa na resposta (*não gosto de jazz*).

Finalmente, reservar-se-á a expressão **contexto cognitivo** para designar o conhecimento do mundo partilhado na comunidade, as assunções culturais que configuram um pano de fundo comum aos potenciais interlocutores. Neste terceiro tipo de contexto incluímos ainda o conhecimento que os interlocutores têm um do outro, ou seja, o conhecimento interpessoal. Este contexto é designado de “*background knowledge*” em Cutting (2002), e a noção inclui quer conhecimento cultural quer conhecimento interpessoal<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Stalnaker (1974) usou a expressão “*common ground*” para dar conta das assunções de base partilhadas por falante e ouvinte. Clark (1996) desenvolveu a noção, distinguindo entre “*communal*” e

Atente-se no seguinte exemplo:

(15) # No fim de semana passado fui ao Porto. Achei o convento dos Jerónimos lindíssimo.

O fragmento (15) é estranho, pragmaticamente anómalo<sup>7</sup>, dado que sabemos que o convento referido não existe no Porto. É, pois, o contexto cognitivo, na sua vertente de conhecimento cultural, que interfere no nosso juízo de anomalia pragmática.

Veja-se ainda o fragmento de diálogo (16):

(16) A: São 11h da manhã. Não te levantas?

B: Estou num daqueles dias...

A interpretação cabal deste diálogo envolve conhecimento interpessoal. Mais concretamente, o falante B sabe que a sua interlocutora será capaz de inferir, graças a conhecimento interpessoal, que B está com uma terrível e incapacitante enxaqueca.

Veja-se também o exemplo (17):

(17) O Paulo entrou na loja sem um tostão no bolso. Pegou no revólver e trocou algumas palavras com o dono. Alguns minutos depois, saiu da loja com 5000 euros no bolso.

Como se afirma em Lopes & Carapinha (2013), este texto, razoavelmente elíptico, não causa qualquer tipo de estranheza, porque a sua interpretação faz interagir o significado linguístico expresso com conhecimento do mundo não

---

*"personal common ground"*, noções que correspondem, respetivamente, ao conjunto de assunções partilhadas pelos membros de uma comunidade e ao corpo de conhecimentos que dois sujeitos envolvidos numa interação verbal partilham acerca da história de cada um deles. Cf. Roberts (2004), para uma discussão do conceito de contexto à luz da interpretação dinâmica dos discursos. No capítulo 4, a noção de *common ground* será retomada.

<sup>7</sup> O símbolo # significa anomalia pragmática.

especializado, largamente socializado, relacionado com assaltos. De facto, o cenário de um assalto, que está armazenado na nossa mente, mais especificamente na nossa memória de longo prazo, permite-nos reconstituir os elos elididos de uma sequência estereotipada de eventos: a ameaça ao funcionário da caixa, a entrega do dinheiro pelo mesmo ao assaltante. É justamente o contexto cognitivo que, de novo, vai funcionar como fonte supletivadora de informações não expressas no texto<sup>8</sup>.

As noções de *frame*, *script*, *scenario*, *scene* são hoje amplamente utilizadas para dar conta dessas estruturas de conhecimentos que, numa dada comunidade de linguístico-cultural, são mobilizadas no processo interpretativo. Trata-se de conhecimento do mundo não especializado, largamente socializado e razoavelmente estabilizado, envolvendo representações estereotípicas ou prototípicas de objetos, situações e sequências de eventos. Por outras palavras, o que aqui está em jogo são os cenários culturais ou os modelos de cognição social que são sistematicamente convocados na compreensão da linguagem natural. O relevo destas estruturas de conhecimento tem vindo a ser reiteradamente destacado na investigação contemporânea, em áreas tão diversas como a Inteligência Artificial, a Linguística Cognitiva e a Psicolinguística (cf., entre muitos outros, Schank & Abelson 1977, Langacker 1978, Kintsch 1988).

Em suma, o conhecimento do mundo armazenado em modelos cognitivos interindividualmente partilhados interage sempre com a informação linguisticamente expressa no enunciado, pelo que constitui um elemento relevante no processo interpretativo.

#### **1.4. Organização do livro**

Nos primeiros capítulos deste livro, abordar-se-ão os tópicos que tradicionalmente se incluem num livro de iniciação à Pragmática. Assim, o capítulo 2

---

<sup>8</sup> Naturalmente, quanto maior for a interseção entre o conhecimento do mundo (também designado pelo termo *enciclopédia*) dos interlocutores, tanto maior é a probabilidade de ser processada eficazmente a interpretação intendida pelo falante e menor o risco de conflitos ou mal-entendidos na interação.

será consagrado à dêixis, com foco na análise descritiva de diferentes subtipos de dêixis no português europeu contemporâneo (doravante PEC). O capítulo 3 abordará a teoria griceana clássica das implicaturas conversacionais e convencionais, bem como alguns desenvolvimentos posteriores levados a cabo pelos chamados neo-griceanos. O capítulo 4 será dedicado à questão da presuposição, sempre com foco em estruturas linguísticas do PEC. No capítulo 5 abordar-se-á, num primeiro momento, a teoria dos atos de fala, com destaque para a reflexão clássica incontornável de Austin e Searle, e, num segundo momento, apresentar-se-á uma análise descritiva das configurações linguísticas prototípicas de distintas classes de atos ilocutórios no PEC, partindo da tipologia searleana. O capítulo 6 debruçar-se-á sobre a cortesia verbal, intimamente relacionada com a construção de atos ilocutórios indiretos, e nele será feita uma tentativa de sistematização de procedimentos atenuadores no PEC.

Nos dois últimos capítulos do livro, abordam-se **interfaces** produtivas entre a Pragmática e outras áreas do saber. Nesse sentido, o capítulo 7 centrar-se-á na interface entre Pragmática e cognição, sendo a Teoria da Relevância o paradigma selecionado para ilustrar a discussão em curso. O capítulo 8 examinará a interface entre Pragmática e texto, procurando evidenciar o papel das inferências na construção da coerência textual.

No final de cada capítulo, haverá sugestões de atividades dirigidas aos alunos, que visam testar a compreensão do que foi explanado e treinar capacidades de análise de dados. Nessas atividades, incluem-se exercícios concebidos para serem trabalhados em sala de aula, na assunção de que uma aula será sempre de natureza teórico-prática. Para além de tais exercícios, sugerem-se, por vezes, tópicos para a elaboração de pequenos ensaios ou pesquisas a realizar autonomamente pelos alunos, fora da sala de aula. Inserir-se-ão igualmente leituras suplementares, de aprofundamento das temáticas abordadas nesse capítulo.

O livro termina com algumas (breves) considerações finais.

## Exercícios

1. Identifique o conteúdo proposicional dos seguintes enunciados:

- (1) O Rui comeu a sopa.
- (2) O Rui comeu a sopa?
- (4) Foi o Rui que comeu a sopa.
- (6) O Rui comeu a sopa!

2. Justificando, identifique os pares de frases que envolvem uma relação de implicação:

- (1) a. A Ana beijou o Pedro apaixonadamente.  
b. A Ana beijou o Pedro.
- (2) a. Está sol.  
b. Está calor.
- (3) a. O João e a Marta são divorciados.  
b. O João e Marta são divorciados um do outro.

3. Explícite claramente, convocando exemplos, a diferença entre frase e enunciado.

4. Demonstre através de um exemplo como o contexto situacional pode ser decisivo na interpretação de um enunciado.

5. Construa um pequeno texto cuja interpretação esteja de forma óbvia dependente do contexto cognitivo que partilhamos enquanto membros da nossa comunidade linguístico-cultural. Comente o seu texto, na perspetiva atrás enunciada.

## **Outras leituras**

Birner (2013). Cap. 1

Fonseca (1994 b)

Huang (2007, 2013). Cap. 1

Levinson (1983) Cap. 1

## CAPÍTULO 2 – A DÊIXIS

### Introdução

Este capítulo propõe-se, num primeiro momento, esclarecer em que consiste a dêixis, pondo em relevo o conceito básico de centro dêítico, tipicamente associado às coordenadas de um ato de enunciação, e delimitando a especificidade da significação dêítica relativamente à significação de natureza simbólica ou conceptual. Elencam-se ainda as categorias básicas da dêixis – pessoal, temporal e espacial – e referem-se ainda outras categorias dêíticas que têm vindo a ser exploradas nas últimas décadas. Num segundo momento, o objetivo é a descrição da dêixis no PEC, sendo concedida maior ênfase às categorias centrais e à deíxis social, em função da investigação disponível.

### 2.1. O que é a dêixis?

Etimologicamente, o termo dêixis está relacionado com um verbo grego que significava *apontar, indigitar, mostrar através de um gesto*. Assim, a dêixis engloba todas as expressões linguísticas (ditas dêíticas) que funcionam como gestos verbais, apontando para indivíduos ou objetos presentes no contexto situacional, ou localizando-os a partir das coordenadas fundamentais do ato de enunciação, ou seja, do ato individual de transformação da língua em discurso.

É justo referir aqui o trabalho pioneiro de Bühler (1934), que perspetiva a dêixis como um fenómeno central no funcionamento da linguagem humana. A sua noção de campo mostrativo, construído à volta de um **centro dêítico** (origo, na terminologia do autor) que, tipicamente, corresponde ao sujeito falante e às coordenadas situacionais de tempo e espaço que presidem ao ato de enunciação (*ego-hic-nunc*), é já um primeiro contributo teórico com forte poder explicativo sobre a mostraçã verbal realizada pelos dêíticos<sup>9</sup>. Na esteira de

---

<sup>9</sup> A dêixis tem sido abordada no âmbito da Filosofia da linguagem e da linguística (Levinson 1983, 2004). No âmbito da filosofia, o termo “indexical” é usado com um significado equivalente a dêítico.

Bühler e também de Benveniste (1966), cujos estudos nos parecem incontornáveis nesta área, assumem-se como coordenadas fundamentais desse ato o sujeito que fala, a instância de alteridade a quem se dirige, o momento em que se fala e o local em que se desenrola a comunicação. Por outras palavras, *eu*, *tu*, *aqui* e *agora* são as coordenadas constitutivas de um ato de enunciação. Ao assumir-se como falante, o sujeito apropria-se da língua e converte-a em discurso, sendo o discurso um instrumento fundamental de mediação entre os seres humanos e entre estes e o mundo.

O locutor é o parâmetro fundamental deste processo: ao converter a língua em discurso, o locutor afirma-se como *eu* e postula *ipso facto* a existência de um *tu*. É ainda esse ato individual de utilização da língua que cria as noções do *aqui* e do *agora*, isto é, do espaço e do tempo em que o locutor se situa quando fala. Por isso, é usual mencionar-se a natureza egocêntrica da dêixis.

Na situação prototípica da comunicação humana – a situação de diálogo face a face –, os papéis dos participantes são, naturalmente, reversíveis. Quer isto dizer que o *eu* que num determinado momento toma a palavra assume o papel de *tu* quando se dá início a um outro turno de fala. Assim sendo, o centro dêitico, na situação de diálogo, vai alternando entre os participantes.

A dêixis exhibe de forma muito clara a natureza intrinsecamente dialogal e interativa da linguagem, como afirma lapidariamente Levinson (1983: 54):

“the single most obvious way in which the relationship between language and context is reflected in the structure of languages themselves, is through the phenomenon of dêixis. (...) Essentially, dêixis concerns the way in which languages encode or grammaticalize features of the context of utterance or speech event, and thus also concerns ways in which the interpretation of utterances depends on the analysis of that context of utterance.”

O funcionamento semântico das expressões dêiticas é, pois, substancialmente distinto do dos itens lexicais que têm um conteúdo conceptual, descritivo-representativo. Com efeito, os dêiticos apenas chamam a atenção do

---

No campo da linguística, destaquem-se os trabalhos de Fillmore (1997), Lyons (1977), Diessel (1999). Para uma síntese crítica das diferentes categorias dêiticas, cf. Marmaridou (2010).

interlocutor para o elemento do contexto que deve ser convocado para a sua interpretação. Assim sendo, ao serem enunciados, funcionam como variáveis que só o contexto situacional permite preencher.

A remissão que os dêiticos operam para a enunciação é, por conseguinte, *constitutiva* do seu significado (Fonseca 1994: 55), ao passo que os itens lexicais com conteúdo conceptual contêm traços descritivo-representativos cuja explicitação não convoca, de todo, a sua enunciação.

Em termos muito simples, vamos ilustrar o que ficou dito: do ponto de vista do seu significado, a palavra *mulher* denota a classe dos seres humanos aos quais pode ser aplicado o nome *mulher* e o seu significado pode ser descrito em termos de um conjunto de propriedades caracterizadoras da entidade a que o nome se aplica (por exemplo, as propriedades [+ser humano], [+fêmea], [+adulta]). A palavra *mulher* tem, pois, um conteúdo conceptual, descritivo-representativo. Já a expressão dêitica *eu* codifica apenas a instrução de que se trata daquele/a que fala, num determinado contexto situacional. Não há, pois, propriedades caracterizadoras do significado de *eu* que sejam independentes dessa remissão para o ato enunciativo<sup>10</sup>.

A dêixis é tradicionalmente dividida em três categorias centrais, em função da componente do contexto situacional que é ativada pelo uso dos dêiticos: a dêixis pessoal, a dêixis temporal e a dêixis espacial.<sup>11</sup>

E compreende-se que assim seja, já que cada uma destas categorias corresponde às coordenadas enunciativas *eu*, *agora* e *aqui*. Consequentemente, a dêixis pessoal engloba as formas linguísticas que codificam a referência ao locutor e ao interlocutor, a dêixis temporal subsume as expressões que locali-

---

<sup>10</sup> Cf. Levinson (2004), Hanks (2011) e Diessel (2012), para um aprofundamento da reflexão em torno da dêixis.

<sup>11</sup> Bühler (1934) apresenta uma tipologia distinta, ancorada no tipo de contexto, partilhado pelos interlocutores, que viabiliza a mostraçãõ dêitica. Assim, este autor propõe a seguinte tipologia: (i) dêixis *ad oculos*, em que a mostraçãõ verbal (e conseqüente identificação e/ou localização do referente) envolve entidades presentes no campo mostrativo situacional; (ii) a dêixis textual, em que o espaço mostrativo é o próprio texto; e (iii) a dêixis *am phantasma*, em que em que o campo mostrativo é evocado pela memória ou corresponde a um espaço imaginário. Neste último caso, verifica-se a transposição do centro dêitico para um mundo que não é o mundo atual e que pode não ser o mundo real. Na ficção narrativa, é frequente este fenómeno de transposição, sempre que o centro dêitico corresponde ao ponto de vista de uma personagem. Esta possibilidade de transposição ou projeção do centro dêitico foi também reconhecido por Lyons (1977) e Fillmore (1997).

zam no tempo a partir do momento da enunciação e a dêixis espacial envolve os itens linguísticos que localizam entidades no espaço em função do *aqui* correspondente ao centro dêitico.

No entanto, é hoje consensual que estas categorias não esgotam o âmbito da significação dêitica. Assim, são vários os estudos que assumem como categorias dêíticas a dêixis social e a dêixis discursiva (Lyons 1977, Fillmore 1997, Levinson 1983, 2004, e.o.), outros abordam a dêixis de modo (König 2015). A dêixis apresentativa é brevemente referenciada em Levinson (2004) e a dêixis emocional em Huang (2014).

A secção que se segue, focada na descrição do funcionamento da dêixis no PEC, começará por abordar a tipologia tradicional da dêixis, e, seguidamente, contemplará o leque mais alargado acima mencionado.

## 2.2. A dêixis no português europeu contemporâneo

### 2.2.1. Dêixis pessoal

A dêixis pessoal consubstancia a categoria linguística de **pessoa**, que é um universal linguístico. Em português, esta categoria manifesta-se nos **pronomes pessoais**, nos determinantes e pronomes **possessivos**, na **flexão verbal** e nos **vocativos**.

Trata-se de uma categoria que se baseia num sistema de relações inerentes ao próprio ato enunciativo. A 1ª pessoa corresponde àquele/a que produz o discurso e a 2ª pessoa é a entidade a quem ele é dirigido. Estas duas pessoas comportam tipicamente os traços [+humano] e [+determinado] e é o próprio contexto situacional que as permite identificar referencialmente, como já se assinalou. Neste sentido, a 1ª pessoa corresponde à gramaticalização da autorreferência do falante, enquanto produtor do discurso, e a 2ª pessoa codifica a referência ao ouvinte/interlocutor. A 3ª pessoa, na metalinguagem de Benveniste (1966), é a *não-pessoa*, aquilo/aquele(s) de que/quem se fala. Dito de outro modo, a 3ª pessoa refere entidades excluídas da relação *eu/tu*.

Centremo-nos, então, na análise descritiva dos **pronomes pessoais** no PEC, tendo em mente que só os de 1ª e 2ª pessoa funcionam tipicamente como dêiticos<sup>12</sup>.

Os pronomes pessoais configuram um sistema bastante complexo no PEC, dado que, para além de manifestarem (e se estruturarem) em função da categoria de pessoa (a que nos interessa aqui), também flexionam em número (singular vs. plural) e em género (apenas na 3ª pessoa e quando assumem determinadas funções sintáticas), têm formas diferenciadas consoante a função sintática que desempenham na frase, e para além disso, têm formas fortes ou tónicas e formas fracas ou átonas (estas últimas correspondem aos chamados pronomes clíticos, itens lexicais sem acento prosódico).

O quadro 1, que se segue, apresenta o conjunto dos pronomes pessoais do PEC<sup>13</sup>:

**Quadro 1 – Pronomes pessoais**

		SUJ	CD	CI	COBL
Singular	1ª pessoa	eu	me	me	mim, comigo
Singular	2ª pessoa	tu, você	te, o, a, se	te, o, a, lhe	ti, contigo, si, consigo
Singular	3ª pessoa	ele, ela	o, a, se	lhe	ele, ela, si, consigo
Plural	1ª pessoa	nós, a gente	nos se	nos se	nós, connosco
Plural	2ª pessoa	vós, vocês	vos se	vos se	vós, vocês, convosco
Plural	3ª pessoa	eles, elas	os, as, se	lhes	eles, elas

Em Raposo *et al.* (2013: 897-900), assume-se uma distinção entre pessoa semântica e pessoa gramatical, nos seguintes termos: “a noção de pessoa

<sup>12</sup> São restritos os contextos em que o pronome pessoal de 3ª pessoa funciona como dêitico. Vejam-se dois exemplos em que *ele* funciona como gesto verbal: (i) *Tu, tu e ele vão fazer na próxima aula uma apresentação sobre a questão dos refugiados* (enunciado dito pelo professor numa sala de aula, acompanhado por um gesto mostrativo); (ii) *Atenção, ele morde!* (enunciado dito por alguém que segura a trela de um cão, acompanhado por um olhar ou por um mero gesto de cabeça).

<sup>13</sup> Neste quadro não se assume a diferença entre pessoa semântica e pessoa gramatical, noções que a seguir se explicitam.

semântica tem a ver com a dêixis pessoal (...), ou seja, com a designação dos participantes do discurso: o falante, representado pelos pronomes de 1ª pessoa, o ouvinte, representado pelos pronomes de 2ª pessoa (...).” A noção de pessoa gramatical é assimilada a uma propriedade de natureza puramente morfossintática, tendo em conta a concordância verbal que os pronomes pessoais desencadeiam. Assim, *tu* é simultaneamente um pronome de 2ª pessoa semântica e gramatical, mas *você* é um pronome de 2ª pessoa semântica e de 3ª pessoa gramatical.

Do nosso ponto de vista, e tendo em conta que a definição da categoria de pessoa é indissociável da noção de dêixis pessoal (cf. Benveniste 1966, Lyons 1977, Levinson 1983, Huang 2007, entre muitos outros), parece-nos mais rigoroso reter a dimensão dêitica da categoria de pessoa e descrever *tu* e *você* apenas como pronomes de 2ª pessoa, uma vez que ambos referenciam o ouvinte/interlocutor.

Naturalmente, há diferenças de uso entre *tu* e *você*, no PEC: *tu* é usado num registo informal, quando as relações entre os interlocutores são relações de proximidade ou familiaridade, e *você* integra um registo mais formal, evidenciando uma maior distância entre os interlocutores. A escolha de uma ou de outra forma tem correlatos ao nível da flexão verbal. E, neste ponto, há duas opções possíveis: ou se postulam, como tradicionalmente se tem vindo a fazer, e a nova gramática de Raposo *et al.* (2013) perpetua, que *você* desencadeia uma concordância verbal de 3ª pessoa, ou se assume que a própria flexão verbal reflete e incorpora a diferença entre uma 2ª pessoa informal e uma 2ª pessoa formal. Esta é a nossa opção. Assim, a forma verbal *cantas*, por exemplo, será considerada uma forma verbal de 2ª pessoa informal; em contrapartida, no contexto ‘*você canta pessimamente*’, a forma verbal *canta* deverá ser analisada como uma forma de 2ª pessoa formal.

Assumir esta descrição implica admitir que no estádio atual do PEC se verifica uma reorganização da própria flexão verbal, havendo identidade formal, nos paradigmas verbais regulares, entre a 2ª pessoa do singular formal e a 3ª pessoa do singular<sup>14</sup>. Julgamos que esta solução é mais elegante e, sobretudo,

---

<sup>14</sup> Note-se que, no PB, há hoje quatro paradigmas verbais diferentes em convivência, notando-se uma tendência simplificadora de generalização da forma da 3ª pessoa do singular, o que implica

mais rigorosa e consistente com a própria definição da categoria de pessoa, inseparável da dêixis.

De qualquer modo, seja qual for a opção descritiva, parece-nos indubitável que a 2ª pessoa do singular, no estádio atual do PEC, é sensível à questão dos registos, condicionados, naturalmente, pelo contexto situacional e pelas relações sociais existentes entre os falantes. Ou, numa formulação mais precisa, não parece possível, no PEC e no caso da 2ª pessoa do singular, dissociar a dêixis pessoal da dêixis social, tópico que será abordado mais adiante.

A existência, nos pronomes pessoais nominativos do singular, de uma 2ª pessoa informal e de uma 2ª pessoa formal tem implicações em toda a série pronominal. Quer isto dizer que se verifica uma reorganização morfossintática de todo o sistema pronominal. De facto, os pronomes pessoais átonos *o*, *a*, *lhe* e *se*, tradicional e canonicamente classificados como sendo de 3ª pessoa, passam a ter de ser incluídos na 2ª pessoa formal, já que apontam claramente para o ouvinte, como se atesta nos exemplos (2.1) a (2.3):

(2.1) Joana, gosto de *a* ver assim penteada!

(2.2) Senhor Carlos, já *lhe* disse várias vezes que tem de ser pontual.

(2.3) Você já *se* viu ao espelho hoje?

A reorganização em apreço pode, eventualmente, dar origem a enunciados ambíguos<sup>15</sup>. Com efeito, em contexto zero, cada um dos enunciados que se seguem pode ter duas interpretações:

(2.4) Dei-*lhe* vários conselhos, mas verifico que foi em vão.

(2.5) Vi-*a* no cinema.

Em (2.4), *lhe* pode fazer referência a uma terceira pessoa, um *ele/ela* ausente, mas pode também apontar para o interlocutor. O mesmo acontece com

---

uma redução da concordância verbal, ou seja, uma similitude formal entre diferente pessoas verbais (Silva, 2013: 151-152). Por outro lado, verifica-se noutras línguas identidade formal entre formas verbais de correspondentes a distintas pessoas, sendo o inglês um caso paradigmático. Uma perspectiva de análise convergente com a que aqui se adota pode ser encontrada em Lima (2007).

<sup>15</sup> Pensamos essencialmente em aprendentes não nativos do português, com um nível de proficiência baixo.

o clítico *a*, em (2.5). Claro que esta ambiguidade é mais teórica do que real, já que os enunciados não surgem de facto em contexto zero: o próprio processo comunicativo encarrega-se de *a* desfazer.

No PEC, a 2ª pessoa do singular (informal ou formal) pode ser interpretada genericamente, isto é, a 2ª pessoa pode não designar um ouvinte específico, espacio-temporalmente localizado, mas qualquer potencial membro da comunidade (Mateus *et al.* 2003, Raposo *et al.* 2013, Duarte & Marques 2014). Significa isto que a 2ª pessoa (pronominalmente expressa ou marcada apenas pela flexão verbal) pode não funcionar como um dêitico puro, desempenhando antes uma função similar ao item lexical *on*, em francês, ou *one*, em inglês. É o que acontece no texto proverbial, mas também, e cada vez mais, na interação verbal quotidiana, em enunciados generalizantes, nos quais *tu* ou *você* (expressos ou subentendidos) referem as pessoas em geral, ou, talvez de forma mais exata, referem arbitrariamente qualquer eventual interlocutor. Vejam-se os seguintes exemplos:

(2.6) Entre marido e mulher, não metas a colher.

(2.7) Em: ó Ar então eu... eu tenho co-docência contigo, *tu* faltas eu dou aula, *tu* nunca tens faltas. Podemos combinar o ano todo. A: não, não... só vai ter quem não assina, vai ter de se arranjar um processo e esse *colega* vai ter de compensar com outro serviço<sup>16</sup>.

(2.8) Se conduzir, não beba. (anúncio publicitário)

(2.9) “Se você tiver um filho com problemas na escola e a criança se tornar agressiva, você terá sentimentos de culpa.” (CETEMP)

O provérbio ilustrado em (2.6) admite as paráfrases “Entre marido e mulher, não se deve meter a colher” ou “Entre marido e mulher, as pessoas não devem meter a colher”. O exemplo (2.7) é a transcrição de um fragmento de diálogo autêntico, numa reunião de professores. Como pertinentemente assinalam Duarte & Marques (2014:79), “o *tu* acusado de absentismo não é o interlocutor, é antes qualquer professor que falta às aulas com frequência. Por isso, *tu* será

---

<sup>16</sup> Exemplo extraído de Duarte & Marques (2014).

substituído na cadeia anafórica por “esse colega”, que funciona como índice contextual que confirma a nossa perspectiva de estarmos em presença de um *tu* generalizante<sup>17</sup>. Em (2.8), o *você* subentendido é também interpretado de forma genérica, já que, na esfera da publicidade, se visa atingir todo e qualquer potencial membro da comunidade. Em (2.9), *você* admite a paráfrase *uma pessoa (seja ela quem for)*, teste que confirma a interpretação genérica. Este uso da 2ª pessoa pode inclusivamente funcionar como uma estratégia de distanciamento, quando o *eu* aborda, de forma ‘camuflada’, experiências negativas. Um exemplo poderia ser o enunciado *quando estás cheio de raiva, dizes coisas de que te vens a arrepender*.

Atente-se agora na forma nominativa do pronome pessoal de 1ª pessoa do plural, *nós*. Naturalmente, não se trata de uma pluralização da forma *eu*, que, por definição, tem sempre uma referência singular definida e única, em cada contexto em que é enunciada. *Nós* tem duas interpretações possíveis: *eu + tu/você(s)* ou *eu + ele(s)/a(s)*. Em ambos os casos, *nós* inclui sempre uma referência ao *eu*, à qual se soma uma referência ao *não-eu*. Mas, no primeiro caso, a interpretação inclui(s) o ouvinte(s), daí a designação de uso **inclusivo** de *nós*; em contrapartida, no segundo caso, a interpretação exclui o ouvinte/interlocutor, daí a designação de uso **exclusivo** de *nós*, envolvendo, na sua referência, o falante e aquele(s)/a(s) de quem fala. Vejam-se os exemplos, que ilustram os dois usos mencionados:

(2.10) Nós vamos trabalhar em conjunto (numa aula, dito pelo professor, dirigindo-se aos alunos presentes).

(2.11) Nós fomos ontem ver esse filme, eu e os meus filhos.

Há, também, um outro uso da 1ª pessoa do plural, dito plural de modéstia, que ocorre sobretudo em registos formais escritos, e tipicamente em géneros académicos. Como afirmam Cunha & Cintra (1984: 285-286), trata-se de evitar um tom impositivo e excessivamente pessoal. Ou seja: o produtor do texto opta

---

<sup>17</sup> Curiosamente, a interpretação generalizante introduz no discurso uma tensão entre distanciamento e dramatização, como as autoras citadas evidenciam.

por uma 1ª pessoa do plural como mecanismo de auto-proteção, de salvaguarda da sua própria face<sup>18</sup>.

O texto que o leitor está neste momento a ler revela precisamente esse uso da 1ª pessoa do plural, um uso que parece estar gradualmente a ser substituído pela assunção, na escrita académica, de um *eu* que não se dissimula ou, em alternativa, pela escolha de construções impessoais (*conclui-se que, assume-se que...*). Seja como for, é relevante sublinhar que a maior ou menor (in)visibilidade da identidade autoral na escrita académica implica um jogo com a dêixis pessoal, ao serviço de estratégias discursivas que plasmam uma determinada conceção de autoridade, numa dada área de especialidade (Hyland 2002).

No PEC, existe ainda a locução *a gente*, hoje totalmente gramaticalizada, com a função de pronome pessoal de 1ª pessoa do plural (Raposo, 2013: 899), com um uso mais frequente em registos informais de língua. A forma verbal que concorda com o sujeito *a gente* é formalmente idêntica a uma 3ª pessoa do singular (*a gente sabe muito bem como funciona a propaganda*).

Vejam-se agora os pronomes pessoais de 2ª pessoa do plural no PEC, *vós* e *vocês*. Salvo em certas zonas dialetais circunscritas, *vós* (bem como a correlata forma verbal), está hoje excluído do português europeu padrão<sup>19</sup>. A forma *vocês* parece corresponder ao plural de *tu*, ou, se quisermos, a um coletivo que equivale a uma soma de interlocutores individuais (*tu+tu+tu...*). No entanto, não comporta a mesma distância comunicativa da forma singular *você*. Vejam-se os exemplos:

(2.12) Tu tens de ser pontual.

(2.13) Você tem de ser pontual.

(2.14) Vocês têm de ser pontuais.

(2.15) Os senhores/as senhoras têm de ser pontuais.

O enunciado (2.14) constitui de facto um exemplo de pluralização de (2.12). Já no que toca a (2.13), é legítimo interrogarmo-nos sobre qual seria ser a opção de pluralização mais adequada. Ou seja: se o falante se dirigisse a mais

---

<sup>18</sup> Para uma análise mais aprofundada da noção de *face*, veja-se o capítulo 6 deste livro.

<sup>19</sup> Mencione-se, no entanto, a liturgia católica como reduto de sobrevivência do pronome *vós*.

do que um interlocutor, num contexto marcado por alguma distância entre os interlocutores, optaria por (2.14) ou (2.15)? Embora não haja, tanto quanto é do nosso conhecimento, nenhum estudo empírico recente sobre esta questão, tendemos a defender que (2.14) seria a opção preferencial do falante nativo, sendo (2.15) reservado para contextos de maior distância/ ou deferência, correlato, no plural do enunciado *O senhor/a senhora tem de ser mais pontual*. A validação empírica desta hipótese permitir-nos-ia então afirmar que se verifica uma neutralização da oposição proximidade vs. distância na 2ª pessoa do plural, com a sobrevivência de uma única forma, *vocês*.

Note-se, ainda, que *vocês* admite uma leitura dupla: de facto, pode funcionar como plural de *tu/você* (*tu+tu.../você+você...*), o que acontece, por exemplo, quando o professor se dirige à turma, mas pode ainda significar *tu/você + ele/a(s)*, como acontece, também a título de exemplo, num contexto em que o locutor refere a sua caminhada de 10 km com os filhos e o interlocutor replica *E vocês não ficaram de rastos?* Nesta réplica, *vocês* significa *tu/você + eles*.

Resta-nos mencionar os pronomes pessoais de 3ª pessoa do plural, *eles/elas*, que referenciam as entidades de que(m) se fala.

Não podemos finalizar esta subsecção sobre os pronomes pessoais dêiticos no PEC sem um breve apontamento sobre algo que caracteriza a nossa língua: referimo-nos ao facto de, tipicamente, eles não serem explicitados no discurso. Com efeito, a nossa língua é uma língua de sujeito nulo (ou língua '*pro-drop*'), dada a sua riquíssima flexão verbal. Quando alguém diz *desisto*, é redundante explicitar o pronome *eu*, dado que a 1ª pessoa está inequivocamente marcada na flexão verbal, sendo o contexto situacional convocado para a identificação referencial dessa variável, que é o falante. Tradicionalmente, fala-se de *sujeito subentendido*, nestes casos. Só em contextos marcados se assiste à explicitação obrigatória dos pronomes em apreço (Lobo 2013: 2332-2333). Vejamos os exemplos:

(2.16) Foste tu que comeste o bolo!

(2.17) A: Vai buscar as chaves.

B: Vai tu!

(2.18) A: Quem quer vir ao quadro?

B: (Quero) eu!

Em (2.16), trata-se de um contexto de sujeito focalizado; em (2.17), a realização do pronome corresponde ao sujeito focalizado contrastivamente num enunciado com valor imperativo, funcionando esse enunciado como rejeição de uma ordem (ou pedido) previamente expressa(o); e em (2.18), trata-se de um contexto de resposta a uma pergunta em que o sujeito corresponde à informação nova solicitada.

Há ainda um outro contexto em que a explicitação do sujeito dêitico é obrigatória, para evitar ambiguidade. Referimo-nos aos casos em que a flexão verbal da 1ª e da 3ª pessoas é formalmente idêntica. Veja-se, a título de exemplo, o enunciado *Quando o Rui telefonava, (ele/eu) desatava logo a chorar*.

A dêixis pessoal manifesta-se também nos **possessivos**<sup>20</sup>, como o quadro 2 ilustra:

**Quadro 2 – Possessivos**

Pessoa Número	Género (masc. e fem.)
1ª p. sing.	meu, minha
2ª p. sing.	teu, tua, seu, sua
3ª p. sing.	seu, sua
1ª p. pl.	nosso(s), nossa(s)
2ª p. pl.	vosso(s), vossa(s), seu(s), sua(s)
3ª p.pl.	seu(s), sua(s),

Os possessivos aliam ao valor dêitico um valor de posse. Por isso se diz que os possessivos correspondem às variantes casuais genitivas dos pronomes pessoais (Raposo 2013: 906). No PEC, flexionam em género, número e pessoa, concordando sempre, em género e número, com o(s) objeto(s) possuído(s). *Contraste-se o meu livro/ \*a minha livro*.

<sup>20</sup> Em Raposo et al. (2013) fala-se apenas em pronomes possessivos, tal como em Cunha & Cintra (1984). Já em Mateus et al. (2003) os possessivos aparecem incluídos na classe dos determinantes e no DT adopta-se igual mente uma distinção entre determinantes e pronomes possessivos. Sobre o estatuto sintático dos possessivos, que não será aqui discutido, veja-se Raposo et al. (2013: 729-730) e referências aí mencionadas.

Quanto à posição dos possessivos, há um padrão que importa evidenciar: ocorrem tipicamente à esquerda do nome, quando o SN é definido, e à direita do nome, quando o SN é indefinido. Este padrão é visível nos exemplos que se seguem:

(2.19) Estive três horas à espera do *teu* telefonema!

(2.20) Um amigo *meu* está a precisar de ajuda.

E não será despreciando sublinhar que, na norma do PEC, o possessivo pré-nominal não ocorre em posição inicial de SN, ao contrário do que acontece no PB. Assim, dizemos *o/este teu filho é um amor* e não \* *teu filho é um amor*. Ou seja, no PEC o possessivo é sempre precedido por um determinante definido, seja ele um artigo ou um demonstrativo<sup>21</sup>.

Também este subsistema pronominal reflete a existência de duas segundas pessoas do singular, no PEC: *teu, tua, teus, tuas*, quando a interação é informal, resultado da relação de proximidade entre os falantes, e *seu, sua, seus, suas*, quando a distância entre estes é mais acentuada. Contraste-se (2.21) e (2.22):

(2.21) Ó João, que seca... A *tua* filha está sempre a chorar! É mesmo um vidrinho!

(2.22) João, a *sua* filha chora muitas vezes. É uma menina muito sensível...

Como consequência da instalação de *você/s* no sistema pronominal do PEC, o possessivo de 3ª pessoa é hoje tendencialmente substituído pela contração da preposição *de* com o pronome pessoal tónico oblíquo correspondente, em posição pós-nominal (*dele(s)/a(s)*). O uso de *seu/sua/seus/suas* é tipicamente confinado ao possuidor *você*, como o seguinte exemplo atesta:

(2.23) O seu carro é espetacular!

---

<sup>21</sup> Excetua-se os casos das formas de tratamento em função vocativa que envolvem possessivos (*meu amor*, por exemplo). Sobre formas de tratamento no PEC, veja-se 2.1.4.

Já em (2.24), o possuidor reconhecido é uma terceira entidade, tipicamente não presente no contexto situacional e de quem se está a falar:

(2.24) O carro dele é espetacular!

Note-se, no entanto, que é possível resolver a ambiguidade quanto ao possuidor, recorrendo à expressão *próprio*:

(2.25) A Rita vai levar o seu próprio carro.

Há ainda casos de potencial ambiguidade gerada pelo uso do possessivo de 3ª pessoa, que também justificam a sua substituição pelo sintagma preposicional adstrito ao nome. Veja-se o exemplo (2.26), que pode ter as interpretações assinaladas em (2.26a):

(2.26) Quando encontrou a irmã, o Pedro fez alguns comentários elogiosos sobre os resultados dos seus exames.

(2.26a) Quando encontrou a irmã, o Pedro fez alguns comentários elogiosos sobre os resultados dos exames dela/dele.

Importa também mencionar uma construção com interpretação possessiva que é usada frequentemente no PEC e que não envolve o recurso aos possessivos:

(2.27) Eu conheço-lhe as manias!

(2.27a) Eu conheço as manias dele!

Em (2.27), parafraseável por (2.27a), *lhe* é um dativo de posse: denota o possuidor, sendo a entidade possuída representada pelo complemento direto *as manias*. Por defeito, atribui-se uma leitura de complemento indireto ao clítico *lhe*. No entanto, dado que o predicador *conhecer* não seleciona tal complemento, a interpretação prototípica é bloqueada e é ativada a leitura de posse.

Acrescente-se que os possessivos podem ser usados no PEC sem valor literal de posse. É o que acontece em certas formas de tratamento afetivas (*meu amor*, *minha linda*), cerimoniais (*Vossa Excelência*) ou ofensivas (*seu idiota*),

em função vocativa<sup>22</sup>, ou ainda em contextos de aproximação numérica (*Ele deve ter os seus cinquenta anos*). Mencione-se ainda um outro uso frequente, que corresponde a uma fórmula ritualizada para a realização do ato discursivo de brindar: *À nossa!*

Uma nota final para referir que há contextos em que se verifica, no PEC, a possibilidade do uso exclusivo do artigo definido no SN que faz referência ao objetivo possuído. É o que acontece, nomeadamente, nos casos em que o SN designa uma entidade tida como parte inalienável do corpo ou uma entidade única para os ‘possuidores’. Vejam-se os seguintes enunciados:

(2.28) Vou cortar o cabelo.

(2.29) Diz à mãe que não vou jantar. (num contexto de conversa telefónica entre irmãos)

Em (2.28), o SN definido refere uma parte do corpo do falante, havendo uma relação de posse inalienável entre a parte e o todo que é o corpo. Neste tipo de contextos, é redundante a explicitação do possessivo<sup>23</sup>. Em (2.29), é imediatamente ativada a interpretação de que se trata da mãe do falante e do ouvinte. A expressão de uma relação de parentesco que envolve os interlocutores é outro dos contextos em que se verifica apenas o uso do artigo definido no SN que refere a entidade ‘possuída’, no sentido lato do termo<sup>24</sup>.

A dêixis pessoal manifesta-se também, em português, na **flexão verbal**. De facto, as formas verbais comportam sufixos pessoais (ou número-pessoais, já que se verifica uma amálgama de número e pessoa no nosso paradigma verbal) que codificam a pessoa, sendo, por isso, redundante a explicitação do pronome

---

<sup>22</sup> O uso de possessivos com um valor afetivo pode ser interpretado como uma extensão metafórica do seu valor primitivo (valor dêitico pessoal + valor de posse) para o espaço afetivo/emocional do falante. Na secção sobre dêixis emocional, retoma-se brevemente esta questão.

<sup>23</sup> Neste aspeto, o português difere de línguas como, por exemplo, o inglês ou o francês, onde a ocorrência do possessivo é obrigatória: (i) *I have broken my arm*; (ii) *J'ai cassé mon bras*. Em Miguel & Raposo (2013:832-833), tal diferença é assinalada e fala-se inclusivamente do *valor possessivo do artigo definido*.

<sup>24</sup> Cf. Brito & Raposo (2013: 1073): “É plausível (...) conceber que o conceito de propriedade funciona como fonte metafórica para a expressão de um número variado de relações semânticas, muitas delas fora da área semântica da posse material.” Cf., também, Lyons (1977).

peçoal, como acima já se sublinhou. Veja-se, a título de exemplo, o presente do indicativo de um verbo regular de tema em *a*, onde se destacam, em itálico, os sufixos flexionais de pessoa-número<sup>25</sup>:

**Quadro 3 – Flexão verbal**

1ª pessoa singular	<i>canto</i>
2ª pessoa singular	<i>cantas / canta</i>
3ª pessoa singular	<i>canta</i>
1ª pessoa plural	(nós) <i>cantamos</i> , (a gente) <i>canta</i>
2ª pessoa plural	<i>cantais/cantam</i>
3ª pessoa plural	<i>cantam</i>

Por fim, refiram-se os **vocativos** como último caso de expressão da dêixis peçoal em português. Os vocativos são tipicamente expressões nominais que referem o ouvinte/interlocutor, não funcionando embora como argumentos selecionados pelo predicador<sup>26</sup>. São prosodicamente destacados e podem ocorrer em três posições, como a seguir se ilustra:

(2.30) (Ó) Rui, atende o telefone!

(2.31) Gostas de música brasileira, Rui?

(2.32) Estás a ver, João, o que te espera?

Em posição inicial, no PEC, podem ser precedidos pela partícula discursiva de chamamento ‘ó’ (que nunca é usada isoladamente), o que não ocorre tipicamente em posição final ou medial:

(2.31a) Gostas de música brasileira, # ó Rui?

(2.32a) Estás a ver, # ó João, o que te espera?

<sup>25</sup> Note-se a ausência de sufixo número-peçoal na 3ª pessoa do singular.

<sup>26</sup> Note-se que o vocativo é o único caso dêítico. Sobre vocativos, cf. Zwicky (1974), Schaden (2010), Carvalho (2010), e.o.

Na literatura sobre vocativos, distinguem-se habitualmente dois tipos: o **vocativo de chamamento** ou de interpelação, que ocupa a posição inicial ilustrada em (2.30), e o **vocativo destinatário**, cuja distribuição se ilustra em (2.31) e (2.32). O primeiro tipo é usado para estabelecer contacto com o interlocutor, chamando a sua atenção, num cenário de interpelação direta; o segundo é utilizado como mera forma de tratamento com uma função fática, que mantém ou reforça o contacto entre os interlocutores. Esta distinção é claramente pragmática, dado que se prende com o que o falante pode fazer usando um vocativo.

Note-se que os vocativos de chamamento ocorrem prototipicamente em enunciados que realizam atos diretivos (de pergunta, de ordem, de pedido...) e expressivos, ao passo que os vocativos destinatários não oferecem qualquer resistência à ocorrência em asserções. Voltaremos aos vocativos na secção sobre dêixis social, já que se trata de um tópico que claramente articula os dois tipos de dêixis.

### 2.2.2. Dêixis temporal

A dêixis temporal diz respeito ao modo como as línguas identificam intervalos de tempo e codificam a localização temporal, a partir do momento da enunciação<sup>27</sup>.

A construção da localização no eixo do tempo envolve, pois, a tomada em consideração de um **ponto de referência** (ou ponto de perspectiva temporal) a partir do qual se marcam relações de ordem, ou seja, **relações de anterioridade, posterioridade** ou **sobreposição**. O ponto de referência que aqui nos interessa é, justamente, o momento da enunciação, ou seja, o momento da produção do enunciado ou do discurso.

Note-se que, em línguas como o inglês, há duas palavras distintas, *time* (tempo como realidade física, tempo cronológico) e *tense* (tempo linguístico, gramatical), para duas realidades que são designadas em português por uma só palavra, *tempo*. Assim, falando de dêixis temporal em português, estamos

---

<sup>27</sup> Naturalmente, há formas não dêíticas de localização temporal, que são referencialmente autónomas. É o caso óbvio das datas: a expressão *no dia 25 de abril de 1974* funciona como um designador de referente fixo e único. Sobre a localização temporal anafórica, falar-se-á mais adiante.

a falar do modo como a nossa língua codifica linguisticamente os intervalos do tempo cronológico, assumindo como ponto de referência a *agora* correspondente ao momento da fala.

Tal como a dêixis pessoal se relaciona intrinsecamente com a categoria linguística **pessoa**, também a dêixis temporal se relaciona intrinsecamente com a categoria linguística **tempo**. E esta é uma categoria de tipo relacional, porque o posicionamento de uma situação num determinado sector do eixo cronológico implica sempre a tomada em consideração de um intervalo que funciona como ponto de referência. A dêixis temporal manifesta-se em português através de advérbios e locuções adverbiais de tempo (localizadores adverbiais) e dos tempos verbais (localização por meios verbais, marcada por um subsistema gramatical que envolve sufixos verbais e verbos auxiliares)<sup>28</sup>.

Começemos por descrever o sistema dos **advérbios e locuções adverbiais** temporais dêíticos. Atente-se nos exemplos (2.33) e (2.34):

(2.33) Agora, são exactamente 10h.

(2.34) Agora, as calças à boca de sino não estão na moda.

*Agora* pode designar um intervalo de tempo que coincide com o momento de enunciação, como acontece em (2.33), mas pode também designar um intervalo mais amplo que inclui esse momento, como em (2.34). No primeiro caso, é substituível por *neste momento*, no segundo por *atualmente, nos dias de hoje* ou *hoje em dia*.

Há também expressões lexicais que funcionam como nomes dêíticos de dias ou de períodos mais amplos de tempo, expressões que usamos para medir o tempo cronológico, na nossa cultura<sup>29</sup>:

---

<sup>28</sup> Cf. Peres (1993), Mória (2003).

<sup>29</sup> Note-se a assimetria da distribuição dos nomes de dias lexicalizados em português, tal como em espanhol: uma só palavra para o dia que se segue a *hoje*, duas palavras para os dias que antecedem *hoje*: *amanhã/ ontem, anteontem*. Note-se ainda a metáfora do tempo movente presente em expressões como *na semana que vem, no ano passado*, algo que se entende facilmente dado que o movimento envolve espaço e tempo, simultaneamente.

**Quadro 4 – Advérbio e locuções adverbiais dêiticas**

anterioridade	sobreposição	posterioridade
ontem	hoje	amanhã
anteontem	hoje	depois de amanhã
na semana passada	(n) esta semana	na próxima semana/na semana que vem
no mês passado	(n) este mês	no próximo mês
no ano passado	(n) este ano	no próximo ano
no século passado	(n) este século	no próximo século
no milénio passado	(n) este milénio	no próximo milénio

O quadro pressupõe que *hoje* é o dia ou a unidade de tempo do calendário que inclui o momento da produção do discurso.

Um aspeto interessante, que aliás se verifica noutras línguas românicas e também no inglês, é o facto de o uso de *hoje/ontem/amanhã* se sobrepor ao uso de termos do calendário para os dias relevantes. Clarificando, um falante nativo dirá preferencialmente (2.35) em detrimento de (2.36), se amanhã for sexta-feira:

(2.35) Amanhã, vou levar o carro à inspeção.

(2.36) Sexta-feira, vou levar o carro à inspeção.

Já agora, falando de dias da semana, é relevante referir que, quando um desses dias é mencionado no discurso, a interpretação por defeito é dêitica, o mesmo acontecendo com o nome de meses:

(2.37) Quinta-feira tenho de ir a Lisboa.

(2.38) Em agosto, vou a Inglaterra.

O ouvinte interpreta automaticamente quinta-feira como significando *na próxima quinta-feira* e agosto como sendo *o próximo mês de agosto*.

Outro ponto que importa evidenciar prende-se com o facto de, no PEC, advérbios e locuções adverbiais de tempo como, por exemplo, *antes*, *depois*, *em breve* terem um estatuto híbrido. De facto, podem ser interpretados em

termos dêíticos, como se ilustra em (2.39), ou em termos anafóricos<sup>30</sup>, como (2.40) exemplifica:

(2.39) Antes, o adro era o centro da aldeia. Hoje, é apenas um lugar de encontro em dias de missa.

(2.40) O João chegou ao meio-dia, mas a Patrícia veio antes.<sup>31</sup>

Em (2.39), *antes*, parafraseável por *antigamente*, tem uma interpretação dêítica lata, por oposição a *hoje*; já em (2.40), *antes* significa *antes do meio-dia*, hora de chegada do João.

Por vezes, verifica-se uma *transposição* ou *projeção do centro dêítico*, tipicamente através de processos de focalização interna de uma personagem, em textos narrativos, o que dá origem a usos peculiares dos advérbios dêíticos. Veja-se o exemplo (2.41):

(2.41) “E fugiu para o quarto, cheio só de compaixão e ternura, com uma grossa lágrima nas pestanas. Sentia *agora* bem a tortura em que o pobre Carlos se debatera, sob o despotismo de uma paixão até aí legítima.” (Eça de Queirós, *Os Maias*)

O centro dêítico, no último enunciado do texto, já não é o narrador-sujeito da enunciação, mas sim a personagem que entretanto foi posta em cena, Ega: *agora* significa, neste contexto, o momento do tempo em que Ega se encontra, sofrendo em plena sintonia com o seu amigo Carlos. Note-se a coocorrência de *agora* com o imperfeito do indicativo, uma aparente anomalia semântica que sinaliza justamente a alteração de ponto de vista, correspondente à focalização da vivência interior da personagem<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Fala-se em interpretação *anafórica* quando a interpretação de uma expressão depende do valor semântico de uma outra expressão, tipicamente presente no discurso anterior. Em (2.40), *antes* significa *antes do meio dia*.

<sup>31</sup> Exemplo retirado de Lopes & Morais (2000).

<sup>32</sup> Bühler (1934), Lyons (1977) e Fillmore (1997) já tinham sublinhado que pode haver usos “derivados” de dêíticos, resultantes de transposições das coordenadas enunciativas, cuja explicação

Vejamos agora os **tempos verbais** na sua função de localizadores temporais. Os tempos verbais são tradicionalmente categorizados como *absolutos* (aqueles que localizam a partir do momento da enunciação) e *relativos* (aqueles que localizam a partir de um ponto de referência textualmente especificado). Nas linhas que se seguem, serão explicitados e exemplificados os tempos absolutos e os tempos relativos do PEC.

O nosso sistema verbal comporta três tempos absolutos ou dêíticos (Cunha & Cintra 1984, Fonseca, 1983, Peres 1993, Oliveira 2013): o presente, o pretérito perfeito e o futuro. Vejam-se alguns exemplos:

(2.42) O Pedro está a nadar (neste momento).

(2.43) A Ana partiu para férias (ontem).

(2.43) O Rui vai partir para férias (amanhã).

A situação representada em (2.42) está localizada num intervalo de tempo que se sobrepõe ao momento da enunciação, graças ao uso do tradicionalmente chamado presente perifrástico, *está a tomar*, que se constrói com o verbo auxiliar *estar* no presente do indicativo, seguido da preposição *a* e do infinitivo do verbo principal<sup>33</sup>.

Em (2.43), a situação está localizada num intervalo de tempo anterior ao momento de enunciação ou momento da fala, e a marcação linguística desta localização temporal é assegurada pelo pretérito perfeito simples do Indicativo, *partiu*. Note-se que a eventual explicitação do advérbio de tempo *ontem* contribuiria para circunscrever de forma mais precisa o intervalo de tempo relevante.

Em (2.44), a situação descrita ocupa um intervalo de tempo que é posterior ao momento da enunciação, sendo que tal localização é construída pelo chamado futuro próximo do indicativo (construído com o verbo auxiliar *ir* no presente do indicativo e o infinitivo do verbo principal), eventualmente coadjuvada por

---

envolve o recurso à noção de alteração de perspectiva ou ponto de vista. O exemplo em apreço ilustra claramente um caso do que Bühler designou de *dêixis am fantasma* (cf. nota 10).

<sup>33</sup> Assinale-se que no PB e em certas variedades não padrão do PEC este tempo verbal se constrói com o verbo auxiliar *estar* no presente, seguido de gerúndio: *estou nadando*.

um advérbio de tempo com idêntico valor de posterioridade (no caso vertente, *amanhã*).

Assim, verifica-se que o momento da enunciação funciona tipicamente como ponto de referência nuclear no que diz respeito à localização temporal das situações linguisticamente representadas no enunciado.

Poder-se-ia, com toda a legitimidade, perguntar por que razão não se usa o presente simples do indicativo para expressar a relação de sobreposição entre a situação descrita e o momento de enunciação. Ou seja, porque não *O Pedro nada*, em vez de (2.44)? A questão prende-se essencialmente com o valor aspetual dos predicadores, ou seja, em termos simples, com o tipo de situação que eles denotam (Cunha, 2013). Assim, se o predicador descreve uma situação dinâmica, um evento, como acontece com o verbo *nadar*, no exemplo (2.44), a marcação de uma relação de sobreposição com o momento da enunciação envolve o uso do presente perifrástico, como já foi mencionado<sup>34</sup>. De facto, se dissermos *o Pedro nada*, o enunciado significa que o Pedro nada regularmente, ou, por outras palavras, que o Pedro tem o hábito de nadar. No entanto, se o predicador denotar um estado, uma situação não dinâmica, a expressão linguística da relação de sobreposição com o momento da fala passa pela seleção do presente simples do indicativo<sup>35</sup>:

(2.45) O Rui gosta da Luísa.

(2.46) O Rui está doente.

Quanto à expressão da relação de posterioridade, o exemplo (2.43) ilustra a estrutura que talvez se possa considerar mais produtiva no PEC, e que envolve

---

<sup>34</sup> Só em contextos muito circunscritos se utiliza, no PEC, o presente simples do indicativo como marcador de uma relação de sobreposição com o momento da enunciação, com predicadores eventivos (Lopes 1995; Oliveira & Lopes 1995). Referimo-nos a dois contextos específicos, o contexto de reportagem direta e o uso de verbos performativos, ilustrados respetivamente em (i) e (ii): (i) Neste preciso momento, Rosa Mota corta a meta! (ii) Prometo que não divulgo.

<sup>35</sup> O presente pode ainda ser usado para tornar mais expressiva a descrição de um evento passado, pela criação de um efeito de dramatização. É o chamado *presente histórico* ou *narrativo*, que se encontra, por exemplo, no seguinte texto de Saramago: (i) Subiram homens à plataforma com longas e fortíssimas alavancas, esforçadamente soergueram a pedra ainda instável, e outros homens introduziram-lhe de baixo calços com o rasto de ferro, que puderam deslizar sobre o barro (...). Êeeeeeeiii-ô, Êeeeeeeiii-ô, Êeeeeeeiii-ô, todo o mundo *puxa* com entusiasmo, homens e bois (...)

o uso do verbo auxiliar temporal *ir* no presente do indicativo, seguido do verbo principal no infinitivo. No entanto, a língua disponibiliza outras possibilidades, como a seguir se demonstra:

(2.47) A abertura solene do ano letivo terá lugar no dia 17 de setembro de 2016. (numa comunicação escrita da Reitoria)

(2.48) Faço anos amanhã.

Em (2.47), é usado o futuro simples do indicativo, dado que se trata de um registo escrito formal; em (2.48), a coocorrência do presente do indicativo com uma expressão adverbial dêitica (no caso vertente, *amanhã*) é também uma forma corrente de localização temporal na esfera do futuro<sup>36</sup>. Podemos, pois, sumariar o que vimos sobre tempos verbais dêíticos no seguinte quadro, assumindo que o ponto de referência para cálculo das relações de ordem é o momento da enunciação:

**Quadro 5 – Tempos verbais dêíticos**

anterioridade	sobreposição	posterioridade
		Futuro simples do indicativo
PPS (pretérito perfeito simples do indicativo)	PI (presente do indicativo, simples ou perifrástico)	PI+ adverbial dêitico
		Verbo auxiliar <i>ir</i> no PI + infinitivo do verbo principal

Iniciámos esta secção falando da oposição tradicional entre tempos absolutos e tempos relativos, que recorta a atual designação tempos dêíticos vs. tempos anafóricos. Fonseca (1985) questiona esta oposição, considerando que há

(José Saramago, *Memorial do convento*). Graças à utilização do presente, o narrador põe perante os nossos olhos o esforço coletivo, como se de um painel vivo se tratasse.

<sup>36</sup> Note-se que o futuro simples pode perder por completo o seu valor de localizador dêitico na esfera do futuro e assumir um valor meramente modal, nomeadamente um valor modal epistémico de não-certeza (Oliveira & Mendes 2013; Marques 2013), como os exemplos demonstram: (i) O Senhor Matias *terá* 50 anos; (ii) Neste momento, ele *estará* reunido com o Diretor.

um *continuum* entre dêixis e anáfora<sup>37</sup>. Consequentemente, analisa o sistema verbal português em dois subsistemas, o subsistema dêitico primário acima descrito, e o subsistema dêitico secundário, que reúne os restantes tempos verbais do indicativo: o imperfeito, o pretérito mais-que-perfeito, o condicional e, acrescentamos nós, o futuro composto<sup>38</sup>. Este subsistema dêitico secundário, que designaremos de subsistema verbal anafórico, para evitar potenciais ambiguidades, assume como ponto de referência para a localização já não o momento da enunciação, mas um ponto de referência textualmente construído a partir do qual os tempos verbais marcam, de novo, as três relações de ordem logicamente possíveis (sobreposição, anterioridade e posterioridade).

Assim, e tomando em consideração apenas os valores de localização temporal dos tempos verbais acima mencionados, diremos que o imperfeito marca tipicamente uma relação de sobreposição com um ponto de referência situado na esfera do passado e textualmente construído (2.52), o pretérito mais-que-perfeito marca anterioridade relativamente a um ponto de referência situado no passado (2.53), o condicional marca uma relação de posterioridade relativamente a um ponto de referência passado (2.54)<sup>39</sup>, e o futuro composto marca uma relação de anterioridade relativamente a um ponto de referência situado na esfera do futuro (2.55):

(2.52) “O desembarque do Mindelo teve lugar em 8 de Julho de 1832. No dia seguinte, as tropas liberais entravam triunfalmente no Porto sem terem disparado um tiro.” (Oliveira Marques, *História de Portugal*)

---

<sup>37</sup> Vejam-se as suas palavras: “(...) il n’y a pas de différence de nature entre éléments déictiques et éléments anaphoriques: les uns et les autres impliquent une référence aux coordonnées de l’énonciation, directe, dans un cas, indirecte, médiante, dans l’autre.” (1985: 280-281). A dicotomia deíxis vs. anáfora tem sido problematizada por muitos outros autores (cf. Levinson 2004, Hanks 2011, e.o.).

<sup>38</sup> O estatuto do pretérito perfeito composto do indicativo é mais complexo, já que combina de forma muito estreita valores temporais e aspetuais. Com efeito, quando combinado com predicadores estativos, permite representar um estado que teve início num momento anterior ao momento da enunciação e se prolonga até esse mesmo momento, embora não o inclua necessariamente (Peres 1993:26): (i) *O Rui tem estado doente*. Quando combinado com predicadores eventivos, a leitura que se obtém é iterativa, continuando o ponto de referência a ser o momento da enunciação: (ii) *O Rui tem visitado a avó*.

<sup>39</sup> Cunha e Cintra (1984) utilizam designações bastante transparentes para designar o valor localizador do imperfeito, do pretérito mais-que-perfeito e do condicional, respetivamente *presente do passado*, *passado do passado* e *futuro do pretérito*. Cf. também Peres (1993), com uma proposta de terminologia semelhante para o tradicional condicional: *posterior a passado*.

(2.53) Quando o táxi chegou, o João tinha sumido.

(2.54) O Rui prometeu que viria no dia seguinte.

(2.55) No próximo mês de agosto, o Rui terá concluído o estágio profissional.

Em (2.52), a forma verbal *entravam*, no imperfeito do indicativo, marca sobreposição temporal com o ponto de referência situado na esfera do passado e construído discursivamente, *no dia seguinte* [ao dia 8 de julho de 1832]. Em (2.53), a oração adverbial temporal introduzida por *quando* constrói discursivamente um ponto de referência situado na esfera do passado e a forma verbal no pretérito mais-que-perfeito marca anterioridade relativamente a esse ponto de referência. Em (2.54), o condicional *viria* marca posterioridade relativamente ao ponto de referência construído discursivamente pela forma verbal *prometeu*. Em (2.55), é o adjunto temporal *no próximo mês de agosto* que constrói o ponto de referência, situado na esfera do futuro, relativamente ao qual o futuro composto *terá* construído marca anterioridade.

### 2.2.3. Dêixis espacial

Este tipo de dêixis diz respeito à especificação da localização no espaço de indivíduos ou objetos tomando como ponto de referência o espaço físico ocupado pelo falante e pelo interlocutor no evento comunicativo<sup>40</sup>.

No PEC, os dêiticos espaciais envolvem os pronomes e determinantes **demonstrativos** e alguns **advérbios** e **locuções adverbiais de lugar**. Há ainda alguns verbos que comportam traços semânticos dêiticos, como se verá mais adiante. Começaremos por apresentar, no quadro 5, o conjunto dos demonstrativos em português e explicitaremos de seguida como funcionam tendo em conta os parâmetros distância e visibilidade.

---

<sup>40</sup> É, obviamente, possível localizar de forma não dêítica, assumindo pontos de referência fixos. Veja-se o exemplo seguinte: (i) *A pasta está em cima da secretária da sala 6 da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.*

## Quadro 6 – Demonstrativos

	Singular	Plural
Masculino	este, esse aquele	estes, esses, aqueles
Feminino	esta, essa, aquela	estas, essas, aquelas
Neutro	isto, isso, aquilo	

Segundo Fillmore (1997), os demonstrativos podem ter dois usos, um uso *gestual* e um uso não gestual (ou *simbólico*, na terminologia do autor): ‘este braço’ é uma expressão que, ao ser enunciada, é tipicamente acompanhada por um gesto (ou por um movimento de cabeça que envolve um olhar), ao passo que ‘esta cidade’ prescinde de qualquer gesto. Assim, no primeiro exemplo teríamos um uso gestual e no segundo um uso simbólico do demonstrativo.

Seja como for, o que importa evidenciar é que os demonstrativos ocorrem prototipicamente acompanhados de gestos; essa coocorrência parece ser crucial relativamente ao modo como as crianças aprendem os demonstrativos, “which are always amongst the first fifty words learnt and often the firsts closed-class set acquired, and the acquisition of the pointing gesture precedes the use of the words” (Levinson, 2004: 29).

Na esteira da classificação das línguas proposta por Anderson & Keenan (1985), baseada no número de demonstrativos e advérbios locativos dêiticos de que dispõem, diremos que o português é uma língua que tem um sistema tripartido de termos para a localização espacial<sup>41</sup>. Vejam-se os demonstrativos *este*, *esse* *aquela* (e suas variantes morfológicas), bem como os advérbios de lugar *aqui*, *aí*, *ali*. Tipicamente, *este* localiza uma entidade num espaço próximo do falante, *esse* localiza num espaço próximo do ouvinte e *aquela* localiza num espaço relativamente afastado do falante e do ouvinte<sup>42</sup>:

<sup>41</sup> Ao contrário, por exemplo, do francês e do inglês, que possuem um sistema bipartido ou binário: *celui-ci/ celui-là, ici/là(-bas); this/that, here/there*.

<sup>42</sup> Segundo Miguel & Raposo (2013:865), os demonstrativos, no PEC, não podem funcionar como determinantes de SN que referem entidades únicas, mesmo quando tais entidades estão presentes no contexto situacional. E dão o seguinte exemplo: *#Aquele Presidente da República vai amanhã para Marrocos*. No entanto, parece prudente matizar a afirmação, dada a plena aceitabilidade de

(2.56) Este dicionário é excelente.

(2.57) Esse lápis precisa de ser afiado.

(2.58) Aquele quadro, ao fundo da sala, tem uma história curiosa.

Note-se a plena compatibilidade entre os demonstrativos e os advérbios de lugar dêiticos: confronte-se a série *este aqui, esse aí, aquele ali* com a série *\*este ali, \*essa aqui, \*aquela aí*.

Proximidade vs. distância relativamente a *eu/tu* são, pois, parâmetros operatórios na caracterização da dêixis espacial em português, havendo três filtros de vizinhança (Lopes, 1971: 141), marcados pelos demonstrativos e pela série dos advérbios *aqui, aí e ali*<sup>43</sup>. *Aqui* denota tipicamente o espaço físico ocupado pelo falante, *aí* aponta para o espaço físico ocupado pelo interlocutor e *ali* refere um espaço distante de ambos<sup>44</sup>. No entanto, verifica-se no PEC uma oposição binária, e não ternária, entre os advérbios *cá e lá*, designando o primeiro um espaço que inclui o falante e o segundo um espaço distante dele.

Parece-nos pertinente recorrer ao parâmetro visibilidade para dar conta das diferenças semânticas entre *aqui* e *cá* e *ali* e *lá*. O parâmetro visibilidade prende-se com o facto de o objeto localizado estar ou não no campo de visão do falante (e do ouvinte). No PEC, *isto/este, isso/esse e aquilo/aquela* (e respetivas variantes morfológicas) designam e localizam entidades que são perceptíveis para ambos os interlocutores<sup>45</sup>.

No que toca aos advérbios de lugar, a questão é um pouco mais complexa: prototipicamente, *aqui* aponta tipicamente para uma localização mais circuns-

---

enunciados como o que se segue: *Este Papa é mesmo um homem corajoso!* O que está em jogo, neste último enunciado, parece ser a possibilidade de os demonstrativos poderem ser usados ao serviço da dêixis emocional, que será abordada mais adiante.

<sup>43</sup> *Ali* e *acolá* são advérbios equivalentes, alternando frequentemente, apontando ambos para lugares ou espaços não próximos do falante ou do ouvinte, mas acessíveis em termos de visibilidade. Cf. Lopes (1971), Teixeira (2005), Raposo (2013).

<sup>44</sup> Importa, todavia, assinalar que *aqui* nem sempre referencia o espaço físico ocupado pelo falante. Vejam-se as seguintes expressões, todas elas perfeitamente aceitáveis: *aqui em Coimbra, aqui em Portugal, aqui no planeta Terra, aqui no nosso universo*. O que estes exemplos demonstram é que a área denotada por *aqui* é variável; mas, mesmo que refira áreas muito vastas, que não se circunscrevem ao contexto situacional, *aqui* denota sempre um espaço organizado em torno do falante, no momento em que este enuncia o seu discurso.

<sup>45</sup> Note-se que quando os demonstrativos funcionam anaforicamente, ou seja, quando retomam referentes mencionados no texto, a oposição *este/esse* parece neutralizar-se em alguns contextos que, tanto quanto sabemos, não foram ainda descritos de forma sistemática. Veja-se o exemplo

crita e delimitada, e, por isso mesmo, diretamente perceptível, e *cá* denota um espaço mais abrangente, que não se confina ao que é percecionado pelos interlocutores. Vejam-se os exemplos:

(2.59) Dói-me aqui/\**cá* (enunciado por um falante que aponta para um ponto específico no joelho).

(2.60) Aqui (nesta sala) não é permitido fumar.

(2.61) Dizem que *cá* em Portugal o inverno é ameno, mas aqui onde eu vivo está um frio de rachar.

No entanto, a oposição entre *aqui* e *cá* pode neutralizar-se em contextos em que não é relevante para o falante expressar um traço de localização espacial [ $\pm$  circunscrita], como se atesta no exemplo seguinte<sup>46</sup>:

(2.62) Sinto-me tão bem aqui que aconselho toda a gente a vir para *cá*.

Contrastando agora o par *cá* e *lá*, verifica-se de novo a relevância do parâmetro distância, com a diferença de que há apenas um filtro de vizinhança, o falante. Com efeito, *cá* aponta para um espaço que inclui o falante (podendo também incluir o espaço do interlocutor), ao passo que *lá* aponta para um espaço afastado do locutor<sup>47</sup>:

(2.63) Podes fumar *lá* fora.

(2.64) *Cá* (no meu país), o governo decidiu combater a austeridade; *lá* (no teu país, no país dela), continua a política dos cortes nos serviços públicos.

---

seguinte (Miguel & Raposo, 2013: 866): (i) O meu autor favorito escreveu um novo livro. *Este/* esse livro, no entanto, não foi bem acolhido pela crítica.

<sup>46</sup> Este exemplo, retirado do *corpus* CETEMPúblico, aparece em Raposo (2013:1619).

<sup>47</sup> O advérbio dêitico *lá* coocorre tipicamente com outras expressões de localização espacial: *lá fora, lá dentro, lá em cima, lá em baixo, lá no Brasil*, etc.

Note-se que os advérbios *cá* e *lá* são bastante produtivos na formação de expressões fixas ou semi-fixas: *este já cá canta!*; *por dá cá a aquela palha*; *toma lá, dá cá; tu cá, tu lá*.

Cf. Raposo (2013: 1619).

Importa ainda referir que no PEC há verbos cujo significado comporta uma componente dêitica. É o caso dos verbos de movimento *ir* e *vir*<sup>48</sup>, *levar* e *trazer*, *emigrar* e *imigrar*, que operam uma distinção semântica ao nível do movimento relativamente ao lugar onde se encontra o falante<sup>49</sup>: *ir* e *levar* expressam movimento numa direção que se afasta do espaço ocupado pelo falante, ao contrário de *vir* e *trazer*, que expressam movimento em sentido inverso:

(2.65) Vou a Lisboa no próximo mês.

(2.66) Vim ontem de Lisboa.

(2.67) #Vou a Coimbra no próximo domingo.

Os dois primeiros exemplos estão bem formados, assumindo-se que o falante que os profere está em Coimbra. Já o último exemplo evidencia anomalia pragmática, se se partir da mesma assunção de que o falante está em Coimbra.

Note-se a total compatibilidade entre o advérbio dêitico *cá* e o verbo *vir*, bem como entre o advérbio dêitico *lá* e o verbo *ir*:

(2.68) Os meus primos vieram cá/\*lá passar o Natal.

(2.69) Vamos lá/\*cá todos os anos passar o Natal.

Ainda no campo dos advérbios locativos com uma componente dêitica de significado, encontramos em português o par *além* e *aquém*. Ambos permitem tipicamente localizar entidades como estando de um lado ou de outro de um ponto de referência espacial, sendo a orientação estabelecida deiticamente, em

---

<sup>48</sup> Esta é a descrição tradicional. Seria, no entanto, relevante fazer uma análise empírica mais aprofundada dos usos dos verbos *ir* e *vir*, no PEC, de modo a poder validar uma outra hipótese, levantada em Levinson (2004), relativamente ao par correspondente de verbos em inglês, *go* vs. *come*. Segundo Levinson, há uma oposição semântica privativa entre estes verbos, sendo *come* analisado como marcado relativamente ao traço [+movimento na direção do espaço do falante] e *go* como não-marcado relativamente ao mesmo traço, adquirindo por inferência o valor que habitualmente *he* é associado. De facto, parece-nos haver usos de *ir*, em português, em que o traço [+movimento de afastamento do espaço do falante] não parece de todo relevante, como no exemplo seguinte: (i) *Eles foram ao cinema ontem à noite*.

<sup>49</sup> A distinção pode ser expressa através de um afixo (*emigrar/imigrar*) ou através de itens lexicais distintos.

função da posição do falante (Raposo, 2013: 1620)<sup>50</sup>. *Aquém* situa algo do lado em que se encontra o falante, relativamente a um ponto de referência espacial, e *além* situa do lado oposto:

(2.70) A minha aldeia fica *aquém* (= para cá)/*além* (= para lá) do rio.

Por fim, mencionem-se outras expressões locativas que no PEC podem funcionar como dêiticos, localizando a partir do espaço ocupado pelo falante<sup>51</sup>:

(2.71) O Rui está *atrás/ à frente/ à esquerda/ à direita* da árvore.

Antes de fecharmos esta secção, parece-nos relevante chamar a atenção para a possibilidade de termos da dêixis espacial poderem ser usados com valores temporais, o que ilustra um processo de transposição metafórica da estruturação de um domínio-fonte para um domínio-alvo, processo recorrente nas línguas humanas, como a Linguística Cognitiva tem pertinentemente sublinhado. E um dos percursos conceptuais mais comuns envolve justamente a transposição *espaço > tempo*, baseado na metáfora *Tempo é Espaço*:

(2.72) *Daqui* em diante (= de *agora* em diante), toda a gente tem de chegar a horas.

(2.73) *Daqui até lá* (= de *agora até esse momento*), não me doa a cabeça...

Alguns dos advérbios locativos que funcionam dêiticamente podem também operar anaforicamente, o que parece de novo iniciar um *continuum* entre dêixis

---

<sup>50</sup> Note-se que *além* pode ainda localizar num espaço distante do espaço do falante e interlocutor, acrescentando distância à localização expressa por *lá*, o que não acontece com *aquém*.

<sup>51</sup> Cf. Teixeira (2001), que desenvolve este tópico, mostrando que a questão é um pouco mais complexa. De facto, na organização conceptual do espaço, há objetos que têm orientações espaciais intrínsecas, ou seja, que têm, inerentemente, uma parte da frente e uma parte de trás. Se em vez de árvore, no exemplo (2.71), tivéssemos escolhido a palavra *carro* (um objeto que tem, intrinsecamente, uma parte da frente e uma parte de trás), o exemplo não ilustraria paradigmaticamente o funcionamento dêitico das expressões em apreço, podendo dar origem a ambiguidade interpretativa, entre uma leitura dêitica e uma leitura não dêitica.

e anáfora (Raposo 2013:1621). Vejam-se os exemplos, onde se destacaram, entre parênteses retos, os antecedentes retomados pelos itens *aí*, *ali* e *lá*:

(2.74) A Turquia ocupa desde então [uma parte do território desse país] (...), criando *aí* uma república que só ela reconhece. (CETEMP)

(2.75) Em meados de Janeiro, um aluimento de terras n[a Rua de Macau] (...) quase engoliu um guarda da PSP que por *ali* passava na altura da derrocada. (CETEMP)

(2.76) Fui a correr a[o café] para pedir ajuda e foi *lá* que o encontrei.(CETEMP)

Há, ainda, casos em que localização dêitica e anafórica são simultaneamente atualizadas:

(2.77) Ravena, 3 de Setembro de 1970 – Estou aqui a lembrar-me de Granada. É que sinto a mesma perplexidade rendida que senti há anos naquela cidade espanhola. (Miguel Torga, *Diário XI*)

Em (2.77), o escritor começa por identificar o local onde se encontra (Ravena); e a referência do advérbio *aqui*, cujo valor dêitico consiste justamente em codificar o espaço ocupado pelo falante, é processada graças à retoma do valor referencial do topónimo Ravena.

Parece, pois, “plausível afirmar que a anáfora é a contrapartida textual da dêixis, na medida em que transpõe para o espaço textual o modo de funcionamento mostrativo da dêixis” (Lopes 2006: 281). As expressões dêiticas partilham com as anafóricas dois traços fulcrais, a sua dependência referencial –as primeiras dependem do contexto situacional, as segundas, do contexto verbal – e o seu funcionamento mostrativo<sup>52</sup>.

---

<sup>52</sup> Como assinala Huang, na esteira de Lyons (1977), “the endophoric use of a deictic expression is secondary in that it is derived from the exophoric one. (...) From the point of view of ontogeny,

## 2.2.4. Dêixis social

A dêixis social envolve os aspetos da estrutura da língua que codificam a identidade social dos interlocutores ou a relação social entre eles (Levinson 1983:89). A informação codificada nos dêiticos sociais pode incluir classe social, relação de parentesco, idade, sexo, profissão e até grupo étnico (Huang 2014: 208). Assim, a dêixis social reflete a organização social da comunidade no plano institucional (família, escola, sistema jurídico, religioso, militar, sistema de saúde...) e a sua estratificação social (idade, classe, género, profissão, entre outras variáveis).

Para uma descrição cabal da dêixis social de uma determinada comunidade geolinguística, num determinado momento da sua história, é necessário conhecer os códigos e práticas socialmente legitimados, isto é, as regras de comportamento sócio-comunicativo que permitem gerir de forma harmoniosa as trocas verbais, sem disrupções ao nível das relações interpessoais.

Na esteira de Levinson (1983) e Brown & Levinson (1987), é possível identificar dois tipos de dêixis social: absoluta e relacional. A primeira envolve formas que só podem ser usadas por certos falantes autorizados ou para determinados interlocutores. No PEC, há formas de tratamento que são exclusivamente utilizadas para determinados interlocutores, por exemplo *Magnífico Reitor* e *Senhor Presidente da República*. A segunda envolve formas de tratamento que tipicamente expressam relações entre locutor e interlocutor, locutor e ouvinte não participante no ato comunicativo, locutor e pessoa de quem se fala. Apenas nos ocuparemos da dêixis relacional e, mais especificamente, da dêixis relacional ativada em situação de interlocução direta (ou alocação). Assim, as formas de tratamento no espaço da hetero-referência ao interlocutor, no PEC, constituirão o cerne desta secção<sup>53</sup>.

É reconhecido, diríamos mesmo consensual, que as formas de tratamento em PEC revelam, nos dias de hoje, alguma instabilidade, causadora de desconforto e até de insegurança linguística. E também parece plausível assumir, com Gouveia (2008:97), que “estamos presentemente a sofrer as transformações

---

children acquire exophoric functions first.”(Huang: 2014:216).

<sup>53</sup> Ficam, pois, de lado as formas que o falante utiliza para se referir à instância *ele/a*.

de passagem de um sistema de face (...) de base hierárquica e deferencial para um sistema de base mais igualitária e de envolvimento”, devido às rápidas transformações sociais, globais e locais, vivenciadas nas últimas décadas. Tais transformações sociais acarretaram inevitavelmente mudanças no modo como construímos e expressamos linguisticamente as nossas identidades e papéis simbólicos, e não há ainda um estudo empírico, sócio-linguisticamente robusto, que nos permita descrever de forma plenamente consistente e sustentada como funcionam hoje as formas de tratamento no PEC<sup>54</sup>. No entanto, tentar-se-á delinear, em linhas gerais, o funcionamento do complexo sistema das formas de tratamento do PEC, a partir da informação disponível e sem negligenciar a nossa própria competência comunicativa.

Em Brown & Gilman (1960: 253) é proposta uma oposição hoje clássica entre as noções de *poder* e *solidariedade* que ainda hoje nos parece relevante para uma análise descritiva e explicativa das formas de tratamento em qualquer língua. Os autores consideram que poder e solidariedade são dimensões fulcrais na análise da vida social, e essas duas dimensões são linguisticamente expressas em dois pronomes que representam com os símbolos T e V (do latim *tu* e *vos*), “as generic designators for a familiar and a polite pronoun in any language” (*Ibid.*, 254).

No PEC, e tendo em conta a norma-padrão, as **formas pronominais de tratamento** correspondentes a T/V são *tu*, por um lado, e *você*<sup>55</sup>.

*Tu* expressa tipicamente, no PEC, o tratamento próximo e informal, *você* expressa o grau mínimo da formalidade e da distância<sup>56</sup>. Vejam-se os exemplos:

---

<sup>54</sup> Assinale-se que o estudo de referência continua a ser Cintra (1972).

<sup>55</sup> Poder-se-ia argumentar que o PEC possui, para além de *você*, as expressões *o senhor/a senhora*, ou seja, que não há, como em espanhol, francês ou italiano, um sistema binário (respetivamente *tú/usted*, *tu/vous* e *tu/lei*), mas sim um sistema ternário (*tu* vs. *você/o senhor*). E a argumentação seria plenamente consistente se a expressão *o senhor* estivesse já integrada no conjunto dos pronomes pessoais do PEC, em função do seu grau de gramaticalização. Acontece, porém, que não há consenso relativamente a esta questão: recorrendo à mais recente gramática de referência do PEC, Raposo *et al.* (2013:902), verifica-se que *o senhor* não aparece no quadro dos pronomes pessoais, ao contrário de *a gente*. Assim, neste momento da exposição, abordar-se-ão apenas as formas de tratamento de 2ª pessoa consensualmente aceites como pronominais, *tu* e *você*.

<sup>56</sup> A forma pronominal *você* resulta da gramaticalização da expressão nominal *Vossa Mercê*, que sofreu erosão morfofonológica (*vossemecê* > *vomecê* > *você*) e que no português arcaico configurou uma forma de tratamento de elevado respeito.

(2.78) E tu, o que é que pensas sobre a questão da eutanásia?

(2.79) E você, o que é que pensa sobre a questão da eutanásia?

Mas, contrariamente com o que acontece com o uso de *tu*, o uso de *você* como forma de tratamento não é consensual, suscitando avaliações diversas e instáveis no interior da comunidade. Em Cunha & Cintra (1984:294) afirma-se que, na norma culta do PEC, *você* se utiliza entre pares, “ou de superior para inferior (em idade, em classe social, em hierarquia).” E acrescenta-se que “só excepcionalmente – e em certas camadas sociais altas – aparece usado como forma carinhosa de intimidade.”

Tendo em conta os autores citados, apresentam-se de seguida alguns exemplos de uso apropriado e inadequado de *você*, no PEC:

(2.80) [entre colegas de trabalho] Você quer vir tomar café comigo?

(2.81) [de patrão para empregado] Você chega sistematicamente atrasado!

(2.82) “Foi você que pediu um Porto Ferreira?” (anúncio publicitário)

(2.83) [de aluno para professor] # Você já corrigiu os testes?

No entanto, importa realçar que há falantes para quem ser interpelado por *você*, mesmo numa relação simétrica, entre pares, é sentido como uma forma de tratamento algo grosseira, ou, pelo menos, pouco cortês (Carreira 2004, Faria 2009, Guilherme e Bermejo 2015). Por outro lado, em certas variedades sociais e regionais, *você* pode ainda funcionar como marca de respeito (Duarte 2010). Trata-se, pois, de uma forma ambivalente, no plano das atitudes (de aceitação ou rejeição) que suscita. Assim julgamos que o tratamento formal de consenso no PEC envolve a forma nula do pronome na posição de sujeito, ou seja, o mero uso de uma forma verbal de 2ª pessoa do singular formal (como vimos atrás, formalmente idêntica a uma forma de 3ª pessoa do singular):

(2.84) Quer vir tomar um café comigo?

Cintra (1972) introduziu a expressão **formas verbais de tratamento** sempre que o sujeito pronominal não está explicitado. Diríamos que esta é a forma mais corrente de tratamento no PEC, dada a tendência para suprimir a forma

pronominal sujeito sempre que não se pretende marcá-la enfática ou contrastivamente. Assim, entre (2.85) e (2.86), o falante nativo selecionará preferencialmente (2.85):

(2.85) Queres vir ao cinema comigo?

(2.86) Tu queres vir ao cinema comigo?

Explicitadas ou elididas, as formas pronominais *tu* e *você* funcionam tipicamente como sujeito, mas a sua ocorrência como vocativos de chamamento também é possível, embora não frequente<sup>57</sup>:

(2.87) “Ó tu, toca-me ali o sino!” (CdP)

(2.88) Você, aí atrás, gostava que respondesse à minha pergunta.

No plural, como já tivemos oportunidade de dizer na secção sobre dêixis pessoal, a distinção [ $\pm$  formal] é veiculada pela oposição *vocês / os senhores, as senhoras*.

No âmbito das **formas nominais de tratamento**, que são sempre mais informativas do que as formas pronominais, uma vez que comportam uma informação sobre o sexo do interlocutor e, muitas vezes, informação sobre o seu estatuto sócio-profissional, a sua faixa etária e até a relação de parentesco que une os interlocutores, o PEC apresenta uma significativa variedade de recursos disponíveis (*antropónimos, o senhor/a senhora, o menino/a menina*, expressões nominais de parentesco, expressões nominais de elevada reverência...), como a seguir se verá. Vamos organizá-las escalarmente, em função do traço [ $\pm$  formal].

Atente-se nos seguintes exemplos, com **nomes próprios** (também chamados nomes de batismo ou prenomes) e **apelidos** (ou nomes de família) (Raposo & Nascimento 2013):

---

<sup>57</sup> Note-se ainda a possibilidade de coocorrência entre formas pronominais e nominais: (i) *Você, Reis, tem sina de andar a fazer revoluções* (Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*). Como vocativo destinatário, estes pronomes não ocorrem no PEC: (i) *#Este teu/seu texto, tu/você, é simplesmente fascinante!*

(2.89) (Ó) Ana, empresta-me o computador?

(2.90) Costa, dá-me boleia?

Como se constata, o nome próprio e o apelido ocorrem como vocativo de chamamento, e o verbo está flexionado na 2ª pessoa informal do singular. Estamos perante contextos marcados por um grau máximo de informalidade e proximidade entre os falantes. Note-se, entretanto, que o uso de apelido em contextos deste tipo está tipicamente reservado a interlocutores do sexo masculino. Daí a estranheza de um enunciado do tipo *Bom dia, senhora dona Lopes, como vai?*

Em contextos interlocutivos familiares, marcados pela intimidade e pela solidariedade, são também usadas formas nominais de tratamento que envolvem termos de parentesco. Diga-se em abono da verdade que nem todos os termos de parentesco são usados com o mesmo grau de frequência no PEC: (ó) sogra, (ó) nora, por exemplo, não são formas de tratamento produtivas. Em contrapartida, é absolutamente corrente o uso de termos de parentesco entre pais e filhos, avós e netos, tios e sobrinhos, irmãos, verificando-se hoje em dia uma tendência para as relações simétricas no seio familiar, que se traduz no uso da 2ª pessoa do singular nas formas verbais<sup>58</sup>. Vejam-se alguns exemplos:

(2.91) (Ó) mãe/mamã/pai/papá, deixas-me jogar computador?

(2.92) (Ó) filho, já chega de computador por hoje!

(2.93) Avó/vovó/avô/vovô, lê-me uma história?

(2.94) Tia/titi, preciso urgentemente que me dê uma explicação de matemática!

Ainda em contexto familiar, de intimidade afetiva, são frequentes os usos de nomes hipocorísticos, com processos de formação diversificados: mera junção

---

<sup>58</sup> Note-se que os pais também interpelam diretamente os filhos pelo nome próprio ((ó) João), mas o inverso não se verifica. Os avós e tios recorrem preferencialmente ao nome próprio dos netos e sobrinhos, sendo pouco usuais as formas de tratamento (ó) *neto*, (ó) *sobrinha*. Todavia, formas de tratamento mais carinhosas, por exemplo, *minha querida neta*, não causam qualquer estranheza.

de afixo diminutivo à base (*Isabelinha/Isabelita*), passando pela duplicação da sílaba tónica da base (*Jojó*, de *Jorge*) e pela redução da base (*Zé*, de *José*) ou pela truncção seguida de amálgama ou cruzamento vocabular (*Cabé*, de *Carlos Alberto*). E mencionem-se também, nesta área marcada pela intimidade afetiva, as formas de tratamento que envolvem a estrutura *possessivo de 1ª pessoa do singular + querido/amor* ou, simplesmente, esses mesmos nomes:

(2.95) Minha querida, és capaz de baixar a música?

(2.96) Amor, fazes-me um chá?

O PEC possui ainda duas formas de tratamento peculiares, dificilmente classificáveis em termos de classes de palavras, ambas marcadas pela informalidade e pela proximidade social, mas desprovidas da tonalidade afetiva acima exemplificada. Referimo-nos às formas *pá* e *meu/minha*: a primeira forma resulta da erosão fonológica do nome *rapaz*, a segunda configura uma forma de tratamento restrita à oralidade, algo recente, prototipicamente utilizada por camadas etárias jovens:

(2.97) Ó pá, deixa-te de tangas!

(2.98) Tudo bem, meu?

Avançando na escala, na direção do [+formal], encontram-se as seguintes possibilidades, envolvendo nome próprio ou apelido:

(2.99) A Ana empresta-me o computador?

(2.100) O senhor Costa dá-me boleia?

Trata-se do uso de um SN sujeito que envolve o nome próprio ou o apelido do interlocutor (neste último caso, de sexo masculino), antecedido de artigo definido, e o verbo ocorre na 2ª pessoa formal, formalmente idêntica à 3ª pessoa do singular. Esta forma de tratamento, muito comum no PEC, é uma idiossincrasia do português, no conjunto das línguas românicas, e reveste-se de uma dificuldade de aprendizagem acentuada por falantes não nativos. De facto, não é óbvio que em (2.99) *a Ana* designe o interlocutor, já que o mesmo

SN poderia ser interpretado como fazendo referência a uma terceira pessoa que não participa na interação verbal e de quem se fala. É bem mais transparente o uso de nome próprio ou apelido como vocativos de chamamento, seguidos da mesma forma verbal:

(2.101) Ana, empresta-me o computador?

(2.102) Costa, dá-me boleia?

As formas de tratamento nominal em apreço também podem ser usadas como vocativos destinatários, como se ilustra a seguir:

(2.103) A vida não é fácil, Ana.

(2.104) Na minha opinião, Costa, a Europa fez tudo o que não devia fazer no que toca aos refugiados.

(2.105) Feliz ano novo, Pimenta. (Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*)

Continuando a avançar na escala da formalidade, que espelha uma maior distância, social e afetiva, entre os interlocutores, deparamos, no PEC, com o uso dos nomes *senhor* e *senhora*, numa rede complexa de combinatórias:

(2.106) O senhor/a senhora importa-se de me dizer onde fica a Sé Velha?

(2.107) Assim se alheia do mundo um homem, assim se oferece ao desfrute de quem passa e diz, ó senhor, olhe que aí debaixo não lhe chove, mas este riso é franco, sem maldade, e Ricardo Reis sorri de se ter distraído (...) (Saramago, *O ano da morte de Ricardo Reis*)

(2.107) Ó senhor, tenha juízo, tenha vergonha! (CORDIAL)

(2.108) S: – Ambrósio, apetecia-me tomar algo.

A: – Paramos para a senhora comer alguma coisa?

S: – Não, eu queria era algo...bom.

A: – Compreendo, senhora. (excerto de um conhecido anúncio publicitário, em que uma senhora da classe alta dialoga com Ambrósio, o seu motorista particular)

(2.109) Ó senhor Macedo...Sim, o senhor é que me podia fazer um servicinho...

(Ferreira de Castro, *A Selva*)

(2.110) Como tem passado, senhor Silva?

(2.111) Temos de ser uns para os outros, senhora Ana. (Alves Redol, *Avieiros*)

(2.112) Está muito triste, senhora dona Teresa, aconteceu alguma coisa?

O SN *o senhor/a senhora*, combinado com o verbo na 2ª pessoa do singular formal, ocorre tipicamente na posição de sujeito, na variedade padrão do PEC. Os nomes *senhor/senhora* podem ocorrer com função vocativa: o exemplo (2.107), retirado do corpus Cordial, um corpus dialetal do PEC, ilustra um vocativo de chamamento; (2.108) ilustra um vocativo destinatário, na segunda fala de Ambrósio.

A forma de tratamento *senhor/a* + nome próprio (ou apelido, no caso de interlocutor masculino) constrói e reflete uma relação de maior distância social, face ao simples nome próprio ou apelido (2.110 e 2.111)<sup>59</sup>. Atualmente, o tratamento cortês e deferente, para destinatários do sexo feminino, é o que se exemplifica em (2.112) (Duarte 2011).

Os nomes *menino* e *menina* também podem ocorrer como formas de tratamento, em dois tipos de contexto: quando o falante se dirige, com alguma distância, a um interlocutor jovem (2.113), ou então quando se trata de interperlar de forma simpática um interlocutor de uma faixa etária integrável na idade adulta, conferindo-lhe, simbolicamente, menos idade, num procedimento de 'adulação' (2.114):

(2.113) O meu pai contava que um primo dele, muito novo então, encontrou um tio de ambos num bar de alterne, desses que outrora se chamavam *dancings*. O tio, homem solene e distante, perguntou com severidade ao sobrinho

---

<sup>59</sup> Note-se que o uso desta forma de tratamento, quando usada em contextos em que o destinatário merece deferência, torna-se um instrumento de desconsideração ou de chacota depreciativa. Alberto João Jardim chegou a tratar o candidato a presidente da República, Cavaco Silva, por *senhor Silva*, exatamente com o propósito atrás referido.

– O menino já por aqui?

E o primo do meu pai respondeu com outra pergunta

E o tio *ainda*?

(...) (António Lobo Antunes, *Quarto Livro de Crónicas*)

(2.114) Ó menina, leve este molhinho de nabiças! (no mercado, dito por uma vendedora a uma mulher já não muito jovem)

Prosseguindo o nosso roteiro, que, relembramos, se propõe explorar o multifacetado e complexo sistema de formas nominais de tratamento do PEC, numa escala que parte do mais informal para o mais formal, vamos encontrar o uso de expressões nominais classificadoras, mais informativas, ou seja, expressões que referem a profissão ou o grau académico do interlocutor:

(2.113) Senhor doutor/ senhora engenheira/ senhor arquiteto/ senhor professor/ senhora deputada/senhor ministro/ senhor padre/senhor major<sup>60</sup>, precisava urgentemente de falar consigo.

(2.114) O professor já acabou de corrigir os testes? (pergunta direta de aluno a professor)

(2.115) Vi o professor na manifestação. (dito por um aluno ao professor)

(2.116) Se for conveniente, posso ligar ao senhor doutor mais tarde... (numa conversa telefónica, dito pelo paciente ao médico).

(2.117) Gosto de conversar com o senhor padre. (enunciado dirigido diretamente a um padre)

Observe-se que as formas de tratamento atrás paradigmaticamente exemplificadas podem ocorrer como vocativo (2.113), como sujeito (2.114), como complemento direto, indireto e oblíquo, respetivamente (2.115), (2.216) e (2.217). Importa também evidenciar que apenas os nomes de profissões socialmente prestigiadas se usam como formas de tratamento. Veja-se, a este propósito, o fragmento humorístico de Ricardo Araújo Pereira (in *Mixórdia de temáticas*):

---

<sup>60</sup> Se o locutor integrar o universo militar, a forma de tratamento será *meu major*.

(2.118) EU: (...) acho inadmissível tratar os professores por professor. “Professor, desculpe-me, tenho aqui uma dúvida”. Nem pensar. É inadmissível.

PEDRO: Porquê?

EU: Porque professor é a profissão dele. Se tratas o professor por professor, tens de tratar o canalizador por canalizador. “Canalizador, conserte-me esta torneira. Homem do talho, corte-me um frango.”

Resta-nos, finalmente, mencionar duas formas de tratamento estereotipadas de elevada reverência, máxima formalidade e máxima distância interlocutiva, que não ocorrem em vocativo precedidos da interjeição de chamamento ó: *excelentíssimo/a senhor/a, meritíssimo/a juiz/juíza*.

### 2.2.5. Dêixis de modo

A descrição da dêixis em português terá ainda de acomodar o advérbio *assim*. *Assim* aponta tipicamente para um fazer que acompanha o dizer, uma demonstração de um modo de agir. Por isso, só pode ser cabalmente interpretado se houver *input* perceptivo, como acontece tipicamente com todos os dêiticos. Veja-se o exemplo:

(2.119) Uma banana descasca-se *assim*<sup>61</sup>.

*Assim* aponta, pois, para elementos do contexto situacional que especificam um fazer inerente ao dizer, fazer esse que corresponde ao modo como se executa uma determinada ação, no caso vertente, a ação de descascar uma banana. Em contextos deste tipo, *assim* preenche na predicação uma função semântica de Modo. O seu significado é instrucional e ostensivo: codifica uma instrução ao interlocutor, no sentido de este procurar, no contexto situacional, um fazer em vias de realização. Este é o valor básico do advérbio, ativado por

---

<sup>61</sup> Exemplo de Óscar Lopes (1985:21). O autor afirma que “a palavra *assim* pode pronunciar-se em simultaneidade ostensiva com um acto, um gesto ou atitude (...) E acontece então que o acto ou gesto encaixa na frase como instanciação quase-verbal do sentido de *assim*; o acto verbal, e um acto de práxis corpórea, socialmente caracterizado, colam-se um ao outro.”

defeito<sup>62</sup>. A existência deste advérbio em português, bem como expressões equivalentes noutras línguas, reforça a hipótese, já avançada por Lopes (1985) e Fonseca (1996), de se acrescentar um outro tipo de dêixis, dita circunstancial ou de modo, às categorias já percorridas<sup>63</sup>.

Tal como ocorre com outros itens dêiticos, também *assim* pode funcionar anaforicamente. Veja-se o exemplo seguinte:

(2.120) O fascismo nunca caiu [com votos]. Aqui também não vai cair [assim]. [CRPC]

(2.121) Já disse o que tinha a dizer de manhã, respondeu assim aos jornalistas.[CRPC]

*Assim*, parafraseável por *deste modo/do modo que acaba de ser indicado*, aponta para o discurso anterior, retomando anaforicamente o sintagma preposicional *com votos*, em (2.120), e toda a proposição correspondente ao discurso direto citado, em (2.121). Em ambos os casos, assume a função sintático-semântica tradicionalmente associada aos advérbios de Modo, ou seja, modifica o predicado, tal como o *assim* que ocorre no exemplo (2.119).

*Assim* também pode funcionar cataforicamente em PEC:

(2.122) *Levanta-se o Vieira e diz assim:*

- *Peço perdão!* [CRPC]

Em (2.122), *assim* aponta e anuncia o discurso subsequente. Confrontando os dois últimos exemplos, constata-se que há um funcionamento simétrico entre o *assim* catafórico, introdutor de discurso direto, e o *assim* anafórico que reenvia para o discurso direto já relatado, ambos pospostos a verbos *dicendi*.

Em suma, *assim*, no PEC, ostenta um uso exofórico, chamando a atenção do ouvinte para o gesto ou a ação corporal que acompanha a sua enunciação, e um uso endofórico, de remissão ostensiva para o contexto verbal, cobrindo este último caso os usos de abertura de citação.

<sup>62</sup> Cf. Lopes & Carapinha (2004), para um estudo mais aprofundado do item *assim*.

<sup>63</sup> Levinson refere o item inglês *thus* como “requiring a demonstration of a mode of action” (2004: 31), o que o torna equivalente a *assim*, no uso em apreço.

## 2.2.6. Dêixis apresentativa

Quanto a *eis*, cuja origem etimológica é controversa e cuja classificação em termos de classes de palavras é discutível (Cunha e Cintra 1984, Raposo & Xavier 2013), equivale a um puro gesto verbal, uma expressão que aponta e chama a atenção do interlocutor para algo que está tipicamente presente no contexto situacional, sendo neutra quanto a traços de proximidade ou distância e podendo apontar para diversos tipos de entidades.

Só comentaremos aqui uma das construções que envolvem a ocorrência de *eis* no PEC, aquela que a seguir se ilustra<sup>64</sup>:

(2.123) *Eis o meu filho!*

O exemplo (2.123) ilustra a estrutura *eis SN*, que expressa o valor dêitico básico de *eis*. Trata-se de um enunciado que seria apropriado num contexto em que o falante designa ostensivamente o seu filho, acabado de chegar ao espaço enunciativo, mas cuja chegada é esperada, em função de conversa prévia entre os interlocutores. *Eis* requer, pois, tipicamente, a presença, no contexto situacional, da entidade designada pelo SN adjacente e chama enfaticamente a atenção do interlocutor para essa mesma entidade, provocando um efeito de dramatização. Este uso da construção *eis SN* é um uso exofórico, que designaremos de **apresentativo situacional**.

Note-se que (2.123) funciona como uma predicação completa, o que as paráfrases *este é o meu filho* ou *aqui está o meu filho* comprovam<sup>65</sup>. Mas as paráfrases propostas não esgotam o valor semântico-pragmático do enunciado. De facto, há em (2.123) um elemento de chamada de atenção que convoca, numa paráfrase mais fiel, um marcador discursivo fático, do tipo *olha, este é o meu filho/olha, aqui está o meu filho*.

<sup>64</sup> Trata-se de uma construção que não ocorre na oralidade informal, espontânea. A sua ocorrência na oralidade indicia um registo formal e uma intenção enfática.

<sup>65</sup> Como afirmou de forma clarividente Ó. Lopes (1971: 206), há orações sem verbo, entre outras as "orações com a partícula assertórico-categórico-demonstrativa *eis* (...)."

Evidência empírica de que a construção em apreço funciona como uma asserção é dada pelo facto de poder constituir uma resposta completa a uma pergunta (total ou parcial) bem como pelo facto de poder ser refutada, como a seguir se ilustra:

(2.124) A: Viste os meus óculos?

B (depois de umas voltas pela casa): Eis os teus óculos/Ei-los.

(2.125) A: Eis os teus óculos.

B: Não são os meus (são os da Patrícia).

Nestas construções, o SN funciona como complemento direto de *eis*, já que pode ser substituído pela forma acusativa do pronome pessoal: *ei-lo(s)*. Realce-se a possibilidade de *eis* funcionar como hospedeiro de clínicos pessoais, o que o aproxima de uma forma verbal. Não é, no entanto, um verbo, em função dos seguintes argumentos centrais: não possui qualquer tipo de variação flexional e não admite negação: \*Não eis os teus óculos.

Embora sem a flexão temporo-aspetual e número-pessoal típica da categoria verbo, *eis* é, de facto, um marcador de predicação. Assim, a construção em apreço, ao ser usada, pode ser caracterizada como um enunciado a-verbal

Aprofundando um pouco a questão, no que toca aos contextos de uso apropriado de *eis*, parece mais rigoroso dizer que *eis* requer a acessibilidade do referente, que pode ser assegurada perceptualmente, pela visão, mas também por um espaço mais amplo de possibilidades mentais. Veja-se o enunciado *Eis uma ideia que me agrada!*, plenamente apropriado num contexto em que o locutor acaba de ouvir algo que é efetivamente do seu agrado. Neste último exemplo, a acessibilidade da entidade designada é discursiva, ou seja, é o contexto verbal que é mobilizado na interpretação, pelo que se trata de um uso endofórico de *eis* SN, um uso **apresentativo textual**.

Nos corpora pesquisados, o uso mais frequente de *eis* no PEC não é o uso apresentativo situacional, mas sim o uso apresentativo textual, com valor retrospectivo/anafórico (1.126) e antecipatório/catafórico (1.127):

(2.126) – Numa fase da sua vida em que os convites para colóquios se sucedem, como é que encontra disponibilidade para reflectir? – Eis uma excelente pergunta. (CdP)

(2.127) Miles Davis, Egberto Gismonti, Bartock, músicos-heróis, almas penadas que transmitiram e transmitem uma ideia fantástica da música, o gigantismo da alma. Gente eterna, música eterna. Eis o verdadeiro elixir da juventude: a arte secular. Eis o verdadeiro elixir da juventude: a arte secular.(CETEMP)

Em (2.126), *eis*, parafraseável por *essa é ou isso (que acabou de dizer) é*, designa ostensivamente o fragmento discursivo anterior, dirigindo a atenção do interlocutor para o que foi dito. O enunciado *eis uma excelente pergunta* configura um comentário tecido pelo falante, que envolve uma categorização, neste caso claramente avaliativa, do que foi previamente expresso. Em (2.127), *eis* funciona cataforicamente, anunciando que o segmento discursivo subsequente identificará o referente acerca do qual se predica ser o verdadeiro elixir da juventude. Ou seja, *eis*, desta feita parafraseável por *aqui está*, comporta a instrução de que vai ser apresentada informação relevante no discurso que se segue. Também neste caso se verifica que a construção convoca a expressão do ponto de vista do falante, que categoriza a arte secular como verdadeiro elixir da juventude.

Note-se que, em ambos os casos, as paráfrases propostas perdem o valor enfático que as construções com *eis* comportam e não inscrevem de forma tão direta o falante no enunciado.

### 2.2.7. Dêixis discursiva

Embora não seja universalmente reconhecida nem consensual, a dêixis discursiva ou textual é abordada por alguns autores (Levinson 2004, Huang 2007, 2013, Birner 2013, entre outros), e definida nos seguintes termos: “Discourse dêixis is concerned with the use of a linguistic expression within some utterance to point to the current, preceding or following utterances in the same spoken or written discourse” (Huang, 2007: 172).

O que está em causa aqui é essencialmente a existência de expressões lexicais do tipo *nesta secção, no próximo parágrafo, no capítulo anterior, como acima já foi dito, a seguir*, que apontam para distintas porções ou distintos segmentos discursivos/textuais, a partir do segmento discursivo que está a ser processado. É, pois, a estruturação do próprio texto que está em jogo.

Citando Levinson (2004:119), “Where textual deixis refers to portions of the text itself (as in *See the discussion above* (...)), anaphoric expressions refer outside the discourse to other entities by connecting to a prior referring expression (anaphora) or to a later one (cataphora...)”

Ora, como o texto/discurso se desenrola no tempo e/ou no espaço (neste último caso, quando se trata de um texto/discurso escrito), é natural usarem-se expressões que contêm termos dêiticos temporais e espaciais para indicar a relação entre o segmento textual referido e o momento ou o espaço da produção do enunciado. Assim definida, a dêixis discursiva/textual é por natureza endofórica<sup>66</sup>. Vejam-se dois exemplos:

(2.128) Nesta secção, abordou-se dêixis discursiva.

(2.129) Na *próxima* secção, abordar-se-á a dêixis emocional.

No primeiro exemplo, *esta* reenvia para a secção (ou segmento textual) a que pertence o enunciado (2.128); há, pois, uma relação de ‘coexistência’ entre o momento da produção do enunciado e o fragmento textual designado; no segundo exemplo, *próxima* reenvia para a secção que se vai seguir, ou seja, que é posterior ao momento de produção do enunciado (2.129).

### 2.2.8. Dêixis emocional

Finalmente, um apontamento sobre a dêixis emocional, passível de ser perspectivada como uma extensão metafórica da dêixis espacial, envolvendo a codificação da proximidade ou distância emocional, afetiva ou empática do

---

<sup>66</sup> Já em Bühler se encontra uma menção à dêixis discursiva, definida nos seguintes termos: “If *discourse* deictic expressions could speak, they would speak as follow: look ahead or back along the band of the present utterance. There something will be found that actually belongs here, where I am, so that it could be connected with what now follows (...)” (1943: 390). Partindo desta definição, Diessel (2012) considera que também os demonstrativos em uso anafórico ou catafórico ilustram esta categoria da dêixis. Segundo Birner (2013:121), “discourse deixis can take as its referent either the linguistic material itself or what some stretch of linguistic material either denotes or takes as its referent.” Assim, não é tão linear a distinção proposta por Levinson (2004) entre deixis textual/discursiva e anáfora/catáfora.

falante relativamente à entidade referida. (Huang 2013)<sup>67</sup>.

No PEC, os possessi-vos exercem essa função quando usados em vocativos, seguidos de nomes ou de adjetivos nominalizados. De facto, o possessivo de primeira pessoa parece codificar tipicamente empatia face ao interlocutor, ao passo que o possessivo de 3ª pessoa parece codificar tipicamente distância emocional<sup>68</sup>. Naturalmente, o possessivo tende a coocorrer com itens semanticamente compatíveis com os va-lores assinalados, ou seja, *minha linda/meu amor*, por um lado, e *seu patife/sua palerma*, por outro, são vocativos semântica e pragmaticamente bem formados e aceitáveis, que contrastam claramente com *#meu ordinário* e *#sua querida*<sup>69</sup>.

Também os demonstrativos invariáveis neutros podem ser usados para expressar não empatia relativamente à entidade humana referida, assim recategorizada em entidade não humana e inanimada:

(2.125) Não posso acreditar que vais casar com *aquilo*!

Em contextos como o que a seguir se ilustra, em que, por anáfora associativa, se introduz no texto um novo referente apresentado como conhecido/definido, a ocorrência de um demonstrativo como *aquela*, em vez do artigo definido, é igualmente significativa no âmbito da dêixis emocional:

(2.126) É um filme estranho, nem sequer seria capaz de te contar *aquela* enredo. (Miguel & Raposo 2013: 871)

Em (2.126), o demonstrativo tem como efeito gerar uma distância emocional entre o falante e o enredo em causa, que não seria ativada se o artigo definido tivesse sido selecionado.

---

<sup>67</sup> Tanto quanto sabemos, não há estudos sistemáticos nesta área, no que toca ao PEC. Trata-se, a nosso ver, de um filão de pesquisa desafiador, pelo diálogo que proporciona entre a Pragmática e a Linguística Cognitiva. O apontamento que decidimos introduzir neste livro deve ser visto apenas como um incitamento ao desenvolvimento de futuros trabalhos.

<sup>68</sup> Em Neves (2011: 486-488), focado no português do Brasil, não há uma referência explícita à expressão da dêixis emocional, mas referem-se usos de formas possessivas que poderiam perfeitamente ser incluídos neste tipo de dêixis.

<sup>69</sup> A questão não é, no entanto, tão linear, na medida em que se podem encontrar usos irónicos como *sua tonta* (dita por uma mãe a uma filha, com afeto).

Ao nível do uso dos pronomes pessoais, encontram-se, no PEC, alguns casos que podem ser iluminados à luz desta categoria da dêixis. Vejam-se os exemplos, que ilustram o uso empático da 1ª pessoa do plural:

(2.125) Como vamos de saúde? (dito pelo médico ao doente)

(2.126) Vamos fazer os deveres? (dito pela mãe ao filho)

Atente-se ainda no exemplo seguinte, em que o clítico pronominal parece funcionar também ao serviço da dêixis emocional:

(2.127) Desliga-*me* essa televisão!

O clítico pessoal *me* funciona como pronome dativo, mas não é seleccionado pelo predicador. Trata-se do tradicionalmente chamado *dativo ético* (Bechara 2002), que ocorre tipicamente em enunciados exortativos, expressando o envolvimento emocional do sujeito na situação, com o objetivo de levar o interlocutor a executar o desejo expresso.

### 2.3. Sumário

Neste capítulo, explicitaram-se conceitos centrais da dêixis (centro dêítico, carácter ostensivo/mostrativo da significação dêítica) e descreveu-se a forma como se expressam, no PEC, as diferentes categorias da dêixis, com particular relevo para a dêixis pessoal, temporal, espacial, social. Foram ainda acrescentados breves apontamentos descritivos sobre a dêixis de modo, apresentativa, discursiva e emocional.

Os dêíticos foram perspectivados prototipicamente como termos cuja contribuição para o conteúdo proposicional do enunciado em que ocorrem depende tipicamente do contexto situacional em que são usados. O seu significado consiste, portanto, em especificar o aspeto do contexto que determina tal contribuição. Estas expressões demonstram inequivocamente que interpretar envolve processamento linguístico da informação, mas depende também de outras faculdades cognitivas, nomeadamente da percepção.

A permeabilidade entre dêixis e anáfora também foi aflorada ao longo deste capítulo, em diferentes momentos. De facto, parece haver um *continuum* entre os dois domínios: num e noutro caso, a construção da referência é dependente de uma vizinhança, situacional, no caso da dêixis, textual, no caso da anáfora. Em ambos os casos, os itens linguísticos são referencialmente dependentes e codificam apenas uma instrução sobre como aceder ao referente que os preenche ou satura semanticamente. Assim, seria possível perspetivar a anáfora como mimese textual da dêixis ou, noutros termos, como uma transposição do modo de funcionamento da dêixis para o espaço textual.

## Exercícios

1. Exemplificando, explicita com rigor e clareza quais são as principais categorias da dêixis, tendo em conta as coordenadas enunciativas *eu-aqui-agora*. O comentário dos seus exemplos, que podem ser dados empíricos recolhidos por si ou enunciados construídos, deve evidenciar que o significado das expressões dêiticas não pode ser descrito sem referência ao contexto situacional.

2. Quando a *fatwa* foi pronunciada contra Salman Rushdie depois da publicação do livro *Os versos satânicos*, o escritor pediu publicamente desculpa. Atente no seguinte fragmento retirado desse texto: “Vivendo nós como vivemos num mundo com tantas fés, esta experiência serviu para nos lembrar que temos de ter consciência da sensibilidade dos outros.”<sup>70</sup> Como interpreta o uso da 1ª pessoa do plural neste texto?

3. Atente nos diferentes usos de *aqui* nos exemplos que se seguem. Quais são as diferenças?

a) É tão bonito isto aqui! (dito por uma criança aos seus companheiros de brincadeira, no meio de um bosque)

b) Nós vivemos aqui. (o dedo do falante aponta para um local num mapa).

---

<sup>70</sup> Exemplo adaptado de Grundy (1995).

4. Como já sabe, a 1ª pessoa do plural é ambígua no PEC, admitindo uma leitura inclusiva ou uma leitura exclusiva. Tal ambiguidade verifica-se no exemplo a), mas não no exemplo b). Explique este contraste, a partir da análise do significado e consequentes condições de uso dos verbos *ir* e *vir*.

- a) Vamos lá esta noite.
- b) Viemos daí ontem à noite.

5. Excluindo os sufixos modo-temporais, identifique, nos exemplos que se seguem, todas as expressões dêiticas presentes, indicando, para cada caso, qual o tipo de dêixis envolvido:

- a) Trabalho aqui em Coimbra.
- b) Caros alunos e caras alunas, celebramos hoje os 105 anos da FLUC.
- c) Tentei ligar-te várias vezes na semana passada, mas sem êxito.
- d) Boa tarde, posso ajudá-lo? (dito por um funcionário a um cliente, uma loja)

6. Comente o texto de Herculano de Carvalho que se segue, articulando os seguintes aspetos: (i) dêixis e anáfora/catáfora; (ii) contexto situacional e contexto verbal.

“Temos finalmente a *significação deíctica* ou mostrativa (a dêixis, gr. δειξις ), a qual consiste na *significação realizada por certas formas linguísticas que equivalem a um gesto ou, melhor ainda, o acompanham e esclarecem, apontando ou, mais geralmente, mostrando um objecto pertencente ao contexto real (extra-verbal), ou que já foi ou vai ser imediatamente mencionado no contexto verbal.*”

H. de Carvalho (1973)

7. Comente o texto que se segue, um texto publicitário autêntico, mostrando como nele se joga com as formas de tratamento como estratégia de angariação de um leque amplo de clientes do sexo feminino. No seu comentário, correlacione as formas de tratamento presentes no texto com os parâmetros *faixa etária* e *(in)formalidade* e identifique as duas funções possíveis das formas de tratamento em PEC, vocativo e sujeito.

“Se calhar tu ainda te achas nova, mas já está na altura de começares a poupar para a reforma. Não tarda nada, já estou a tratá-la por você. E nessa altura, o melhor é você já ter algum de parte. É a melhor maneira de prevenir que, quando a senhora começar a ser tratada por senhora, terá um nível de vida a que estava habituada quando era tratada por você ou por tu, minha senhora. No [nome do banco], há soluções de reforma que mudam contigo, aliás, consigo, perdão, com a senhora. Não é por acaso que somos líderes. (...) Soluções de reforma [nome do banco]. Quem sabe, sabe. E tu, você ou a senhora é que sabem.”

8. Comente o seguinte texto, tendo em conta os parâmetros que condicionam a variação de uso das formas de tratamento no PEC:

“As regras entre as classes são muito complicadas. Se damos um tratamento excessivo à mulher que ajuda na limpeza ela pode ficar incomodada, mas se o damos por baixo também, porque pensa que estamos a humilhá-la. Quem adquiriu o estatuto de dona, fica furiosa se é tratada por senhora, mas se é tratada por senhora dona também fica furiosa...” (Maria Luísa Blanco, *Conversas com António Lobo Antunes*)

9. Quando se fala de *tratamento por você* (por oposição ao *tratamento por tu*), no PEC, tal significa o uso do pronome *você* no enunciado? Justifique a sua resposta, convocando um exemplo que dê conta do tratamento formal de consenso no PEC, sem forte marcação de formalidade.

10. Atente no fragmento que se segue de uma entrevista do sub-corpus oral do CRPC:

A: O senhor doutor fez sempre advocacia, nunca pensou em magistratura?

X: Sempre. Também lhe posso dizer uma coisa a esse respeito: quando fui para o curso de direito, fui na convicção de que auxiliar a justiça ou contribuir para que se fizesse justiça no mundo era um ideal bastante elevado (...). Os anos de prática, como advogado, mostraram-me que eu tinha uma ilusão muito

própria da idade em que me nasceu no espírito essa ideia. E como tal tinha um certo horror à magistratura. Não era horror aos magistrados, ...

- a. Identifique as formas de tratamento presentes no texto.
- b. Justifique as escolhas dos interlocutores.

11. Compare criticamente os dois textos a seguir transcritos, tendo em conta a adequação ou inadequação das formas de tratamento usadas<sup>70</sup>:

Texto 1

Ex.mo Sr. Professor [nome]

Em virtude de o meu pai ter sido hospitalizado hoje para ser eventualmente submetido a uma operação cirúrgica amanhã, não me será possível estar presente no dia 7 do corrente para efectuar o teste de [nome da disciplina], marcado para essa data. Face ao exposto, solicito ao Sr. Professor permissão para fazer o referido teste em data próxima, a combinar.

Agradecendo antecipadamente, subscrevo-me atentamente  
[nome completo]

Texto 2

Porque é que não deixa os alunos fazerem um teste de recuperação?

Eu sei que o Professor é uma pessoa extremamente ocupada, mas também acho que sabe que os meus conhecimentos são muito maiores do que os expressos na última prova de avaliação, algo que se vê pela participação nas aulas...

Um abraço e o desejo de umas férias descansadas (Você bem as merece...)  
[nome próprio]

12. Explicita as razões que determinam a estranheza do seguinte fragmento de diálogo:

A: A senhora é casada?

B: A que senhora se refere?

---

<sup>70</sup> Textos recolhidos em Gouveia (1996).

13. Leia atentamente o texto que se segue e, a partir dele, escreva um pequeno ensaio que ateste a instabilidade do sistema de formas de tratamento no PEC:

Em Portugal, as formas deferenciais de tratamento são muito peculiares: em circunstâncias distintas ou aplicadas a pessoas diferentes, podem equivaler a respeito ou ao seu contrário. Se senhor, por exemplo, é a maneira correcta de alguém se dirigir a um homem com quem não tem confiança ou que pela idade ou estatuto não deve ser tratado de outra forma, pode ser também uma afirmação de distância superior se coadjuvado pelo primeiro nome ou pelo apelido (o “senhor João” para o jardineiro ou “o senhor Carvalho” para o motorista) e transformar-se em mofa e desconsideração se assim usado para referir alguém a quem se deveria, em princípio, deferência.

É a diferença entre dizer “o senhor Presidente da República” e “o Sr. Silva” (como fez em tempos Alberto João Jardim). Subtilezas que se perdem, por exemplo, nas línguas inglesa e francesa. E que mesmo entre nós são tão encriptadas que possibilitam equívocos: é muito possível alguém usar a fórmula “errada” apenas por não dominar os códigos. Quem esteja para aí virado, no entanto, pode usá-los para ser insolente e até insultuoso sem correr o risco de uma acusação de má educação: quem é que pode queixar-se de alguém por lhe ter chamado “Sr. X”?

A coisa ainda se complica mais no caso das mulheres. Primeiro porque, ao contrário do que se passa com eles, no tratamento delas o chamado estado civil, aliado à idade, desempenha um papel relevante (só se trata alguém por menino na infância e adolescência; as mulheres podem ser tratadas por “menina” toda a vida desde que o interlocutor as saiba “solteiras” ou as ache “ainda novas” ou queira mimá-las); depois, porque ao “senhora” se soma o “dona” e o “senhora dona”. Há algumas décadas, a codificação incluía ainda o “senhorita” e era claro que o tratamento adequado variava com a condição social. “Sra Maria”, por exemplo, era usado para com pessoas “de baixa condição”; para as outras havia o Dona (intermédio) e o Sra D. – contraído de forma a soar “Sôdôna” e apropriado a pessoas a quem se desejava demonstrar respeito.

Agora, no entanto, quando uma mulher liga para uma linha de atendimento o mais certo é que, após o pedido do nome completo, seja tratada por senho-

ra+nome próprio ou mais apelido. Como é muito provável que em muitas outras situações a tratem por “menina xis” ou “dona y”. Em qualquer das situações, pode suceder que a designada se sinta desconfortável ou até irritada: há, nomeadamente para mulheres, digamos, “actuais”, qualquer coisa de desconforme e inapropriado nesses tratamentos. De facto, aquilo que na sua origem foi um tratamento deferente – senhora era a senhoria, a dona da casa, a nobre – transformou-se numa fórmula depreciativa que atinge o seu paroxismo na rudeza do dona isolado, como em “Oh dona, o que é que quer?”

E tanto assim é que não só será improvável que uma mulher seja tratada, no seu trabalho, por “dona” ou “senhora”, a não ser que a sua função seja considerada “típicamente feminina” e “baixa” – empregada de limpeza, secretária, costureira, cozinheira – como se em certos fóruns (debates parlamentares ou televisivos, discussões em blogues, etc – ou seja, numa esfera de “pensamento”) alguém se referir a uma interveniente usando “senhora” ou “dona” sabemos que ou se trata de involuntária ausência de polidez ou de deliberada desconsideração. É como se de alguma forma o dona e o senhora remetessem quem assim se vê tratada para um reduto de desqualificação social e cultural que está associado à ideia de mulher reduzida a uma esfera de domesticidade, de “senhora de”, de “dona de casa”, imprópria ou incapaz para mais que as “tarefas” consideradas “típicas das mulheres”; como se estas fórmulas conservassem a memória da interminável menorização feminina e quem as usa quisesse dizer “és só uma mulher, quem te julgas?”

Acedido em <http://jugular.blogs.sapo.pt/2365283.html>, 21.6.1016)

14. Leia atentamente o texto que a seguir se transcreve, identifique as formas de tratamento que nele são usadas e proponha uma interpretação sobre os efeitos desejados com esses usos:

Senhor Presidente e caro amigo,

Somos ambos homens de afectos e, talvez por isso, fui particularmente sensível à dimensão afectuosa que soube emprestar à sua Presidência ao longo deste primeiro ano. Pelo conhecimento que tenho de si, por mais de uma década de convívio no Expresso, sei que essa dimensão é genuína e corresponde ao lado mais espontâneo da sua personalidade (...)

Se reconheço como genuína a sua afectividade, também não ignoro a sua tentação pelo jogo político-partidário que você tende por vezes a confundir com uma legítima preocupação de estabilidade. A propensão para “ir a todas” (...) poderá conduzi-lo a um excesso de exposição prejudicial à distância institucional que se espera de um Presidente (...)

Vicente Jorge Silva, *Público*

### **Outras leituras**

Diessel 2012

Fonseca, 1996

Lyons 1977, cap. 15

Levinson 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO 3 – IMPLICATURAS

### Introdução

Neste capítulo, exploram-se as dimensões implícitas da significação na comunicação verbal, partindo da reflexão seminal do filósofo britânico Grice. A sua reflexão, que deu origem ao que hoje é conhecido por pragmática griceana, configura uma teoria do uso da linguagem humana que se mantém como marco incontornável do pensamento contemporâneo na área da Pragmática linguística e da Filosofia da Linguagem.

O capítulo está organizado da seguinte forma: na secção 1, apresentar-se-á a teoria clássica das implicaturas conversacionais de Grice, que radica na asunção de que há um Princípio de Cooperação subjacente às trocas verbais, consubstanciado num conjunto de Máximas Conversacionais. Na secção 2, mencionar-se-ão algumas das contribuições mais relevantes dos neo-griceanos Horn e Levinson.

### 3.1. A teoria de Grice

Um cabal entendimento do paradigma griceano impõe que se desenhe a génese da reflexão levada a cabo pelo filósofo. Grice começa por estabelecer uma distinção basilar entre significado natural e significado não-natural (*meaning-nn*). A primeira noção prende-se com o significado associado a fenómenos naturais, do mundo externo, por exemplo, quando dizemos que nuvens carregadas significam que vai chover ou que certo tipo de manchas no corpo significam sarampo. A segunda noção corresponde ao significado produzido intencionalmente pelos seres humanos, num processo comunicativo. Nesta linha de pensamento, Grice assimila o significado (*meaning-nn*) de um enunciado à intenção do falante, ou seja, o significado do enunciado é aquilo que o falante

quis dizer ao usá-lo<sup>71</sup>. Consequentemente, o significado não-natural envolve o reconhecimento, pelo interlocutor, da intenção que presidiu à formulação de um determinado enunciado, por um determinado falante.

Trata-se de uma abordagem radicalmente distinta da abordagem semântica clássica, que perspectiva o significado de uma frase em termos combinatórios ou composicionais. Nesta ótica, o significado do todo resulta da combinação do significado das partes e do modo como estas se encontram sintaticamente estruturadas no interior da frase. Ora, no entendimento de Grice, o significado não pode ser equacionado independentemente do falante: este, ao produzir um enunciado, quer dizer/tem a intenção de dizer algo. Assim, significado e uso tornam-se indissociáveis, quando se focaliza a comunicação entre humanos realizada através da linguagem verbal. E o traço essencial da comunicação humana é justamente a expressão e o reconhecimento de intenções. Esta é, seguramente, a rutura epistemológica fulcral introduzida por Grice no campo dos estudos sobre a linguagem e a interpretação do significado.

Grice estabelece então uma distinção crucial entre significado da frase (*sentence-meaning*), calculado a partir da competência léxico-gramatical dos falantes, e significado do falante ou significado comunicativo (*speaker-meaning*, também por vezes chamado *utterance meaning*), estreitamente dependente da intenção comunicativa de quem produz o enunciado.

Acontece que, muitas vezes, na interação verbal quotidiana, o significado do falante não se esgota no significado da frase, ou, dito de outro modo, existe frequentemente um fosso entre o que é **dito** e o que é efetivamente **comunicado**. Por exemplo, ao dizer ironicamente *a fonologia é fascinante!*, o falante tem certamente a intenção de comunicar ao interlocutor que considera a fonologia tremendamente enfadonha.

Coloca-se então a questão nuclear, à qual Grice se propõe responder: como é que se transita do significado literal da frase para aquilo que o falante efeti-

---

<sup>71</sup> Em Lima (1983) encontra-se traduzido o texto de Grice (1957) intitulado "Meaning", onde o filósofo clarifica o que entende por *meaning-nn*. O tradutor propõe como título *Querer dizer*, de modo a sublinhar que a perspectiva de Grice sobre o significado comunicado por um enunciado envolve necessariamente aquilo que um falante *quer dizer* ao formular esse mesmo enunciado.

vamente quer dizer ao enunciá-la num contexto situacional particular? Ou seja, como é que se colmata o fosso entre o **dito** e o **comunicado**?

Com o objetivo último de responder consistentemente à questão acima explicitada, Grice avança a seguinte hipótese central, a partir da qual constrói todo o seu edifício teórico: a comunicação humana deve ser entendida como uma atividade racional, estando ambos os interlocutores empenhados em cooperar conversacionalmente. Há, pois, subjacente a todos os desenvolvimentos subsequentes da teoria, uma conceção filosófica racionalista da comunicação, segundo a qual existe um código deontológico interiorizado que os falantes respeitam tacitamente, de modo a otimizar/maximizar o uso eficaz e eficiente da linguagem.

Surge então o famoso **Princípio da Cooperação**, definido do seguinte modo: “Make your contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged” (Grice, 1975:45). Este Princípio desdobra-se em quatro **máximas conversacionais**, sendo que cada uma delas cobre um aspeto da interação verbal e refere o que se espera da atuação de um falante cooperante:

**Máxima da qualidade:** tenta fazer com que a tua contribuição seja verdadeira: (i) não digas o que crês ser falso; (ii) não digas aquilo para que não tens provas adequadas.

**Máxima da quantidade:** (i) faz com que a tua contribuição seja tão informativa quanto é requerido (para a presente finalidade da interação); (ii) não tornes a tua contribuição mais informativa do que é requerido.

**Máxima da Relação:** sê relevante.

**Máxima do Modo:** sê claro: (i) evita obscuridade de expressão; (ii) evita ambiguidades; (iii) sê breve (evita desnecessária prolixidade); (iv) sê ordenado.

As máximas especificam ‘convenções’ que os falantes supostamente respeitam quando interagem, no que diz respeito à qualidade da informação a transmitir (a intervenção deve conter informação fiável), à quantidade de informação (a intervenção deve ser adequadamente informativa), à relevância dessa mesma informação (a contribuição do falante para a troca verbal em curso deve ‘vir a propósito’, contribuindo assim para o tópico da conversa) e ao modo

como é verbalizada (o falante deve ser claro, breve e ordenado e deve evitar ambiguidades). As máximas conversacionais constituem, portanto, na ótica de Grice, cláusulas de uma base contratual mínima que subjaz a trocas verbais protagonizadas por participantes interessados em cooperar. É a partir destes princípios, que consubstanciam uma ‘lógica conversacional’, que Grice se propõe explicar como se processa o desencadeamento ou cálculo de inferências que permitem ao ouvinte transitar do significado da **frase** para o significado do **enunciado**, correspondendo este último àquilo que foi efetivamente comunicado pelo falante<sup>72</sup>.

Como afirma Birner (2013:42), “the general line of reasoning the hearer undergoes is to implicitly ask, “What intention on the part of the speaker would allow this to count as a cooperative utterance?”<sup>73</sup>

É interessante sublinhar que há, nas línguas naturais, expressões que apontam para a importância das máximas conversacionais na gestão da interação. De facto, quando os falantes têm a intuição de que não estão a respeitar plenamente uma das máximas, sinalizam-no muitas vezes através de **enquadadores discursivos** (*hedges*) como os que a seguir se assinalam em itálico:

## Qualidade

(3.1) *Tanto quanto sei/salvo erro/ se não me engano/se bem me lembro, a reunião é às 14h.*

---

<sup>72</sup> Também em Ducrot (1979) se equaciona a questão das “lois du discours”. Mencione-se a *lei da exaustividade*, responsável pela indução de *efeitos de sentido* em tudo similares às implicaturas conversacionais que exploram a máxima da quantidade definida por Grice.

<sup>73</sup> Sem qualquer pretensão de aprofundar ou sequer de elencar de forma exaustiva as críticas que a teoria griceana tem suscitado, dir-se-á apenas que diferentes comunidades culturais têm as suas formas específicas de observar as máximas em situações particulares de interação. Recorrendo a exemplos de Cutting (2002:40), seria inaceitável, no Reino Unido, dizer a alguém *telefonamos-lhe daqui a duas semanas* e depois não telefonar. Ou seja, não telefonar seria considerada uma violação inaceitável da máxima da qualidade. Mas, noutros países, o mesmo enunciado seria interpretado como uma forma trivial de violação da máxima referida para comunicar algo como *não estamos interessados*. Nos EUA, a troca ritual de saudação envolve a pergunta *how are you?* seguida da resposta *fine*. Uma resposta que envolvesse uma descrição completa do estado de saúde física e mental do interlocutor seria considerada uma violação da máxima da quantidade. Noutras culturas, a mesma pergunta é genuinamente formulada com a intenção de obter esse tipo de informação.

## Quantidade

(3.2.) *Como provavelmente já sabes*, o Rui foi despedido.

(3.3.) *Talvez não seja necessário acrescentar mais nada*, mas...

(3.4.) *Para abreviar*,...

## Relação

(3.5.) *Não sei se isto vem a propósito*, mas...

(3.6.) *Não tenho a certeza se isto é relevante*, mas...

## Modo

(3.7.) *Não sei se estou a ser claro*...

(3.8.) *Não sei se me estou a alongar*...

Este tipo de enquadreadores são uma prova empírica de que os falantes não só têm consciência (mesmo que difusa) das máximas conversacionais como se esforçam por respeitá-las.

Há, basicamente, duas formas de comportamento dos falantes relativamente ao Princípio de Cooperação (doravante PC): o falante pode observar/respeitar as máximas ou, ao invés, pode derogá-las intencionalmente, de forma flagrante, de modo a que o interlocutor se aperceba dessa derrogação. E cada um destes comportamentos tem o potencial de levar o interlocutor a desencadear inferências.

Impõe-se introduzir aqui e agora uma clarificação sobre a metalinguagem que será usada ao longo deste capítulo e que visa, naturalmente, traduzir, o mais fielmente possível, o pensamento e a terminologia de Grice. Assim, quando um falante produz um enunciado que legitima a **inferência**, por parte do interlocutor, de uma proposição *p*, dir-se-á que o falante *implicitou* (“implicated”) *p*, constituindo o conteúdo de *p* uma **implicatura**. Sublinhe-se a assimetria terminológica: os falantes **implicitam** *p*, os ouvintes **inferem** *p*.

Vejamos então mais de perto como se processa o cálculo das implicaturas, começando pelas que se baseiam na assunção de que o falante está a observar as máximas e percorrendo as diferentes máximas.

### **Máxima da qualidade**

Se alguém afirma *o Rui tem dois doutoramentos*, implícita, por defeito, que acredita que o Rui tem de facto dois doutoramentos e que tem provas para o afirmar. E o ouvinte vai acrescentar ao que foi efetivamente dito, via inferência, que o falante acredita que o Rui tem dois doutoramentos e tem provas para o afirmar<sup>74</sup>. Ou, de forma mais simples, o ouvinte infere que o que o falante disse é de facto verdade.

As inferências baseadas na observância desta máxima dificilmente são detetadas ou notadas, dado que apenas envolvem a fiabilidade da informação codificada.

### **Máxima da quantidade**

Se alguém assere *o Rui tem dois filhos*, implícita, por defeito, que o Rui tem só dois filhos. Se tivesse mais (ou menos), o falante tê-lo-ia dito, em função da observância da máxima de quantidade.

### **Máxima da relação**

Atente-se no seguinte fragmento de diálogo:

(3.9) A: Que horas são?

B: O centro comercial ainda não abriu.

O falante B implícita, na sua resposta, que é mais cedo do que a hora a que habitualmente o centro comercial abre. E o falante A infere tal informação graças à assunção de que a máxima de relação está a ser respeitada. É claro que, se ambos souberem que o centro em apreço abre às 10h, o falante implícita que ainda não são 10h.

Note-se que a nossa assunção de que o fragmento de diálogo acima transcrito é coerente está estreitamente ligada com a assunção de que a máxima

---

<sup>74</sup> Note-se que o paradoxo de Moore, assim chamado por Wittgenstein, pode ser plenamente explicado no quadro griceano. Tal paradoxo diz respeito ao facto de um enunciado como o que se segue ser pragmaticamente anómalo: *#O Rui tem dois filhos, mas eu não acredito que os tenha*. O enunciado é anómalo porque viola o compromisso epistémico do falante relativamente ao que assere. (Huang, 2013: 34)

da relação está a ser observada. De facto, se não fosse possível interligar os dois enunciados de forma coerente, isso significaria que a máxima de relação tinha sido irremediável e definitivamente violada. Contraste-se o fragmento de diálogo acima transcrito com o que agora se apresenta:

(3.10) A: Que horas são?

B: # Adoro ananás.

### **Máxima do modo**

Se alguém disser que *o Rui foi ao supermercado e comprou uma manga*, implícita que o Rui entrou no supermercado e *depois* comprou uma manga. Por defeito, o interlocutor infere, então, que os dois eventos ocorreram sequencialmente, e esta informação temporal suplementar corresponde a uma implicatura conversacional baseada na assunção de que a máxima do modo (ou, pelo menos, uma das suas componentes, *sé ordenado*) está a ser respeitada.

Em todos os casos analisados até agora, o que se comunica *amplifica o dito*, sem, no entanto, o transformar ou anular. As implicaturas resultam da assunção de que o PC e as respetivas máximas estão a ser observadas na interação. Mas é ainda o PC que explica os casos de implicaturas que resultam de uma derrogação intencional das máximas conversacionais. Assim, a infração aberta e drástica das máximas (ou de uma das máximas) força o interlocutor a um cálculo interpretativo tendente a reconstruir informação implícita que permite restabelecer a interação cooperante, isto é, que permite repor a racionalidade inerente ao ato comunicativo. Recorrendo a uma outra formulação: quando um locutor (L) infringe intencionalmente uma das máximas, o interlocutor (I) é conduzido a considerar que L derogou a máxima ao nível do que disse, mas está a respeitá-la ao nível do que quis efetivamente dizer. Neste sentido, o interlocutor é levado a concluir que L está a implicitar algo conversacionalmente, e procura uma interpretação para a intervenção 'desviante' de L. Nestes casos, I substitui o conteúdo do enunciado produzido por L por um outro, reconstituindo a implicatura que repõe e preserva a cooperação conversacional. Por conseguinte, nestes casos o que se comunica *transforma* ou *anula o dito*. Vejamos de perto alguns exemplos, percorrendo de novo cada uma das máximas.

### **Máxima da qualidade**

A derrogação drástica da máxima de qualidade é tipicamente ilustrada por enunciados irônicos ou metafóricos. Quando uma mãe exclama ironicamente *Que nota excelente!*, num contexto em que o filho acabou de lhe comunicar que teve 5 a matemática (numa escala de 0 a 20), é óbvio para o filho que o que foi dito é patentemente falso. Assim, para preservar a assunção da cooperação, e tendo em conta, naturalmente, conhecimento do mundo partilhado acerca do que é uma boa nota, o ouvinte é conduzido a procurar uma interpretação irónica do enunciado, abandonando o seu significado literal e inferindo que a mãe quis dizer exatamente o contrário do que disse, ou seja, *Que nota péssima!*

No mesmo sentido, se alguém disser *o Rui é de ferro*, é óbvio para o interlocutor que a proposição asserida é falsa, dado que um ser humano não possui as propriedades definitórias do metal em questão. O interlocutor é assim levado a inferir que L está implicitamente a atribuir ao Rui propriedades que, podendo não ser definitórias, são tipicamente atribuídas ao ferro, por exemplo, dureza, resistência ou inflexibilidade<sup>75</sup>.

### **Máxima da quantidade**

No que toca à máxima da quantidade, o enunciado tautológico é um exemplo paradigmático da sua derrogação intencional e drástica. De facto, se alguém diz *uma mulher é uma mulher*, o I desencadeia automaticamente um cálculo interpretativo tendente a desfazer ou a desconstruir a (aparente) tautologia, já que assume tacitamente que L está empenhado numa troca verbal cooperante. Assim, em função do seu conhecimento acerca do que L pensa sobre as mulheres, ou convocando eventualmente representações prototípicas da mulher no seio da sua comunidade cultural, o interlocutor selecionará traços ou propriedades passíveis de serem associados à mulher de forma a tornar o enunciado adequadamente informativo, no contexto em que é produzido e recebido (por exemplo, *uma mulher tem uma inteligência emocional apurada*, ou *uma mulher é resiliente*).

---

<sup>75</sup> Idênticas análises poderiam ser feitas para outras figuras retóricas, como a litote ou a hipérbole. Há, no entanto, autores que discordam desta perspectiva de análise (cf. Sperber & Wilson 1986).

### **Máxima da relação**

Veja-se agora um exemplo em que a máxima da relação é transgredida de forma drástica:

(3.11) A: A Maria é tão superficial...

B: Está um dia magnífico, que tal um passeio à beira-rio?

Para que se possa preservar a assunção de que B está a cooperar conversacionalmente com A, torna-se necessário inferir que B implícita não estar interessado em dar continuidade ao tópico discursivo introduzido por A. Assim, uma estratégia de mudança brusca de tópico pode dar origem a uma implicatura conversacional que torna relevante a intervenção do interlocutor. Note-se que outras implicaturas poderiam ser inferidas a propósito do fragmento de diálogo (3.11), por exemplo, a de que B discorda da crítica verbalizada por A ou considera reprovável que se critique alguém nas suas costas. Significa isto que o cálculo das implicaturas é probabilístico, o que desagua na conclusão de que interpretar é um *guess-work*, que envolve sempre, conseqüentemente, uma margem de risco.

### **Máxima do modo**

Por último, analise-se o enunciado (3.12), inspirado em Grice (1975), que ilustra paradigmaticamente uma violação da máxima de modo:

(3.12) A Maria produziu uma sequência de sons correspondentes à canção 'Grândola, vila morena'.

Ao produzir este enunciado prolixo, em vez de um enunciado bem mais simples e breve (*a Maria cantou a 'Grândola, vila morena'*), o falante implícita uma diferença assinalável entre a atuação da Maria e aquilo que usualmente referimos quando utilizamos o verbo *cantar*. Ou seja, o falante avalia negativamente a atuação da pessoa mencionada, implícitando que a Maria cantou mal.

Em todos estes casos, a implicatura, ou seja, a informação intencional e implícitamente comunicada pelo falante, que o interlocutor reconstitui por inferência, transforma e sobrepõe-se ao dito.

A análise dos exemplos mostrou que o cálculo interpretativo inferencial pode envolver quer um alargamento do significado explícito e convencional do enunciado (o dito), no caso das implicaturas que se fundamentam na assunção de que o falante está a respeitar as máximas, quer uma transformação ou substituição do dito, no caso das implicaturas que resultam de uma derrogação aberta e drástica dessas mesmas máximas.

Estamos, então, agora em condições de avançar uma definição de **implicatura**. O locutor, ao dizer  $p$ , implica conversacionalmente  $q$  se e só se:

- (i) I assume que L respeita as máximas conversacionais ou, quando decide derogá-las, continua a respeitar o Princípio da Cooperação;
- (ii) para manter a assunção explicitada em (i) é necessário também assumir que L pensa  $q$ ;
- (iii) L pensa que tanto ele como I sabem que I é capaz de reconstituir  $q$  para preservar a assunção explicitada em (i).

Na perspetiva de Grice, o **cálculo das implicaturas** desenrola-se de acordo com o seguinte padrão inferencial genérico:

- (i) L disse que  $p$ ;
- (ii) Não há razão para acreditar que L não esteja a respeitar o Princípio da Cooperação;
- (iii) Se L, respeitando o Princípio da Cooperação, está a dizer  $p$ , então L pensa  $q$  ao dizer  $p$ ;
- (iv) L deve assumir que I compreende que é necessário supor que L pensa  $q$ ;
- (v) L nada faz para impedir I de pensar  $q$ ;
- (vi) Assim, ao dizer  $p$ , L implica  $q$ .

Em jeito de síntese, pode então concluir-se que, quando um falante implica conversacionalmente algo, a inferência dessa implicatura por parte do interlocutor resulta dos seguintes elementos: o conteúdo convencional do que foi dito por L, a assunção de que o Princípio de Cooperação está a ser respeitado no decurso da interação, e a eventual convocação de assunções ou informações

contextuais (tipicamente correspondentes a conhecimento, enciclopédico e/ou local, partilhado por L e I, que configuram o contexto cognitivo, tal como foi definido no capítulo 1)<sup>76</sup>.

### 3.1.1. Propriedades das implicaturas conversacionais

As implicaturas conversacionais são caracterizadas por um conjunto de propriedades (Grice 1975, 1989; Levinson 1983, 2000; Huang 2007, 2014; Birner 2013). Em primeiro lugar, são **canceláveis**, dado que é possível anulá-las, acrescentando informação adicional à informação original. Veja-se um exemplo esclarecedor<sup>77</sup>:

(3.13) O filho do Rui queixa-se muitas vezes.

+> *O filho do Rui não está sempre a queixar-se.*

A implicatura conversacional acima assinalada em itálico é imediatamente cancelada se o falante acrescentar ao seu enunciado *aliás/em boa verdade, o filho do Rui está sempre a queixar-se*<sup>78</sup>.

Por outro lado, a implicatura conversacional **não é destacável**, o que significa que enunciados com o mesmo significado proposicional geram as mesmas implicaturas, quando usados no mesmo contexto. Por outras palavras, a implicatura é independente da forma do enunciado. Veja-se o seguinte enunciado, usado ironicamente, e a respetiva implicatura:

---

<sup>76</sup> Note-se a diferença substancial entre a implicação lógico-semântica e a implicatura conversacional. No caso da implicação, uma proposição A implica (*entails*) uma proposição B se e só se a verdade de B depender necessariamente da verdade de A, o que significa que a informação expressa em B está contida na informação expressa em A. Assim, a proposição *a Maria comprou uma rosa* implica *a Maria comprou uma flor*. No caso da implicatura, é o *falante* que implica algo, não a proposição expressa no seu enunciado. E o que o falante *implicita* e o interlocutor *infere pragmaticamente* resulta do conteúdo do dito, da assunção de que a interação verbal se desenrola no respeito pelo PC e ainda de assunções contextuais supostamente partilhadas.

<sup>77</sup> O símbolo +> é o símbolo usado para sinalizar uma implicatura.

<sup>78</sup> Assinale-se o contraste entre a implicação lógico-semântica, que nunca pode ser cancelada, e a implicatura conversacional, inferida pragmaticamente, que pode sempre ser anulada, desde que se adicione informação àquela que foi previamente comunicada.

(3.14) A Maria é um génio!

+> A Maria não é inteligente.

Se se substituir o termo *génio* pelo termo *prodígio*, mantendo a relação de paráfrase entre os dois enunciados, a implicatura mantém-se intacta.

O mesmo se ilustra com o seguinte enunciado:

(3.15) O livro esteve *quase/prestes* a ganhar o prémio nacional da APE.

+> O livro não ganhou o prémio nacional da APE.

Esta propriedade evidencia o facto de as implicaturas dependerem do conteúdo semântico do enunciado e não propriamente da sua forma linguística (com exceção, naturalmente, das implicaturas baseadas na exploração da máxima de modo).

Uma outra propriedade das implicaturas conversacionais é a sua **calculabilidade**, ou seja, para cada implicatura é possível construir um esquema de cálculo semelhante ao que foi apresentado atrás (p. 94): é possível calcular a implicatura com base no que foi dito, nas máximas conversacionais e no contexto da interação (nomeadamente, na informação disponível e partilhada pelos interlocutores).

É igualmente uma propriedade das implicaturas a sua **não convencionalidade**, isto é, o facto de não serem, por natureza, linguisticamente codificadas, uma vez que correspondem sempre a informação implícita.

Mencione-se, finalmente, a **indeterminação**. Como o próprio Grice sublinha, a implicatura reconstituída por inferência é uma suposição, uma hipótese interpretativa que o interlocutor constrói para preservar a assunção de que o falante está empenhado em cooperar enquanto participante da troca verbal. Se assim é, então pode haver mais do que uma implicatura, sendo este um dos aspetos que a Teoria da Relevância irá pôr em relevo, como se verá no capítulo 7.

### 3.1.2. Implicaturas conversacionais generalizadas vs. implicaturas conversacionais particulares

Grice estabeleceu uma distinção entre dois tipos de implicaturas conversacionais, que veio a revelar-se muito fecunda na teorização posterior de linguistas hoje conhecidos pela designação de neo-griceanos, a que será consagrada a secção 3.2. deste capítulo. Trata-se da distinção entre implicaturas conversacionais generalizadas e implicaturas particulares. Atente-se nos exemplos:

(3.16) A maior parte dos meus amigos acredita na espécie humana.

+> Nem todos os meus amigos acreditam na espécie humana.

(3.17) A: Onde está o cabrito? (numa situação em que uma travessa de cabrito assado tinha sido deixada em cima da mesa da cozinha).

B: O cão está com um ar feliz...

+> É provável que o cão tenha comido o cabrito.

O exemplo (3.16) ilustra uma implicatura conversacional generalizada, ou seja, uma implicatura que está ligada à forma do enunciado, mais concretamente, no caso em apreço, à ocorrência da expressão quantificadora *a maior parte (de)*. Independentemente do contexto em que for produzido um enunciado que comporte esta expressão quantificadora, a implicatura será sempre a mesma (+> *não/nem todos/as*). Dir-se-á, então, que implicaturas deste tipo são estáveis e regulares, inferidas por defeito e resistentes a alterações de contexto ou a assunções contextuais.

Já as implicaturas particulares, como a que se ilustra em (3.17), estão fortemente dependentes de um contexto específico, pelo que se revelam casuísticas e não previsíveis<sup>79</sup>.

### 3.1.3. Implicaturas conversacionais vs. implicaturas convencionais

Todos os exemplos apresentados até aqui tiveram o propósito de ilustrar a noção griceana de implicatura conversacional, informação implícita e inferida

---

<sup>79</sup> Para uma discussão mais aprofundada sobre a pertinência da dicotomia implicaturas conversacionais generalizadas vs. implicaturas conversacionais particulares, cf. Hirshberg (1991), Levinson (2000), Carston (2002).

que em nada afeta as condições de verdade do dito e pode sempre ser cancelada. Mas Grice distinguiu ainda um último tipo de implicatura, a que chamou implicatura convencional. Trata-se de uma noção algo problemática, e o próprio Grice teve consciência disso mesmo ao afirmar “the nature of conventional implicature needs to be examined before any free use of it, for explanatory purposes, can be indulged in.” (1989:46). De qualquer modo, tentar-se-á aqui mostrar, através de exemplos, qual o rumo da argumentação exploratória desenvolvida pelo autor. Atente-se nos seguintes enunciados:

(3.18) O Lego é um labrador, *mas* é muito afetivo<sup>80</sup>.

(3.19) O Rui é alentejano, *portanto*, é reservado.

Em (3.18), a ocorrência do conector *mas* não interfere nas condições de verdade da proposição: basta o Lego pertencer à espécie dos labradores e ser um cão afetivo para a proposição expressa ser verdadeira. No entanto, é inegável que a ocorrência do conector condiciona decisivamente a interpretação do enunciado. De facto, o falante dá a entender ou implícita, graças ao recurso a *mas*, que há um contraste, uma quebra de expectativas, entre ser labrador e ser um cão afetuoso. Note-se que, para as pessoas minimamente familiarizadas com labradores, o enunciado em causa é estranho, dado que é sabido que se trata de uma raça que é particularmente meiga; de qualquer modo, a estranheza resulta justamente daquilo que *mas* implícita convencionalmente, na terminologia griceana.

Em (3.19), a ocorrência de *portanto* implícita que o que se segue deve ser interpretado como uma conclusão do que foi dito previamente.

Também advérbios focalizadores como *até/mesmo* e *só/apenas* (e seus equivalentes noutras línguas) foram analisados nesta perspetiva (Rieber 1997, Karttunen & Peters 1979). Atente-se no enunciado seguinte:

(3.20) Até o Rui veio à minha festa.

---

<sup>80</sup> Exemplo adaptado de Birner (2013).

Até parece de facto implicar que (i) além do Rui, outras pessoas vieram e (ii) o Rui é a pessoa que menos se esperava que viesse à festa. Esta informação é transmitida pelo enunciado, embora não asserida expressamente, e é ativada pela ocorrência do item *até*<sup>81</sup>.

As implicaturas convencionais parecem, pois, estar convencionalmente ligadas à ocorrência de um determinado item lexical no enunciado. Vejam-se as propriedades que as distinguem das implicaturas conversacionais:

- (i) não são canceláveis: com efeito, é inequivocamente anômalo o enunciado *#O Lego é um labrador, mas é muito afetivo, aliás, não há nenhum contraste entre ser um labrador e ser afetivo*;
- (ii) não são calculáveis, ou seja, não requerem um cálculo baseado nas máximas conversacionais e em informação contextual, dado que são ativadas por um item lexical;
- (iii) são destacáveis, já que dependem dos itens linguísticos presentes no enunciado<sup>82</sup>.

Na esteira de Levinson (1983:128), diremos que o conceito de implicatura convencional “is rather an admission of the failure of truth-conditional semantics to capture all the conventional content or meaning of natural language words or expressions.” E, por isso mesmo, há linguistas que descartam a noção, descrevendo o tipo de significado veiculado pelos itens em apreço, nomeadamente os conectores, como significado procedimental (Blakemore 2002, 2004; cf. também o capítulo 7 deste livro). Outros linguistas optam por uma posição radicalmente oposta, subsumindo sob a designação de implicatura convencional toda uma série de fenómenos tradicionalmente associados à pressuposição (Karttunen & Peters 1979). Há ainda linguistas que apostam numa caracterização mais fina do conceito, defendendo que se trata de uma noção que deve ser recuperada e reintroduzida numa teoria linguística, para dar conta de conteúdos que, não

---

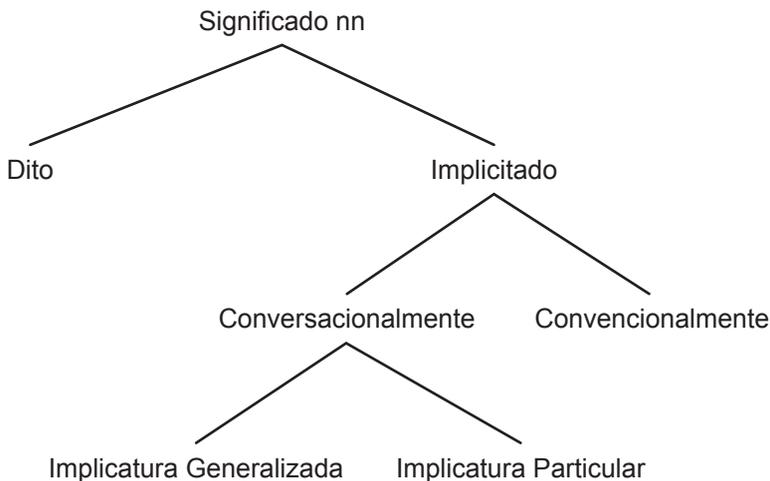
<sup>81</sup> Acrescente-se que as implicaturas convencionais são, por muitos, consideradas pressuposições. Não se discutirá aqui esta questão.

<sup>82</sup> Esta propriedade é questionável, já que, se substituirmos *mas* por *porém* ou *no entanto*, por exemplo, a mesma implicatura é ativada.

sendo canceláveis, em nada interferem com a verdade ou falsidade do que é dito (Horn 2007, Potts 2012, 2015).

De qualquer modo, num livro que se pretende uma introdução e num capítulo que visa, numa primeira parte, apresentar, de forma o mais coerente e fiel possível, o edifício teórico de Grice, não seria aceitável excluir a noção.

Podemos agora, em síntese, apresentar o significado total de um enunciado, de acordo com a teoria de Grice:



### 3.2. Teorias neo-griceanas

A contribuição de Grice foi seminal no que concerne à construção de um modelo inferencial da comunicação humana, assente numa conceção intencional da significação e radicalmente oposto ao tradicional e redutor modelo do código<sup>83</sup>. A noção de implicatura deu origem a debates acesos, revisões e reconstruções várias, e funcionou como ponto de partida de teorias mais recentes que têm contribuído para um questionamento mais consistente sobre as fronteiras entre semântica e pragmática, por um lado, e para uma reflexão mais aprofundada sobre a natureza do processamento pragmático de informação, por outro. Destacam-se, nesta secção, as teorias neo-griceanas de Horn e

<sup>83</sup> A concepção da comunicação em termos de *modelo do código* engloba um emissor que codifica uma mensagem, usando um determinado código (no caso da comunicação humana, o código

Levinson. A Teoria da Relevância, que introduz ruturas mais significativas com o paradigma griceano, será abordada no capítulo 7, um capítulo consagrado à interface entre pragmática e cognição.

Os linguistas cujo trabalho é usualmente subsumido sob a designação de neo-griceanos, nomeadamente Horn e Levinson, tendem a reduzir o número das máximas conversacionais e a afinar a respetiva formulação, continuando, no entanto, a considerar que se trata de princípios heurísticos usados tacitamente na interação verbal, no quadro de um comportamento racional e cooperante.

Se nos debruçarmos com espírito crítico sobre a proposta de Grice, facilmente detetamos sobreposições entre máximas e submáximas. Apenas dois exemplos esclarecedores: de acordo com a segunda submáxima de quantidade, o falante não deve dar mais informação do que a que é requerida, e de acordo com a máxima de relação, o falante deve ser relevante. Ora dizer mais do que é necessário ou requerido é dizer algo que não é de facto relevante, pelo que a sobreposição é evidente. Da mesma forma, segundo a terceira submáxima de modo, o falante deve ser breve; ora não dizer mais do que é requerido é ser apropriadamente breve, o que, uma vez mais, aponta para uma sobreposição redundante. Constatações deste tipo levaram, pois, a reconfigurações do modelo clássico, de modo a torná-lo mais elegante e consistente. É o que se procurará explicar nas próximas secções.

### 3.2.1. Horn

Horn (1984), inspirado pelo princípio do menor esforço de Zipf, propõe um sistema simplificado em que se postulam apenas dois princípios, o princípio da Quantidade e o princípio da Relação. Ou seja, segundo Horn, todas as máximas griceanas (exceto a máxima da qualidade, que para o autor configura a *condição sine qua non* para o sistema conversacional funcionar) podem ser integradas nos dois princípios referidos, que, sendo antitéticos, se complementam.

O princípio da Quantidade, ou **princípio Q**, que corresponde à primeira submáxima da quantidade de Grice, pode ser explicitado de uma forma muito

---

seria a gramática de uma língua natural), e um receptor que a decodifica usando o mesmo código. A mensagem circula entre estes dois polos através de um canal e assume-se que o conteúdo da mensagem é plenamente apreendido pelo receptor, graças a partilha do código.

simples: dá o máximo de informação que puderes (dado o princípio R). Trata-se de um princípio orientado para o ouvinte, que visa a maximização do conteúdo informativo do enunciado, de modo a poupar esforço de processamento ao interlocutor.

O princípio da Relação, ou **princípio R**, que subsume a segunda submáxima da quantidade, a máxima da relação e a máxima do modo de Grice, pode ser formulado, de forma condensada, nos seguintes termos: não digas mais do que é requerido (dado o princípio Q). Este segundo princípio orienta-se para o falante, no sentido da minimização da forma linguística. De facto, é do interesse do falante dizer o mínimo possível, de modo a poupar o seu próprio esforço de processamento.

Os dois princípios operam, pois, dialeticamente, visando otimizar a economia conversacional: dizer o mais possível com o mínimo de recursos linguísticos possível.

Partindo destes dois princípios, Horn trabalhou casos de implicaturas generalizadas que envolvem **escalas**, isto é, conjuntos ordenados de itens lexicais pertencentes ao mesmo campo semântico e à mesma classe gramatical, sendo que (pelo menos) um deles é semanticamente mais forte e implica logicamente o que se situa à sua direita. Vejamos alguns exemplos do que Horn entende por escala: <todos, alguns>, <quente, morno>, <excelente, bom>, <sempre, muitas vezes, algumas vezes>, <saber, acreditar>, <e, ou>, <o, um>.

Os membros de uma escala estão hierarquicamente organizados, o que significa que da verdade de uma proposição *p* que envolva um membro de uma escala pode inferir-se, por implicação lógica, a verdade de uma proposição *q*, que só difere de *p* pelo facto de o membro da escala que ocorre em *p* ser substituído por um membro mais fraco da mesma escala. Para tornar mais claro o que acabou de ser dito, atente-se na escala <todos, alguns>: *todos* e *alguns* são ambos quantificadores, sendo *todos* semanticamente mais forte do que *alguns*. A proposição *todos os alunos vieram à aula* implica logicamente *alguns alunos vieram à aula*, mas o inverso não se verifica; assim, se alguém disser *alguns alunos vieram à aula*, assume-se que esse falante não dá mais informação do que aquela de que dispõe e que implícita, conseqüentemente, que uma informação mais forte é falsa. Em esquema:

(3.21) Alguns alunos vieram à aula.

+> *Nem todos os alunos vieram à aula.*

A implicatura assinalada a itálico é uma Q-implicatura, ou seja, uma implicatura baseada na assunção de que o princípio-Q está a ser respeitado. Vejam-se dois outros exemplos de Q-implicatura:

(3.22) A sopa está boa.

+> *A sopa não está excelente.*

(3.23) O Rui tem dois filhos.

+> *O Rui tem só dois filhos.*

Portanto, na perspetiva de Horn, se o falante assere um dos termos mais fracos de uma escala, implícita que um/o termo mais forte não se verifica. Assim, uma implicatura ou inferência baseada no princípio Q é uma inferência no sentido de *não mais do que foi dito*.

As implicaturas que se baseiam em escalas são designadas de **implicaturas escalares**. São implicaturas generalizadas, independentes de contextos específicos de interação, com carácter preditivo, que contrariam a ideia de que a Pragmática focaliza processos não observáveis e não controláveis de raciocínio inferencial aplicado a objetos linguísticos.

Vejam agora exemplos de R-implicaturas:

(3.24) O Pedro precisa de uma bebida.

+> *O Pedro precisa de uma bebida alcoólica.*

(3.25) O João partiu um dedo.

+> *O João partiu um dedo seu.*

(3.26) A: Sabe dizer-me onde posso comprar jornais?

B: Há uma estação de serviço ao virar da esquina.

+> *Vendem-se jornais nessa estação de serviço.*

Em todos os casos, dada a assunção do princípio R, o ouvinte infere legitimamente *para além do que foi dito*. Assim, uma inferência R é uma inferência no sentido de se *acrescentar algo ao dito*.

Como facilmente se depreende, os dois princípios definidos por Horn apontam em sentidos contrários. Coloca-se, então, a questão: como é que o interlocutor decide se deve calcular uma inferência-R ou uma inferência-Q, num dado contexto, isto é, se deve inferir mais do que foi dito ou inferir que informação mais específica não se verifica? Numa palavra, qual dos princípios deve prevalecer, no cálculo da implicatura?

Para responder a esta questão, Horn propôs uma *divisão do trabalho pragmático*. A ideia básica é a seguinte: uma expressão não-marcada (mais simples, expectável, usada por defeito, exigindo menos esforço de processamento) legitima uma R-inferência relativamente à situação não marcada, ao passo que o uso de uma expressão marcada (relativamente mais complexa e/ou prolixa, menos comum, menos expectável e mais difícil de processar) legitima uma inferência-Q, segundo a qual a situação não marcada não se verifica. Ou seja, geralmente, o princípio R assume precedência: extrai-se do enunciado o máximo de informação possível, no contexto em que ele é usado; excetuam-se os casos em que uma forma linguística marcada induz a inferência-Q de que a inferência-R pertinente não se aplica. Vejam-se exemplos, de modo a clarificar o pensamento de Horn:

(3.27 a) O médico proibiu-o de beber.

+> O médico proibiu-o de beber bebidas alcoólicas.

(3.27 b) O médico proibiu-o de ingerir líquidos.

+> O médico proibiu-o de ingerir qualquer tipo de bebida.

Em (3.27 a), o ouvinte infere mais do que foi dito; a implicatura assinalada depende do uso do verbo *beber*, uma expressão não-marcada, usada por defeito para induzir a interpretação prototípica *beber álcool*, uma inferência-R. Já em (3.27b), o uso da expressão *ingerir líquidos*, mais marcada e menos económica face a *beber*, bloqueia a inferência-R e legitima uma inferência-Q, no sentido de não mais do que foi dito.

### 3.2.2. Levinson

Também Levinson se inclui no conjunto dos linguistas neo-griceanos que reduziram as máximas conversacionais, partilhando com Horn a noção de que há dois princípios distintos subjacentes ao uso cooperativo da linguagem, um centrado no falante e o outro no ouvinte. E, de igual modo, também Levinson privilegia a análise de implicaturas generalizadas (ou inferências pragmáticas generalizadas), que oferecem explicações intuitivamente satisfatórias acerca do modo como os falantes enriquecem o dito no decurso do processo interpretativo. Estas inferências por defeito, que resistem a alterações de contexto e de saber compartilhado (ou assunções de *background*), demonstram que há uma forte e sistemática correlação entre pragmática, construções gramaticais e léxico.

No entanto, na perspectiva de Levinson, há que distinguir entre conteúdo semântico e forma linguística, o que o leva a granular o princípio Q de Horn. Assim, o sistema de Levinson convoca três heurísticas para a interpretação de um enunciado, que se elencam em termos simples:

- **Princípio Q:** não digas menos do que é requerido<sup>84</sup>. O corolário, do ponto de vista do interlocutor, é o seguinte: o falante deu a informação máxima em função do que sabe, ou seja, o que não foi dito não se verifica.
- **Princípio I:** não digas mais do que aquilo que é necessário<sup>85</sup>. Este princípio de minimização do dito tem como corolário, por parte do interlocutor, o enriquecimento do dito. Ou seja, o interlocutor amplifica o conteúdo do enunciado, procurando a informação mais específica que seja contextualmente relevante.
- **Princípio M:** não uses uma expressão marcada se não houver razão para tal; usa uma expressão marcada para descrever uma situação não este-

---

<sup>84</sup> “Do not provide a statement that is informationally weaker than your knowledge of the world allows, unless providing a stronger statement would contravene the I-principle. Specifically, select the informationally strongest paradigmatic alternate that is consistent with the facts.” (Levinson 2000: 76).

<sup>85</sup> “Say as little as necessary, that is, provide the minimal linguistic information to achieve your communicational ends (bearing the Q- principle in mind).” (Levinson 2000: 114).

reotípica. Corolário, por parte do interlocutor: uma mensagem marcada indica uma situação marcada<sup>86</sup>.

Vejam-se, então, alguns exemplos paradigmáticos, começando pelas implicaturas baseadas no princípio Q. Podem ser identificados três tipos: (i) implicaturas escalares; (ii) implicaturas oracionais e (iii) implicaturas baseadas em conjuntos parcialmente ordenados de itens lexicais.

As implicaturas escalares, cunhadas por Horn, já foram referidas atrás (cf. exemplos (3.21) a (3.23), pelo que não serão aqui retomadas.

As implicaturas oracionais envolvem incerteza epistémica (Gazdar 1979, Levinson 2000) e baseiam-se num conjunto de alternativas semânticas de natureza construcional. De forma mais clara, se um falante dispõe de duas construções possíveis, por exemplo, *saber que (p)* e *acreditar que (p)*, sendo que só a primeira implica logicamente a verdade da proposição selecionada como complemento, ao escolher a segunda construção esse falante implica que não sabe se *p* se verifica. Veja-se o exemplo:

(3.28) O Rui acredita que a situação na Europa mediterrânica vai melhorar nos próximos anos.

+> É possível que a situação melhore, mas também é possível que não melhore.

De igual modo, se o falante escolhe a construção *se p, q*, em detrimento da construção *dado que p, q*, que implica logicamente a verdade de *p*, ativa automaticamente a Q-implicatura *p é incerto*:

(3.29) Se as minhas netas vierem no próximo fim de semana, vou levá-las à praia fluvial.

+> As minhas netas podem vir ou não vir no próximo fim de semana.

---

<sup>86</sup> "What is said in an abnormal way, isn't normal; or marked message indicates marked situation." (Levinson 2000: 31)

O último tipo de Q-implicaturas baseia-se em conjuntos ordenados de itens lexicais que contrastam entre si, embora não sejam escalas no sentido de Horn, uma vez que não há uma relação de implicação lógica entre os termos. Veja-se o exemplo:

(3.30) A Joana tentou consertar o relógio.

+> A Joana não conseguiu consertar o relógio.

Em (3.30), a implicatura resulta da escolha, pelo falante, do verbo *tentar*, em detrimento de *conseguir*. Assim, no conjunto <*conseguir, tentar*>, *conseguir* é informativamente mais forte do que *tentar* (embora não haja uma relação de implicação lógica entre *conseguir* e *tentar*). Numa palavra, as Q-implicaturas envolvem a consideração de uma expressão ou estrutura alternativa pela qual o falante poderia ter optado e apontam para a não verificação do termo ou construção descartados<sup>87</sup>.

Atente-se agora nas I-implicaturas, através de exemplos que ilustram alguns dos subtipos discriminados por Levinson:

(3.31) A Maria engravidou e casou.

+> A Maria engravidou e depois casou.

+> A Maria engravidou e por causa disso casou.

(3.32) Se me convidares para jantar, conto-te uma história espantosa.

+> Só te conto uma história espantosa se me convidares para jantar.

(3.33) O Rui e a Joana foram a Pequim.

+> O Rui e a Joana foram juntos a Pequim.

---

<sup>87</sup> Uma propriedade interessante das Q-implicaturas é o facto de poderem ser canceladas pela *negação metalinguística*, um tipo particular de negação analisado por Ducrot (1972) e Horn (1985). A *negação metalinguística*, ao contrário da *negação descritiva* ou *proposicional* (que um enunciado como *não há leite em casa* ilustra), envolve a *rejeição*, pelo falante, de um enunciado prévio. Se, num diálogo, um falante A disser *o Rui tem três filhos* e o interlocutor B ripostar dizendo, *o Rui não tem três filhos, tem quatro*, estamos perante um caso de *negação metalinguística*: a primeira intervenção é rejeitada ou refutada por B. Ora o que o exemplo demonstra é que a Q-implicatura *o Rui só tem três filhos*, calculada a partir da intervenção de A, é cancelada pela intervenção reativa de B, que configura um caso de *refutação*. Sobre a relação entre *refutação* e *implicaturas*, com foco no PEC, cf. Sousa (2014).

(3.34) Deambulei pela zona histórica de Praga. Os cafés acolhedores fascinaram-me.

+> Há cafés acolhedores na zona histórica de Praga.

(3.35) Vêm aí os santos populares. Já comprei um manjerico.

+> Na altura do festejo dos santos populares, é costume comprar manjericos.

(3.36) Podes pôr a música mais baixo?

+> Peço-te que ponhas a música mais baixo.

O exemplo (3.31) ilustra aquilo que Levinson designa de *conjunction but-tressing*, e que podemos traduzir por *reforço do valor das conjunções*. De facto, em construções aditivas que envolvem representação de eventos, do tipo *p e q*, verifica-se tipicamente, no processamento, a reconstrução das implicaturas *p e depois q*, *p, e p por isso q*, sempre que tal for compatível com o nosso conhecimento do mundo.

O exemplo (3.32) ilustra o fenómeno da perfeição condicional, que consiste na interpretação de *se p, q* em termos de *se e só se p, q*. Ou seja, o ouvinte é convidado a inferir *se não p, não q*, a partir de *se p, q*.

Em (3.33), exemplifica-se a implicatura usualmente veiculada por enunciados em que ocorrem sujeitos compostos.

O exemplo (3.34) ilustra um caso de anáfora associativa (*bridging cross-reference*): o SN *os cafés acolhedores* introduz no discurso um novo referente, até então não nomeado explicitamente, mas apresentado com o traço [+conhecido], graças à presença do artigo definido. Para poder interpretar cabalmente um SN deste tipo, o interlocutor tem de estabelecer inferencialmente um nexos local entre esse termo e o antecedente, que é, no caso em apreço, a zona histórica de Praga.

Em (3.35), a implicatura mobiliza conhecimento enciclopédico largamente intersubjectivo e socializado, ligado às vivências específicas da nossa comunidade linguístico-cultural.

Finalmente, (3.36) ilustra um caso de inferência associado a atos ilocutórios indiretos: uma construção interrogativa do tipo *Podes p?* implícita tipicamente um pedido, em português<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> Este tópico será retomado no capítulo sobre 5, dedicado aos atos de fala.

Embora bastante heterogêneas, as implicaturas assinaladas partilham um denominador comum: todas elas veiculam informação mais específica do que a que está convencionalmente expressa no enunciado.

Vejam-se agora exemplos de implicaturas calculadas em função do Princípio M, relacionado com a primeira e a terceira submáximas de Modo de Grice:

(3.37) O Rui travou o carro.

+> O Rui parou o carro travando da forma habitual.

(3.38) O Rui fez com que o carro parasse.

+> O Rui parou o carro de forma não habitual (por exemplo, projetando-o contra um muro)<sup>89</sup>.

Apresentadas as linhas gerais que alicerçam o modelo, é chegado o momento de realçar o seu alcance no âmbito de uma teoria linguística. Do nosso ponto de vista, o aspeto crucial da reflexão teórica de Levinson, que decorre da sua análise das implicaturas baseadas em princípios reguladores do uso da língua, é a argumentação convincente a favor da existência de três níveis de significado: (i) o significado linguisticamente codificado (*sentence meaning*), cuja computação envolve apenas a competência léxico-gramatical dos falantes, (ii) o significado que corresponde às interpretações preferenciais, por defeito (*presumptive*), legitimadas por heurísticas pragmáticas a partir da própria estrutura linguística dos enunciados (*utterance-type meaning*) e (iii) o significado comunicativo de um enunciado, numa situação específica de interação (*utterance-token meaning*), resultante de um cálculo inferencial totalmente dependente do contexto situacional e do conhecimento do mundo partilhado pelos interlocutores.

---

<sup>89</sup> Tal como as Q-implicaturas, também as M-implicaturas podem estar na base da refutação do enunciado que lhes deu origem. Ou, noutros termos, podem ser canceladas pela negação meta-linguística, mencionada na nota 127. Veja-se o exemplo:

<sup>(i)</sup> A: O médico proibiu-o de ingerir líquidos.

<sup>B:</sup> O médico não o proibiu de ingerir líquidos. Proibiu-o de beber bebidas alcoólicas.

Neste caso, a intervenção de B refuta a M-implicatura associada à intervenção de A, a saber: *o médico proibiu-o de ingerir todo o tipo de líquidos*.

As interpretações preferenciais que correspondem ao *utterance-type meaning* não são baseadas em computações diretas sobre as intenções do falante, antes correspondem a expectativas gerais sobre a forma como determinadas estruturas linguísticas são tipicamente usadas no interior da comunidade. Trata-se, pois, de implicaturas conversacionais generalizadas, convenções de uso que enriquecem o significado linguístico codificado, podendo, no entanto, ser canceladas (como implicaturas que são). Ao privilegiar o estudo do *utterance-type meaning*, isto é, das interpretações preferenciais estáveis de certos itens lexicais e de certas construções linguísticas, interpretações essas que maximizam o conteúdo informativo do enunciado e resultam de um cálculo inferencial, Levinson demonstra, a partir da análise de um conjunto vasto de fenómenos paradigmáticos (implicaturas escalares, já exploradas por Horn, interpretação bicondicional de construções condicionais, implicaturas sistematicamente geradas por construções que envolvem a descrição de eventos articulados por determinadas conjunções (*conjunction buttressing*), resolução de anáforas associativas, entre outros), que princípios pragmáticos podem simplificar, de forma sistemática e preditiva, a descrição do léxico e de construções gramaticais, oferecendo explicações intuitivamente satisfatórias sobre o modo como os falantes alargam regularmente o dito, no decurso do processo interpretativo.

Em síntese, as **implicaturas generalizadas**, que configuram o cerne da pesquisa dos neo-griceanos, dão conta das interpretações preferenciais dos falantes, legitimadas por heurísticas pragmáticas que se apoiam na própria estrutura linguística dos enunciados. Deste modo, os neo-griceanos alicerçam a via de uma investigação pragmática controlada por *input* linguístico.

A interface entre léxico e pragmática permite explicar, por exemplo, casos de polissemia em que um significado mais geral é ‘estreitado’, passando a palavra a denotar também um referente mais específico, uma instância estereotípica, por inferência pragmática (R-implicatura, no sistema de Horn ou I-implicatura, no modelo de Levinson): *bebida*>*bebida alcoólica*; *temperatura*>*febre*; *matar*>*matar intencionalmente*. Algumas lacunas lexicais podem também ser explicadas de forma elegante em termos pragmáticos. Um exemplo apenas: em português, como noutras línguas, o sistema dos quantificadores envolve o termo *todos*, o termo contrário *nenhum* e o termo *alguns*, que integra a escala <*todos*, *alguns*>.

Mas não existe um termo específico que funcione como contrário de *alguns* e contraditório de *todos*. Se se pensar que basta asserir *alguns* para implicar por defeito *não todos*, facilmente se compreende que, por razões de economia linguística que as heurísticas pragmáticas consubstanciam, a lexicalização do termo contrário de *alguns* e contraditório de *todos* é dispensável.

A interface entre gramática e pragmática permite explicar de forma muito satisfatória como determinadas construções são, por defeito, interpretadas pelos falantes, embora tal interpretação não seja legitimada pela representação semântica da proposição contida no enunciado. Assim, a construção *p ou q* é sistematicamente interpretada *ou p ou q*: se alguém disser *podes comer um gelado ou uma salada de frutas como sobremesa*, o ouvinte atribui ao enunciado uma leitura exclusiva, por implicatura (+> *não podes comer ambos*), dada a escala <e, ou>. Note-se como a pragmática se articula de forma harmoniosa com a semântica, evitando a proliferação de casos de ambiguidade semântica, de natureza lexical ou lógica.

### 3.3. Sumário

Neste capítulo, abordou-se a teoria griceana da comunicação, sublinhando os seus aspetos inovadores relativamente ao clássico modelo do código. Foram explicitadas as noções fundadoras e basilares da teoria, a saber, o Princípio da Cooperação, consubstanciado nas máximas conversacionais, e a noção de implicatura. Explanaram-se as propriedades das implicaturas, de modo a evidenciar o seu estatuto de inferências pragmáticas, e delineou-se o seu processo de cálculo. Percorreram-se ainda os diferentes tipos de implicaturas discriminados por Grice: implicaturas conversacionais, generalizadas e particulares, e implicaturas convencionais.

Num segundo momento, avançou-se para uma breve apresentação das teorias neo-griceanas, com referência a Horn e Levinson. As teorias de Horn e Levinson são ambas tributárias da visão original de Grice segundo a qual o que um falante quer dizer com o enunciado que produz depende de heurísticas pragmáticas que subtendem o uso cooperativo da linguagem. Privilegiando a análise de implicaturas conversacionais generalizadas, os neo-griceanos facultam evidência empírica que permite rebater três das mais propaladas fontes de

resistência à incorporação da pragmática numa teoria linguística, lapidarmente enunciadas por Levinson (2000:367-368): “the continuing feeling that pragmatics is not well enough developed to yield any kind of predictionism “the view that pragmatics is concerned only with nonce-inference [inferência conversacional particular]” and “the idea that pragmatics concerns itself with nonlinguistic reasoning that happens to be applied to linguistic objects (...)”.

De facto, o trabalho dos neo-griceanos veio evidenciar que há inferências pragmáticas estreitamente conectadas com a estrutura e o significado linguísticos, cujo cálculo se baseia em expectativas gerais sobre o modo como a língua é tipicamente usada pelos falantes nas suas interações quotidianas. Consequentemente, a teorização desenvolvida tem repercussões ao nível da descrição e explicação do funcionamento do léxico, por um lado, e diversos tipos de construções gramaticais, por outro.

## Exercícios

1. Leia atentamente o texto que se segue e, a partir dele, elabore uma exposição clara sobre os fundamentos e as noções basilares da pragmática griceana.

“Gostaria de pensar o modelo padrão da prática conversacional não meramente como aquilo que todos ou quase todos fazem **de facto**, mas como algo que é **razoável** fazer, algo que **não devemos** abandonar. Durante algum tempo, atraiu-me a ideia de que a observância do PC [Princípio da Cooperação] e das máximas, numa troca conversacional, poderia ser pensada como um assunto quase contratual, paralelo ao que acontece fora do âmbito do discurso. Se você passar por mim numa situação em que me encontro confrontado com uma avaria no meu carro, tenho sem dúvida a expectativa de que me vai ajudar, mas logo que vier para junto de mim e começar a mexer nas peças do motor, as minhas expectativas aumentam e assumem formas mais específicas (na ausência de indicações de que você é apenas um intruso incompetente); ora as trocas verbais pareciam-me exibir, tipicamente, certos traços que em conjunto distinguem as transações cooperativas:

(i) Os participantes partilham um objectivo imediato, como, por exemplo, reparar um carro avariado; os seus objectivos últimos podem, é claro, ser independentes e até entrar em conflito - cada um deles pode querer reparar a avaria para se ir embora, levando o carro e deixando o outro bloqueado. Em trocas conversacionais normais, há um objectivo comum, mesmo se se trata de um objectivo de segunda ordem, como acontece numa conversa meramente ocasional: ambos os participantes se identificam com os interesses conversacionais transitórios do outro.

(ii) A contribuição dos participantes deve ser articulada, mutuamente dependente.

(iii) Há uma espécie de entendimento (que pode ser explícito mas muitas vezes é tácito) de que, em condições normais, a transacção deve continuar de forma apropriada, a não ser que ambas as partes concordem que deve terminar. Ninguém pura e simplesmente desaparece ou começa a fazer outra coisa.”(Grice, 1975:48. Tradução nossa)

2. Um ex-aluno pede a um dos seus professores de linguística uma carta de recomendação para um lugar de leitor de português numa universidade estrangeira. Nessa carta, o professor diz que o aluno em causa foi sempre um aluno assíduo, trabalhador e bom colega. À luz da teoria griceana das implicaturas, e tendo em conta que uma carta de recomendação deve pôr em relevo as qualidades do candidato para o desempenho das funções a que se candidata, quais são as inferências que o destinatário da carta poderá construir?

3. Segundo Birner (2013: 76), tem-se comentado que a formulação da máxima do modo, por Grice, viola a própria máxima, e, inclusivamente, há quem pergunte mesmo se tal formulação não seria intencionalmente humorística. Na sua opinião, será possível argumentar que a formulação da máxima constitui uma violação da própria máxima?

4. Explique as razões que determinam a estranheza de cada um dos seguintes pares de pergunta-resposta:

P: A que horas se deita, habitualmente?

R: Chego a casa por volta das 18h30, janto às 20h e deito-me à meia-noite.

P: Posso jogar computador?

R: Tendo em conta que ainda não sei se fizeste os deveres, é prematuro avançar uma resposta definitiva.

P: Pode dizer-me as horas, por favor?

R: Posso.

5. Explícite o processo de construção da coerência dos seguintes fragmentos de diálogo:

A: Então, o Rui está satisfeito com o novo emprego?

B: O patrão ainda não foi insultado...

A: Como é que correu a entrevista?

B: Posso dar graças a Deus por ainda estar viva!

6. Justificando, explicita as implicaturas conversacionais comunicadas pelas respostas do falante B, nos seguintes diálogos:

A: Ó mãe, compras-me um computador novo?

B: Olha, vai ver se eu estou lá fora.

A: A tua mãe está boa e já voltou?

B: Bem, a minha mãe já voltou.

7. Comente a história que se segue<sup>90</sup>, à luz do quadro griceano da comunicação.

Um lavrador encontra outro e diz-lhe: “Olá, Chico, a minha mula está com a mesma doença que a ta teve. O que lhe deste?”

“Terebentina”, respondeu o Chico.

Uma semana mais tarde, voltaram a encontrar-se e o primeiro lavrador gritou: “Chico, dei terebentina à minha mula, como me tinhas dito, e ela morreu.”

“Aconteceu o mesmo à minha”, retorquiu o Chico.

8. Identifique, justificando, qual das seguintes implicaturas é generalizada e qual é particular:

A: Como é que correu a aula?

B: Alguns alunos saíram antes do fim.

+> Nem todos os alunos saíram antes do fim.

+> A aula não correu bem.

9. Depois da construção do muro de Berlim, o presidente Kennedy disse em alemão, numa manifestação em Berlim oeste, que era berlinense. O que ele deveria ter dito seria *Ich bin Berliner* (*Sou um berlinense*), mas, dado o conhecimento limitado de alemão da pessoa que lhe escreveu o discurso, disse *Ich*

---

<sup>90</sup> Texto recolhido em Gouveia (1996:404).

*bin ein Berliner*, o que significa *sou uma espécie de donut*. Apesar do erro, a multidão conseguiu inferir a implicatura conversacional que ele queria comunicar. Qual é a implicatura em apreço? E que máxima foi violada?<sup>91</sup>

10. Qual a implicatura da resposta de B, no seguinte diálogo?

A: Teerão é na Turquia, não é, professor?

B: E Londres na Arménia, suponho eu.

Os exercícios que se seguem devem ser resolvidos tendo em conta a reflexão neo-griceana

11. Justificando, identifique a implicatura comunicada pelo seguinte enunciado: *O Rui está doente sobre ou está a trabalhar a partir de casa*.

12. Justificando, reconstitua as implicaturas comunicadas pelos enunciados b de cada um dos seguintes pares, tendo em conta que o falante escolheu b em detrimento de a:

a. Aquela senhora é a mãe dele.

b. Aquela senhora é a mulher do pai dele.

a. O novo professor é simpático.

b. O novo professor não é uma pessoa antipática.

a. O Rui está a conversar com a mulher ao telefone.

b. O Rui está a conversar com uma mulher ao telefone.

---

<sup>91</sup> Exemplo adaptado de Grundy (2000).

12. Nos pares de enunciados que se seguem, a. implica conversacionalmente  
b. Argumente no sentido de que se trata de facto de uma implicatura e não de  
uma implicação lógica.

a. A Maria engravidou e casou.

b.+> A Maria engravidou e depois casou.

a.O João e a Maria foram ao cinema.

b.+> O João e a Maria foram juntos ao cinema.

### **Outras leituras**

Grice 1975, 1989

Levinson 2000, capítulos 1 e 2

Horn 1984, 2012

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO 4. PRESSUPOSIÇÃO

### Introdução

A pressuposição é uma das áreas mais problemáticas e árduas de investigação, tanto em semântica como em pragmática. Mas, justamente porque se trata de um *puzzle* difícil de resolver, o fenómeno da pressuposição continua ainda hoje a perfilar-se como um desafio para todos aqueles que se interrogam sobre o modo como linguagem e contexto interagem, sobre o papel da cognição social no condicionamento do comportamento linguístico e sobre a própria natureza do significado linguístico. Sem escamotear a complexidade intrínseca do fenómeno, este capítulo propõe-se apresentar de forma simples, mas não necessariamente redutora, as principais linhas de reflexão desenvolvidas, com a consciência de que apenas se aflorará a ponta de um enorme iceberg ainda hoje em deriva não convergente.

O capítulo começa por referir brevemente a abordagem da pressuposição no âmbito da filosofia da linguagem e da semântica, evidenciando a sua perspetivação como relação interproposicional. Seguidamente, descrevem-se os principais ativadores de pressuposição, com foco no português. Finalmente, avança-se para uma abordagem pragmática da pressuposição, que convoca as condições de uso apropriado de um enunciado, destacando-se o papel da informação partilhada (*common ground*) pelos interlocutores.

### 4.1. Pressuposição, negação e implicação lógica

Não é fácil definir o conceito em apreço, já que não existe consenso entre os diferentes autores, filósofos e linguistas, que sobre ele se debruçaram.

No âmbito da filosofia da linguagem, nomes como Frege, Russell e Strawson são referências incontornáveis na discussão do conceito de pressuposição. Frege discute a noção a partir de uma reflexão sobre a semântica dos nomes próprios e das descrições definidas em geral. Segundo este autor, uma frase como *Kepler morreu na miséria* pressupõe que o nome próprio Kepler denota um indivíduo: "If one asserts 'Kepler died in misery', there is a presupposition

that the name ‘Kepler’ designates something.” (Frege 1892 (1952 : 69)). Frege também notou que uma pressuposição ativada por uma descrição definida persiste mesmo quando a frase afirmativa que contém tal descrição é negada. Veja-se (4.1) e (4.2)<sup>92</sup>:

(4.1) O rei de França é sensato.

>> Existe um rei de França.

(4.2) O rei de França não é sensato.

>> Existe um rei de França.

A predicação de sensatez é negada em (6.1), mas a pressuposição *existe um rei de França* mantém-se intacta. Para Frege, uma frase com uma pressuposição falsa é uma frase desprovida de valor de verdade.

Russell (1905) retoma a discussão, sob uma perspectiva distinta. Para este filósofo, uma frase como (4.1) não pressupõe que exista um rei de França, antes assevera a existência de tal entidade, predicando sobre ela a propriedade da sensatez. Ou seja, a frase significa que existe um e um só rei de França e que essa entidade tem a propriedade de ser sensato. Se não houver um rei de França, a frase torna-se automaticamente falsa, na análise de Russell. Se a mesma frase for negada, como em (6.2), há duas interpretações possíveis, em função do escopo largo ou estreito que se atribuir à negação: ou se nega a existência de um rei de França ou se nega que tal entidade é sensata. Assim, a negação é tratada como um operador ambíguo, dada a dupla possibilidade assinalada, em termos de escopo.

Olhando criticamente para a análise russelliana, é hoje possível afiná-la. De facto, para que a negação possa ser interpretada como negação da pressuposição de existência do rei de França, o enunciado (4.2) teria de ser precedido por um outro que afirmasse a sensatez do rei, sendo então (4.2.) interpretado como uma rejeição ou refutação do primeiro. Como pertinentemente assinala Birner (2013: 148), a leitura de escopo largo, ou seja, a leitura em que se nega

---

<sup>92</sup> Usar-se-á o símbolo >> para sinalizar a pressuposição.

a existência de um rei de França, é aceitável se (4.2) se articular com uma adenda ou clarificação discursiva como a que a seguir se ilustra:

(4.2a) O rei de França *não* é sensato: não existe *nenhum* rei de França!

Por outras palavras, para que a negação possa de facto ser interpretada como negação da pressuposição de existência do rei, ela tem de ser interpretada como negação metalinguística, um tipo de negação distinta da negação proposicional que tradicionalmente se considera. A negação proposicional nega a existência de uma situação (por exemplo, *não há leite em casa*); a negação metalinguística opera sobre uma asserção anterior, funcionando como “a device for objecting to a previous utterance on any grounds whatever (...)” (Horn 1989:363). Sem a adenda referida em (4.2 a), (4.2) não parece desencadear, de facto, qualquer ambiguidade interpretativa, ao contrário do que Russel defendeu.

De qualquer modo, o que importa aqui realçar é que Russell não estabelece, como Frege, uma distinção entre o que é asserido e o que é pressuposto, numa frase como (6.1). A existência do denotado pela descrição definida faz parte da asserção da frase: o falante asserir que existe um e um só indivíduo que é rei de França e que tal indivíduo tem a propriedade de ser sensato. Se essa descrição definida não tiver referente, a frase é simplesmente falsa.

Strawson (1950), por seu turno, avança uma análise alternativa. Na sua perspectiva, a pressuposição tem de ser analisada em termos de condições de uso dos enunciados. Vejamos sucintamente a argumentação desenvolvida. Strawson considera que, quando se pretende aferir o valor de verdade de uma frase, é necessário tomar em consideração o seu contexto de uso. Perante exemplos como (4.1), o filósofo, na esteira de Frege, considera que se trata de uma frase desprovida de valor de verdade, quando usada num contexto em que não existe um rei de França. No entanto, a mesma frase, enunciada num momento da história em que existe de facto um rei de França, pode ser uma frase verdadeira ou falsa. Assim, Strawson defende que a assunção ou pressuposição de que *existe um rei de França* é uma condição prévia para a verdade do enunciado *o rei de França é sensato*. Ou, generalizando, a verdade da proposição pressuposta num contexto de enunciação particular é uma pré-condição para a avaliação do valor de verdade do enunciado ao qual se

associa essa pressuposição. Se a pressuposição não se verificar, a questão do valor de verdade da frase não se coloca, pois deixa de ser relevante. Em suma, para que um enunciado assertivo seja usado de forma feliz, diríamos nós usando uma metalinguagem contemporânea, tributária da teoria dos atos de fala, é necessário que as suas pressuposições existenciais se verifiquem. Sublinhe-se que Strawson convoca o contexto na sua reflexão, o que virá a constituir uma linha de força na definição pragmática de pressuposição, que mais adiante se abordará<sup>93</sup>.

A reflexão filosófica teve, naturalmente, impacto no seio da semântica linguística de inspiração formal. Consequentemente, e em termos estritamente lógico-semânticos, o termo **pressuposição** tem sido usado para referir uma relação entre duas proposições<sup>94</sup>. Atente-se nos exemplos:

(4.3) Os filhos do João são pacatos.

(4.4) O João tem filhos.

Se a proposição expressa em (4.3) for verdadeira, a proposição expressa em (4.4) também o é, necessariamente. Se a proposição expressa em (4.3) for falsa, o que pode ser traduzido pela frase *os filhos do João não são pacatos*, a proposição expressa em (4.4) continua a ser verdadeira. Assim, dir-se-á que existe uma relação de pressuposição entre duas proposições A e B se, em todas as situações em que A é verdadeira, B for igualmente verdadeira, e em todas as situações em que A é falsa, B continuar a ser verdadeira.

A **constância sob a negação** é, por conseguinte, um traço distintivo da pressuposição, delimitando a sua especificidade relativamente à relação de implicação lógica<sup>95</sup>. Acrescente-se que a pressuposição é igualmente preservada

---

<sup>93</sup> Para uma informação mais detalhada e com um maior grau de profundidade sobre a reflexão desenvolvida pelos filósofos, cf. Moeschler & Reboul (1994), Levinson (1983), Atlas (2004), Huang (2015).

<sup>94</sup> Assinale-se, no entanto, que o termo *pressuposição* também se utiliza para designar a própria proposição pressuposta (ou, de forma mais rigorosa, a proposição logicamente implicada por uma proposição p e pela sua negação). Concretamente, no exemplo que aparece a seguir, (4.4) seria a pressuposição de (4.3).

<sup>95</sup> Há, no entanto, alguns problemas que uma teoria semântica da pressuposição não resolve, no que toca à constância da pressuposição sob a negação (Huang 2011). Tais problemas não serão aqui explorados.

quando a proposição que a ativa é interrogada ou suspensa, ou seja, colocada sob forma de hipótese:

(4.5) Os filhos do João são pacatos?

>> O João tem filhos.

(4.6) Se os filhos do João são pacatos, saem ao pai.

>> O João tem filhos.

Mas há propriedades longamente discutidas em torno da pressuposição que questionam a sua definição em termos puramente lógico-semânticos. Referimo-nos ao facto de ela ser **cancelável**, em certos contextos discursivos, e ainda ao facto de ela poder desaparecer em frases complexas, o que é conhecido na literatura como **problema da projeção**. Antes, porém, de aprofundarmos a questão da cancelabilidade e o problema da projeção, convém apresentar o conjunto de estruturas linguísticas habitualmente perspectivadas como desencadeadores pressuposicionais.

#### 4.2. Desencadeadores de pressuposição

O conjunto de elementos que habitualmente se apontam como responsáveis pela ativação de pressuposições é variado e heterogéneo, compreendendo, como se verá, diferentes áreas da gramática. Ilustram-se, nos parágrafos seguintes, os mais referenciados na literatura.

##### Descrições definidas

(4.7) *As associações ambientalistas* pronunciaram-se contra a construção da barragem.

>> Há associações ambientalistas.

As famosas expressões nominais definidas, que estiveram no cerne da discussão filosófica em torno do fenómeno, são estruturas cujo uso adequado pressupõe a existência do referente. Trata-se, portanto, de sintagmas nominais que ativam **pressuposições existenciais**.

### **Verbos factivos**

(4.8) A Marcela sabe que o prazo de entrega dos trabalhos termina amanhã.

>> O prazo de entrega dos trabalhos termina amanhã.

Neste caso, o paradigma é constituído por verbos que selecionam um complemento direto frásico ou oracional, no qual se representa uma situação que se assume como verdadeira. Estas **pressuposições factivas** são ativadas por verbos cognitivos ou epistémicos (*saber, compreender, reconhecer, descobrir...*) e também por verbos e outros predicadores expressivos, que traduzem uma atitude emocional do falante perante um facto (*lamentar, congratular-se, estranhar, surpreender-se, ser condenável, ser inaceitável...*).

### **Verbos de mudança de estado**

(4.9) O Rui deixou de fumar.

>> Antes, o Rui fumava.

Trata-se de verbos que denotam tipicamente um evento pontual, expressando uma mudança de estado: *começar a, passar a, voltar a, tornar-se x...*

### **Expressões com valor iterativo**

(4.10) O Rui está *outra vez* sozinho.

>> O Rui já esteve sozinho antes.

Expressões com valor iterativo (*outra vez, de novo, uma vez mais...*), ao serem usadas, ativam a pressuposição de que a situação descrita já ocorreu no passado.

### **Construções clivadas**

(4.11) Não é com vinagre que se apanham moscas.

>> Apanham-se moscas com alguns produtos.

(4.12) Foi a Teresa que mentiu.

>> Alguém mentiu.

Estruturas sintáticas deste tipo (*ser X que, X ser que*) são usadas para a marcação de foco no PEC. Em (4.11), é o constituinte *com vinagre* que está focalizado sintaticamente, assumindo, conseqüentemente, uma proeminência informacional no enunciado. Em (4.12), o foco é o constituinte *a Teresa*. O foco constitui, portanto, a informação nova que importa salientar, sendo dada como conhecida a informação pressuposta.

### **Construções temporais**

(4.13) Antes de sermos colonizados pela televisão e pelos computadores, conversávamos mais.

>> Fomos colonizados pela televisão e pelos computadores.

As orações introduzidas por conectores temporais como *desde que, antes de, depois de, enquanto* ativam pressuposições: o falante assume que se trata de informação verdadeira e conhecida.

### **Construções comparativas**

(4.14) O Rui é mais alto do que a irmã.

>> A irmã do Rui é alto.

### **Orações relativas não restritivas**

(4.15) Os deputados, que são eleitos por voto universal, têm um mandato de quatro anos.

>> Os deputados são eleitos por voto universal.

Estas orações, como é sabido, não contribuem para a construção do valor referencial do SN ao qual se apõem. Expressam apenas um comentário paratético adicional, com o estatuto de informação pressuposta.

### **Construções interrogativas parciais**

(4.16) Quem trouxe este livro?

>> Alguém trouxe este livro.

Construções deste tipo, introduzidas pelos constituintes interrogativos *quem, que/o que, qual, quando, quanto(s), onde, como* são usadas para pedir informação sobre a variável não preenchida, ou não identificada, na pressuposição que ativam.

### **Construções condicionais contrafactuais**

(4.17) Se oração de cão chegasse ao céu, choveriam ossos.

>> Oração de cão não chega ao céu.

Construções deste tipo ativam a pressuposição de que a negação do antecedente se verifica no mundo real.

### **Verbos não factivos**

(4.18) O João acredita que há óvnis.

>> Não há óvnis.

Trata-se de verbos (como *acreditar, pensar, imaginar, sonhar, fingir...*) que, ao serem usados, selecionam como complemento direto uma proposição que o falante tipicamente pressupõe ser falsa.

### **Verbos implicativos<sup>96</sup>**

(4.19) O Rui conseguiu consertar o fogão.

>> O Rui tentou consertar o fogão.

Há verbos que, pelo seu significado intrínseco, ativam por defeito pressuposições: o significado de *conseguir* pressupõe o conceito de *tentar*, tal como o significado de *desistir* envolve o conceito de *começar*.

Percorridos diferentes ativadores pressuposicionais consagrados na literatura, pode dizer-se, em jeito de síntese, que os exemplos, embora heterogéneos, apresentam um denominador comum: há sempre um componente linguístico, de natureza lexical ou gramatical, que aparece na superfície do enunciado e que

---

<sup>96</sup> Designação de Karttunen (1971).

é tipicamente responsável pela ativação da pressuposição. E há também uma intuição básica subjacente: as pressuposições são assunções de *background*, ou seja, configuram uma espécie de pano de fundo sobre o qual se inscreve a asserção.

### 4.3. A questão do cancelamento de pressuposições

Já foi atrás afluído que as pressuposições podem ser canceladas, o que as afasta das implicações lógicas e parece aproximá-las das implicaturas conversacionais generalizadas. O exemplo (6.20) ilustra um caso de cancelamento via contexto verbal:

(4.20) A: Os filhos do João são pacatos.

B: Os filhos do João não são pacatos: o João não tem filhos!

A réplica de B refuta e retifica a asserção inicial, removendo a pressuposição existencial tipicamente associada às descrições definidas, no caso vertente, o SN *os filhos do João*<sup>97</sup>.

Vejam-se outros exemplos:

(4.21) O João lamenta ter engravidado a Maria, mas, na verdade, não foi ele que a engravidou.

(4.22) O Paulo morreu antes de ter terminado a tese.

(4.23) Se eu descobrir que o Paulo está em Coimbra, não respondo por mim.

A pressuposição tipicamente associada à primeira proposição, *o João engravidou a Maria*, suscitada pela ocorrência do verbo factivo *lamentar*, não sobrevive quando esta mesma proposição se torna um constituinte da frase complexa ilustrada em (4.21). Esta constatação releva daquilo a que habitualmente se chama *problema da projeção*: a questão de saber quais as pressuposições herdadas

---

<sup>97</sup> Trata-se, de novo, de um caso de negação metalinguística, que ocorre no enunciado refutativo *os filhos de João não são pacatos*, um tipo particular de negação já referenciado neste capítulo bem como no capítulo 3, a propósito do cancelamento de implicaturas.

por estruturas oracionais complexas, tipicamente *formadas* por duas orações, quando numa dessas orações ocorre um desencadeador pressuposicional (cf. Karttunen 1973). O cancelamento em (4.21) resulta da interferência da oração adversativa, cujo conteúdo anula a informação pressuposta tipicamente desencadeada pelo verbo factivo *lamentar*. E note-se que a anulação clara da pressuposição, na frase adversativa, não causa qualquer anomalia semântica, ou, mais especificamente, não gera nenhuma contradição.

Em (4.22), estamos perante um caso em que o conhecimento do mundo partilhado sobre o tipo de eventos que impedem a ocorrência de outros (no caso em apreço, a morte) bloqueia a pressuposição tipicamente ativada pela oração temporal.

Em (4.23), o facto de o sujeito do enunciado coincidir com o sujeito da enunciação bloqueia automaticamente a pressuposição tipicamente associada à ocorrência do verbo factivo *descobrir*.

Exemplos deste tipo mostram que quer o contexto discursivo quer o conhecimento do mundo partilhado podem suprimir pressuposições<sup>98</sup>. Por outro lado, para além de cancelada, a pressuposição pode ainda ser explicitamente suspensa, como se ilustra em (4.25):

(4.25) O pior é que nem os seus fãs antigos – **se é que** ainda têm alguns – vão gostar disto. (CETEMP)

Em (4.25), o locutor, através da condicional metadiscursiva parentética *se é que p* (cf. Lopes 2009), questiona e deixa em suspenso a pressuposição existencial tipicamente ativada pela expressão nominal definida *os seus fãs antigos*.

Ora esta cancelabilidade da pressuposição parece invalidar uma definição estritamente semântica do fenómeno. De facto, uma relação semântica é, por definição, invariante, permanente: se uma proposição implica lógico-semântica-

---

<sup>98</sup> Veja-se Gazdar (1979), para uma análise mais aprofundada sobre os mecanismos de cancelamento de pressuposições.

mente uma outra, implica-a em todos os contextos; no caso da pressuposição, acabámos de ver que ela pode ser contextualmente cancelada<sup>99</sup>.

Como afirma Birner (2013:163):

“if presuppositions can be cancelled in some cases, and fail to arise for contextual or world-knowledge reasons in other cases, it would seem that presupposition is, after all, a pragmatic phenomenon. If it were purely semantic, we would not expect to cancel presupposition without contradiction, and we would not expect that contextual factors would affect whether or not a presupposition arises.”<sup>100</sup>

#### 4.4. Abordagem pragmática da pressuposição

A dependência contextual da pressuposição parece, pois, exigir uma abordagem pragmática do fenómeno. São os falantes que pressupõem algo, não as proposições. Assim, em termos pragmáticos, a pressuposição é definida, *grosso modo*, como uma **pré-condição para o uso adequado de um enunciado**. Ou seja, voltando ao exemplo já comentado, (4.4) funciona de algum modo como uma assunção de *background*, sem a qual a asserção de (4.3) seria comunicativamente inadequada.

Stalnaker (1974, 1978) deslocou definitivamente a questão da pressuposição para o terreno pragmático, ao argumentar que as pressuposições fazem parte do *common ground* discursivo, definido nos seguintes termos: “a background of

---

<sup>99</sup> Há, basicamente, duas teorias semânticas que procuram contornar o problema assinalado. Uma delas é protagonizada por Karttunen (1973), que defende que uma pressuposição não é cancelável no seu contexto local; mas, sendo este concebido como um conjunto de proposições, construído dinamicamente e incrementalmente, torna-se possível descartar uma pressuposição no processo interpretativo, sempre que ela conflitue com informação subsequente. A outra teoria é associada a Gazdar (1979), que defende à partida a cancelabilidade da pressuposição, aduzindo, no entanto, uma ideia nova: as pressuposições associadas aos desencadeadores são potenciais, e só não se tornam reais/efetivas se forem anuladas por fatores linguísticos ou não linguísticos.

<sup>100</sup> Diga-se em abono da verdade que nem sempre é possível cancelar uma pressuposição, o que levou autores como Abush (2002) e Abbott (2006) a distinguir entre ativadores pressuposicionais *leves* (*soft triggers*) e ativadores pressuposicionais *pesados* (*hard triggers*). Com os *hard triggers*, de que a estrutura clivada é o exemplo prototípico, o cancelamento nunca ocorre. Veja-se a estranheza ou a inaceitabilidade do seguinte enunciado: (i) # *Foi o João que comeu a sopa e ninguém comeu a sopa*. E a razão avançada por Abbott é plenamente convincente: se o uso da estrutura tem como objetivo ativar uma pressuposição e marcar um foco, não é pragmaticamente aceitável usar a estrutura e, imediatamente a seguir, anular discursivamente a pressuposição.

beliefs or assumptions which are shared by the speaker and his audience and which are recognised by them to be so shared”.

Trata-se, pois, de uma alteração significativa de perspectiva: as pressuposições passam a ser descritas como crenças/assunções dos falantes, configuradoras de um pano de fundo compartilhado, formalmente correspondentes a proposições assumidas como verdadeiras. Esta noção de *common ground* é motivada pela constatação de que a comunicação entre humanos se desenrola a partir de uma base comum, de um conjunto partilhado de representações. Por exemplo, se alguém quiser falar com o seu interlocutor sobre a situação económica atual da Europa, assume como pano de fundo da interação que ambos sabem que a inflação é um fator de crise económica, que medidas de austeridade conduzem a uma quebra de consumo, que o euro é a moeda comum de um conjunto de estados da UE, que há políticas de austeridade defendidas pelo Eurogrupo, etc. Assim, as pressuposições deixam de estar localizadas nos enunciados e passam a ser perspectivadas como informação de *background* partilhada pelos interlocutores. E, nesse sentido, garantem a pertinência comunicativa dos enunciados, que tipicamente acrescentam informação nova a conhecimentos e/ou crenças prévias dos interlocutores. Voltemos ao velho exemplo do rei de França: é no mínimo bizarro, para não dizer comunicativamente inútil ou irrelevante, asserir o célebre enunciado num mundo em que não existe tal entidade.

Assim, ao conferir relevo ao conhecimento partilhado que garante a relevância de um enunciado assertivo, a abordagem pragmática institui uma nova dicotomia: pressuposição vs. asserção. Sendo uma pressuposição informação de *background*, não é asserida; trata-se antes de informação (supostamente) conhecida, à qual se contrapõe o que é asserido como informação nova.

Uma abordagem pragmática do fenómeno permite ainda alargar o campo dos observáveis, ou seja, permite tomar em consideração enunciados não assertivos. Neste sentido, e tomando como exemplo um enunciado diretivo como *baixa o som da televisão!*, é possível associar-lhe uma pressuposição: de facto, o enunciado em causa só é apropriado ou feliz se se verificar a pressuposição *o som da televisão está alto*. Daí que se possa concluir que as pressuposições configuram condições de felicidade dos atos discursivos (cf. capítulo seguinte). Mas, verdade seja dita, têm sido as asserções que têm mobilizado de forma

dominante a investigação sobre as pressuposições, daí a sua incidência dominante neste capítulo.

Retomando Stalnaker e a noção de *common ground*, importa evidenciar que a relação existente entre asserções e pressuposições, entendidas estas últimas, repetimo-lo, como assunções de pano de fundo, é dinâmica. Quer isto dizer que qualquer informação asserida ou pressuposta se vai acrescentar-se ao conjunto das assunções configuradoras da base comum e, neste processo, poderá haver casos de cancelamento de pressuposições. Clarifique-se através de um exemplo o que acabou de ser dito:

(4.25) Se Ana tivesse emprestado um computador ao irmão, ele teria utilizado o computador para escrever a tese.

A pressuposição existencial tipicamente ativada pelo uso da descrição definida o *computador*, no segundo membro da construção, é anulada porque deixa de ser consistente com o *common ground* entretanto enriquecido ou atualizado pelo processamento da informação expressa na condicional contrafactual. Mais explicitamente, a condicional em causa desencadeia a pressuposição *a Ana não emprestou um computador ao irmão*, que passa a integrar o *common ground*; assim atualizado, este vai condicionar o processamento do segundo membro do enunciado, bloqueando a ativação da pressuposição existencial, inconsistente com a informação disponível.

A abordagem pragmática da pressuposição tem óbvias vantagens relativamente à abordagem semântica. Em primeiro lugar, a definição de pressuposição independente das condições de verdade permite explicar a variação das interpretações de contexto para contexto. Veja-se o exemplo comentado pelo próprio Stalnaker:

(4.26) O meu primo já não é um rapaz.

Ao dizer (4.26), o falante tanto pode estar a asserir que o primo cresceu, pressupondo que ele é do sexo masculino, como pode estar a asserir que o primo mudou de sexo, pressupondo que se mantém jovem. A diferença inter-

pretativa deriva exclusivamente das assunções de pano de fundo que subjazem à asserção.

Há, no entanto, um problema que subsiste no âmbito da abordagem pragmática da pressuposição. De facto, a condição de conhecimentos e/ou crenças de pano de fundo partilhados e assumidos como dado adquirido pelos interlocutores parece ser demasiado forte. Com efeito, é perfeitamente apropriado dizer (4.27), mesmo que o interlocutor não partilhe à partida a pressuposição que lhe está associada, isto é, mesmo que o interlocutor não saiba que o locutor tem um filho:

(4.27) Desculpe o atraso. O meu filho telefonou-me e a conversa foi longa.  
>>O falante tem um filho.

Basta que a pressuposição seja consistente com a informação que integra o *common ground*. E a existência de um filho é uma informação suficientemente plausível para poder ser pressuposta sem gerar controvérsia, e dar origem a uma sequência discursiva como a que ocorre em (4.27). Confronte-se agora (4.27) com (4.28):

(4.28) Desculpe o atraso. Estive a tratar do meu panda.  
>> O falante tem um panda.

Seria natural que, ao ouvir (4.28), o interlocutor reagisse com incredulidade, dizendo algo do tipo *Como assim!? Tens um panda?* E isto porque, na nossa comunidade, não é expectável ter um panda como animal doméstico. Daí o carácter algo controverso da pressuposição.

A questão é, pois, saber em que circunstâncias uma entidade previamente desconhecida, que está, por conseguinte, a ser introduzida pela primeira vez no discurso, pode ser tratada como pressuposta por esse mesmo discurso. Se tal informação for incontroversa e consistente com todas as proposições que integram o *common ground*, ela é **acomodada** por um interlocutor cooperante sem dificuldade de maior e a interação pode prosseguir.

O conceito de **acomodação** refere, pois, um processo dinâmico de reparação de uma falha discursiva: o interlocutor expande tacitamente o *common ground*, de modo a nele incorporar uma informação que para ele é nova, sendo,

no entanto, apresentada pelo falante como pressuposta. Assim se colmata o problema de nem sempre o *common ground* corresponder a conhecimento mútuo pré-existente<sup>101</sup>.

Quando o interlocutor se recusa a acomodar informação pressuposta pelo falante, facilmente o diálogo se pode transformar em polémica. De facto, se alguém disser *o Ministro tomou medidas contra o recrudescimento da violência estudantil*, pressupõe *ipso facto*, graças ao uso do SN definido, que o recrudescimento da violência estudantil é um facto. Ora, caso esta última proposição não faça parte integrante do *common ground* partilhado, o interlocutor pode perfeitamente contestá-la, em vez de acomodá-la, dizendo, por exemplo, *mas não há nenhum recrudescimento da violência estudantil!* E, ao fazê-lo, recusa o pano de fundo que o falante que iniciou o diálogo tentou impor.

Note-se a convergência entre a perspetivação da pressuposição que temos vindo a explicar e a posição de Ducrot (1972). Com efeito, Ducrot considera que o encadeamento discursivo assenta no que se asserir, no *posto*, e não no que se pressupõe. O papel da pressuposição, na ótica de Ducrot, é justamente formatar o quadro no qual se irá desenrolar o discurso. Veja-se o exemplo:

(6.29) A: O Rui deixou de fumar.

B: Ainda bem!

A continuidade discursiva, ou seja, o comentário de B, articula-se com o que A asseriu. A pressuposição subjacente à intervenção de A (*antes, o João fumava*) em nada contribui para a progressão discursiva, apenas configura o pano de fundo das crenças/conhecimentos partilhados sobre o qual se inscreve o discurso. Naturalmente, a polémica pode eclodir a partir do momento em que B rejeita a pressuposição comunicada pela intervenção de A.

---

<sup>101</sup> As teorias semânticas dinâmicas, que evidenciam que o significado de uma frase envolve o seu potencial para modificar ou atualizar o *common ground* (cf. e.o., Kamp & Reyle 1993), integram a acomodação nos seus modelos teórico-descritivos.

#### 4.5. Sumário

Neste capítulo, abordou-se o fenómeno da pressuposição, sendo de realçar que a questão central que tem suscitado (e continua a suscitar) divergências é a de saber se se trata de um processo inferencial semântico ou pragmático. As abordagens semânticas evidenciam que a verdade da proposição pressuposta é independente da verdade da proposição que desencadeia o processo inferencial. Mais concretamente, a proposição A pressupõe a proposição B se e só se B for verdadeira quando A é verdadeira e também quando A é falsa. Assim, sublinhou-se que a sobrevivência da pressuposição à negação tem sido o teste fiável para a delimitação da especificidade da pressuposição face a outras relações lógico-semânticas.

Examinaram-se de seguida diversos elementos lexicais e construções gramaticais que tipicamente funcionam como desencadeadores pressuposicionais, no PEC (e também noutras línguas). A constatação de que a pressuposição é contextualmente cancelável conduziu-nos à abordagem pragmática do fenómeno, que parte da assunção de que a verificação das pressuposições é uma condição prévia para a realização feliz ou apropriada de uma asserção (ou de qualquer outro ato discursivo). Assim, as pressuposições passam a ser consideradas como proposições assumidas como verdadeiras pelo falante e pelo ouvinte no momento da enunciação, que configuram o pano de fundo ou o conhecimento partilhado sobre o qual se inscreve o enunciado.

Finalmente, reconheceu-se que a condição de conhecimento partilhado é demasiado forte para explicar o funcionamento das pressuposições. Com efeito, há evidência empírica de que informação que não faz parte do *common ground* pode, apesar disso, ser tratada como pressuposta, desde que se trate de informação incontroversa. Nesse caso, ela é acomodada pelo interlocutor, o *common ground* volta a ser partilhado e a comunicação/interação pode prosseguir.

## Exercícios

1. Atente no seguinte texto:

“– Bebe mais chá! – disse a lebre March à Alice, de forma muito convicta.

– Ainda não bebi nada – respondeu a Alice, num tom ofendido. – Por isso, não posso beber mais.

– Queres tu dizer que não podes beber menos – disse o chapeleiro. – É muito mais fácil beber mais do que nada.”

Lewis Carroll, *Alice no país das maravilhas*

Elabore um comentário sobre o texto, mostrando como o autor explora deliberadamente o funcionamento da pressuposição.

2. Encontre cinco exemplos de pressuposição em anúncios publicitários. Descreva e explique cada exemplo, mostrando como a pressuposição contribui para os objetivos do publicitário.

3. Atente no seguinte enunciado:

(i) O João acha deplorável que lhe telefonem por motivos profissionais depois das 22h.

a) Identifique a expressão desencadeadora de pressuposição que nele ocorre.

b) A que classe de desencadeadores pertence? Construa três exemplos usando outros desencadeadores pertencentes à mesma classe.

4. Justificando, identifique as pressuposições associadas a construções presentes nos seguintes enunciados:

a. O bombista suicida deu conta de que tinha sido identificado pela polícia.

b. Desde que teve o acidente, a minha mãe nunca mais guiou.

c. O Afonso percebeu que as crianças gostam de histórias inverosímeis.

d. Foi Barak Obama que introduziu uma reforma no sistema de saúde dos EUA.

e. O meu sobrinho voltou a casar.

f. Se o Rui não tivesse faltado à aula, não teria tantas dúvidas.

g. Quem é que chegou atrasado?

h. O meu irmão começou a ler romances policiais.

i. Fecha a porta!

j. Sabemos que uma vida em permanente stress é fonte de graves problemas de saúde.

l. A Ana desistiu de aprender russo.

5. Identifique as diferentes estratégias de cancelamento de potenciais pressuposições, nos exemplos seguintes:

a. O João deixou a empresa antes de ser promovido.

b. A Ana não sabe que Neil Armstrong foi o primeiro homem a pisar a Lua.

c. O João não recomeçou a beber: ele nunca parou de beber!

d. O Rui sonhou que o rei de Portugal o ia visitar.

6. Encontre três exemplos de acomodação em notícias de jornal. Para cada caso, explique o que está a ser pressuposto e por que razão o leitor está disponível para acomodar tal informação.

7. Analise o enunciado que se segue, à luz da noção de pressuposição:

(i) “Raramente os nómadas destruíram uma civilização – se é que alguma vez o fizeram.”

(Bruce Chatwin, *Anatomia da errância*)

8. Comente criticamente o texto que a seguir se transcreve, salientando as diferenças essenciais entre uma definição pragmática e uma definição semântica de pressuposição:

“To presuppose a proposition in the pragmatic sense is to take its truth for granted, and to presume that others involved in the context do the same. This does not imply that the person need have any particular mental attitude toward the proposition, or that he needs [to] assume anything about the mental attitudes of others in the context. Presuppositions are probably best viewed as complex dispositions which are manifest in linguistic behavior. One has presuppositions in virtue of the statements he makes, the questions he asks, the commands he issues. Presuppositions are propositions implicitly supposed before the relevant linguistic business is transacted” (Stalnaker, 1972: 387-8).

### **Outras leituras**

Ducrot 1972

Geurts 2017

Levinson 1983

Karttunen 1973

Gazdar 1979

Atlas 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO 5. ATOS DE FALA<sup>102</sup>

### Introdução

Neste capítulo, abordar-se-á um dos tópicos centrais da pragmática linguística, que envolve a consideração daquilo que fazemos com palavras, ou, dito de outro modo, do que fazemos intencionalmente quando usamos a linguagem em situações de interação verbal. Assim, a perspetiva adotada nesta área de investigação é a de que a linguagem é uma forma de comportamento e um instrumento de ação. Fizemos já referência, no capítulo 1, ao carácter pioneiro das reflexões filosóficas de Wittgenstein na emergência de um novo olhar sobre a linguagem humana, concebida elemento integrante da práxis social. Ora é justamente numa linha teórica convergente que se inserem as pesquisas da escola filosófica de Oxford, também conhecida por “ordinary language philosophy”, onde sobressai a reflexão de Austin, desenvolvida nas William James Lectures (Harvard, 1957) e posteriormente reunidas e publicadas sob o título *How to do things with words* (1962). A reflexão de Austin foi posteriormente desenvolvida e aprofundada por Searle, com se verá neste capítulo. Apresentadas as linhas-chave da teoria clássica dos atos de fala, constrói-se um ângulo de visão crítico, de modo a captar algumas das suas limitações, e apontam-se extensões teóricas mais recentes que tendem justamente a colmatar tais limitações. Num segundo momento, de índole mais descritiva, analisam-se os suportes linguísticos das diferentes classes de atos de fala no PEC.

### 5.1. A reflexão de Austin

Ao enfatizar que “the total speech act in the total speech situation is the only actual phenomenon in which (...) we are engaged” (1962:147), Austin adopta um ponto de vista em larga medida paralelo ao de Wittgenstein<sup>103</sup>: na verda-

---

<sup>102</sup> Traduzimos *speech acts* por atos de fala, mas *atos discursivos* ou *atos linguísticos* seriam alternativas igualmente aceitáveis.

<sup>103</sup> Referimo-nos ao Wittgenstein das *Philosophical Investigations*, por vezes referido como o *segundo Wittgenstein*.

de, ambos os filósofos perfilham a ideia de que, para dilucidar a natureza da linguagem, é indispensável observar os seus diferentes usos. Neste sentido, Austin desconstrói abertamente o postulado fundador do positivismo lógico, então dominante no mundo anglo-saxónico, segundo o qual a função básica da linguagem é descrever/representar estados de coisas do mundo; a assunção deste postulado tem como corolário restringir a análise da linguagem às frases declarativas e assumir como critério exclusivo de abordagem do seu significado o princípio da verificabilidade, conducente à dicotomia verdadeiro vs. falso.

Para desmontar a ilusão descritiva, Austin envereda por percurso argumentativo que envolve dois momentos cruciais. Num primeiro momento, demonstra que há enunciados, alguns dos quais plasmados em frases declarativas, que não são de todo usados para descrever situações do mundo, e, portanto, não podem ser avaliados em termos de verdadeiro ou falso. Trata-se de enunciados que permitem aos falantes realizar determinadas ações: pedir desculpa (5.1.), aconselhar (5.2.), batizar um navio (5.3.), dar as boas-vindas, (5.4):

(5.1.) Peço desculpa.

(5.2.) Aconselho-o a fazer o exame.

(5.3.) Batizo este navio com o nome de Liberdade.

(5.4.) Seja bem-vindo!

Consequentemente, o filósofo contrapõe dois tipos de enunciados: os **enunciados constativos**, usados para representar estados de coisas ou situações do mundo e suscetíveis de serem analisados em termos do seu valor de verdade, e os **performativos**, que escapam por completo à prova da verificabilidade, dado que só podem ser considerados ou bem sucedidos ou nulos/defetivos.

Focalizando a atenção nos enunciados performativos, Austin defende que, para poderem efetivamente cumprir a sua função acional, isto é, para serem bem sucedidos, determinadas condições têm de estar reunidas. A essas condições que garantem o uso adequado de um enunciado performativo, Austin dá o nome de **condições de felicidade**. Austin (1962: 14-15) distingue três tipos de condições de felicidade, que podemos sintetizar do seguinte modo:

(i) Tem de existir um procedimento convencional com um efeito igualmente convencional, devendo ser produzidas certas palavras por falantes específicos em circunstâncias apropriadas;

(ii) o procedimento deve ser executado correta e integralmente;

(iii) os participantes devem assumir os pensamentos, sentimentos e intenções associados ao procedimento; e tal coerência no agir deve também concretizar-se em comportamentos futuros, se tal for requerido.

Concretizando um pouco: não é possível batizar um navio ou declarar o estado de sítio, utilizando as palavras que correspondem ao procedimento convencional que tais ações envolvem, se o falante não for a pessoa autorizada a fazê-lo. O ato será nulo ou defetivo, não terá qualquer efeito. No caso do ato de prometer, não posso considerar que prometi de forma efetiva/plena se disser *prometo que p* sem a menor intenção de cumprir o conteúdo prometido em *p*. Ou seja, se um enunciado performativo não for formulado com sinceridade, há claramente um abuso de fórmula e o ato é igualmente vazio ou nulo. Por outro, lado, se tiver feito uma promessa e depois não a cumprir, haverá uma quebra de compromisso, condição a que se alude em (iii). Em suma, os enunciados performativos só cumprem a sua função acional se estiverem reunidas determinadas condições, que ligam as palavras a procedimentos de cariz contratual e/ou institucional.

Ao elaborar a sua teoria das condições de felicidade dos performativos, uma teoria que se propõe circunscrever as convenções específicas que articulam os enunciados com as circunstâncias que garantem o seu uso adequado ou feliz, Austin abre a via que conduz ao segundo momento da sua argumentação.

Nesse segundo momento, Austin centra a sua atenção nos enunciados constativos e interroga-se se a sua formulação não corresponderá igualmente à realização de uma ação, a ação de asserir algo. Assim, se alguém disser, por exemplo, *os filhos do João são carecas*, sabendo que, na verdade, o João não tem filhos, a asserção é nula por ausência de referência. Assim, se não se verificar a pressuposição existencial associada ao SN *os filhos do João* (a saber, *o João tem filhos*), a asserção não é feliz.

Por outro lado, se alguém disser *o gato está em cima do tapete* de forma não sincera, sem acreditar na verdade do que está a afirmar, verifica-se igualmente um abuso de procedimento, e a asserção torna-se nula.

Por último, se alguém disser *todos os convidados são franceses* e prosseguir o discurso acrescentando *alguns dos convidados não são franceses*, está a infringir a última condição, referente a comportamentos futuros coerentes. De facto, ao dizer *todos os convidados são franceses*, o falante compromete-se a adotar um comportamento verbal em conformidade com o que disse. Isto é, compromete-se a não afirmar depois algo que seja incompatível com o primeiro enunciado; se o fizer haverá uma quebra de compromisso, paralela à que se verifica se uma promessa não for realizada.

Deste modo, Austin constata que também as asserções envolvem condições de felicidade, para serem cabalmente realizadas: a verificação de determinadas pressuposições, a crença sincera na verdade do que se afirma e a assunção de um comportamento futuro consequente.

Como corolário lógico da argumentação desenvolvida, Austin conclui que há uma performatividade generalizada no uso da linguagem, o que implica, naturalmente, a superação da dicotomia inicial entre enunciados performativos e enunciados constativos. Com efeito, se há condições para uma asserção feliz em tudo paralelas às que presidem à realização com sucesso de uma promessa, então a asserção é apenas uma das ações que o uso da linguagem viabiliza.

Conclui-se, portanto, que falar é sempre agir, o que torna impossível pensar a linguagem independentemente de uma teoria da ação. A reflexão de Austin desagua, assim, na construção de uma teoria do que se faz ao dizer algo, ou seja, de uma teoria geral dos atos de fala, problemática central no âmbito da Pragmática. Nas linhas que se seguem, delinear-se-á essa teoria.

Austin considera que, quando alguém fala, realiza concomitantemente três atos específicos:

(i) um ato **locutório**, correspondente ao ato material de produção de um enunciado, dotado de significado e de referência e construído segundo as regras gramaticais da língua;

(ii) um ato **ilocutório**, correspondente à ação específica que o falante realiza ao formular esse enunciado (uma ordem, uma pergunta, um conselho, uma asserção, um pedido de desculpa...);

(iii) um ato **perlocutório**, correspondente ao efeito voluntária ou involuntariamente produzido pelo enunciado no interlocutor (por exemplo, se eu disser *amanhã vou a tua casa* posso intimidar o meu interlocutor, irritá-lo, sensibilizá-lo, convencê-lo da minha amizade, enfim, são múltiplos os efeitos possíveis, sendo impossível controlá-los e/ou garantir que se concretize aquele que pretendíamos atingir).

Austin acrescenta ainda que há enunciados explicitamente performativos, introduzidos por um verbo **performativo**, isto é, um verbo que, ao ser conjugado na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo, na voz ativa, permite ao falante a realização da ação que o próprio verbo denota; veja-se, a título de ilustração, o enunciado *ordeno-te que feches a porta!*<sup>104</sup> Mas há também enunciados que prescindem de tal verbo, sem que tal afete a sua intrínseca performatividade. De facto, ao dizer *fecha a porta!* estou igualmente a dar uma ordem, sem recurso ao verbo performativo *ordenar*. Consequentemente, Austin estabelece uma distinção entre **enunciados performativos explícitos** e **enunciados performativos primários**. A asserção cabe, tipicamente, no escopo destes últimos, já que se opta preferencialmente pela frase afirmativa sem verbo performativo explícito. Contraste-se *moro em Coimbra* com *afirmo que moro em Coimbra*.

Contrariamente a Wittgenstein, que refere o conjunto infinito de jogos de linguagem potencialmente emergentes nas práticas sociais, Austin considera que há um número limitado de classes de atos ilocutórios e esboça uma primeira taxinomia, que será posteriormente reformulada por Searle.

<sup>104</sup> Austin reconhece que, em certos contextos, um verbo na voz passiva e na 3ª pessoa do presente do indicativo pode também ser utilizado para marcar a performatividade do enunciado. Veja-se o seguinte aviso: (i) *Os senhores passageiros são convidados a utilizar apenas as passagens subterrâneas para atravessar a via*. E em português seria ainda possível uma outra variante: (ii) *Convidam-se os senhores passageiros a utilizar apenas as passagens subterrâneas para atravessar a via*. Há um teste que, em última análise, pode sempre ser convocado para aferir a natureza performativa do enunciado: verificar se é ou não possível inserir, no enunciado, uma expressão correspondente à palavra inglesa *hereby*, por exemplo *pele presente, por este meio*.

## 5.2. A teoria dos atos de fala de Searle

Partindo da hipótese compartilhada por Wittgenstein e Austin de que falar uma língua é uma forma de comportamento ou de atividade intencional governada por regras, Searle retoma e aprofunda a noção de ato ilocutório, a unidade básica da atividade linguística. Nesse sentido, propõe uma forma de representação dessa unidade através da fórmula  $F(p)$ , sendo  $F$  o marcador da força ilocutória e  $p$  o conteúdo proposicional do enunciado.

A construção do conteúdo proposicional resulta da conjugação de um ato de referência e de um ato de predicação. Concretizando: no enunciado *o Rui sorriu*, a enunciação da expressão nominal *o Rui* configura um **ato de referência** a uma entidade definida e específica, conhecida pelo falante e susceptível de ser reconhecida pelo interlocutor, e o verbo *sorriu*, ao ser enunciado, corresponde a um **ato de predicação**, através do qual o falante diz algo sobre a entidade previamente designada.

**Os marcadores de força ilocutória**, designados “illocutionary force indicating devices” por Searle (1969), são suportes linguísticos de natureza heterogénea, embora partilhem a propriedade de associarem convencionalmente ao enunciado uma determinada força. Podem ser:

- (i) verbos performativos (*prometer, ordenar, avisar, jurar, negar...*);
- (ii) tipos de frase (declarativa, imperativa, interrogativa, exclamativa, optativa);
- (iii) recursos prosódicos, especificamente curvas entoacionais;
- (iv) modos verbais.

Assim, o ato ilocutório, efetivado no uso e pelo uso da linguagem, é realizado graças à força ilocutória convencional associada a um certo tipo de enunciado, sendo a noção de força assimilável à função precisa que o enunciado assume no contexto particular da sua enunciação.

A assunção de que a força ilocutória de um enunciado está convencionalmente associada a determinados marcadores linguísticos não é totalmente pacífica nem incontroversa, como se verá mais adiante, quando for abordada a distinção entre atos ilocutórios diretos e indiretos. De qualquer modo, o que importa aqui realçar é o facto de Searle sublinhar veementemente que a força

ilocutória de um enunciado não depende exclusivamente da intenção do falante. Atente-se nas suas palavras (Searle, 1983:73)<sup>105</sup>:

“Na realização de um ato ilocutório, o falante pretende produzir um dado efeito e, além disso, se está a usar as palavras literalmente, pretende que esse reconhecimento se efetive em virtude de as regras para empregar as expressões que ele profere associarem as expressões com a produção desse efeito.”

Numa palavra, aquilo que queremos dizer (e fazer ao dizer) é função daquilo que dizemos.

Examinando a questão das condições de felicidade avançada por Austin para dar conta das condições que têm de estar preenchidas para que um ato possa realizar-se de forma plena, Searle considera que tais condições devem ser perspetivadas como **regras constitutivas** dos atos ilocutórios, isto é, regras que, em bloco, definem a força ilocutória do ato, instituindo e regulando o próprio ato. Segundo o filósofo, podemos conceber dois tipos de regras: as que regulam atividades cuja existência social é independente dessas mesmas regras (pense-se, por exemplo, nas regras de etiqueta, cultural e historicamente tão variáveis, que visam regular atividades humanas de interação social que existem independentemente dessas regras) e as que instituem e simultaneamente regulam determinadas atividades, o que implica que a existência de tais atividades depende logicamente dessas regras (pense-se, por exemplo, nas regras que definem o jogo de xadrez, sem a existência das quais o jogo pura e simplesmente não existe). Estas últimas são designadas **regras constitutivas** (da atividade). Ora, na ótica de Searle, as regras que associam os marcadores de força ilocutória com os diferentes tipos de atos são regras desta natureza: instituem o ato, que só existe em função dessas mesmas regras. Por outras palavras, realizar um ato ilocutório é obedecer a certas regras convencionais que são constitutivas desse tipo de ato. Neste sentido, a formulação das condições de felicidade para cada tipo de ato ilocutório corresponde à explicitação das suas regras constitutivas.

---

<sup>105</sup> Tradução de José Pinto de Lima, in Lima, J.P. de (org.)(1983).

Partindo da análise paradigmática do ato de *prometer*, Searle desenha então o quadro geral de análise de todos os atos ilocutórios, discriminando quatro tipos de condições de felicidade ou regras constitutivas:

- (i) condições preparatórias;
- (ii) condição de conteúdo proposicional;
- (iii) condição de sinceridade;
- (iv) condição essencial.

Ilustremos, através do ato de prometer, as diferentes condições (ou regras) acima mencionadas:

- (i) o falante F crê que o ouvinte O prefere que F faça algo (A, a ação que constitui o cerne da promessa) a que não o faça e O prefere de facto que F o faça;
- (ii) ao prometer A, F expressa uma ação futura;
- (iii) F tem a intenção de fazer A;
- (iv) o enunciado produzido por F conta como um assumir de obrigação de fazer A.

Por outras palavras, de forma eventualmente mais simples: não prometemos aquilo que consideramos que não é benéfico para o nosso interlocutor; o conteúdo proposicional da promessa localiza-se na esfera do futuro e não na do passado (com efeito, não prometo ter feito algo, mas sim vir a fazer algo); o falante é sincero quando formula a promessa e o seu enunciado conta como uma obrigação de vir a cumpri-la.

A condição essencial, cuja forma conceptual é *X conta como Y*, sendo X a enunciação de uma frase e Y a realização de um determinado ato, ilustra lapidarmente a noção de regra constitutiva, delimitando a especificidade de um determinado (tipo de) ato ilocutório. E isto porque é a condição essencial que explicita a intenção comunicativa do falante ou o objetivo ilocutório central que o move.

É, pois, fulcral, na reflexão de Searle, a assunção de que há condições necessárias e suficientes, formuláveis em termos de regras, que presidem à

efetivação de cada ato ilocutório. E um ato só será adequado ou feliz se esse conjunto de condições, em feixe, for preenchido<sup>106</sup>.

Searle considera ainda que é possível reduzir o leque extremamente variável de atos ilocutórios que integram a comunicação humana verbal a um conjunto limitado, tendo em conta diversos critérios, de entre os quais destacamos, como mais relevantes, os seguintes:

(i) objetivo ou propósito do ato: os atos podem ser categorizados ou agrupados em classes de acordo com o propósito do falante ao realizá-los linguisticamente. Um pequeno exemplo clarificador será o caso da pergunta: quem pergunta tem tipicamente como objetivo levar o interlocutor a fornecer-lhe uma resposta, de natureza verbal, que colmate o não conhecimento expresso na pergunta;

(ii) direção de ajustamento entre as palavras e o mundo. De novo um exemplo que se pretende transparente: quando se afirma algo, pretende-se que as palavras enunciadas descrevam ou representem a realidade, ou seja, se ajustem ao mundo. Já quando se dá uma ordem, o que se pretende é que o mundo se ajuste, num futuro mais ou menos próximo, às palavras produzidas;

(iii) critério do estado psicológico expresso: quem pede algo, exprime a vontade de que o que se pede venha a ser feito pelo destinatário do pedido; quem promete, tem a intenção de vir a cumprir o prometido; quem assere algo, exprime a crença de que o que diz é verdadeiro. Assim, vontade, intenção, crença são alguns dos estados psicológicos envolvidos na realização de (classes de) atos ilocutórios, sem os quais os atos seriam nulos, porque não sinceros;

(iv) critério de conteúdo proposicional: as diferenças a este nível são extremamente relevantes, na medida em que, sendo indubitavelmente um produto da intencionalidade comunicativa do falante, os atos constroem-se linguisticamente, envolvendo escolhas linguísticas ao nível da referência e da predicção; será despiciendo evidenciar que não é possível perguntar as horas a alguém dizendo *hoje está um frio de rachar!* São ainda as restrições no que toca ao conteúdo

---

<sup>106</sup> Cf. Lima (2007), para uma visão mais alargada das regras constitutivas de outros tipos de atos, nomeadamente *pedir, afirmar, perguntar, dar os parabéns, agradecer, despedir-se, nomear (alguém para um cargo)*.

proposicional expresse que permitem distinguir tipos de atos ilocutórios: quando se aconselha algo, a proposição refere-se a um ato futuro do ouvinte, mas quando se promete algo, como acima se sublinhou, a proposição refere-se a um ato futuro do falante; já quando se assere algo, qualquer proposição pode ser expressa, sem restrições no que toca à esfera do tempo<sup>107</sup>.

Por outro lado, há atos que envolvem a expressão de proposições ou de conteúdos proposicionais e outros que não. *Afirmar, prometer, perguntar*, entre muitos outros, incluem-se no primeiro subconjunto; no entanto, quando saúdo alguém dizendo *olá!* ou dou os parabéns dizendo *parabéns!*, não há qualquer proposição expressa.

Estabelecidos os parâmetros fundadores, Searle avança então para a construção de uma tipologia de atos ilocutórios, que é hoje um ponto de referência incontornável, mesmo se submetida a críticas de índole diversa, questão a que voltaremos mais adiante. Assim, Searle discrimina cinco classes fundamentais, como se ilustra no quadro seguinte, em que apenas se destaca o critério do objetivo ilocutório:

**Quadro 2 – Tipologia dos atos ilocutórios de Searle**

Classes de atos	Objetivo ilocutório
<b>Assertivos</b> ( <i>afirmar, negar, informar, responder, confirmar, ...</i> )	Comprometer o falante com a verdade da proposição expressa
<b>Diretivos</b> ( <i>ordenar, pedir, aconselhar, avisar, suplicar, perguntar...</i> )	Levar o interlocutor a adotar um determinado comportamento, verbal ou não verbal
<b>Compromissivos</b> ( <i>prometer, jurar, ameaçar,...</i> )	Colocar o falante na obrigação de vir a realizar algo

<sup>107</sup> Dos outros critérios avançados por Searle que vão permitir construir uma tipologia mais granulada dos atos ilocutórios, salientem-se os seguintes: (i) diferenças ao nível da intensidade de empenhamento (*engagement*) manifestada pelo falante na expressão da finalidade do ato ou objetivo ilocutório (é o que distingue, por exemplo, uma ordem de um pedido); (ii) diferenças de estatuto ou de posição do locutor e o interlocutor (nas condições preparatórias da ordem, este é um critério relevante); (iii) diferenças relativamente aos interesses dos interlocutores (lamentar e felicitar convocam este parâmetro, na sua diferenciação dentro da classe dos expressivos); (iv) diferenças entre os atos que requerem instituições extralinguísticas para a sua realização e os que as não requerem (é o caso das declarações, que se distinguem de todos os outros, como se verá mais adiante); (v) diferenças ao nível da inserção no contexto discursivo (por exemplo, *refutar, concluir, justificar* são atos assertivos que indicam a função do enunciado num determinado contexto argumentativo).

Classes de atos	Objetivo ilocutório
<b>Expressivos</b> ( <i>saudar, agradecer, pedir desculpa, congratular-se, lamentar, dar os pêsames, dar os parabéns...</i> )	Expressar o estado psicológico do falante relativamente a uma situação
<b>Declarações</b> ( <i>casar alguém, batizar alguém, excomungar alguém, despedir alguém, nomear alguém para um cargo, declarar o estado de sítio...</i> )	Promover literalmente à existência a situação descrita no conteúdo proposicional.
<b>Declarações assertivas</b> ( <i>declarar o réu culpado...</i> )	Promover literalmente à existência uma nova situação, relacionando o locutor com a verdade do conteúdo proposicional. <sup>1</sup>

Vejamos alguns exemplos, que ilustram cada uma das classes contempladas no quadro, seguindo a respetiva ordem:

(5.5) O comércio tradicional encerra às 19h.

(5.6) Traz-me o jornal, por favor.

(5.7) Prometo emprestar-te o computador.

(5.8) Lamento que não tenhas conseguido a bolsa.

(5.9) Está aberta a sessão (dito pelo presidente da Assembleia da República)

O primeiro comentário que a tipologia nos merece prende-se com o facto de as quatro primeiras classes de atos serem plenamente ‘democráticas’, no sentido em que qualquer falante pode realizá-los, no variado leque das suas interações verbais quotidianas, ao passo que a última classe está reservada a um número bem mais restrito de falantes, já que se trata de atos intrinsecamente institucionais. Na verdade, as declarações requerem que o falante que as profere esteja investido de um determinado poder institucional, para que possam considerar-se atos efetivos. Quer isto dizer que, se o leitor que está neste momento a ler estas linhas decidir enunciar a fórmula rotinizada *declaro-vos marido e mulher*, diante de dois colegas, tal não significa que o casamento tenha de facto acontecido, em termos legais.

O segundo comentário visa sublinhar que a intenção de Searle é esboçar grandes classes de atos, inventariando tipos básicos de intencionalidade comunicativa convencionalizada. O próprio autor admite uma tipologia mais fina, resultante da ativação de um leque mais alargado de critérios diferenciadores.

A título de exemplo, a *promessa* e a *ameaça* integram ambos a classe dos atos compromissivos, sendo, no entanto, atos distintos: de facto, o conteúdo proposicional da promessa, como já atrás se referiu, é benéfico para o interlocutor, acontecendo exatamente o contrário no caso da ameaça.

Antes de avançarmos para algumas das críticas (a nosso ver mais) pertinentes que esta tipologia suscitou, impõe-se, em jeito de síntese, destacar as linhas de força da teoria clássica dos atos de fala, com maior impacto na teorização linguística.

Refira-se, em primeiro lugar, a estreita ligação entre **intencionalidade** e **convencionalidade** na definição dos atos ilocutórios: sendo intencionais, os atos são também convencionais, na medida em que estão convencionalmente associados a propriedades formais dos enunciados. Significa isto que os falantes interiorizam, ao longo do processo de aquisição da sua língua materna (que é sempre, também, um processo de socialização), um certo número de regras que presidem ao uso adequado de estruturas linguísticas disponíveis. Noutras palavras, a consecução dos objetivos comunicativos requer a consciência de que os atos envolvem escolhas linguísticas que não são aleatórias.

Por outro lado, sublinhe-se a tese central segundo a qual a força ilocutória é uma dimensão da significação linguística irreduzível a uma semântica vero-condicional. O conceito angular de ato ilocutório reequacionou irreversivelmente a questão da significação linguística, abrindo caminho ao estudo dos significados de índole acional substancialmente diversos dos de índole meramente representativa ou referencial, até então estudados no âmbito da semântica.

### **5.3. Limitações da teoria clássica dos atos de fala**

Pese embora o seu alcance e o seu impacto inquestionável sobre a teorização linguística dos séculos XX e XXI, a teoria clássica tem sido objeto de uma análise crítica, sendo duas as principais limitações assinaladas: o facto de se restringir a atos de fala isolados, tipicamente vazados num enunciado frásico, e a assunção de que há uma relação biunívoca entre a enunciação de uma frase e a realização de um determinado ato ilocutório.

A partir do momento em que se perspetiva o discurso como conjunto coeso e coerente de enunciados que ocorrem interligados na interação verbal, impõe-

-se, naturalmente, alargar a reflexão sobre a dimensão acional da linguagem ao plano do transfrásico. Assim, assiste-se a uma extensão da teoria clássica, que passa a envolver uma análise das **articulações sequenciais dos atos ilocutórios**, quer no que diz respeito ao discurso dialogal ou poligerado quer no que toca ao discurso monogerado. Esta questão será retomada na secção 5.4.

Quanto à segunda crítica mencionada, há muitos exemplos que geram ambiguidade interpretativa no plano ilocutório. De facto, (5.10) pode ser lido como promessa ou ameaça, (5.11) é um caso híbrido, que parece articular uma asserção com um ato expressivo:

(5.10) Vou a tua casa amanhã.

(5.11) O Rui escreveu um magnífico romance.

Por outro lado, há estruturas linguísticas, designadamente tipos de frases, que são usadas sem estar ao serviço do ato que convencionalmente suportam. Vejam-se os exemplos seguintes, em que uma frase interrogativa, tipicamente usada para fazer uma pergunta, está de facto a ser usada para fazer um pedido (5.12) e dar uma ordem (5.13):

(5.12) És capaz de me passar o sal (por favor)?

(5.13) Porque não te calas? (dito pelo rei de Espanha a Hugo Chávez, na XVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado)

Não havendo uma correspondência biunívoca entre enunciado e ato ilocutório, um dos pilares da teoria clássica parece razoavelmente abalado, nomeadamente o que atribui um grau de convencionalidade aos indicadores de força ilocutória. Vários foram os autores que se debruçaram sobre esta questão, tentando delimitar fronteiras e formular critérios para a distinção entre **atos ilocutórios diretos** e **atos ilocutórios indiretos**.

Segundo Searle (1975, 1979), o falante, ao realizar um ato ilocutório direto, visa comunicar literalmente o que as palavras e a estrutura sintática (ou sintático-prosódica) escolhidas convencionalmente significam, ou seja, há uma correspondência direta e biunívoca entre forma e função. Os meios convencionais que marcam tipicamente os atos ilocutórios diretos são os **verbos**

**performativos** e, por defeito, os **tipos de frase**. Assim, uma frase declarativa expressa tipicamente uma asserção (5.14), uma frase interrogativa funciona como suporte linguístico convencional da pergunta (5.15):

(5.14) As aulas terminaram no final de maio.

(5.15) Que horas são?

Mas Searle reconhece que podem ser realizados atos ilocutórios de forma indireta, quando não há uma correlação direta entre forma e função. Um exemplo claro e clássico envolve a utilização da frase interrogativa para fazer um pedido:

(5.16) Importas-te de abrir a janela?

Como pode então analisar-se um ato indireto, que põe em causa a teoria searleana fundada naquilo que veio a ser designado por Levinson (1983:254. 274) a hipótese da força literal (convencionalizada, acrescentamos nós) e consequente preditibilidade no cálculo do valor ilocutório do enunciado?

Esta complexa questão suscitou basicamente três tipos de abordagem. A primeira, conhecida por **teoria idiomática** dos atos ilocutórios indiretos, foi defendida por Sadock (1974), e a ideia-chave é a seguinte: a indireção, em muitos casos, é meramente aparente; fórmulas do tipo *podes SV? és capaz de SV?* funcionam como expressões idiomáticas semântica e pragmaticamente equivalentes a *peço-te que...*<sup>108</sup>Por conseguinte, perante enunciados como *és capaz de me passar o sal?*, poder-se-ia falar de uma força ilocutória idiomática, imediatamente reconhecida pelos membros da comunidade, sem qualquer necessidade de inferência.

No entanto, esta teoria esbarra com dificuldades de peso, nomeadamente quando ocorrem atos indiretos que não convocam as tais fórmulas cristalizadas, com função ilocutória já convencionalizada. Por outras palavras, como explicar a interpretação de atos ilocutórios indiretos construídos através do uso inventivo

---

<sup>108</sup> *Grosso modo*, seria possível estabelecer um paralelismo entre idiomatismo lexical e idiomatismo ilocutório: a equivalência entre *podes p?* e *peço-te que p* seria paralela à equivalência entre, por exemplo, *morrer* e *esticar o pernil*.

ou criativo de pistas e alusões? A título de exemplo, como explicar que um enunciado como *a delicadeza é, para mim, um valor* possa ser interpretado, em certos contextos, como um pedido indireto para que alguém se comporte de forma delicada? Por outro lado, se tais fórmulas fossem de facto idiomáticas, seriam idiossincrásicas, isto é, específicas de cada comunidade linguístico-cultural. Ora o que se verifica é um forte paralelismo entre línguas e culturas na construção dos atos indiretos, o que parece indiciar idênticos princípios de generalização.

Gordon & Lakoff (1975) construíram uma explicação alternativa, de natureza **inferencial**, baseada nas seguintes etapas argumentativas: (i) a força ilocutória literal é computada em primeiro lugar; (ii) quando tal força é contextualmente bloqueada, porque conversacionalmente inadequada, espoleta-se um cálculo inferencial tendente a apreender aquilo que o falante quis efetivamente dizer; (iii) há regras inferenciais específicas, os chamados **postulados conversacionais**. Mais especificamente, os autores consideram que afirmar ou questionar uma condição de felicidade de um ato ilocutório conta como a realização (indireta) desse mesmo ato. Vejamos de perto um exemplo:

(5.17) Podes ajudar-me?

Ao enunciar (5.17), o falante questiona uma condição preparatória do ato de *pedir*. Explícite-se, então, tal condição preparatória: pedir a alguém que faça algo implica que essa pessoa tenha a capacidade de fazer o que se lhe pede. Assim sendo, postula-se que interrogar o interlocutor sobre a sua capacidade de fazer algo equivale à realização do ato de pedir.

De modo similar, asserir uma condição de felicidade do ato de pedir, a condição de sinceridade (o locutor deseja que o interlocutor faça A), equivale a realizar indiretamente o ato de *pedir*, como a seguir se ilustra:

(5.18) Gostaria que me ajudasses.

Esta teoria capta de forma elegante enunciados do tipo de (5.17) e (5.18), onde o grau de convencionalidade dos atos indiretos é ainda bastante acentuado. Mas, segundo os autores, os postulados conversacionais são regras de implicação que pertencem à gramática da língua. Neste quadro, continuam

ainda por explicar os atos indiretos que não envolvem nem questionamento nem afirmação de condições preparatórias desses mesmos atos.

A segunda teoria **inferencial** que acentua de forma mais evidente o papel crucial da inferência no processo interpretativo do ato indireto é da autoria de Searle (1975). Para este autor, o cálculo do ato indireto desenrola-se de acordo com as seguintes etapas: (i) computação da força ilocutória literal do enunciado; (ii) constatação da sua inadequação contextual<sup>109</sup>, explicável pela teoria de Grice sobre a cooperação conversacional; (iii) cálculo inferencial da força ilocutória indireta, que corresponde ao ato ilocutório contextualmente relevante, isto é, àquilo que o falante quer efetivamente dizer e fazer com o seu enunciado; esta última etapa envolve tipicamente o recurso a informação contextual.

Assim, na ótica de Searle, o Princípio da Cooperação de Grice, articulado com conhecimento partilhado entre os interlocutores e com a assunção de que há uma racionalidade subjacente aos comportamentos humanos, é tudo o que é necessário para que o interlocutor possa interpretar um ato ilocutório indireto. Noutros termos, os atos indiretos são um subtipo de inferência conversacional baseada nas máximas griceanas. Retomando a noção de implicatura, analisada no capítulo anterior, diremos que o cálculo de um ato indireto corresponde, então, à reconstituição de uma implicatura.

Nesta perspetiva teórica, os atos indiretos são um dos muitos fenómenos de indireção atestados no uso da linguagem, quando se verifica um fosso entre o significado e a força ilocutória literal da frase, por um lado, e a intenção comunicativa do falante, por outro. Ou seja, quando o que se quer dizer não se esgota no que se diz.

Há ainda uma questão que se impõe formular antes de fecharmos esta secção sobre atos ilocutórios indiretos: qual a razão que leva os falantes a optar por uma realização indireta dos seus atos de fala? Uma das respostas mais plausíveis e consensuais na comunidade linguística é o facto de o uso da indireção ilocutória estar geralmente associado com a cortesia verbal. Este tópico será abordado no capítulo 6.

---

<sup>109</sup> É óbvio para todos os que estão sentados à volta de uma mesa, a partilhar uma refeição, que o falante que diz *podes passar-me o sal?* não está de facto a perguntar se a pessoa a quem se dirige tem força física para pegar no saleiro.

Na secção seguinte, apresentar-se-ão brevemente extensões ou reelabora-ções relevantes da teoria clássica dos atos de fala.

#### **5.4. Extensões da teoria clássica dos atos de fala**

Nesta secção, focar-se-á, em primeiro lugar, o contributo dos conversa-cionalistas norte-americanos para a análise dos atos de fala sequenciais, em interações reais, e, seguidamente, abordar-se-ão os contributos desenvolvidos no âmbito da análise da coerência pragmático-funcional do discurso/texto, com particular relevo para a Escola de Genève (Roulet *et al.* 1985).

O trabalho desenvolvido por linguistas como Sacks, Schegloff, Jefferson e Pomerantz<sup>110</sup>, referências incontornáveis no âmbito da pesquisa levada a cabo pelos conversacionalistas norte-americanos, desenvolve-se no quadro de uma conceção de discurso como atividade negociada, partilhada, co-construída e cogerida pelos interlocutores.

Os conversacionalistas defendem uma abordagem eminentemente empírica e indutiva de *corpora* de conversas autênticas, reabilitando explicitamente o empirismo descritivo e visando apreender a estrutura da interação verbal, uma forma de comportamento social que envolve sempre pelo menos duas pessoas. Tributários da reflexão desenvolvida no seio da etnometodologia, entendida como o estudo dos métodos de produção e interpretação da interação social, tal como são usados pelos membros da comunidade, os conversacionalistas sublinham como aspeto central da competência comunicativa dos falantes o saber gerir adequadamente o sistema de distribuição dos turnos de fala (*turn-taking*). De facto, saber gerir a alternância e a duração dos turnos de fala é um aspeto crucial na gestão dos direitos e deveres, em termos sociais e discursivos, de cada um dos participantes numa conversa. Trata-se de um mecanismo de gestão 'local', que implica monitorizar *in loco* o tempo e a vez de cada um, do modo a diluir eventuais disrupções nas relações interpessoais e facilitar o fluir da troca verbal.

---

<sup>110</sup> Cf. Schenkein (ed.) (1978), Schegloff (2017).

Um dos conceitos mais disseminados resultante da análise de dados empíricos levada a cabo pelos conversacionalistas é o de **par adjacente**: a alternância dos turnos de fala, no decurso de uma conversa, mostra-nos que há enunciados emparelhados, produzidos por falantes distintos, que funcionam como sequências padronizadas e configuram a unidade interativa mínima denominada *par adjacente*. Tipicamente, os enunciados de um par adjacente estão ordenados numa primeira e numa segunda partes e a sua estrutura é fortemente estandardizada, já que a primeira parte requer a segunda. São exemplos de pares adjacentes os pares pergunta/resposta, saudação/saudação, convite/aceitação ou rejeição do convite, asserção/refutação. Quando falamos de pares adjacentes estamos, pois, claramente a falar de atos de fala por natureza **sequenciais**. A primeira parte cria uma expectativa, esperando-se que sobrevenha uma segunda parte relevante, coerentemente interligada com a primeira. Se o segundo membro do par não ocorrer, a sua ausência pode inclusivamente pôr em risco a gestão adequada das faces dos participantes.<sup>111</sup>

Verificaram ainda os conversacionalistas que os dois enunciados do par obedecem a esquemas de ordenação socialmente condicionados. Assim, há **sequências preferidas** (não-marcadas) e **sequências marcadas**. As primeiras envolvem como segunda parte o ato discursivo que corresponde ao que é expectável e socialmente legitimado: quando faço uma pergunta, espero uma resposta, quando convido alguém, espero que o meu convite seja aceite. Nas sequências marcadas, a segunda parte envolve um ato discursivo que contraria as expectativas: voltando ao exemplo do convite, a sequência marcada envolve uma recusa do convite.

Há correlações interessantes, do ponto de vista psicossocial, entre a realização linguística dos dois tipos de sequências assinaladas, no que ao segundo membro do par diz respeito. Com efeito, uma segunda parte não marcada é tipicamente breve e simples; já uma segunda parte marcada é mais longa e complexa e envolve tipicamente, por razões de cortesia que mais à frente se retomarão, pré-sequências ou preliminares, muitas vezes de carácter justificativo. Contrastem-se os exemplos (5.19) e (5.20):

---

<sup>111</sup> A noção de *face* será retomada no capítulo 6.

(5.19) A: Vem jantar lá a casa esta noite.

B: Lá estarei!

(5.20) A: Vem jantar lá a casa esta noite.

B: Tenho pena, mas estou em vésperas de exame...Hoje não vai dar, desculpa lá!

Também no espaço europeu se assistiu a uma reelaboração da teoria clássica, quando o foco da pesquisa passou a incidir sobre unidades comunicativas mais vastas, concretizadas em textos ou discursos (dialogais ou monologais) que comportam sequências de enunciados coerentemente articulados, sendo pioneiros os trabalhos de van Dijk (1977, 1980) que evidenciaram a dimensão pragmático-funcional da coerência do discurso.

O grupo de investigadores da Escola de Genève, cujo nome mais saliente é Roulet, propôs-se desenvolver um modelo de organização hierárquica e funcional do discurso (cf. Roulet *et al.* 1985)<sup>112</sup> e avançou uma distinção pertinente entre **atos principais** e atos **subordinados**: os primeiros concretizam o objetivo comunicativo central do falante e os segundos têm uma função ancilar, que pode ser retroativa ou proactiva. O exemplo que se segue permite *ilustrar* o que acabou de ser dito:

(5.21) Toca a vestir! São horas de ir para a escola.

(5.22) Estou exausta. Nos próximos dias, tenho de desligar por completo do trabalho.

Em (5.21), o ato principal é a ordem e o ato subordinado tem uma função retroativa, uma vez que corresponde a uma justificação da ordem previamente enunciada. Em (4.22), o primeiro enunciado funciona proactivamente como

---

<sup>112</sup> Sem entrar em detalhes, apontam-se apenas as diferentes unidades propostas para dar conta da estrutura do discurso dialogal: a unidade mínima é o *ato*; a mais pequena unidade monologal é a *intervenção* (que pode conter um ou mais atos) e a mais pequena unidade dialogal é a *troca*; blocos de trocas tematicamente homogêneos configuram a *sequência*; várias sequências dão origem à *conversa/conversação*. Cf. também o trabalho de Briz & Val.Es.Co (2003) e Briz & Pons (2010), que surge movido pela mesma necessidade de construir um modelo de unidades discursivas.

argumento a favor da conclusão expressa no segundo, que assume o papel de ato principal.

Convém destacar que este tipo de análise envolve uma outra distinção relevante do ponto de vista teórico, a distinção entre o **valor ilocutório** (ou a força ilocutória) primitivo e literal correspondente à enunciação de uma frase com determinadas características formais e a sua **função ilocutória**. Esta só se define tendo em conta o valor relacional do ato, valor que emerge no interior de uma sequência de atos. Voltando a (5.22), ambos os enunciados têm uma força ilocutória assertiva, mas a sua sequencialização discursiva permite afetar diferentes funções a cada um deles (argumento e conclusão, respetivamente)<sup>113</sup>. Em suma: a distinção entre valor e função releva precisamente do papel específico que determinado enunciado desempenha numa sequência de enunciados, papel esse que emerge graças às relações de dependência semântico-pragmática que configuram um discurso.

É nos atos subordinados que valor e função não coincidem, uma vez que, nesses casos, o aspeto relevante não é o valor intrínseco do ato mas a relação que estabelece com o ato principal. Há, pois, no caso dos atos subordinados, uma categorização funcional exigida pela sua articulação sequencial, no seio do discurso.

A distinção entre valor e função ilocutória não se restringe, obviamente, aos discursos monológicos, ilustrados nos últimos dois exemplos. Também no discurso dialogal, por exemplo numa sequência pergunta/resposta, o termo *resposta* é a designação da função ilocutória de uma asserção, nesse contexto discursivo particular.

A análise sequencial dos atos de discurso conduziu à consideração de novas categorias de atos (por exemplo, *comentário*, *avaliação*), que correspondem justamente à função que as classes ilocutórias clássicas desempenham quando perspetivadas sequencialmente (cf., e.o., Coulthard & Sinclair, 1975).

---

<sup>113</sup> O processo de afetação de uma função ilocutória é duplo: ao nível da *troca* (a mais pequena unidade dialogal), é o encadeamento que permite caracterizar a função do constituinte adjacente: uma resposta só o é porque se segue a uma pergunta; ao nível da *intervenção* (a mais pequena unidade monológica), é o ato diretor ou principal que determina a interpretação funcional do ato subordinado: em (5.21), é a ordem que determina a interpretação do ato subsequente como justificação.

Consta-se, pois, que as diferentes extensões da teoria clássica dos atos ilocutórios têm um denominador comum: desenhar modelos de organização do discurso/, tendo em conta a sua **coerência pragmático-funcional**, resultante das articulações sequenciais que se verificam entre os atos<sup>114</sup>.

Encerradas as secções eminentemente teóricas deste capítulo, abre-se de seguida um momento mais descritivo, focado no PEC.

## **5.5. Atos ilocutórios em português**

Nesta secção, explicitar-se-ão quais os recursos ou suportes linguísticos convencionalizados que viabilizam a realização das diferentes classes de atos ilocutórios no PEC. Em cada classe, evidenciam-se, em primeiro lugar, as estruturas linguísticas que funcionam como suporte dos atos diretos e seguidamente, sempre que possível, avança-se para a descrição das suas realizações indiretas prototípicas.

### **5.5.1. Asserções**

Em termos simples, estes atos são realizados quando se pretende dar informação sobre o mundo, descrever uma parcela da realidade. Ou, em termos mais precisos, quando o falante se relaciona com a verdade do conteúdo proposicional do enunciado. Tal como em todas as classes de atos, como se verá, há dois tipos de marcadores linguísticos convencionais da força ilocutória: os verbos performativos flexionados tipicamente na 1ª pessoa do singular (marcação lexical) e os tipos de fases (marcação sintático-semântica e prosódica).

Não é frequente, em português, o uso de verbos performativos na classe dos atos assertivos, sendo o recurso típico o uso da frase declarativa, afirmativa ou negativa. Vejam-se os exemplos:

(5.23) Estive doente durante todo o mês de outubro.

(5.23 a) Afirmo que estive doente durante todo o mês de outubro.

---

<sup>114</sup> Cf. Fonseca (1994c), para uma visão de conjunto sobre esta questão.

(5.24) O João não veio à aula.

(5.24 a) Nego que o João tenha vindo à aula.

O uso do verbo performativo só parece ser selecionado em contextos de refutação enfática de algo que o falante avalia como falsas acusações, como se atesta em (4.25)<sup>115</sup>:

(5.25) (...) nego categoricamente as declarações proferidas por Abílio Osório relativamente à minha propalada rendição.(CETEMP)

O enunciado (5.25) é parafraseável por *as declarações proferidas por Abílio Osório relativamente à minha propalada rendição são totalmente falsas*.

A frase declarativa, sem explicitação do verbo performativo, é, pois, o suporte generalizado e mais produtivo para a realização deste tipo de atos no PEC, podendo ocorrer sob a forma afirmativa ou negativa. O valor afirmativo não tem tipicamente qualquer marcação léxico-gramatical; só em contextos específicos se utiliza o advérbio *sim*, em posição periférica final, nomeadamente quando o falante quer marcar enfaticamente uma asserção afirmativa, frequentemente com função de resposta (5.26), ou refutar uma asserção negativa prévia (5.27)<sup>116</sup>:

(5.26) A: Compraste fruta?

B: Comprei, sim.

(5.27) A: O Rui não foi às aulas.

B: Foi, sim (senhor).

---

<sup>115</sup> Uma pesquisa no CETEMPúblico confirmou que são raras as ocorrências de frases declarativas negativas em que a polaridade é marcada pelo verbo *negar*. No entanto, são bem mais frequentes as frases em que o verbo co-ocorre com o advérbio de negação *não*, em contextos como o que o exemplo ilustra: «*Não nego a existência do ataque, mas os registos que possuímos no radar não podem determinar que o ataque ocorreu*». Curiosamente, *não negar* não equivale a *afirmar*. O exemplo admite a paráfrase é possível que o ataque tenha ocorrido, mas.... Ou seja, ao dizer *não nego p/SN*, o falante modaliza epistemicamente o seu enunciado e tal modalização funciona como uma estratégia de atenuação da força ilocutória do mesmo, com um efeito de proteção de face.

<sup>116</sup> Embora opcional, o item lexical *senhor* co-ocorre frequentemente com *sim*, nos contextos assinalados, funcionando como uma expressão fixa ou lexicalizada (*sim senhor*).

Acrescente-se que *sim* também se usa em posição inicial periférica em contextos de confirmação de uma asserção afirmativa prévia (Raposo 2013: 1676):

(5.28) A: O Rui acabou o curso.

B: Sim, acabou o curso e agora vai fazer uma estágio profissional.

Em contrapartida, há diversas formas de marcação linguística da polaridade negativa em português, para além do advérbio *não*. Aparecem em itálico, nos exemplos que se seguem, esses marcadores da polaridade negativa<sup>117</sup>:

(5.29) Os miúdos *não* fizeram os trabalhos de casa *nem* arrumaram os quartos.

(5.30) *Ninguém* apareceu.

(5.31) *Nada* me foi dado.

(5.32) *Nunca* fui à Índia.

(5.33) *Nenhum* aluno veio à aula.

(5.34) O Pedro saiu *sem* se despedir.

Tal como uma asserção afirmativa pode ser reforçada enfaticamente, também uma asserção negativa o pode. Vejam-se os dois exemplos abaixo, que ilustram paradigmaticamente contextos de uso legitimadores de asserções negativas enfáticas, com negação reforçada:

(5.35) A: Vai abrir a porta!

B: Não vou *não*.

(5.36) A: Ele é capaz de resolver o problema.

B: Não é *não*.

B': Não é *nada*.

---

<sup>117</sup> Para uma descrição aprofundada e sistematizada do funcionamento da negação proposicional em PEC, cf. Peres (2013). Sobre as orações introduzidas por *sem*, cf. Lopes (2015).

Em (5.35), estamos perante uma intervenção reativa através da qual o interlocutor recusa enfaticamente cumprir a ordem que lhe foi dirigida. Em (5.36), o falante B refuta a asserção prévia de A.

Importa ainda pôr em relevo que, em contextos de refutação, funcionam como asserções negativas enunciados onde ocorrem as formas *lá* e *agora*, completamente despojadas dos seus valores dêiticos locativos e temporais (Martins, 2010). Vejam-se os exemplos:

(5.37) A: Tu é que podes resolver o problema.

B: Eu posso *lá* resolver o problema!

(5.38) A: A ponte caiu com as primeiras chuvas fortes.

B: Caiu *agora*! (= não caiu nada!)

Também as expressões idiomáticas *uma ova*, *o tanas* e *o caraças*, em contextos discursivos de refutação, mas desta feita em registo bastante informal, podem expressar polaridade negativa no PEC:

(5.39) A: Ele fez os trabalhos de casa.

B: Fez *uma ova*! (= não fez nada!)

(5.40) A: Ele tem direito a uma pensão.

B: Tem direito, *o tanas/o caraças*! (= não tem não!)

### 5.5.1.1. Asserções, tópico e foco

Até agora, o enfoque recaiu na expressão direta de asserções, tendo sido evidenciado que a frase declarativa neutra ou não marcada (ou seja, a frase em que os constituintes ocupam a ordem canónica da sintaxe do português, quando o verbo não é mono-argumental: Sujeito, Verbo, Objeto (SVO)). Importa agora abrir o leque de opções disponibilizadas pela língua para a realização do mesmo ato de fala com constituintes deslocados, por razões pragmáticas. Nesse sentido, far-se-á uma incursão breve pelas **asserções com frases declarativas marcadas** no PEC.

Atente-se nos exemplos (5.41) e (5.42):

(5.41) O Pedro não recebeu essa mensagem.

(5.42) Essa mensagem, o Pedro não (a) recebeu.

Para se explicar a diferença entre os dois enunciados, é necessário recorrer à noção discursiva de **tópico**<sup>118</sup>. O tópico corresponde à entidade ou à situação acerca da qual se predica algo, no segmento do enunciado habitualmente designado de **comentário**. Tipicamente, no PEC, tópico e sujeito coincidem nas frases declarativas neutras. Assim, em (5.41), *o Pedro* é simultaneamente sujeito e tópico, sendo o comentário constituído pelo predicado *não recebeu a mensagem*.

Já em (5.42), o falante marca, pela deslocação do constituinte com a função sintática de objeto direto para início de enunciado, que aquilo de que se fala, a questão que está a ser considerada na interação, é *a mensagem*. A produção de (5.42) é apropriada num contexto discursivo em que a mensagem em causa foi já referida numa intervenção prévia, sendo relevante acrescentar, sobre ela, que *o Pedro não a recebeu*.

---

<sup>118</sup> Trata-se aqui da concepção de *tópico* como *aboutness topic*, ou, nos termos de Roberts (2011:1909), "a central organizing factor in discourse (...), also called the *issue* or *question under discussion*." Cf. Raposo (2013: 352-356), Mendes (2013). Em Duarte (2013), encontra-se uma apresentação desenvolvida das construções de topicalização em português europeu. Cf. ainda Martins & Costa (2016).

Note-se que, ao ser derogada a ordem canónica dos constituintes, o falante põe sempre em evidência uma das entidades que participam na situação representada no enunciado. Nos exemplos apresentados, o constituinte deslocado foi o objeto direto, o que não significa que outros constituintes, com outras funções sintáticas, não possam ser igualmente topicalizados, como a seguir se ilustra:

(5.43) À Joana, ofereci um CD do Rui Massena.

(5.44) Ao parque, confesso que ainda não fui.

Um outra questão relevante, de natureza discursivo-pragmática, que se coloca quando se pretende descrever e explicar a alteração da ordem básica dos constituintes frásicos numa asserção prende-se com a distinção entre informação conhecida e partilhada, de *background*, e informação nova, ou, noutros termos, com a estrutura informacional do enunciado. Na esteira de Martins e Costa (2016) utiliza-se aqui a expressão **foco informacional** para dar conta do constituinte que introduz informação nova e, conseqüentemente, informação cognitivamente mais saliente do ponto de vista comunicativo. Como assinala Roberts (1998: 148), sendo o foco o elemento comunicativamente mais relevante de um determinado enunciado, ele será “naturally foregrounded to make it the clearest and most readily understood part as well, facilitating processing and comprehension.” E, para construir essa proeminência, a prosódia é um elemento crucial.

Mas há também estratégias de sinalização de foco que envolvem processos sintáticos. A exemplificação que a seguir se propõe restringe-se à marcação sintática de foco, através da alteração da ordem dos constituintes e do recurso a estruturas de clivagem. Veja-se o exemplo seguinte:

(5.45) A: Quem é que telefonou?

B: Telefonou o João.

A posposição do sujeito, no segundo enunciado, sinaliza justamente que o João é o foco informacional do enunciado, a informação nova relevante que se acrescenta à informação partilhada *alguém telefonou*, pressuposta pela pergunta. Assim, é a estrutura informacional que motiva a ordem VS.

Vejam-se agora os exemplos (5.46) a (5.49):

(5.46) Foi o *João* que comeu o bolo. (Não foi a Ana.)

(5.47) O *João* é que comeu o bolo. (Não foi a Ana.)

(5.48) Foi o *bolo* que o João comeu. (Não foi a fruta.)

(5.49) O *bolo* é que o João comeu. (Não foi a fruta.)

Os exemplos elencados, contrastados com o enunciado assertivo não marcado *O João comeu o bolo*, ilustram claramente a focalização do sujeito, em (5.46) e (5.47), e do complemento direto, em (5.48) e (5.49). Tal focalização é feita através de construções de clivagem, ou seja, simplificando, através de construções do tipo *ser X que* ou *X ser que*, sendo *X* o elemento destacado ou enfatizado, implicitamente contrastado com outras alternativas possíveis. Assim, trata-se de um **foco contrastivo**: do ponto de vista semântico-pragmático, introduz “um valor de oposição relativamente a uma asserção, pressuposição ou expectativa, explícita ou implicitamente presentes no domínio discursivo. A propriedade central de um foco contrastivo é a de adicionar ao valor denotativo básico da frase a expressão da atitude (discordante) do falante relativamente ao que sabe ou supõe serem as expectativas ou convicções do ouvinte” (Martins & Costa 2016: 384). Com efeito, a asserção *a Ana comeu o bolo* seria um contexto legitimador do uso refutativo das asserções marcadas (5.46) e (4.47).

A continuidade discursiva assinalada entre parêntesis, de (5.46) a (5.49), é plenamente legitimada pelas construções de focalização em apreço.

Importa ainda realçar que, nestas construções de clivagem, o verbo *ser* é flexionado no tempo verbal correspondente ao do verbo principal. Seria, portanto, mal formado o enunciado *\*é o Pedro que comeu o bolo*.

### 5.5.1.2. Asserções: atenuação e reforço

Ao usar uma frase declarativa, afirmativa ou negativa, o falante compromete-se com a verdade do que diz, ou, noutros termos, expressa uma atitude de certeza. Todos os exemplos até agora apresentados ilustram asserções deste tipo, que podem ser chamadas asserções **categóricas**. Mas os falantes podem também expressar atitudes de não certeza, de dúvida, como se assinala

através dos exemplos (5.50) a (4.57), que ilustram asserções epistemicamente **modalizadas**:

(5.50) *É possível* que tenha havido fraude eleitoral.

(5.51) *Possivelmente*, houve fraude eleitoral.

(5.52) *Pode* ter havido fraude eleitoral.

(5.53) *Talvez* tenha havido fraude eleitoral.

(5.54) *Se calhar*, houve fraude eleitoral.

(5.55) *É provável* que tenha havido fraude eleitoral.

(5.56) *Provavelmente*, e houve fraude eleitoral.

(5.57) *Deve* ter havido fraude eleitoral.

Através dos recursos sinalizados em itálico, o falante expressa um valor epistêmico de possibilidade, nos exemplos (5.50) a (5.54), e um valor de probabilidade, nos restantes<sup>119</sup>.

Há vários outros recursos linguísticos produtivos, no PEC, para a construção de asserções modalizadas, nomeadamente o uso do futuro do indicativo sem qualquer valor de localização temporal, em (5.58) e (5.59)<sup>120</sup>, e o uso de verbos que inscrevem no enunciado um menor grau de certeza relativamente ao conteúdo proposicional expresso na oração completiva, em (5.60):

(5.58) Atualmente, ele *será* uma das pessoas mais influentes da empresa.

(5.59) Agora, a Ana *estará* a aterrar em Nova York.

(5.60) *Creio/ penso/ julgo/ acho/ parece-me* que o Rui reprovou.

Por último, uma breve menção a marcadores discursivos que desempenham igualmente uma função atenuadora de asserções, no PEC, nomeadamente, *digamos, digamos assim, por assim dizer*. Veja-se um exemplo<sup>121</sup>:

<sup>119</sup> Sobre a expressão da modalidade epistêmica no PEC, cf. Oliveira (2013).

<sup>120</sup> O condicional também pode inscrever no enunciado um valor de não certeza, mas, ao usá-lo, o falante “relata uma suposição de outra pessoa” (Marques, 2013: 686-687): (i) *Segundo vários órgãos de comunicação social, os prejuízos ascenderiam já a vários milhares de dólares*.

<sup>121</sup> Sobre este valor de *digamos*, cf. Lopes & Carapinha (a publicar).

(5.61) É capaz de não se vender muito, considerando que os Silêncio para 4 são uns desconhecidos, a música que fazem é, *digamos*, demasiado conservadora e as letras um pouco herméticas.(CETEMP)

Nos parágrafos precedentes, percorreram-se algumas estruturas de atenuação da asserção no PEC. Mas, naturalmente, o falante também pode reforçar a asserção, conferindo-lhe uma maior ênfase. Referir-se-ão agora algumas formas de intensificação da força ilocutória assertiva, começando pelas que foram descritas por Martins (2013).

Alguns advérbios, como, por exemplo, *bem* e *lá*, em posição pré-verbal, assumem uma função enfatizadora da asserção no PEC<sup>122</sup>:

(5.62) Eu não tinha chamado nenhum, e eles *bem* o sabiam.

(5.63) Depois *lá* se lembra da desfeita que lhe fizeram e, por descargo de consciência, uiva.

Também o uso de clífticos em próclise, sem que haja na estrutura frásica um proclisador, funciona como intensificador assertivo:

(5.64) Não entendo o romance, vou avançando às cegas, páginas fora, porque sei que o romance se entende a si mesmo e isso *me* basta.

Uma paráfrase razoavelmente fiel deste último exemplo seria *e isso realmente basta-me*.

Mas há outras possibilidades de intensificação da asserção, nomeadamente o recurso à explicitação da condição de sinceridade da asserção, é verdade que (p), a repetição da forma verbal ou o uso de advérbios e locuções adverbiais reforçadores da verdade da asserção como *obviamente*, *evidentemente*, *indubitavelmente*, *de facto*, *mesmo*<sup>123</sup>:

---

<sup>122</sup> Os exemplos que se seguem, de (5.62) a (5.64) foram retirados de Martins (2013), sendo o primeiro um fragmento de *Sinais*, de Jorge de Sena, o segundo um fragmento de *Hóspede*, de Cardoso Pires e o terceiro um fragmento do *Terceiro Livro de Crónicas*, de Lobo Antunes.

<sup>123</sup> Sobre *de facto* no PEC, cf. Lopes (2004). Cf. também Soares (1996), para uma proposta alargada de formas de intensificação da asserção no PEC.

- (5.65) Também é **verdade que** já foi atribuída a verba em dívida a todo o corpo docente, só faltando neste momento a verba para serviços administrativos e funcionários.(CETEMP)
- (5.66) Tenho, tenho. (tipicamente em contexto de refutação de uma asserção prévia como *tu nunca tens medo*)
- (5.67) A China pretende, *obviamente*, criar este impacto político.(CETEMP)
- (5.68) Para uma entidade que, na anterior lei da televisão, não tinha sequer competências definidas, trata-se *de facto* de uma grande alteração. (CETEMP)
- (5.69) O que nós queremos *mesmo* é precisamente o inverso: que, a partir das qualidades pretendidas, se possa dizer qual a liga metálica mais conveniente.(CETEMP)

### 5.5.1.3. Asserções indiretas

Até agora, esta secção centrou-se na construção de asserções diretas em PEC. Nas linhas que se seguem, far-se-á uma breve referência à **pergunta retórica**, devidamente contextualizada, como forma prototípica da expressão de asserções indiretas em PEC<sup>124</sup>. Vejam-se os exemplos:

- (5.70) Eu não te avisei? (dito por uma mãe a um filho, que acabou de cair e se magoou, depois de uma série de avisos para não subir ao muro)
- (5.71) O ser humano gosta de sofrer? (dito por alguém no quadro de uma discussão sobre a condição humana)

Em ambos os casos estamos perante enunciados interrogativos, que, no entanto, não funcionam como verdadeiras ou genuínas perguntas. O primeiro exemplo ativa a inferência *eu avisei-te* (ou, de forma mais enfática, *eu bem te avisei*) e o segundo *o ser humano não gosta de sofrer*. Prova de que se trata efetivamente de asserções indiretas é a possível continuidade discursiva com uma nova asserção, que funciona como conclusão de um raciocínio argumen-

<sup>124</sup> Cf. Carapinha (1998: 55-65), para um aprofundamento desta questão.

tativo. Veja-se (5.71 a), onde a pergunta retórica é jogada como argumento a favor de uma determinada conclusão:

(5.71a) O ser humano gosta de sofrer? Portanto, há que encontrar caminhos para eliminar o sofrimento.

As perguntas retóricas são usadas essencialmente com uma função apelativa, para captar a atenção e o interesse do interlocutor, podendo ainda estar ao serviço de estratégias de cortesia, para evitar asserções categóricas eventualmente polémicas, torneando assim a dificuldade de afirmar sem agredir o outro.

Uma estrutura prototípica para a realização de perguntas retóricas no PEC envolve o uso de *acaso*<sup>125</sup>:

(5.72) Acaso não devemos ser, todos nós, o guardador do nosso irmão?  
(CETEMP)

(5.73) Acaso os professores abdicam de receber os seus ordenados? (CETEMP)

Como se depreende dos exemplos, há um padrão na inferência da asserção indireta: de facto, quando a pergunta retórica comporta um marcador de negação, a asserção indireta que através dela se comunica tem polaridade afirmativa; caso contrário, a asserção indireta inferida tem polaridade negativa. Assim, (5.72) corresponde a *devemos ser, todos nós, o guardador do nosso irmão* e (5.73) equivale a *os professores não abdicam de receber os seus salários*.

É interessante verificar que, em perguntas retóricas que implicam uma resposta negativa, os itens de polaridade negativa (ou seja, itens que só ocorrem em contextos de negação) não são excluídos. A sua ocorrência é, pois, um índice forte de que a pergunta formal é retórica, exigindo uma interpretação inferencial em termos de asserção negativa. Vejam-se os exemplos, nos quais se marca em itálico o item de polaridade negativa:

---

<sup>125</sup> Nas palavras de Martins (2013: 2273), “a presença de *acaso* numa oração interrogativa marca-a explicitamente como interrogativa retórica.”

(5.74) Vale a pena *pregar olho* quando nos espera um momento de paixão?  
(= não vale a pena pregar olho quando nos espera um momento de paixão)

(5.75) No início da legislatura, alguém apostava *um tostão furado* na sobrevivência da 'geringonça'? (= No início da legislatura, ninguém apostava um tostão furado na sobrevivência da 'geringonça'.)

### 5.5.2. Atos diretivos

Nesta secção, analisam-se as estruturas linguísticas que são prototipicamente mobilizadas para a realização dos atos diretivos no PEC. Os atos diretivos, recorde-se, têm como objetivo levar o interlocutor a assumir um determinado comportamento futuro, comportamento esse que depende, naturalmente, do conteúdo proposicional do enunciado. Ordens, proibições, pedidos, conselhos, advertências, avisos, perguntas são exemplos claros desta classe de atos. Trata-se de uma classe bastante vasta, sendo possível estabelecer uma distinção entre:

- atos diretivos que visam levar o interlocutor a adoptar um comportamento de natureza não verbal (ordens, proibições, súplicas, pedidos, convites, sugestões, conselhos, advertências, avisos...);
- atos diretivos de resposta tipicamente verbal (perguntas)<sup>126</sup>.

No primeiro subconjunto, encontram-se atos diretivos que expressam diferentes graus de impositividade: uma ordem está associada a um grau máximo de impositividade; já um convite expressa, naturalmente, um grau bem mais fraco, para não dizer quase nulo, de impositividade. Quanto mais impositivo for o ato, maior é a relação de assimetria entre os interlocutores; nesse sentido, a ordem, ato impositivo por excelência, caracteriza-se por uma distribuição fortemente assimétrica do poder, do ponto de vista da interação, o que significa um efetivo controlo do falante sobre o ouvinte. Por isso mesmo, há restrições sociais fortes

<sup>126</sup> Idêntica distinção aparece em Casanova (1996).

no que toca à possibilidade de realização do ato em causa: o indivíduo a quem se ordena algo terá de estar numa posição de subalternidade e aquele que ordena terá de deter um poder de coercibilidade socialmente legitimado; por outro lado, se uma ordem não for cumprida, abre-se espaço para uma sanção. O mesmo não acontece com atos diretivos menos impositivos.

Os suportes típicos do primeiro sub-conjunto são os verbos performativos diretivos ((5.76) a (5.78)) e a frase imperativa (5.79 e 5.80)<sup>127</sup>:

(5.76) *Ordeno-te que saias.*

(5.77) *Peço-lhe que me traga o livro amanhã.*

(5.78) *Aconselho-te a levares o chapéu de chuva.*

(5.79) *Sai!*

(5.80) *Traga-me o livro amanhã, por favor*<sup>128</sup>.

Nas frases imperativas não se expressa, por defeito, o sujeito, exceto em contextos discursivos em que o falante recusa cumprir a ordem recebida e devolve essa mesma ordem ao seu interlocutor:

(5.81) A: *Vai buscar as chaves.*

B: *Vai tu!*

A correspondência entre o modo imperativo e os atos de fala diretivos funciona apenas num sentido (Marques 2013). De facto, a ocorrência do imperativo está sistematicamente associada a um ato de fala diretivo, mas há atos de fala diretivos que não envolvem este modo. Se o destinatário da ordem, proibição ou aviso for não um indivíduo (ou um conjunto de indivíduos) específico(s),

---

<sup>127</sup> O modo imperativo flexiona apenas na 2ª pessoa (informal) do singular (*canta!*) e na 2ª pessoa do plural, dialetalmente restrita (*cantai!*). Para a flexão na 2ª pessoa formal, na 1ª pessoa do plural e na 3ª pessoa, recorre-se às formas do presente do conjuntivo (*fale* (você/o senhor), *falemos*, *falem* (você/os senhores)). O presente do conjuntivo é supletivo do imperativo em frases imperativas negativas (*Não fales alto!*). Por vezes, na realização de uma ordem, a forma imperativa do verbo pode ser substituída por uma expressão nominal: *rua!* e *sa!* são enunciados ilocutoriamente equivalentes.

<sup>128</sup> Note-se que a ordem (5.79), ao contrário do pedido (5.80), nunca envolve o uso de expressões de atenuação cortês como *por favor*, *se faz favor*, *se não se/te importa/s*.

mas um destinatário coletivo e/ou indeterminado, o imperativo é substituído pelo infinitivo<sup>129</sup>:

(5.82) Não pisar a relva. (aviso num parque)

(5.83) Manter fora do alcance de crianças. (na bula que acompanha um medicamento)

(5.84) Juntar duas chávenas de açúcar. (numa receita culinária)

Também o presente do indicativo é frequentemente usado na expressão de atos diretivos de ordem, nomeadamente quando em coocorrência com advérbios como *já* e *imediatamente*, que funcionam como reforçadores da força ilocutória do enunciado<sup>130</sup>:

(5.85) Comes a sopa já/imediatamente!

Menos produtiva, embora atestada, é a ocorrência do pretérito perfeito simples do indicativo, circunscrita a contextos de interação em que a autoridade ou o poder do falante sobre o interlocutor é tal que o cumprimento da ordem é dado como adquirido ou incontestável:

(5.86) Calou!

Finalmente, no âmbito dos tempos verbais, refira-se a possibilidade de o futuro do indicativo funcionar igualmente como marcador de força ilocutória diretiva:

(5.87) Não cobiçarás a mulher do próximo!

(5.88) Farás como eu mando!

---

<sup>129</sup> Assinale-se, no entanto, que o infinitivo também pode ser usado, em certos contextos situacionais, quando o destinatário da ordem, coletivo ou individual, é definido. É o que acontece quando uma mãe diz ao(s) seu(s) filho(s) (i) *Lavar as mãos, o jantar está na mesa.*

<sup>130</sup> Naturalmente, estes mesmos advérbios também podem coocorrer com as formas verbais no imperativo, mantendo a mesma função de reforço/intensificação.

Os atos diretivos do subconjunto que nos ocupa podem também ser expressos de forma indireta através de asserções deonticamente modalizadas, isto é, de asserções em que a obrigatoriedade é expressa lexicalmente através dos verbos modais *ter (de)*, *dever e poder*, este último no escopo da negação:

(5.89) Senhor Silva, *tem de* assegurar o turno da noite.

(5.90) *Deves* ser solidário com os teus colegas.

(5.91) *Não se pode* fumar aqui.

Há ainda uma outra construção que é muito utilizada para a realização indireta de atos diretivos: trata-se de frases condicionais cujo conseqüente expressa uma promessa, uma situação que o falante se compromete a realizar e que é avaliada positivamente pelo interlocutor, dado que lhe é favorável:

(5.92) Se fizeres os deveres, deixo-te jogar computador.

Ao enunciar (5.92), o falante, em vez de optar pela realização direta e literal do ato de fala que corresponde à sua intenção comunicativa central (*faz os deveres!/vai fazer os deveres!*), envereda por uma estratégia discursiva persuasiva, tendente a aliciar o interlocutor e a levá-lo a cumprir a condição expressa, condição *sine qua non* para a obtenção de um resultado que lhe é favorável. Ao anunciar um ‘prémio’ ou ‘recompensa’, em troca de uma atitude de obediência, o locutor simula negociar com o outro, tendo em vista uma acrescida eficácia na consecução do seu objetivo comunicativo central. Em vez da ordem direta, suscetível de criar resistências, o locutor opta pela indireção, salvaguardando a face do outro. Trata-se, pois, de promessas condicionais que funcionam como realização indireta de um ato diretivo impositivo.

A descrição das estratégias discursivas de atenuação da força ilocutória dos atos diretivos será feita no capítulo 6, dedicado à cortesia verbal. Por agora, far-se-á apenas referência a mecanismos de reforço destes atos. Os advérbios *já e imediatamente*, que podem ocorrer com todas as formas de expressão direta da força ilocutória de ordem, cumprem essa função; um segundo recurso funcionalmente convergente envolve o uso do dativo ético, em itálico no exemplo que se segue:

(5.93) Desliga-*me* esse computador!

Também a construção *ordem + ameaça* configura uma estratégia de reforço de um diretivo impositivo:

(5.94) Come a sopa ou não jogas mais computador!

Esta construção, descrita, no que ao português diz respeito, em Fonseca (1993), envolve uma conexão de disjunção exclusiva entre uma ordem e uma ameaça (!p ou q-)<sup>131</sup> e é parafraseável por uma ameaça condicional: *se não comeres a sopa, não jogas mais computador*. Expressando as consequências negativas, para o ouvinte, que a não adoção do comportamento expresso na ordem acarreta, o falante reforça o seu objetivo ilocutório: levar o outro a fazer algo.

Focalizando agora mais especificamente o ato diretivo de **pedido**, verifica-se a existência, no PEC, de um conjunto de construções que, tendo começado por configurar realizações indiretas desse ato, com um potencial de mitigação da sua força ilocutória, acabaram por se rotinizar pela sua frequência de uso e são hoje em dia convencionalmente usadas para o expressar de modo delicado<sup>132</sup>. Referimo-nos a frases interrogativas com o verbo modal *poder* na 2ª pessoa (informal ou formal) do presente ou do imperfeito do indicativo (5.95), a frases interrogativas com formas de idêntica pessoa de verbos incluídos em expressões como *ser capaz de, importar-se de...* (5.96 e 5.97), e a frases declarativas com forma verbal de 1.ª pessoa de verbos como *querer* e *gostar* no imperfeito do indicativo, chamado *imperfeito de cortesia* (5.98), ou no condicional (5.99):

(5.95) Pode(s)/podia(s) abrir a janela?

(5.96) É(s) capaz de abrir a janela?

(5.97) Importas-te/importa-se de abrir a janela?

(5.98) Queria um café (por favor).

(5.99) Gostava/gostaria que me ajudasse(s).

<sup>131</sup> ! representa convencionalmente uma força ilocutória impositiva e q- representa a avaliação negativa do conteúdo proposicional do segundo segmento da construção pelo ouvinte.

<sup>132</sup> Voltar-se-á a este tópico no capítulo 6.

Quanto à formulação de **sugestões** no PEC, há duas estruturas que são tipicamente convocadas: *que tal + oração infinitiva em frase interrogativa/SN* (5.100) e *frase interrogativa introduzida por e + oração condicional com o verbo no imperfeito do conjuntivo* (4.101):

(5.100) Que tal irmos ao cinema hoje à noite? /Que tal uma ida ao cinema hoje à noite?

(5.101) E se fôssemos ao cinema hoje?

Vejamos agora o subconjunto dos atos diretivos de resposta verbal, isto é, as **perguntas**. Prototipicamente, a intenção do falante que formula uma pergunta é obter informação de modo a colmatar uma lacuna cognitiva<sup>133</sup>.

Em português, as **perguntas diretas** são expressas através de frases interrogativas simples ou através de frases declarativas complexas tipicamente introduzidas pelo verbo performativo *perguntar* seguido de oração completiva iniciada por *se*<sup>134</sup>:

(5.102) O João tem filhos?

(5.103) Quantos filhos tens?

(5.104) Pergunto-lhe se quer que envie por correio.

Há em português dois tipos fundamentais de frases interrogativas, as **interrogativas totais** (5.102) e as **interrogativas parciais** (5.103). As primeiras, também chamadas interrogativas fechadas, só se distinguem da frase declara-

---

<sup>133</sup> Abordar-se-á aqui apenas a pergunta prototípica, ficando de lado as perguntas que visam testar o conhecimento dos alunos numa prova, as perguntas retóricas e as perguntas que configuram adivinhas.

<sup>134</sup> Tanto quanto é do nosso conhecimento, está por fazer um estudo sobre os contextos interacionais que induzem e legitimam a realização da pergunta através do performativo, no presente do indicativo e na 1ª pessoa, como no exemplo (5.104), ou no presente perifrástico, como a seguir se ilustra através de um exemplo retirado do CETEMPúblico: (i) *Só lhe estou a perguntar se lhe disse alguma coisa.*

Julgamos que se trata de uma forma marcada de realização do ato de perguntar, por oposição ao uso da frase interrogativa, forma canónica, não marcada e, sem dúvida, muito mais produtiva. Parece-nos ainda que só ocorre em contextos interativos em que uma pergunta realizada através do seu suporte canónico não obteve resposta satisfatória, por razões diversas (fuga à pergunta, ruído no canal...). Mas são hipóteses que necessitam de validação empírica.

tiva, na oralidade, pela curva entoacional, e solicitam uma resposta em termos de sim ou não<sup>135</sup>. Além disso, configuram uma estrutura proposicional aberta, incompleta ou defetiva, já que contêm uma variável que não está preenchida: a polaridade, ou seja, o caráter afirmativo ou negativo da predicação.

Nas segundas, o interlocutor é instigado a especificar o conteúdo de um constituinte que o locutor deixou 'vazio' no seu enunciado. Esse lugar vazio corresponde a uma variável realizada através de morfemas interrogativos (também designados palavras-Q) que podem funcionar como determinante (*que, qual*), quantificador (*quanto (+N)*), pronome (*que, o que, quem, quanto (+V)*) ou advérbio (*onde, quando, como, porque*).

Trata-se, pois, de pedidos de informação acerca do valor de uma variável, sendo aberto o leque de respostas possíveis, em função do valor semântico do morfema interrogativo. Neste sentido, estas perguntas visam obter informação sobre a identidade, as propriedades ou a quantidade de qualquer parcela do real.

Há sempre uma pressuposição associada às interrogativas parciais. A título de exemplo, no enunciado *quem telefonou?*, o falante sabe à partida que *alguém telefonou* (pressuposição) e pede informação sobre a identidade dessa pessoa, usando o pronome *quem*.

Nas interrogativas parciais o sujeito é tipicamente posposto, no PEC, como se pode observar:

(5.105) Onde trabalha a Maria?

(5.105 a)\*Onde a Maria trabalha?

(5.106) O que trouxe a Maria?

(5.106 a) \*O que a Maria trouxe?

---

<sup>135</sup> Naturalmente que esta proposta definitória tem um caráter redutor, já que o interlocutor pode recorrer a uma gama bem mais diversificada de respostas: *acho/creio que sim/não; não sei; tenho as minhas dúvidas; parece-me que sim, deve ter ido...* Apenas se pretende sublinhar que o interlocutor, desde que na posse da informação requerida, tem duas opções disponíveis: transformar a proposição aberta contida na pergunta numa proposição fechada, utilizando para tal na resposta uma frase declarativa afirmativa ou negativa. Acrescente-se ainda que a ocorrência dos advérbios *já, ainda, também, só e quase* na pergunta origina tipicamente uma resposta afirmativa que se resume à asserção do advérbio: *P: Já terminaste o relatório? R: Já.* Para uma visão de conjunto sobre o sistema responsivo no PEC, cf. Martins (2016). Veja-se ainda, sobre o par pergunta/resposta em português, Carapinha (1998).

(5.107) Que disparate estiveste tu a fazer?

(5.107 a) \*Que disparate tu estiveste a fazer?

A expressão é que ocorre muito frequentemente depois do morfema interrogativo, quando este funciona como pronome ou advérbio, ou seja, em termos simples, quando o morfema interrogativo antecede um verbo e não um nome:

(5.108) Quem é que quer vir comigo?

(5.109) \*Que é que horas são?

E importa igualmente pôr em relevo que nas interrogativas com é que o sujeito pode ocorrer indistintamente em posição pré ou pós-verbal:

(5.110) Onde é que a Maria trabalha?

(5.110 a) Onde é que trabalha a Maria?

Os exemplos apresentados até agora ilustram a posição do constituinte interrogativo em início de frase. Mas tal constituinte pode igualmente ocorrer em posição interna à frase ou mesmo em posição final<sup>136</sup>:

(5.111) Vais sair quando? (= *quando* (é que) vais sair?)

(5.112) Comeste o quê no restaurante? (= *o que* (é que) comeste no restaurante?)

(5.113) Não falas porquê? (= *porque* (é que) não falas?)

Quando a palavra interrogativa ocupa a posição final, a construção pode ter duas interpretações: uma interpretação normal de pedido de informação sobre o valor de uma variável (a que está assinalada em itálico nos exemplos entre parêntesis), e uma interpretação de interrogativa de “**eco**”, em que o locutor manifesta estranheza, perplexidade ou desagrado face a uma informação avançada numa intervenção prévia do interlocutor, ou simplesmente assinala que não

---

<sup>136</sup> Note-se a alteração fonético-fonológica: *o que* e *porque*, em posição inicial, *o quê* e *porquê*, em posição interna à frase ou em posição final.

captou cabalmente essa informação, por interferência de ruídos. Como assinalem Brito, Duarte & Matos (2003:475), a interpretação em eco corresponde a um maior acento de intensidade sobre o constituinte interrogativo: *queres O QUÊ?*

Vejamos agora o terceiro tipo de perguntas, as **perguntas alternativas**. Como a própria designação indica, trata-se de construções que envolvem a coordenação disjuntiva de duas perguntas totais:

(5.114) Queres queijo ou preferes fruta?

(5.115) A aula é às 10h ou às 11h?

(5.116) Prometes-me isso ou não?

Nos dois primeiros exemplos, o locutor pede ao interlocutor que escolha uma das alternativas propostas. Em (5.116), o segundo elemento da disjunção é a negação do primeiro, e a resposta é idêntica à das interrogativas totais (sim ou não).

O último tipo de perguntas a considerar envolve as **perguntas orientadas** ou **confirmativas**. Vejam-se os exemplos:

(5.117) Vocês gostaram do filme, *não gostaram?*

(5.118) Vocês gostaram do filme, *não é verdade/não é assim/não é/certo?*

(5.119) Vocês não gostaram do filme, *pois não?*

Estas perguntas são realizadas tipicamente através de **interrogativas-apêndice** (ou “tag”), que ocorrem depois de frase declarativa. Se a frase declarativa for afirmativa, como em (5.117), a interrogativa é negativa e retoma tipicamente o verbo da frase anterior, embora também possa ser constituída pelas expressões em itálico ilustradas em (5.118). Se a frase declarativa for negativa, como em (5.119), a interrogativa assume prototipicamente a forma *pois não?* Mas a repetição do verbo da frase declarativa, desta feita com polaridade afirmativa, é também uma escolha recorrente: *vocês não gostaram do filme, gostaram?*<sup>137</sup>

<sup>137</sup> No PEC, como os exemplos atetam, há interrogativas-apêndice lexical e gramaticalmente dependentes, nomeadamente as que envolvem a retoma do verbo da frase declarativa prévia, e também

Com este tipo de construções, o locutor visa condicionar o interlocutor, levando-o a admitir um determinado ponto de vista. A pergunta orientada instaura um quadro interacional constritor, já que o interlocutor é conduzido a confirmar a asserção previamente realizada pelo locutor. Estas perguntas funcionam, pois, como pedido de confirmação do dito e configuram uma estratégia discursiva de manipulação do interlocutor, levando-o a responder de uma certa forma. Assim, a resposta esperada pelo locutor que enuncia (5.117) é *gostámos*. Mas, naturalmente, o interlocutor pode sempre reivindicar a sua liberdade de resposta, rompendo com a estratégia manipulatória. Neste caso, a resposta a (5.117) poderia ser algo como *não, não gostámos mesmo nada*, normalmente seguida de uma justificação<sup>138</sup>.

Mas as perguntas que funcionam como pedido de confirmação podem também ser realizadas por frases interrogativas globais. Veja-se o exemplo apresentado em Mata & Santos (2010):

(5.120) Criança: O patinho tem um amigo.

Adulto: O patinho tem um amigo?

Criança: Sim.

As autoras demonstram experimentalmente que as perguntas confirmativas têm uma entoação distinta do padrão canónico associado às perguntas que apenas solicitam informação, igualmente realizadas através de frases interrogativas globais. Por outro lado, dados de natureza prosódica sustentam ainda uma distinção entre dois subtipos pragmáticos de perguntas confirmativas, as que visam confirmar a compreensão do enunciado prévio, e as que visam confirmar a correta descodificação do próprio sinal, ou seja, confirmar o que foi enunciado. Estudos deste tipo revelam de forma muito premente a relevância da prosódia na interpretação pragmática do discurso e a interface entre prosódia, sintaxe e discurso.

---

interrogativas-apêndice invariantes, tais como, por exemplo, *pois não?*, *não é verdade? certo?*

<sup>138</sup> Para alguns linguistas (cf. Gómez González 2014, e. o.) as interrogativas-apêndice também podem ser analisadas como estratégias mitigadoras da asserção e como instrumentos reguladores do sistema de *turn-taking*. Com efeito, *não é?*, no PEC, assume muitas vezes esta última função, sinalizando fim de turno de fala.

Até agora, passámos em revista as construções que viabilizam a construção de perguntas diretas no PEC. Mas também podemos encontrar **perguntas indiretas**, cuja construção não envolve nem meios lexicais (verbo performativo *perguntar*) nem meios sintáticos convencionais (frases interrogativas). Atente-se nos exemplos:

(5.121) Queria saber o preço desta capulana. (= quanto custa esta capulana?)

(5.122) Queria saber se há exame final nesta disciplina. (= há exame final nesta disciplina?)

(5.123) Gostava de saber se aceitas o meu convite. (= aceitas o meu convite?)

Em todos os casos, estamos perante asserções que colocam o interlocutor na obrigação de responder, no turno de fala seguinte. A opção por este tipo de construções deve-se a uma estratégia de cortesia: o falante coloca de facto o interlocutor na obrigação de responder, mas de forma mais delicada.

Do ponto de vista estrutural, a construção envolve uma frase declarativa complexa. O verbo subordinante é um verbo volitivo (*querer* ou *desejar*), tipicamente no imperfeito de delicadeza e na 1ª pessoa do singular, verbo esse que seleciona uma oração infinitiva com sujeito nulo correferente, cujo predicador é o verbo *saber*.

Perguntar indiretamente implica, pois, asserir a regra de sinceridade das perguntas: o locutor asserir que quer obter a informação expressa no conteúdo proposicional da infinitiva. Quando na oração infinitiva o complemento direto é um SN, o locutor está indiretamente a formular uma interrogativa parcial (cf. (5.121)); quando o complemento direto da oração infinitiva é de natureza oracional, introduzido por *se*, a asserção veicula indiretamente uma pergunta total (5.122 e 5.123).

Concluimos esta secção com um breve apontamento sobre o par adjacente pergunta/resposta no PEC. O objetivo ilocutório de uma pergunta, como vimos, é levar o interlocutor a adotar um comportamento de natureza verbal que providencie ao falante a informação solicitada. Cria-se, *ipso facto*, um dever de resposta; do ponto de vista sócio-comunicativo, se o interlocutor optar por não responder, opção sempre em aberto, o silêncio será tipicamente interpretado como indeli-

cado, criando disrupções e/ou crispações ao nível das relações interpessoais. A sequência preferida é, pois, a resposta verbal. Esta, no caso das perguntas totais, pode ser (ou não) enfática. Um exemplo paradigmático de resposta enfática, no PEC, envolve o uso de *claro (que sim/não/V)*. Veja-se o exemplo:

(5.124) – A ministra da Saúde confia nos hospitais? – *Claro que confio!* Os hospitais públicos são os locais melhor apetrechados para a realização de intervenções complexas e para a prestação de cuidados de saúde nas patologias mais complexas. Têm ótimos profissionais e capacidade para oferecer tratamento equiparado ao que de melhor se faz no estrangeiro. – E o cidadão normal pode confiar? – *Claro que sim!* Pode e deve. (CRPC)

A escolha da forma marcada ou enfática da resposta afirmativa implícita que o conteúdo proposicional comunicado na resposta é avaliado pelo falante como ocupando o grau extremo numa escala de valores epistémicos (com o conseqüente reforço do valor de certeza). Por outro lado, o ponto de exclamação depois de *claro ((que sim /que não)*, marcando na escrita características prosódicas específicas, ocorre frequentemente em contextos em que o falante parece reagir com surpresa à pergunta feita, como se ela fosse desnecessária, dado o carácter óbvio da resposta. Daí que haja também um elemento expressivo contido na resposta, o que, uma vez mais, sustenta a hipótese já levantada de que há casos de hibridismo ilocutório<sup>139</sup>.

### 5.5.3. Atos expressivos

Relembre-se o objetivo ilocutório desta classe de atos, tal como é definido por Searle (1969): expressar o estado psicológico do locutor face a uma determinada situação, tipicamente descrita no conteúdo proposicional do enunciado<sup>140</sup>.

<sup>139</sup> Cf. Lopes (2013), para uma análise funcional mais aprofundada do marcador discursivo *claro* no PEC.

<sup>140</sup> Saliente-se, todavia, que há atos expressivos desprovidos de conteúdo proposicional, algo já referenciado por Searle. Quando alguém diz *olá!* está a realizar um ato expressivo, de saudação, sem conteúdo proposicional.

Trata-se de uma classe muito ampla, na qual se incluem os atos de *agradecer, felicitar, dar os parabéns, dar os pêsames, pedir desculpa, dar as boas-vindas, lamentar, congratular-se, reclamar*, entre outros.

Partindo da definição searleana, Norrick (1978) estabeleceu uma distinção que consideramos pertinente, em termos teóricos e descritivos, entre (i) atos expressivos fortemente institucionalizados, determinados por convenções sociais, e que envolvem, na sua realização, fórmulas ritualizadas bastante estereotipadas e (ii) atos expressivos que traduzem genuinamente emoções, sentimentos e avaliações subjetivas do falante.

Os primeiros configuram manifestações convencionais de determinados estados psicológicos e têm uma função eminentemente social, regulando de forma harmoniosa as relações entre os falantes, segundo as normas de interação verbal cortês no seio da comunidade. Esta subclasse evidencia de forma muito clara o vínculo estreito que existe entre uso da língua e saber-fazer de natureza sociocultural. Concretizando: quando agradecemos ao empregado que acabou de nos trazer um café, não temos necessariamente de experimentar a gratidão que o ato de agradecer pressupõe como condição de sinceridade; agradecemos porque aprendemos, no nosso percurso de socialização, que agradecer, em determinadas circunstâncias, corresponde a um comportamento de boa educação.

Por seu turno, os atos expressivos que integram a segunda subclasse proposta por Norrick traduzem genuinamente estados psicológicos do falante, emoções, sentimentos e avaliações subjetivas. Acrescente-se desde já, para evitar qualquer equívoco, que há atos expressivos que integram os dois grupos. O ato de agradecer, por exemplo, pode ter apenas uma função social, mas pode igualmente corresponder à expressão genuína de um sentimento de gratidão.

Vejamos então como se constroem estes atos no PEC, começando pela primeira subclasse, os atos de natureza sócio-ritual, ancorados em formas muito cristalizadas, que podem inclusivamente considerar-se estruturas formulaicas, com o reduzido grau de variação característico das unidades multilexicais (cf. Bacelar 2013)<sup>141</sup>.

---

<sup>141</sup> Não é por acaso que, no ensino de uma língua não materna, estes atos são os primeiros a ser trabalhados ou treinados. Com efeito, são instrumentos cruciais de socialização atos como *agra-*

Atente-se nos exemplos:

(5.125) *Agradecer*: (muito) Obrigado(a)! Bem haja!

(5.126) *Dar os pêsames*: Os meus sentimentos/pêsames, as minhas (sentidas) condolências.

(5.127) *Dar os parabéns*: (os meus/muitos) Parabéns!

(5.128) *Saudar* (à chegada e à partida): Bom dia! Boa tarde! Boa noite! Como está? Passou bem? Até logo/breve/ à vista/à próxima!

(5.129) *Dar as boas-vindas*: Bem-vindo(s)/a(s)!

Quanto aos suportes linguísticos do segundo subconjunto, mencionem-se, em primeiro lugar, meios lexicais, especificamente o uso de verbos e locuções verbais performativos de natureza expressiva, em itálico nos exemplos, seguidos de complemento direto de natureza oracional (oração completiva finita ou infinitiva) ou nominal<sup>142</sup>:

(5.130) *Lamento* que não tenha seguido o meu conselho/não teres seguido o meu conselho.

(5.131) *Deploro* o teu comportamento.

(5.132) *Peço desculpa* por ter chegado atrasada.

(5.133) *Agradeço* a tua ajuda.

(5.134) *Felicito-te* pelas tuas notas.

(5.135) *Adoro* conversar contigo.

(5.136) *Detesto* que me telefonem depois das 23h.

(5.137) *Acho bem* que os alunos possam escolher entre diversas modalidades de avaliação.

---

*decer, pedir desculpa, saudar*, para dar apenas alguns exemplos. Sobre o pedido de desculpa em português europeu e sua relação com a cortesia, cf. Carreira (1994).

<sup>142</sup> Note-se que as expressões performativas em apreço são predominantemente verbos psicológicos factivos, isto é, verbos que seleccionam um complemento direto que denota uma situação assumida pelo falante como verdadeira. Quando o complemento direto seleccionado é de natureza nominal, o nome é deverbal, denotando, portanto, uma situação.

Para além dos meios lexicais, há também meios sintático-prosódicos ao serviço da construção de atos expressivos, nomeadamente as frases exclamativas. Trata-se de frases que os falantes selecionam quando visam expressar atitudes emotivas e avaliativas (admiração, surpresa, espanto, agrado ou desagrado...) relativamente ao conteúdo proposicional do enunciado. Atente-se nos exemplos:

(5.138) Cumpriste o prazo!

(5.139) Que esperto (que) é o João!

Estruturalmente, há diferentes tipos de frases exclamativas (cf. Brito, Duarte & Matos 2003). Destacaremos dois tipos básicos, atestados nos exemplos: (i) exclamativas em que o foco da exclamação é a proposição no seu todo, sintaticamente idênticas a frases declarativas simples, mas com um contorno entoacional específico, ou seja, com uma prosódia distinta; é o caso de (4.138), que expressa a surpresa do falante pelo facto de o interlocutor ter cumprido o prazo; (ii) exclamativas introduzidas pelo constituinte exclamativo *que*<sup>143</sup> seguido de adjetivo graduável, sendo o adjetivo o foco da exclamação<sup>144</sup>; é o caso de (5.139), uma exclamativa avaliativa ou escalar, em que o grau de inteligência do João é avaliado como tendo um valor extremo, numa escala determinada pela expectativa do falante. Neste tipo de estruturas, os adjetivos predicativos expressam tipicamente gostos e avaliações pessoais.

Uma outra construção produtiva para a realização de atos expressivos, passível de ser integrada nas frases exclamativas por razões prosódicas, envolve o recurso a orações completivas finitas de sujeito selecionadas por predicadores adjetivais de natureza emotiva/avaliativa:

(5.140) É incrível/magnífico/extraordinário/ que tenhas obtido a bolsa!

(5.141) É deplorável/surpreendente/lamentável que nunca visite a sua família!

<sup>143</sup> Outras palavras *qu-* exclamativas são *como* e *quanto*. Nestes casos, o constituinte exclamativo antecede o SV: (i) *Como crescestes!* (ii) *Quanto te quero!*

<sup>144</sup> A posição ocupada pelo adjetivo pode igualmente ser ocupada por um advérbio: *Que bem (que) canta o João!*

Finalmente, é relevante mencionar que o uso das interjeições corresponde sempre à realização de atos expressivos, já que as interjeições são palavras com significado inteira e exclusivamente emotivo<sup>145</sup>. Apresentam-se algumas:

(5.142) Bravo! (aplausos revelador de agrado)

(5.143) Bolas! (enfado, irritação)

(5.144) Caramba! (admiração ou indignação, consoante a prosódia e a situação)

(5.145) Fixe! (satisfação)

(5.146) Porra! (irritação, desagrado)

Consideramos ainda, na esteira de Brito, Duarte & Matos (2003), que a frase optativa, ao ser enunciada, expressa um desejo ou um voto do falante e constitui igualmente um suporte de realização de um ato expressivo. Há duas formas prototípicas de enunciados optativos no PEC:

(i) os que envolvem fórmulas rotinizadas para a expressão de votos, como *felicidades!* ou *boa sorte!*;

(ii) os que convocam frases optativas, podendo estas apresentar diferentes estruturas:

(5.147) Espero/desejo que tenhas umas férias tranquilas!

(5.148) Que a vida te seja leve!

(5.149) Oxalá/Deus queira que corra tudo bem!

O exemplo (5.147) ilustra uma dessas estruturas: a frase é introduzida por um verbo volitivo, *desejar* ou *esperar*, na 1ª pessoa do presente do indicativo, e esse verbo seleciona uma oração completiva com o verbo no presente do conjuntivo. O exemplo (5.148) ilustra uma segunda estrutura prototípica, com elipse do verbo volitivo. O último exemplo desta série evidencia a possibilidade

---

<sup>145</sup> Sobre as interjeições em português, cf. Gonçalves (2002). Cf. ainda, sobre o estatuto teórico das interjeições, Wharton (2003).

de se usarem fórmulas operativas específicas, como *oxalá/ Deus queira (que)/ quem me dera (que)*, neste tipo de frases.

Importa acrescentar que o falante que produz estes enunciados optativos ou desiderativos não tem capacidade para controlar ou condicionar as situações representadas pelo conteúdo proposicional. O falante apenas expressa os seus votos relativamente a uma situação a ser experienciada pelo interlocutor. Nos exemplos, aparecem apenas votos positivos, mas também se podem expressar maldições ou rogar pragas através de estruturas deste tipo: *que o diabo te carregue!* seria um exemplo possível.

Uma outra construção suscetível de configurar atos expressivos, desta feita de **censura**, é a que envolve o verbo modal *dever*, no imperfeito, seguido de particípio passado composto, que automaticamente localiza a situação descrita no passado:

(5.150) Devias ter visitado mais vezes a tua avó.

Enunciados deste tipo, ao bloquearem a orientação presente-futuro típica dos diretivos, adquirem uma função discursiva de censura: pressupõem que a situação descrita ao nível do conteúdo proposicional não ocorreu e simultaneamente implicam uma avaliação negativa do falante perante esse facto.

De referir ainda usos do Imperfeito e do Mais-que-Perfeito do conjuntivo para a realização do ato de censura no PEC (Fonseca 1984, Fonseca 1993):

(5.151) Corresses!

(5.152) Tivesses corrido!

Também aqui se pressupõe que algo que devia e podia ter ocorrido não aconteceu, sendo o interlocutor avaliado negativamente por essa omissão. Como pertinentemente assinala Fonseca (1993), este tipo de enunciados ocorre tipicamente como réplica a uma intervenção prévia em que o interlocutor assumiu um discurso de vítima, referenciando como irrecuperável algo de positivo que podia ter obtido na ausência de tal omissão. Uma alternativa possível legitimadora de enunciados como (5.151) e (5.152) seria um discurso de vítima em que o

interlocutor lamenta uma situação negativa por si experienciada, cuja evitação se gorou dada a omissão pressuposta.

Até aqui, abordou-se a realização direta de atos expressivos no PEC. Contrariamente ao que acontece com outras classes de atos ilocutórios, nomeadamente os diretivos, os atos expressivos parecem resistir à indireção, já que a manifestação do estado psicológico do falante face a uma determinada situação dificilmente se presta a estratégias discursivas de atenuação/mitigação. Podemos eventualmente considerar que enunciados imperativos como *vai pentear macacos!*, *vai dar banho ao cão!*, *vai-te catar!*, *desampara-me a loja!*, usados de forma algo agressiva quando o falante quer livrar-se da presença do interlocutor, veiculam indiretamente um ato expressivo, na medida em que comunicam uma atitude de agastamento/enfado (Palrilha, 2009).

Uma última observação sobre a função pragmática dos atos expressivos, em contextos em que não correspondem à intenção comunicativa central do falante. Por vezes, os falantes recorrem a atos discursivos expressivos como sequências preliminares que visam atenuar a força ilocutória do ato principal, como acontece em (5.111), num contexto em que um professor se dirige a um aluno:

(5.153) Lamento muito, teve uma negativa baixa no seu teste.

Em (5.153), o falante, consciente de que a asserção comporta informação que não agrada ao interlocutor, opta por inserir um ato expressivo ancilar cuja única função é mitigar o que se segue, pela simulação de um comportamento de solidariedade e empatia.

#### 5.5.4. Atos compromissivos

Estes atos têm como objetivo ilocutório, relembramo-lo aqui, comprometer o falante com a realização (ou não realização) futura de uma ação. *Prometer, ameaçar, jurar, tencionar, recusar, comprometer-se (a)* são atos que pertencem a esta classe.

Como estruturas linguísticas mobilizadas pelos falantes, no PEC, encontram-se essencialmente meios lexicais, nomeadamente verbos performativos:

(5.154) *Prometo* visitar-te amanhã.

(5.155) *Juro* que não volto a fazer batota.

(5.156) *Comprometo-me* a assinar a petição.

Também o uso da frase declarativa com o verbo no futuro ou no presente com leitura de futuro permite, em contextos específicos e em função dos conteúdos proposicionais expressos, realizar atos desta natureza. Se alguém recebe um telefonema anónimo em que alguém diz *o seu filho vai ser raptado em breve*, a interpretação do enunciado em termos de ameaça será certamente desencadeada.

O verbo modal *haver (de)* parece igualmente ser um recurso produtivo para a realização desta classe de atos, quando usado na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo:

(5.157) Ainda não sei como, mas *hei-de* celebrar em boa companhia. (CE-TEMP)

(5.158) Hei de fazer-te a vida negra!

Em (5.147), o falante assume explicitamente a sua forte intenção de celebrar algo, no futuro, ou seja, assume a compromisso de fazer algo, e, deste modo, promete a si próprio que o fará. Em (5.158), o falante ameaça o interlocutor; naturalmente, a leitura ilocutória em termos de ameaça não é alheia ao significado da expressão verbal idiomática *fazer a vida negra (a alguém)*, mas o verbo modal inscreve no enunciado a intenção e o compromisso forte do falante de vir a cumprir essa ameaça.

Por vezes, atos de promessa ou de ameaça são usados em articulação com frases imperativas, com o intuito final de reforçar o ato diretivo principal, como se argumenta em Fonseca (1993), através de uma análise de exemplos como os que a seguir se apresentam:

(5.159) Porta-te bem e dou-te um chocolate.

(5.160) Levanta-te da mesa e levas uma palmada.

(5.161) Come a sopa ou vais já para a cama.

Em (5.159), a ordem é seguida de uma promessa, um ato de fala cujo conteúdo proposicional é avaliado como benéfico para o interlocutor. O falante pretende persuadir o interlocutor a cumprir a ordem, acenando com a recompensa que tal acatamento trará. Trata-se, pois, de uma estratégia discursiva de reforço do ato diretivo principal. Note-se a possível paráfrase de (5.159): *se te portares bem, dou-te um chocolate*, uma promessa condicional que realiza um ato diretivo indireto. Em (5.160), a sequência envolve um enunciado imperativo articulado com uma ameaça, semanticamente equivalente a *se te levantares da mesa, levas um puxão de orelhas*. Ao sublinhar as consequências negativas que a adoção de um determinado comportamento acarreta, e sabendo que o interlocutor as quer evitar, o locutor visa incentivá-lo a não fazer o que é dito no primeiro membro da construção, pela ativação da inferência *se não fizeres p, não acontecerá q*. Em (5.161), articulam-se disjuntivamente uma ordem e uma ameaça. Como já se assinalou acima (cf. secção sobre atos diretivos em português), para evitar a concretização da ameaça, o interlocutor tenderá a cumprir a ordem, o que corresponde ao objetivo comunicativo central do falante.

### 5.5.5. Declarações

Por fim, uma brevíssima referência à classe das declarações, cujo objetivo ilocutório é promover literalmente à existência uma nova situação, pelo uso de fórmulas específicas<sup>146</sup>:

---

<sup>146</sup> Não se analisa a última classe de atos contemplada na tipologia de Searle, dado o seu carácter híbrido.

- (5.162) Declaro-vos marido e mulher. (no notário, dito por quem de direito)
- (5.163) Está aberta a sessão. (no Parlamento, dito pelo Presidente da instituição)
- (5.164) Eu te batizo com o nome de ... (dito por um sacerdote, numa igreja)

*Nomear alguém para um cargo, batizar, casar, despedir alguém, excomungar, declarar o estado de sítio, abrir uma sessão parlamentar*, eis alguns exemplos de atos desta natureza. Como já se disse, são atos que só podem ser realizados por indivíduos investidos de autoridade institucional, o que implica que se trata de atos fortemente ritualizados e não passíveis de ser realizados pela massa dos falantes. São, pois, os menos ‘democráticos’ de todos os atos.

## **Sumário**

Neste capítulo, e num primeiro momento, foram apresentadas as contribuições teóricas seminais de Austin e Searle, fundadores da teoria clássica dos atos ilocutórios. Explicitada a dicotomia austiniana inicial entre enunciados performativos e constativos, avançou-se de seguida para a argumentação que conduziu à sua definitiva superação, o que desembocou na construção de uma teoria geral do que se faz ao dizer algo. A dilucidação das noções de ato locutório, ilocutório e perlocutório encerraram a secção dedicada à reflexão de Austin. Mencionaram-se seguidamente os contributos mais relevantes de Searle, nomeadamente a conceptualização das condições de felicidade como regras constitutivas dos atos ilocutórios e a elaboração de uma tipologia que é, ainda hoje, um ponto de referência incontornável. Nas secções seguintes, apontaram-se algumas limitações da teoria clássica e focaram-se algumas extensões dessa teoria, com particular destaque para a Análise Conversacional. Num segundo momento, o foco do capítulo foi o PEC, sendo o objetivo central sistematizar as construções que viabilizam a realização das diferentes classes de atos nesta língua.

## Exercícios

1. Justificando, identifique, na lista que a seguir se apresenta, quais são os verbos performativos: *negar, castigar, aconselhar, comer, suplicar, perguntar, voar*.

2. No conjunto dos enunciados que se seguem, alguns verbos performativos são usados como tal, outros não. Distinga os diferentes casos.

- a. O diretor felicitou os melhores alunos.
- b. Declaro, por minha honra, cumprir todas as funções que me são confiadas.
- c. Eu avisei-o de que o consumo de álcool estava a destruí-lo.
- d. Os miúdos pediram desculpa aos pais.
- e. A minha mãe prometeu-me uma viagem a Paris.
- f. Aconselho-vos a terem cuidado com o que dizem...

3. Usando a tipologia de Searle, classifique os seguintes atos:

- dar as boas-vindas
- nomear (alguém para um cargo)
- excomungar
- aconselhar
- rogar
- admitir
- elogiar

4. Atente nos seguintes enunciados:

- (i) O Zé encontrou uma moeda de ouro no parque da cidade.
- (ii) O João não gosta de bolos de chocolate.

- a. Que tipo de ato ilocutório realizam?
- b. Transforme-os, focalizando os constituintes sublinhados.
- c. Explícite o que distingue os enunciados (i) e (ii) dos que obteve ao realizar a transformação pedida em b.

5. Analise atentamente o fragmento de diálogo que a seguir se transcreve, identificando as razões que motivam a inversão do sujeito na asserção que constitui a réplica de B e encontrando uma continuidade discursiva apropriada a essa mesma réplica:

A: Quem faz o almoço?

B: Hoje, faz o Pedro o almoço.

6. Transforme os seguintes enunciados, de modo a expressar uma asserção categórica:

- a. A pasta deve ter ficado na faculdade.
- b. Provavelmente, a reunião está a decorrer.
- c. Talvez não tenham sido tomadas as devidas precauções.
- d. O preço da gasolina pode subir na próxima semana.

7. Qual dos seguintes enunciados constitui verdadeiramente uma acusação, se proferido por alguém que testemunhou o atropelamento de uma criança? (adaptado de Ilari 2002)?

- a. Acho que este rapaz estava a conduzir o carro que atropelou a criança.
- b. Ouvei dizer que este rapaz estava a conduzir o carro que atropelou a criança.
- c. Este rapaz podia estar a conduzir o carro que atropelou a criança.
- d. Este rapaz estava a conduzir o carro que atropelou a criança.
- e. É bem possível que este rapaz estivesse a conduzir o carro que atropelou a criança.

8. Leia atentamente o texto que se segue, escrito antes de serem conhecidos os resultados da primeira candidatura de Obama:

Barack Obama já ganhou. (...) Não se apresentou como o candidato dos negros ou da luta antirracista. Não privilegiou nem escondeu o facto de ser negro, deixando-se simplesmente ser e ser percebido como o que realmente

é: mestiço, um produto da mestiçagem étnica e cultural que gerou boa parte do povo americano.(...) Não deixou que a sua cor de pele se tornasse um factor político. (...) Obama elevou-se acima dos conflitos raciais que tanto dividiram os americanos, encarnando a sua superação e mesmo, subliminarmente, a união da nação (...).

José Gil, *Visão*

a) Reescreva o texto, transformando as asserções categóricas em asserções modalizadas.

b) Reescreva o texto utilizando o verbo performativo mais adequado, de entre a seguinte lista: *afirmar, negar, crer, julgar, admitir*.

c) Qual das versões lhe parece mais adequada num texto que visa construir uma argumentação baseada na expressão de uma atitude de certeza por parte do autor?

9. No conto tradicional Frei João Sem Cuidados, o rei diz a dado momento a Frei João: *Vou dar-te uma adivinha e se dentro de três dias não me souberes responder, mando-te matar*. Interprete a fala do rei, nomeadamente o fragmento sublinhado, tendo em conta o que ele faz ao dizer o que diz.

10. Atente nos seguintes enunciados:

- a. Podes abrir a porta?
- b. Podes abrir a porta da igreja?
- c. Podes abrir uma porta de 100kg?

Identifique os atos ilocutórios que cada um dos enunciados realiza, reconstituindo contextos de uso apropriados, e mostrando como os recursos linguísticos utilizados, em interação com conhecimento do mundo, são fundamentais para orientar as diferentes interpretações.

11. Atente nas seguintes 'condições de felicidade' ou 'regras constitutivas' e procure identificar qual o ato ilocutório que elas definem. Note que, nas regras

preparatórias, não se menciona que o falante tem uma posição de autoridade relativamente ao interlocutor:

- a. Regra de conteúdo proposicional: ação futura A a realizar pelo interlocutor.
- b. Regras preparatórias: o locutor acredita que o interlocutor é capaz de fazer A e o interlocutor é de facto capaz de o fazer. Não é óbvio para locutor e interlocutor que este último fará A no decurso normal dos acontecimentos.
- c. Regra de sinceridade: o locutor quer que o interlocutor faça A.
- d. Regra essencial: o enunciado produzido conta como uma tentativa de levar o interlocutor a fazer A.

12. Exemplificando, estabeleça uma correspondência entre a violação da regra de sinceridade de Searle, para as asserções (o locutor acredita que a proposição expressa no enunciado é verdadeira) e a violação de uma das máximas conversacionais de Grice.

13. No conjunto de enunciados que se segue, identifique os que correspondem a atos ilocutórios diretos e os que correspondem a atos ilocutórios indiretos, justificando a sua resposta:

- a. Mantenham os remédios afastados das crianças.
- b. Que tal irmos ao Portugal dos pequenitos com as miúdas?
- c. Quantos episódios já viste?
- d. As inscrições terminam no fim do mês.
- e. Importas-te de pôr a música mais baixo?
- f. Acaso podemos escamotear tamanha fraude?
- g. Queria um bilhete para o Vietname. (numa agência de viagens)
- h. Bem-haja!
- i. O Presidente da CGD demitiu-se.

14. Leia atentamente o texto que a seguir se transcreve:

Acabei de apresentar casos que envolvem expressões particulares convencionalmente usadas para veicular certas implicaturas, como acontece com (...)

o exemplo “Podes passar-me o sal?”: tornou-se uma convenção de uso recorrer a esta expressão, com o seu sentido literal, para comunicar uma implicatura de pedido. Coloca-se então a seguinte questão: pode haver este tipo de convencionalização de regras de conversação? Penso que sim. Por exemplo, é mais ou menos convencional pôr em causa a razoabilidade de uma ação sugerida questionando a saúde mental de quem a sugeriu, através de meios linguísticos apropriados, do tipo:

- (i) Estás doido ou quê?
- (ii) Perdeste a cabeça?

(...) Muitos americanos usam duas ou três expressões consagradas como respostas a perguntas óbvias, como por exemplo:

- (iii) O Papa é católico?

(...) Parece que um esquema para implicaturas foi convencionalizado: responder a uma pergunta óbvia formulando uma outra pergunta cuja resposta é muito óbvia e idêntica à que se pretende dar.”(J. L. Morgan, 1978:277-8, trad. nossa)

a. Conhece exemplos, em português, de fórmulas algo rotinizadas que possam funcionar como respostas a perguntas óbvias?

b. Relacione este texto com a teoria idiomática dos atos ilocutórios indiretos.

15. Os atos ilocutórios indiretos põem em causa a relação biunívoca entre forma e função dos enunciados. Num pequeno ensaio apoiado em exemplos esclarecedores construídos por si, dê conta das distintas teorias disponíveis que visam explicar o funcionamento dos atos ilocutórios indiretos.

16. Comente o texto que se segue, evidenciando o papel dos atos de fala na criação do humor e do absurdo:

O senhor Veneranda estava na varanda.

“Eh...O senhor ...desculpe!”, gritou ele para um cavalheiro que passava na rua naquele momento.

O cavalheiro parou. “É comigo que está a falar?”, perguntou o senhor.

“Sim, é com o senhor...” disse o Sr. Veneranda. “Quer subir um bocadinho?”

“Eu?”, perguntou o outro, espantado.

“Sim, o senhor, claro!”, disse o Sr. Veneranda.

O cavalheiro encolheu os ombros, entrou na casa e subiu a escada até à porta do Sr. Veneranda, onde este o esperava. “Cá estou eu”, disse o cavalheiro, “que quer de mim?”

“Eu, nada”, disse o Sr. Veneranda.

“Nada? Como nada?”, balbuciou o cavalheiro, que pensou não ter ouvido bem, “então porque é que me chamou cá acima?”

“Eu chamei-o cá acima?”, disse o Sr. Veneranda espantado, “eu não o chamei cá acima. Eu só lhe perguntei se queria subir um bocadinho. Se subiu, é porque quis. Quando uma pessoa não quer subir, não sobe, não é assim? Principalmente se não tem nenhuma razão”.

“O sr. desculpe mas o sr. disse para eu subir”, protestou o cavalheiro energeticamente.

“Eu disse-lhe para subir se quisesse”, disse o Sr. Veneranda, “mas se não quisesse, eu ter-me-ia obrigado a mim próprio a não o forçar a subir. E aliás por que razão o faria?”

“Pois sim...bem...eu...c’os diabos...”, exclamou o cavalheiro, que já não sabia o que havia de pensar.

“Escute-me bem”, disse o Sr. Veneranda, “veja se não começa agora a insultar-me. Esta questão resolve-se num abrir e fechar de olhos. Basta o sr. descer as escadas e fica tudo OK”.

“Mas eu quero...” tartamudeou o cavalheiro, chegado ao fim das suas forças.

“Por quem é, meu amigo”, disse o Sr. Veneranda, “eu gostava de deixar bem claro que de forma alguma o quero forçar a descer as escadas: se quiser ficar, fique. Não tenho absolutamente nada contra.”

O Sr. Veneranda deu meia volta, voltou para dentro de casa e fechou a porta atrás de si.

Carlo Manzoni (recolhido em Heringer & Lima 1987)

## **Outras leituras**

Austin 1962

Cole & Morgan (eds.) 1975

Fonseca 1994

Levinson 1983, cap. 5

Levinson 2017

Searle 1969

Sadock 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO 6. CORTESIA VERBAL

### Introdução

Neste capítulo, abordar-se-á o princípio da cortesia, encarado como um princípio regulador da dinâmica interpessoal. Depois de alguns apontamentos preliminares sobre a cortesia como norma social que se reflete nas práticas discursivas dos falantes de uma comunidade linguístico-cultural, avançar-se-á para a definição do conceito central de *face*, na esteira de Brown & Levinson (1987). Seguidamente, abordar-se-ão estratégias de delicadeza positiva e negativa, com foco no PEC.

### 6.1. O que é a cortesia?

Num livro de introdução à Pragmática, justifica-se um capítulo consagrado aos usos socioculturalmente condicionados da linguagem, com uma ligação intrínseca à problemática dos atos de fala indiretos e da dêixis social.

As tradições sociológicas e antropológicas do estudo da atividade discursiva (às quais se associam os nomes de Malinovski, Boas, Sapir, entre muitos outros) deram particular ênfase, na análise do evento comunicativo, aos atores humanos e aos contextos configuradores da sua plena inteligibilidade. Focalizando o discurso como comportamento humano inserido em estruturas sociais e balizado por padrões culturais, abre-se caminho para o estudo da **competência comunicativa** (Gumperz 1982, Gumperz & Hymes 1972) e, conseqüentemente, para a investigação sobre a cortesia verbal.

Em todas as comunidades humanas, há normas sociais de comportamento verbal e não verbal, princípios que tendem a reger a dinâmica interpessoal de forma harmoniosa, visando a preservação da coesão comunitária. Assim, o conceito de cortesia faz parte de um conhecimento de senso comum ancorado na experiência social dos membros de uma comunidade. Mas há também um conceito metalinguístico de cortesia, emergente no âmbito das teorias da cortesia verbal, e é naturalmente sobre ele que se concentrará a nossa atenção.

Sem ignorar a existência de outras teorias, nomeadamente a teoria de Leech (1983), que perspetiva a **cortesia** como um princípio conversacional, consubstanciado, tal como o PC de Grice, num conjunto de máximas que podem ser observadas ou violadas, assumir-se-á aqui que a teoria de Brown & Levinson (1987), ancorada na análise de três línguas (e culturas) não relacionadas entre si (inglês, tâmil e tzeltal), é a mais abrangente e a que mais influenciou a pesquisa na área, nas últimas décadas.

A noção de **face** constitui o cerne do modelo destes últimos autores. Trata-se de um conceito sociológico construído por Goffman (1955), no âmbito de uma reflexão sobre rituais de interação social quotidiana. A face corresponde à imagem social do eu, delineada em termos de atributos sociais aprovados. Tal imagem, respaldada no respeito, na dignidade, na responsabilidade, na procura social de convergências e de comportamentos cooperativos, garante de algum modo a auto-estima do falante. Na perspetiva de Goffman, interagir verbalmente implica negociar de forma ritual a gestão adequada das faces dos participantes (*face-work*, expressão que tem sido traduzida por *trabalho de figuração*); neste sentido, as práticas discursivas são reguladas por um saber-fazer social, que reflete os padrões culturais da comunidade em que se inscrevem.

Brown e Levinson distinguem entre **face positiva** e **face negativa**. A primeira reflete a necessidade de ser aceite e de se sentir incluído, o desejo de ser aprovado e apreciado; a segunda corresponde à necessidade de ser independente, de ter liberdade de ação, de não se sentir coagido pelos outros, de ter um espaço inviolável de privacidade. Consideram ainda os autores que a noção de face é universal, presente em todas as sociedades humanas. Como agentes racionais, os participantes de uma interação verbal tenderão, idealmente, a preservar as faces de ambos, de modo a não provocar disrupções comunicativas e conflitualidade interpessoal.

## 6. 2. Estratégias de cortesia

No quadro atrás delineado, os falantes desenvolvem estratégias discursivas de **cortesia positiva** sempre que visam preservar ou reforçar a face positiva do interlocutor, demonstrando-lhe solidariedade, manifestando por ele interesse e atenção. A cortesia positiva é sempre, portanto, uma cortesia valorizadora, tendo

como funções agradar ao outro, ajudá-lo, estabelecer com ele alianças. O uso de alcunhas (*nicknames*) e hipocorísticos, no plano das formas de tratamento, o uso de uma mesma gíria, a partilha de informação pessoal, a oferta de ajuda, os elogios e galanteios, a manifestação de concordância, tão frequente na fala colaborativa simultânea que caracteriza as culturas mediterrânicas, a reiterada sinalização de que se está atento à fala do outro, a procura de zonas de consenso, eis algumas das estratégias de cortesia positiva mais significativas e recorrentes.

Os exemplos falam por si:

(6.1) Filhote, estás com um ar cansado. Posso ajudar-te?

(6.2) Minha querida, estás um espetáculo!

(6.3) (Depois de intervenção prévia de A) B: Pois claro, tens toda a razão!

(6.4) Man, tenho uma cena para te dizer, chaval. (Ricardo Araújo Pereira, *Visão*)

(6.5) Aqui entre nós, Mimi, confesso-te que a minha relação está por um fio.

(6.6) A: Vê lá! X: Sai tudo, quer dizer, e... Há clientes que até dá gosto, pegam nisto, pegam naquilo, pegam no outro, põem tudo em cima do balcão, faz a conta e pronto; nem.. Descontos, nem... Faça mais baratinho, nem... Não há esses problemas, A: E.. X: Assim como há outros que são muito chatos, até por dez tostões... A: *Claro* X: Até porque nós não fazemos descontos, A: *Pois* X: Mas é uma luta que tenho tido, para, para não ter isso.(CRPC)

(6.7) Não achas que podíamos acertar agulhas quanto à divisão de tarefas?

Já as estratégias discursivas de **cortesia negativa** são urdidas para preservar a face negativa do interlocutor e envolvem demonstração de deferência e evitação ou mitigação de comportamentos verbais intrusivos. A cortesia negativa é, portanto, uma forma de cortesia respeitosa, uma ritualidade normativa que, frequentemente através da indireção, visa a prevenção de possíveis danos ou ameaças à face do outro e a reparação de invasões do seu território. Para além de prevenir eventuais disrupções interpessoais e reparar ou suavizar tensões, a cortesia negativa ou atenuadora pode ainda desempenhar uma função de proteção da face do eu. E, como sublinha de forma pertinente Briz (2012), há correlatos entre condicionantes culturais e estratégias de cortesia negativa:

estas serão mais frequentes numa cultura de distância, menos frequentes numa cultura de proximidade.

Como estratégias mais relevantes de cortesia negativa, apontem-se (i) a despersonalização ou ocultação dos participantes, que envolve o uso de um discurso mais impessoal, (ii) a relativização ou indeterminação do dito e (iii) a atenuação de atos ilocutórios ameaçadores da face do outro.

Observem-se alguns exemplos do PEC, que ilustram a primeira estratégia assinalada, de ocultação dos participantes:

(6.8) Não se pode fumar aqui.

(6.9) Toda a gente sabe que não se mascam pastilhas elásticas na aula.

(6.10) O telemóvel não se usa em sala de aula.

(6.11) Uma pessoa não deve ser rude.

(6.12) A análise dos dados demonstra que não há muitos desvios no uso dos artigos pelos estudantes chineses.

(6.13) Que fazer com os imigrantes irregulares?

(6.14) O exército lamenta os danos colaterais causados.

(6.15) Os processos de ajustamento vão ser implementados a partir do próximo mês (dito por um membro do governo).

Neste conjunto de exemplos, ilustram-se diferentes formas de ocultação do eu e do tu, uma estratégia que visa despersonalizar o discurso, instituindo um distanciamento do locutor relativamente à mensagem e suavizando aquilo que o falante efetivamente quer dizer (e está indiretamente a dizer) ao seu interlocutor. Em (6.8), em vez de dizer diretamente *não fume(s) aqui*, o falante opta por uma construção com *se* impessoal, com o traço semântico de indeterminação; em (6.9), o sujeito é a expressão generalizante *toda a gente*, que inclui o interlocutor sem o mencionar expressamente; em (6.10), temos uma construção passiva pronominal, que evita a interpelação direta do aluno apanhado em flagrante; em (6.11), o falante, em vez de dizer diretamente *não deves ser rude*, opta pelo sujeito indeterminado *uma pessoa*, enunciando uma norma de conduta aplicável a todos; em (6.12), o locutor, em vez de dizer *analisei os dados e verifiquei que...* utiliza uma nominalização (*a análise*), de modo a dissimular a sua presença no discurso; nos três últimos exemplos, o falante recorre a construções nominais

com adjuntos relacionais eufemísticos (*imigrantes irregulares = imigrantes ilegais; danos colaterais = mortes de civis; processos de ajustamento = cortes nos salários e no financiamento das empresas públicas*). Acrescente-se, em (6.15), a relevante omissão do agente da passiva, ou seja, da entidade responsável pela implementação das medidas impopulares, que importa manter na sombra.

Quanto à relativização do dito, a segunda estratégia de cortesia negativa acima referenciada, avançam-se alguns mecanismos usados no PEC:

(6.16) Eu gostava de encorajar as Nações Unidas a promover debates nacionais sobre políticas climáticas, pois *acho* que há uma grande lacuna nesse capítulo. (CETEMP)

(6.17) Há uma ênfase enorme na segurança e, *na minha opinião*, a ênfase levou à adopção de estruturas militares desnecessárias. (CETEMP)

(6.18) Bem, *direi* que se tornou uma velha dama, muito menos atraente (...) (CETEMP)

(6.19) Vai daí, António Guterres, aflito com duas crises inesperadas -- a demissão de Vitorino e as inabilidades (*digamos assim...*) de Alberto Costa -- resolve aproveitar para arrumar a casa toda. (CETEMP)

(6.20) A: Que é que se arranja aqui melhor agora no inverno, laranjas e bananas, naturalmente? X: *Bem*, a a, as bananas nem sempre, há alturas em que se quer comprar bananas e não há, agora a maior fatura nesta altura é a maçã (...). (CRPC)

(6.21) Não estás propriamente magrinha...

Em (6.16), ilustra-se o uso de verbos plenos com valor modal mitigador da força ilocutória assertiva: evita-se a expressão categórica de uma asserção, sobretudo em casos em que ela é polémica e pode ser considerada agressiva pelo outro. No exemplo ocorre o verbo *achar*, mas poderíamos igualmente seleccionar *pensar, julgar, crer, parecer*. Outros operadores modais, de natureza adverbial ou adjetival, realizariam a mesma função (cf. capítulo 5, secção 5.5.1.3). No exemplo (6.17), é convocada expressamente a opinião do falante para relativizar o alcance do dito; para além de *na minha opinião*, outras poderiam desempenhar exatamente a mesma função:  *pessoalmente, a meu ver...* Em (6.18), exemplifica-se o uso de um tempo verbal, o futuro do indicativo,

com valores exclusivamente modais, com idêntico propósito de inscrever no enunciado um distanciamento do falante relativamente à certeza da verdade do que se diz na oração completiva; o condicional poderia também ocorrer neste tipo de contextos. O exemplo seguinte, (6.19), dá conta do uso de um marcador discursivo (*digamos*, que poderia comutar com *por assim dizer*, *digamos assim*, *como direi*) ao serviço de uma estratégia de mitigação da afirmação, ditada pelo receio de ferir a suscetibilidade dos interlocutores, ou seja, de expressar uma opinião precisa, rigorosa que possa agredir o outro. Em (6.20), *bem* ilustra uma função de mitigação do desacordo ou da não aceitação, por parte do locutor, do que foi anteriormente afirmado ou implicado pelo interlocutor (Lopes 2004); *bem* atenua a força ilocutória do acto que está a ser realizado: por cortesia, reforça-se através de *bem* a face positiva do falante e protege-se a face negativa do ouvinte. Por fim, em (6.21) dá-se um exemplo de litote, uma figura que tende a minimizar ou mitigar o dito.

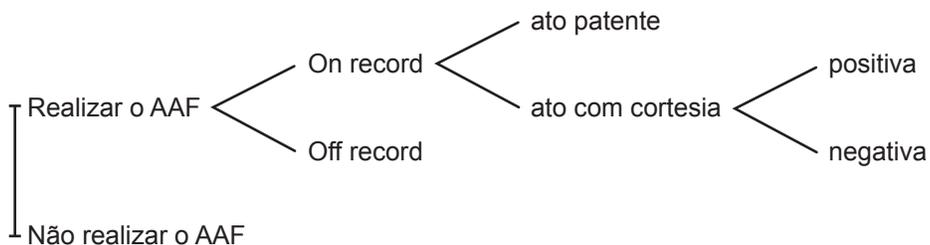
A terceira estratégia acima referida envolve, como se disse, a atenuação dos atos ameaçadores de face. São diversos os atos desta natureza: atos discursivos de crítica, acusação e manifestação de desacordo, por exemplo, são atos que paradigmaticamente ameaçam a face positiva do outro; atos diretivos como ordens, pedidos, sugestões ou conselhos são atos ameaçadores da face negativa do interlocutor; atos como ameaças ou reclamações agredem ambas as faces do interlocutor<sup>147</sup>.

Seguindo de perto Brown & Levinson, diremos que um ato ameaçador de face pode ser realizado de forma **patente** (*on record*) ou de forma **não patente** (*off record*). Se o falante escolher a primeira opção, pode ainda ser fazê-lo de forma direta, sem qualquer mecanismo cortês compensatório ou reparador (*bald on record*), ou, ao invés, pode convocar processos reparadores, através de estratégias de cortesia (positiva ou negativa), protetoras de face. No caso dos atos não patentes (*off record*), o falante utiliza pistas, alusões ou subentendidos para dizer indiretamente o que tem de ser dito, competindo ao interlocutor inferir o que o falante de facto pretende. Esta última forma de indireção patenteia um forte grau de dependência contextual.

---

<sup>147</sup> Note-se que também há atos ameaçadores da face do falante, como atos de aceitação de elogios ou confissões, mas o que aqui se pretende destacar é a cortesia para com o interlocutor.

Em esquema<sup>148</sup>:



Exemplifique-se o que acabou de ser exposto através da análise de uma situação em que duas pessoas partilham o mesmo espaço físico, uma sala onde está ligada uma televisão, com o som bem alto:

a. Ato patente

(6.22) Baixa o som!

b. Ato patente, com estratégia de delicadeza positiva:

(6.23) E se fosses simpático mais uma vez e baixasses o som?

c. Ato patente, com estratégia de cortesia negativa:

(6.24) Seria possível baixares o som, por favor?

d. Ato não patente (*off record*):

(6.25) Está um barulho insuportável nesta sala...

Analisando os exemplos à luz do tópico que nos interessa ilustrar – as estratégias de atenuação de atos ameaçadores de face –, verifica-se que elas se manifestam nos exemplos (6.23) a (6.25), todos eles construídos para mitigar a intrusão no território do outro. Com efeito, em (6.23) o falante convoca uma estrutura tipicamente mobilizada para a expressão de sugestões, no PEC ( *e se + imperfeito do conjuntivo*), para captar a benevolência do interlocutor, apelando

<sup>148</sup> AAF significa *ato ameaçador de face*.

à sua habitual simpatia, e, seguidamente, formular indiretamente o pedido. Em (6.24), o pedido ocorre sob a forma de pergunta, havendo duas marcas explícitas de cortesia negativa, o uso da expressão *por favor* e a escolha do condicional deferente. O enunciado (6.25) é o exemplo mais paradigmático de indireção, mobilizando um cálculo inferencial mais acentuado.

Generalizando a partir dos exemplos, podemos dizer que uma estratégia recorrente e muito eficaz tendente a minimizar os efeitos dos atos ameaçadores de face passa pela sua realização indireta<sup>149</sup>.

Centremo-nos, então, em casos de indireção ilocutória fortemente convencionalizada, no PEC. O ato de pedido, que é reconhecidamente um ato ameaçador de face, é tipicamente realizado indiretamente de forma convencional através de:

- perguntas com formas verbais de 2.<sup>a</sup> ou 3.<sup>a</sup> p. no Imperfeito ou no Presente do Indicativo do modal *poder*, ou de verbos incluídos em expressões como *ser capaz de*, *importar-se de...*;
- asserções com forma verbal de 1.<sup>a</sup> p. do verbo *querer* no Presente ou no Imperfeito do Indicativo (dito imperfeito de delicadeza), com uso eventual da expressão *por favor*.

Vejam-se os exemplos:

(6.26) És capaz de me passar o sal?

(6.27) Podes/podia passar-me o sal?

(6.28) Importas-te de me passar o sal?

---

<sup>149</sup> Naturalmente, há situações em que o locutor prescinde de estratégias verbais de delicadeza sem que tal acarrete indelicadeza. Pense-se, por exemplo, numa situação de emergência, em que o falante diz apenas *chama uma ambulância!*; ou ainda numa situação de convívio familiar ou entre amigos, em culturas de proximidade, em que um pedido pode ser feito através de uma simples frase imperativa, não avaliada como grosseira ou ofensiva. Ou seja, também os contextos comunicativos específicos em que decorre a interação condicionam fortemente o recurso a estratégias de cortesia. Cf. Briz (2012), para uma reflexão sobre as correlações entre parâmetros situacionais (nomeadamente, maior ou menor igualdade social e funcional entre os interlocutores, maior ou menor relação de proximidade vivencial entre eles) e ocorrência de estratégias atenuadoras. Cf. Rodrigues (2000), para uma análise do funcionamento da cortesia verbal num contexto comunicativo fortemente institucionalizado, a sala de audiências, no tribunal. Cf. também Marques (2008), para uma análise da cortesia no discurso político parlamentar, e Pinto & Seara (2012) para uma análise do ato de reclamação em contextos de relações assimétricas.

(6.29) Quero/queria um café (, por favor).

Todas estas construções são interpretadas, por defeito, como a realização do ato de pedir. Neste sentido, parecem ser implicaturas conversacionais generalizadas que, entretanto, se convencionalizaram. E há claramente um padrão regular na formulação de pedidos através de frases interrogativas: em vez de pedir diretamente, o locutor pergunta ao interlocutor se tem capacidade para fazer o que se pede ou se é incómodo para ele fazer o que se pede. Quando o enunciado envolve uma frase declarativa, é expresso o querer do locutor através do uso da 1ª pessoa do singular do verbo volitivo *querer* ou, em alternativa, do verbo expressivo *gostar*.

É interessante evidenciar que estas construções questionam ou asserem a satisfação de condições de felicidade do ato que está de facto a ser realizado: em (6.26) e (6.27), o locutor interroga uma condição preparatória do ato, o facto de o falante assumir que o interlocutor tem capacidade para realizar o que se pede; em (6.28), o falante asseriu uma condição de sinceridade do pedido, a saber, o seu desejo de ver o pedido realizado.

Pode-se perguntar por que razão asserir ou interrogar as condições de felicidade de um ato resulta tão frequentemente (em português e em muitas outras línguas) na realização indireta desse ato. A resposta parece passar, uma vez mais, pelas máximas conversacionais, nomeadamente pela máxima da relação. De facto, só é relevante dizer (6.26) ou (6.27) se o falante quiser de facto fazer um pedido. Note-se a anomalia pragmática de uma sequencialização discursiva que vise bloquear a leitura de pedido, anomalia essa resultante da irrelevância da pergunta:

(6.30) És capaz de me passar o sal? #Não que eu esteja a pedir-te que mo passes...<sup>150</sup>.

<sup>150</sup> Como assinala muito pertinentemente Birner (2013: 198), a inferência de um ato indireto a partir da asserção ou interrogação das suas condições de felicidade pode ser perspectivada como uma

Vejam-se ainda outros casos de indireção ilocutória convencionalizada, no PEC, em que estruturas interrogativas são usadas, como já se assinalou no capítulo anterior, para expressar uma sugestão:

(6.31) Que tal usar a escada em vez do elevador? (CETEMP)

(6.32) E se fôssemos almoçar a Castelo de Vide? (CETEMP)

Um outro caso de indireção convencionalizada, também já mencionado, envolve o recurso a frases interrogativas em que ocorre a palavra *acaso* (*Acaso me ouviste queixar?*). Como vimos, tais interrogativas funcionam como perguntas retóricas, isto é, como asserções indiretas.

Os casos de indireção ilocutória que não envolvem qualquer grau de convencionalização correspondem, evidentemente, aos usos mais criativos da língua.

Para além da indireção ilocutória, há no PEC, outras estratégias discursivas ao serviço da cortesia mitigadora. Mencionem-se, em primeiro lugar, as chamadas condicionais de cortesia (cf. Lopes 2009), que se destacam justamente pela sua relevância no plano da atenuação cortês:

(6.33) Diga-me o seu nome, *se faz favor*.

(6.34) *Se não te importas*, paga-me a despesa, não posso perder este autocarro.

(6.35) Estás a fazer o quê? *se não é muita indiscrição*.

(6.36) *Se me dá licença*, não estou de acordo.

São fórmulas ritualizadas, formalmente idênticas a orações condicionais, que inscrevem no discurso instruções relativas à gestão delicada da interlocução. A expressão cristalizada ou fixa *se faz favor*, comutável por *se não se/te importa(s)*, está ao serviço de uma estratégia discursiva de mitigação da força ilocutória de atos diretivos, como os exemplos atestam. Note-se que *se faz favor/ se não te importas* são estruturas que acompanham tipicamente atos diretivos

---

implicatura-R, no modelo de Horn, ou seja, uma implicatura no sentido do caso prototípico: "Hence, if I want you to perform some task, I can ask you about your willingness or your ability to perform it, and you can safely infer, via an R-inference, that I am requesting that you in fact do so (...)."

(mais) impositivos, sendo a estrutura (semi-fixa) *se não é (muita) indiscrição* especializada na mitigação da força ilocutória da pergunta, nomeadamente quando se trata de perguntas pessoais, que invadem o território do outro de forma evidente. Em (6.36), a estrutura *se me dá licença* aparece com a função de atenuar a manifestação de desacordo, exprimindo igualmente respeito pelo outro. Em todos os casos, a ocorrência destas fórmulas visa preservar a face negativa do interlocutor, mitigando do ato de fala realizado.

Há ainda no PEC orações tradicionalmente classificadas como subordinadas cuja descrição e explicação convoca obrigatoriamente o plano discursivo-pragmático e o princípio de cortesia (cf. Lopes 2011, 2012, 2014). Vejam-se alguns casos:

(6.37) Acorda, que são horas de ir para a escola!

(6.38) Sem querer magoar-te, o teu comportamento não foi o melhor.

(6.39) Sem querer ser indiscreto, podes dar-me uma ideia de quanto ganhas?

(6.40) Em definitivo, sem querer ser mal-educado, a sua ideia não tem pés nem cabeça. (Saramago, CdP)

Em (6.37), o primeiro membro da construção é uma frase imperativa, suporte típico de realização de um ato diretivo impositivo, e o segundo membro é uma oração causal, introduzida pelo conector *que* (comutável por *porque* e *pois*)<sup>151</sup>. Trata-se de uma causal de enunciação, através da qual o locutor que justifica o ato diretivo previamente realizado. Assim, a construção envolve um ato diretivo principal e um ato subordinado de justificação. Do ponto de vista da interação verbal, a justificação de um ato diretivo impositivo, ou seja, a explicitação do motivo que está na origem de uma injunção, configura claramente uma estratégia discursiva de atenuação da força ilocutória de um ato intrinsecamente ameaçador de face; o falante visa potenciar a eficácia perlocutória do ato diretivo pela aparente minimização da relação de poder e de controlo que de facto tem sobre o interlocutor. Em suma, a função das causais enunciativas, que ocorrem tipicamente articuladas a atos diretivos, por definição invasores de

---

<sup>151</sup> Note-se que só as causais de enunciação admitem, como primeiro membro da construção, uma frase imperativa; as causais de conteúdo excluem esta possibilidade. Cf. Lopes (2012).

território alheio, é de prevenção de possíveis danos à face do outro. São, pois, construções de justificação do dizer (e não do dito), ao serviço da atenuação ilocutória de um ato e de um trabalho de figuração de face<sup>152</sup>.

De (6.38) a (6.40), estamos perante orações de circunstância negativa, introduzidas por *sem*, que operam também no plano pragmático. Tipicamente em posição inicial, sempre substituíveis por orações gerundivas negativas (*não querendo magoar-te...*), funcionam como **preliminares** ou **pré-sequências discursivas** que configuram estratégias de proteção de face. Com efeito, em (6.38), o falante expressa desaprovação pelo comportamento do outro, o que lesa, inevitavelmente, a sua face positiva; por isso mesmo, o falante opta por mitigar a força ilocutória do ato expressivo, iniciando o discurso com a adverbial, de modo a aproximar-se afetivamente do interlocutor, e prossegue com uma litote (*o teu comportamento não foi o melhor*), outra estratégia atenuadora. O sujeito deste tipo de adverbiais é necessariamente o sujeito da enunciação. Trata-se de construções bastante estereotipadas, com elevado grau de rotinização e fixidez. De facto, são tipicamente orações infinitivas, com a seguinte estrutura: *sem + oração infinitiva*, constituída por verbo volitivo (*querer, pretender*) seguido de um complemento de natureza oracional. Este complemento é tipicamente constituído pelo verbo *ser* com sujeito nulo correferencial e por um adjetivo predicativo com um traço semântico de avaliação negativa (*pretencioso, mal-educado, indiscreto...*).

São também razões ligadas à gestão harmoniosa da interação verbal, no plano das relações interpessoais, que justificam a inserção discursiva da adverbial em (6.39), como sequência preliminar mitigadora. Com efeito, uma pergunta pessoal invade sempre o território do outro, configurando uma ameaça potencial à sua face. O falante tenta acautelar essa ameaça através da formulação indireta da pergunta, por um lado, e através da adverbial enunciativa, por outro.

No caso do exemplo (6.49), o falante tenta atenuar o carácter categórico e algo ofensivo da sua asserção, mitigando-a através da adverbial enunciativa.

<sup>152</sup> A justificação de uma pergunta (um tipo de ato diretivo, como se viu no capítulo anterior) é tipicamente introduzida por *é que*, no PEC: (i) Uma criança prematura que termina o seu prazo de gestação numa incubadora não nos merece ou exige cuidados redobrados e mesmo assim não tem consequências sobre a criança? *É que* as condições artificiais da incubadora não são o mesmo que o útero da mãe. (CdP)

Assim, a adverbial está ao serviço de uma estratégia discursiva de proteção da auto-imagem do falante.

Atente-se, por fim, nos seguintes exemplos:

(6.41) Para ser sincera, não vejo grande utilidade na mudança de plataforma informática.

(6.42) Para ser franco, nunca liguei muito aos meus alunos (...). (CdP)

Aqui, estamos perante orações finais de enunciação (cf. Lopes 2011), que envolvem tipicamente predicadores adjetivais como *sincero*, *franco*, *honesto*, ou seja, predicadores através dos quais o falante marca a sua atitude relativamente ao dizer. Ao recorrer a este tipo de finais, o falante sinaliza que está a ser sincero ao dizer o que diz. Estas finais parecem ocorrer tipicamente em contextos em que a simples asserção poderia ser interpretada como lesiva da face do outro ou comprometedora da imagem do eu. Ao qualificar o seu dizer em termos de sinceridade, o falante implica que não visa polemizar nem agredir o outro e que joga com a proximidade relacional para se proteger. Explicitando melhor: (6.41) seria uma réplica perfeitamente adequada num contexto de refutação de uma intervenção prévia, centrada na valorização funcional da plataforma informática em questão; em (6.42), o falante, ao qualificar o seu dizer em termos de honestidade, visa acautelar uma apreciação menos positiva de si próprio, gerada pelo dito.

Em suma, a função destas orações finais qualificadoras do dizer parece também ser explicável no quadro das estratégias de mitigação dos atos de discurso, estreitamente vinculadas à gestão harmoniosa das faces dos participantes.

Finalmente, uma menção a preliminares ou pré-sequências discursivas que não se confundem com adverbiais enunciativas, mas cumprem a mesma função mitigadora:

(6.43) Sei que és uma pessoa solidária. Podes ajudar-me, nesta fase tão complicada da minha vida?

(6.43) A: Vem jantar a minha casa, logo à noite.

B: Obrigada, adorava ir, mas tenho imenso que fazer e, além disso, a minha mãe está doente. Fica para outro dia, pode ser?

Em (6.43), o falante começa por afagar o ego do interlocutor, manifestando-lhe o seu apreço, de modo a captar uma eventual benevolência para o pedido que se segue.

Em (6.44), estamos perante um par adjacente. Como vimos no capítulo 5, há pares adjacentes marcados, cujo segundo membro não corresponde à intervenção socialmente expectável. Ora (6.44) é justamente um destes casos, já que o falante B recusa o convite. E, num trabalho de figuração de face, B envereda por uma intervenção mais longa, que envolve um primeiro movimento de conexão com o outro (agradecimento e expressão de agrado), seguido da justificação que torna a recusa menos lesiva para a face negativa de A; a troca termina de forma reparadora, com a sugestão de um futuro encontro.

Importa ainda referir, a título de nota final, que surgem, por vezes, aquilo que Leech (2007) designou de *paradoxos pragmáticos* de cortesia, resultantes das variações culturais a que o fenómeno está sujeito. Trata-se de contradições que emergem de assimetrias: o que é cortês para um falante (por exemplo, fazer um elogio) pode ser descortês para o outro (levando este último a rejeitar ritualmente tal elogio, única forma de manter o comportamento modesto socialmente legitimado). Mas, naturalmente, paradoxos deste tipo podem ultrapassar-se com um trabalho de 'negociação' entre os participantes, e, sobretudo, com o abandono de posições etnocêntricas que ignoram a diversidade incontornável da experiência humana<sup>153</sup>.

---

<sup>153</sup> Para uma visão de conjunto sobre estudos desenvolvidos recentemente numa perspetiva interlinguística e intercultural, cf. Huang (2013: 152-163).

### 6.3. Sumário

O modelo de Brown & Levinson tem-se revelado teórica e descritivamente adequado para o estudo da cortesia verbal. Embora haja variações interculturais inegáveis, no que toca ao que é socialmente aceite ou não como comportamento verbal cortês, polido ou delicado – a noção de face, centrada no eu, parece não ter o mesmo relevo em sociedades em que o grupo se sobrepõe ao indivíduo –, é inquestionável que cada comunidade constrói e legitima práticas discursivas que estão ao serviço da regulação harmoniosa das interações humanas. E foi justamente este ponto, a universalidade do fenómeno da cortesia, que os autores quiseram pôr em evidência.

Neste capítulo, foram dilucidadas as noções de face (positiva e negativa), ato ameaçador de face e estratégias discursivas de cortesia. As diferentes estratégias foram exemplificadas com recursos produtivos do PEC.

#### Exercícios

1. Atente nos enunciados que se seguem e, justificando, identifique as estratégias de cortesia que neles se manifestam:

- a. Ninguém te dá a idade que tens, Fininha!
- b. Eu vou contigo, queres?
- c. Boa! Fizeste muito bem!
- d. Pois claro! É evidente!

2. Comente o texto que a seguir se transcreve, relacionando cortesia, indireção ilocutória e constrições de natureza cultural:

A indireção pode funcionar como uma forma de delicadeza. A delicadeza é um sistema de relações interpessoais que visa facilitar a interação, minimizando o potencial de conflito e confrontação inerente às interações humanas. Agrada-nos pensar a conversação como algo livre de conflito, envolvendo falantes capazes de satisfazer as necessidades e os interesses mútuos. Mas, de facto, entramos

numa conversa – ou em qualquer tipo de discurso- com algum *desideratum* em mente: talvez tão óbvio como a obtenção de um favor ou tão sutil como o desejo de ser apreciado. Algumas destas necessidades podem ser conseguidas com ganhos mútuos, mas noutros casos alguém fica a perder, por pouco que seja, para que o outro possa ganhar. Uma pessoa pode dizer aquilo que o outro não quer ouvir; uma pessoa pode recusar o pedido que lhe foi dirigido; uma pessoa pode terminar uma conversa sem que tal corresponda ao desejo do outro. Nestes casos, há o risco de insulto e, conseqüentemente, de quebra de comunicação. Se as sociedades não encontrassem formas de suavizar momentos de conflito e de confrontação, seria difícil estabelecer e manter relações sociais e a coesão sofreria um processo de erosão. As estratégias de delicadeza são formas de preservar pelo menos a aparência de harmonia e coesão. (...)

As culturas de distância introduzem distanciamento nas respetivas línguas. A atribuição de responsabilidade representa uma intrusão pessoal. Sugere que indivíduos com diferentes interesses estão envolvidos na discussão. Assim, favorecem-se construções gramaticais que minimizam o envolvimento pessoal do falante – por exemplo, construções passivas e formas impessoais [como *one*, em inglês]. Palavras que ameaçam comunicar ou evocar emoções perigosas são substituídas por outras mais inofensivas, o que sugere que não há emoções em jogo. Esta linguagem formal é a linguagem da diplomacia, da burocracia e das profissões. Os diplomatas falam de um *incidente* quando querem dizer que os respectivos países estão em estado de guerra virtual; os burocratas falam de *incremento da receita* quando não cumprem uma promessa de rejeição de novos impostos.”(R. Lakoff, 1990, *apud* Yule 1996: 106-107; trad. nossa).

3. Analise o diálogo que a seguir se transcreve, tendo em conta as estratégias discursivas de cortesia nele ativadas:

A: Pode admitir o falhanço! X: Não, mas a gente pode ter a sua formação política, até séria e consciente agora quando em, em actividade artística quer criar e quer erguer problemas humanos, com certa profundidade, tem que re (...) que erguer aqueles que conhece, A: Claro. X: Nos ambientes que conhece A: Claro. X: E não ir agora criar. A: E é mesmo por aí que pode ter impacto. X: Pois claro, e não ir agora criar um povo imaginário. Aliás parece - tou eu con-

vencido - que no teatro, os heróis negativos é que interessam. As personagens erradas A: (...) X: É que interessam e não, e não os santos. Primeiro até por esta coisa, muito simples, é que as pessoas que têm razão, que estão certas, que procedem bem, têm menos conflitos, A: Claro! X: Portanto são menos dramáticas. (CRPC)

4. Atente nos seguintes enunciados:

- a. A sopa não ficava mal com mais uma pitadinha de sal...
- b. A calendarização é para ser cumprida.
- c. Está aprovada a lei que protege os não fumadores.
- d. Tens alguma coisa para fazer esta noite? É que precisava mesmo de uma pequena ajuda tua...

Identifique os atos ameaçadores de face que cada um deles configura e analise as estratégias de cortesia mobilizadas.

5. Atente no seguinte fragmento discursivo, emergente num contexto polémico em que se confrontam opiniões não convergentes sobre o papel do museu em Foz Côa:

(i) É claro que o museu faz falta e já devia ter sido construído, mas não será o museu a levar milhares de pessoas a Foz Côa. O que interessa ao visitante é o sítio arqueológico em si. (CRPC)

a. Identifique a estratégia discursiva de cortesia nele presente e exprima a sua opinião sobre a sua eficácia.

b. Construa um pequeno diálogo reativando a mesma construção ou uma construção equivalente, com a mesma função no plano da cortesia verbal.

6. Discuta até que ponto o princípio da cortesia e as questões de face se aplicam a todos os contextos de interação, equacionando a relação social e de poder entre os falantes. Pense, por exemplo, em contextos de sala de tribunal ou de sala de aula, em conversas íntimas ou discussões acesas entre amigos.

7. Atente no seguinte fragmento, extraído de um debate parlamentar, na Assembleia da República<sup>154</sup>:

A sr<sup>a</sup> Maria Julieta Sampaio (PS): - (...) Na verdade, Portugal necessita de um ministro da Educação capaz. Mas, infelizmente, o que temos – lamento dizê-lo – é um ministro “rapaz”.

O sr. Ministro da Educação (couto dos Santos): Sr<sup>a</sup> Deputada maria Julieta Sampaio, começo por agradecer e cumprimenta-lá pelo elogio de juventude que me dirigiu. (...)

A sr<sup>a</sup> Julieta Sampaio (PS) – Sr. Ministro da Educação, primeiro do que tudo, cumpre-me cumprimentá-lo porque compreendeu perfeitamente que não quis ofender ninguém quando me referi à questão do rapaz. (...) o Sr. Ministro entendeu, está aqui com fairplay e percebe perfeitamente o que as palavras representam no jogo político.

Analise o excerto, tendo em conta os seguintes aspetos: (i) a ocorrência, na primeira intervenção, de um ato ameaçador de face, cuja agressividade a locutora visa, apesar de tudo, atenuar; (ii) o papel dos atos expressivos de agradecimento e cumprimento que surgem na réplica do ministro; (iii) a cortesia positiva efetiva da intervenção final; (iv) as correlações entre o ‘jogo político’, num cenário institucional preciso, e as regras de cortesia

8. A cortesia faz com que diferentes culturas observem a máxima da qualidade de forma diferente. Segundo Geertz 1976 (*apud* Cutting 2008: 66), na cultura javanesa as pessoas dissimulam ou escondem pensamentos e sentimentos para preservar relações interpessoais harmoniosas. No mundo anglo-americano, tende-se a sacrificar a honestidade para não ofender ou magoar o outro. Para alemães e polacos, a honestidade é um sinal de amizade, pelo que mentir para evitar dizer a alguém uma verdade pouco lisonjeadora não é socialmente

---

<sup>154</sup> Recolhido em Marques (2008).

valorizado (Barron 2002; Wierzbicka 1991). Haverá um potencial conflito entre cortesia positiva e máxima da qualidade na sua comunidade cultural?

9. Em Takahashi e Beebe (1987) (*apud* Huang 2014), relata-se o seguinte episódio: em 1974, o Presidente Nixon perguntou ao Primeiro-Ministro japonês Sato se o Japão concordaria em impor a si próprio restrições à exportação de tecidos para os EUA. Sato respondeu “Zensho shimasu”, que literalmente significa “Tratarei disso”. Mas, quando usado por um político, tal enunciado corresponde de facto a um ato cortês de recusa, em japonês. O Presidente Nixon não foi capaz de interpretar a recusa polida e ficou bastante aborrecido, quando, mais tarde, verificou que os japoneses nada tinham feito sobre a questão.

Na sua opinião, o que é que este episódio ilustra relativamente à questão da cortesia?

### **Outras leituras**

Briz 2005, 2012

Brown 2017

Haverkate 1994

(Página deixada propositadamente em branco)

## **CAPÍTULO 7. PRAGMÁTICA E COGNIÇÃO: A TEORIA DA RELEVÂNCIA**

### **Introdução**

Neste capítulo, analisa-se o alcance da Teoria da Relevância, um modelo teórico que se inscreve na interface entre Pragmática e cognição, e delimita-se a especificidade do modelo face a outras propostas de inspiração griceana. Assim, num primeiro momento, expõem-se as linhas de força da teoria, sublinhando a sua radicação na conceção inferencial da comunicação defendida por Grice e explicitando os conceitos teóricos que a estruturam. Num segundo momento, destacam-se as principais fraturas relativamente a Grice e às propostas dos linguistas neo-griceanos já apresentadas no capítulo 3.

### **7.1. A Teoria da Relevância**

A Teoria da Relevância, elaborada por Sperber e Wilson (1986, 1995), pode ser vista como uma reformulação drástica e radical da teoria pragmática griceana. De facto, o conjunto das máximas conversacionais é reduzido a um só mega-princípio, o princípio da relevância, de natureza cognitivo-comunicativa, responsável pelo processamento do conteúdo (explícito e implícito) dos enunciados e, conseqüentemente, pela compreensão do discurso.

A tese central, que só pode ser cabalmente dilucidada no quadro de uma teoria geral da cognição humana, é a de que o sistema cognitivo humano tende a maximizar a relevância na comunicação. Vejamos então como se desenvolve a teoria que, partindo da desconstrução do chamado modelo do código, assume como robusto, do ponto de vista explicativo, um modelo inferencial da comunicação humana.

#### **7.1.1. O modelo inferencial da comunicação**

Segundo Sperber & Wilson (1986:2), a comunicação tem sido perspectivada, desde a Antiguidade Clássica até ao século XX, essencialmente no quadro do modelo do código, trivialmente descrito nos seguintes termos: “According to the code model, a communicator encodes her intended message into a signal,

which is decoded by the audience using an identical copy of the code” (Wilson & Sperber, 2004:607). Neste modelo clássico da comunicação, o processo comunicativo é conceptualizado em termos da “conduit metaphor” (Reddy 1979: 290):

“(i) language functions like a conduit, transferring thoughts bodily from one person to another; (ii) in writing and speaking, peoples insert their thoughts or feelings in words; (iii) words accomplish the transfer by containing the thoughts or feelings and conveying them to others; and (iv) in listening or reading, people extract the thoughts and feelings once again from the words.”

Este modelo ancora, pois, na assunção de que a comunicação entre os seres humanos se consuma pela codificação e decodificação de mensagens, garantida pela partilha de um mesmo código (uma mesma gramática). O esquema jakobsoniano da comunicação verbal, sobejamente conhecido, ilustra paradigmaticamente o modelo em apreço. Assim, os pensamentos e sentimentos do falante estão ‘contidos’ nos enunciados e são totalmente recuperáveis pelos recetores, sendo o processo totalmente simétrico; o único risco que pode acontecer prende-se com eventuais ruídos ou perturbações ao nível do canal. Trata-se de uma conceção bastante ingénua e linear da comunicação, um modelo descritiva e explicativamente inadequado que Sperber e Wilson desmontam partindo da constatação de uma evidência: “there is a gap between the semantic representation of sentences and the thoughts actually communicated by utterances” (1986:9). Ou seja, o modelo do código revela-se inadequado porque o que efetivamente se comunica não se esgota no que se diz. O ato comunicativo só é pleno se o interlocutor for capaz de apreender a intenção do falante, aquilo que ele quer realmente dizer. E o material linguístico produzido, na perspetiva de Sperber e Wilson, funciona apenas como uma pista a partir da qual o interlocutor reconstitui inferencialmente a intenção do falante, mobilizando para tal informação de natureza contextual. Surge então o modelo alternativo, o modelo inferencial da comunicação:

“according to the inferential model, a communicator provides evidence of her intention to convey a certain meaning, which is inferred by the audience on the basis provided. An utterance is, of course, a linguistically coded piece of eviden-

ce, so that verbal comprehension involves an element of decoding. However, the decoded linguistic meaning is just one of the inputs to a non-demonstrative inference process which yields an interpretation of the speaker's meaning.” (Wilson & Sperber, 2004: 607).

É notória a filiação griceana da assunção básica – a vinculação da comunicação humana à expressão e reconhecimento de intenções. Reconhecendo a visão pioneira de Grice no alicerçar de um modelo alternativo ao modelo do código, os autores propõem-se aprofundar o ângulo de visão fundador, o que os levará a questionar e rejeitar a arquitetura global da pragmática griceana. Antes, porém, de avançarmos para a clarificação do que separa as duas abordagens, sublinhemos, ainda que brevemente, o que as une: a ideia de que os enunciados criam automaticamente expectativas que guiam o interlocutor na busca do que o falante quer efetivamente dizer, isto é, na inferência do sentido efetivamente comunicado pelo falante. Como vimos no capítulo 3, Grice definiu as expectativas inerentes e constitutivas do ato comunicativo em termos do Princípio da Cooperação, consubstanciado num conjunto de respetivas máximas conversacionais. Sperber e Wilson elaboram diferentemente esta questão, avançando a tese central de que as expectativas de relevância suscitadas por um enunciado são suficientemente previsíveis para poderem guiar o processo de compreensão, levando o interlocutor a reconstituir o *speaker's meaning*. Os autores propõem-se, portanto, contribuir para uma abordagem empiricamente plausível e cognitivamente realista da compreensão, ancorada no conceito-chave de **relevância**.

### 7.1.2. O conceito de Relevância

Sperber e Wilson consideram que há uma propensão humana natural para maximizar o valor informacional dos estímulos, verbais ou não verbais, que recebemos quando comunicamos. Assim, a relevância envolve dois fatores: efeitos cognitivos e esforço de processamento.

Os primeiros correspondem ao resultado da interação entre um estímulo/enunciado e um conjunto de assunções que fazem parte de um contexto cognitivo pré-existente, entendido este contexto como um conjunto de assunções

mentalmente representadas (que podem derivar da percepção, da memória ou de inferências). Há, pois, uma interdependência forte entre a noção de contexto cognitivo e a noção de relevância: um enunciado só será comunicativamente relevante se, ao interagir com assunções contextuais, produzir uma alteração no universo cognitivo do interlocutor, quer pela adição de novas informações ao seu *stock* de conhecimentos (*contextual implication*), quer pelo reforço de informação já existente, quer ainda pela sua revisão e eventual supressão. Note-se que a ‘implicação contextual’ é inferencialmente deduzida e corresponde sempre a informação não trivial.

O segundo fator corresponde ao esforço de processamento que um sistema cognitivo tem de despender para atingir uma interpretação satisfatória de um enunciado. Portanto, a relevância de um qualquer *input* resulta de um equilíbrio entre benefícios (efeitos cognitivos) e custos (esforço de processamento): quanto mais efeitos cognitivos positivos se obtiverem no processamento de um enunciado, maior é a relevância desse enunciado para o indivíduo que o recebe<sup>155</sup>; quanto maior for o esforço de processamento, menor é a relevância desse mesmo enunciado para o mesmo indivíduo.

Concretizando através de um exemplo simples, que passa pela observação dos seguintes enunciados:

(7.1) Vejo um gato no jardim.

(7.2) Estou a olhar lá para fora e vejo um gato no jardim.

Assumindo que a presença de um gato no jardim é a informação que mais importa assinalar e que nada de significativo se deduz de que é preciso olhar lá para fora para ver o jardim, então (7.1) é um estímulo mais relevante do que (7.2): permite derivar os mesmos efeitos cognitivos mas com menos esforço de processamento, sendo esta diminuição do esforço o resultado de haver menos palavras em (7.1)<sup>156</sup>.

---

<sup>155</sup> São exemplos simples de efeitos cognitivos positivos a resposta a uma pergunta, o esclarecimento de uma dúvida, a correção de um erro, a sugestão de um plano de ação.

<sup>156</sup> O facto de não ser possível ‘medir’ objetivamente a relação entre efeitos cognitivos e esforço de processamento, para determinar qual a interpretação mais relevante de um determinado enunciado num dado contexto, tem sido uma das principais críticas à teoria da relevância. No entanto, Wilson

No modelo inferencial de comunicação que perfilham, há sempre um estímulo ostensivo, cujo uso desencadeia a expectativa de um grau máximo de relevância. Ou seja, Sperber & Wilson consideram que qualquer enunciado comunica automaticamente a presunção da sua própria relevância otimizada, sendo este o princípio que guia o trabalho inferencial do interlocutor rumo ao significado comunicado pelo falante. Por palavras simples: ao ser-lhe dirigido um enunciado, o ouvinte assume que tal enunciado foi produzido para induzir efeitos cognitivos positivos com um esforço de processamento baixo, ou seja, assume que o falante produziu um enunciado tão simples quanto possível (dentro dos limites das suas habilidades e preferências) para poder ser compreendido pelo ouvinte. Em suma, o princípio da relevância garante a otimização dos recursos, no que toca ao processamento da informação. Enquanto o Princípio de Cooperação de Grice se baseia numa racionalidade e numa ética comunicativas, o Princípio da Relevância é um princípio de rentabilidade cognitiva, sendo o indivíduo perspetivado como um organismo de processamento de informação.

O modelo de comunicação que a Teoria da Relevância perfilha é um modelo em que a comunicação é entendida como essencialmente assimétrica, já que se admite que os ambientes cognitivos dos participantes não coincidem em absoluto. E a noção de decodificação, central no modelo do código, é aqui substituída pela noção de interpretação construída, uma conjectura que comporta sempre uma margem de risco, como se de um trabalho de adivinhação (*guesswork*) se tratasse.

A heurística guiada pela relevância para atingir a compreensão do enunciado é, então, a seguinte (Wilson 2010):

- (i) Construir uma (hipótese de) interpretação do enunciado que exija o mínimo esforço (resolvendo ambiguidades e indeterminações referenciais, afinando/ajustando significados lexicais, fornecendo assunções contextuais, derivando implicações (*implications*));
- (ii) Parar quando as expectativas de relevância estão satisfeitas ou preenchidas.

---

& Sperber (2004), Wilson (2010) rebatem tal crítica, apresentando evidência empírica que, no seu entender, valida a teoria.

Para se entender plenamente esta heurística, torna-se necessário determiná-la agora no conceito de explicatura.

### 7.1.3. Explicaturas

Para os autores da Teoria da Relevância, Grice, ao estabelecer a oposição entre o dito (*what is said*) e o comunicado (*what is implicated*), escamoteou uma questão fulcral, ao não reconhecer que os processos inferenciais contribuem também para a determinação completa do que é dito.

Como vimos, no quadro griceano clássico a atenção é focada nos conteúdos implicados ou implicaturas, às quais se acede via inferência, e não no conteúdo convencional e explícito da frase enunciada, ou seja, o conteúdo proposicional suscetível de uma análise vero-condicional. Ora Sperber e Wilson assinalam muito pertinentemente que a representação conceptual/semântica do enunciado, construída com base no material linguístico expresso, é uma **forma lógica** que tipicamente não configura uma proposição completa. Quer isto dizer que há uma subespecificação das representações semânticas que apenas se baseiam nas estruturas linguísticas atualizadas no enunciado. Um exemplo de novo muito simples para clarificar o que está em jogo: num enunciado como *Gosto de alguns dos meus alunos*, a forma lógica seria *o falante tem alunos, no momento presente, e há alguns alunos de quem ele gosta*. Para se obter uma proposição completa, é necessário identificar quem fala e que intervalo de tempo corresponde à expressão *o momento presente*, algo que não é possível por simples processamento do material linguístico, dado a natureza dêitica da 1ª pessoa do singular e do tempo verbal presente do indicativo.

Surge então o termo **explicatura**, para dar conta do desenvolvimento inferencial que permite transitar da forma lógica, uma representação conceptual incompleta ou parcial, para o conteúdo proposicional completo intendido pelo falante.

São vários os domínios envolvidos neste processo de enriquecimento da forma lógica, no quadro da Teoria da Relevância:

### • **Desambiguação**

Muitos itens lexicais manifestam a propriedade da ambiguidade, ou seja, têm potencialmente mais do que um significado. A explicatura completará a forma lógica selecionando uma interpretação particular, em função do contexto. Veja-se o exemplo:

(7.3) No meio de uma acesa discussão, o Rui empurrou violentamente a secretária, que caiu desamparada e desmaiou.

Havendo dois possíveis significados, atestados no léxico, para a palavra *secretária*, *secretária1* = *móvel de escritório* e *secretária2* = *funcionária administrativa*, o ouvinte terá de escolher um deles na sua interpretação. No caso em apreço, o contexto verbal condiciona a seleção do segundo significado. A explicatura envolveria, pois, a explicitação do significado adequado, concluída a desambiguação: (...) *o Rui empurrou violentamente a secretária2* (...).

### • **Resolução referencial**

Quando num enunciado aparecem pronomes anafóricos, não é o sistema linguístico que garante a sua interpretação. O ouvinte tem de procurar qual o valor contextual apropriado para ‘saturar’ semanticamente o termo anafórico. Atente-se no exemplo:

(7.4) A Teresa arranhou a irmã e a mãe castigou-a.

Pondo de parte outras questões de natureza pragmática levantadas pela interpretação deste enunciado, nomeadamente a apreensão de umnexo causal entre as duas situações descritas, espoletada por conhecimento do mundo, verifica-se que o ouvinte tem de preencher inferencialmente o clítico *a*, que não é referencialmente autónomo. Assim, a explicatura seria *a Teresa arranhou a irmã e a mãe castigou a Teresa*.

### • **Enriquecimento livre**

É muito frequente encontrarmos enunciados cuja interpretação envolve um estreitamento ou uma especificação contextual da representação conceptual

codificada por uma determinada expressão lexical ou por num determinado constituinte frásico, de modo a evitar leituras que redundam em truísmos (7.5) ou padecem de alguma vagueza (7.6) e (7.7):

(7.5) Um camião-cisterna entrega água potável tirada de um poço situado a alguma distância da cidade.

Explicatura: Um camião-cisterna entrega água potável tirada de um poço situado *a uma distância considerável da cidade*.

(7.6) Ainda não tomei o pequeno-almoço.

Explicatura: Ainda não tomei o pequeno almoço *esta manhã*.

(7.7) Toda a gente estava de bom humor.

Explicatura: Toda a gente presente na minha festa de anos estava de bom humor.

Podemos ainda mencionar casos de enriquecimento da forma lógica que envolvem ajustamentos pragmáticos *ad hoc*, quando um conceito lexical é usado de forma difusa ou pouco rigorosa:

(7.8) Portugal é retangular.

Explicatura: Portugal tem aproximadamente a forma de um retângulo.

Todos estes processos partilham, portanto, a propriedade de contribuírem para a construção da explicatura, transformando a forma lógica numa proposição completa.

Prosseguindo na exposição sobre os contributos mais salientes da Teoria da Relevância, cumpre-nos agora fazer referência às **explicaturas de nível mais alto** (*higher-order explicatures*), que incluem descrições explícitas das atitudes proposicionais e dos atos ilocutórios associados a um determinado enunciado. Seguindo de perto Wilson & Sperber (2004), a compreensão cabal do que é dito envolve a habilidade de encaixar a proposição expressa como argumento de um predicador mais alto, denotador de um ato de fala ou de uma atitude. Vejam-se os seguintes enunciados:

(7.9) Rui: A festa foi fantástica.

(7.10) Rui (dirigindo-se à irmã): Empristas-me o teu computador?

A compreensão do que é dito pelo Rui em (7.9) implica a construção da explicatura *o Rui acredita/pensa que a festa foi fantástica*. Já em (7.10), a explicatura seria *o Rui está a perguntar à irmã se a irmã lhe empresta o computador dela*.

Conclui-se, então, que, no quadro da Teoria da Relevância, identificar o conteúdo explícito de um enunciado envolve (i) a construção de uma proposição completa (via decodificação, desambiguação, atribuição de valores referenciais a expressões referencialmente dependentes e outros processos pragmáticos de enriquecimento), bem como (ii) a reconstrução do ato ilocutório ou da atitude proposicional subjacentes. A explicatura obtida em (i) combina-se, por conseguinte, com a explicatura de ordem mais alta que corresponde a (ii).

Mas há outras tarefas que entram em jogo no processo de compreensão cabal de um enunciado, para além da construção de uma hipótese interpretativa contextualmente apropriada sobre o conteúdo explícito. Na próxima secção, vamos debruçar-nos sobre o modo como são tratados os conteúdos implícitos ou implicaturas nesta teoria.

#### 7.1.4. Implicaturas

As implicaturas, ao contrário das explicaturas, não implicam decodificação, mas apenas processos inferenciais. Na Teoria da Relevância, há dois tipos de implicaturas: as premissas implicadas (*implicated premises*) e as conclusões implicadas (*implicated conclusions*). As primeiras dizem respeito a assunções contextuais assumidas pelo falante e reconstruídas pelo interlocutor, as segundas são implicações contextuais comunicadas pelo falante. Ilustre-se sucintamente o que acabou de ser definido, atendendo ao seguinte fragmento de diálogo:

(7.11) A: Que tal uma caminhada?

B: Está a chover a cântaros...

A réplica de B envolve (i) uma premissa implicada, *se/quando está a chover a cântaros, não é possível fazer caminhadas*, e (ii) uma conclusão igualmente implicada, *não é possível fazermos uma caminhada*. A compreensão da réplica de B envolve, pois, a construção de uma hipótese apropriada sobre a assunção contextual entendida que funciona como premissa, e a construção de uma hipótese sobre a conclusão que, por defeito e probabilisticamente, se infere dessa mesma premissa articulada com a informação expressa por B.

Estas duas etapas do processo de compreensão têm suscitado críticas diversas, que merecem ser tomadas em consideração. De facto, a premissa implicada não parece ser uma implicatura, na medida em que não faz parte daquilo que o falante quer dizer com o seu enunciado. Parece tratar-se antes de informação de *background*, pressuposta pelo falante e tendencialmente partilhada pelo interlocutor. Por outro lado, como sublinha Huang (2013: 282), nem sempre é evidente a construção da premissa entendida, como acontece no exemplo seguinte:

(7.12) O Rui e Ana assistiram à queda do muro de Berlim.

Premissa:?

Conclusão implicada: O Rui e a Ana assistiram juntos à queda do muro de Berlim.

Continuando o nosso percurso expositivo sobre a Teoria da Relevância, não podemos escamotear uma outra questão, a distinção estabelecida, num *continuum*, entre **implicaturas fortes** e **implicaturas fracas**. As primeiras são essenciais para a compreensão do significado entendido pelo falante e fecham, por assim dizer, a interpretação. Veja-se a formulação dos autores:

“A proposition may be more or less strongly implicated. It is strongly implicated (or is a strong implicature) if its recovery is essential in order to arrive at an interpretation which satisfies the addressee’s expectations of relevance. It is weakly implicated if its recovery (...) is not itself essential because the utterance suggests a range of possible similar implicatures (...)” (Wilson & Sperber 2004: 620).

Exemplifiquemos a partir de (7.11): *não é possível fazermos uma caminhada* é uma implicatura forte, porque sem ela a intervenção de B não é uma réplica

relevante face à intervenção inicial de A. Já a possível conclusão implicitada *fazemos uma caminhada quando deixar de chover* seria considerada uma implicatura fraca.

As implicaturas fracas, resultantes da interação entre explicatura, premissa(s) e conclusão implicitadas e conhecimento do mundo, alargam a interpretação, sem serem imprescindíveis. Tipicamente, enunciados metafóricos dão origem a um leque alargado de implicaturas fracas aceitáveis. De facto, a forma mais económica de induzir intencionalmente um leque de implicaturas fracas, de forma a manter um grau elevado de indeterminação (*fuzziness*) na interpretação do enunciado, parece passar pelo uso metafórico da linguagem, ou seja, pela representação figurada, não literal, do pensamento do locutor.

### 7.1.5. Significado conceptual e significado procedimental

Finalmente, é incontornável uma referência sucinta à distinção teórica entre **significado conceptual** e **significado procedimental**, desenvolvida essencialmente por Blakemore (1987, 2002, 2004). Na perspetiva da autora, itens linguísticos como *leão*, *comer*, *contente* codificam informação conceptual, essencial no plano da representação semântica do enunciado, ao passo que conectores como *mas*, *de qualquer modo*, *portanto* facultam instruções sobre inferências que devem ser processadas, ou, noutros termos, sinalizam determinados processos computacionais. Clarifique-se o que foi dito através da análise de um exemplo:

(7.13) O Rui fuma desalmadamente, mas não tem problemas de saúde.

Em (7.13), o conector *mas* sinaliza como deve ser computada a relação entre as duas proposições expressas. Mais concretamente, *mas* contém a seguinte instrução de processamento: a informação que se segue contradiz e elimina informação tipicamente derivada/inferida a partir do primeiro membro da construção. Assim, a primeira proposição, *o Rui fuma desalmadamente*, permitiria inferir *o Rui tem problemas de saúde*, algo que a segunda proposição contradiz e suprime.

Recorrendo à noção do significado procedimental, a Teoria da Relevância oferece uma explicação sobre o significado dos conectores alternativa à que foi referida no capítulo 3, quando se introduziu a noção griceana de implicatura

convencional. Não será discutido aqui a que nível (explícito ou implícito) opera o significado procedimental, aspecto controverso que ainda hoje suscita acesa discussão. Mas importa sublinhar que uma descrição/explicação deste teor permite perceber como o esforço de processamento diminui quando o falante recorre a um conector para articular sequencial e coerentemente o seu discurso. Com efeito, a codificação da instrução de processamento reduz o esforço cognitivo despendido na interpretação e garante a construção da coerência discursiva, aspecto a que voltaremos no capítulo seguinte<sup>157</sup>.

Em jeito de síntese, dir-se-á então que, no âmbito da Teoria da Relevância, a interpretação de um enunciado engloba a derivação de explicaturas, pela expansão e enriquecimento da forma lógica, e a construção de assunções contextuais e implicaturas contextuais intencionadas. E todas estas etapas correspondem a processos inferenciais não demonstrativos, ou seja, de carácter probabilístico: são hipóteses de interpretação, construídas por defeito e guiadas pelo princípio da relevância.

A teoria assume-se explicitamente como uma teoria psicológica cognitiva passível de ser testada através de investigação experimental (Wilson & Sperber 2004). No que toca à relação entre a Teoria da Relevância e a arquitetura da mente, os autores defendem, no momento atual, que a compreensão de um enunciado envolve uma habilidade modular para a leitura da mente, no âmbito de uma habilidade metapsicológica mais geral para atribuir, por inferência, estados mentais ou intenções aos outros, com base no seu comportamento. Ou seja, assume-se a existência de um submódulo específico da mente, a *special-purpose inferential comprehension device*, perspectivado como uma capacidade substancialmente inata para a comunicação ostensiva e inferencial que defendem.

---

<sup>157</sup> Investigação experimental realizada na área da psicolinguística parece apontar para uma correlação positiva entre a ocorrência de conectores e o menor esforço de processamento *online* do texto, medível em tempo, bem como na resolução de tarefas de compreensão *off-line*, depois da leitura do texto (cf. Degand & Sanders 2002, e.o.).

## 7.2. Teoria da Relevância e Neo-Griceanos

Há algumas interseções entre a Teoria da Relevância e a Pragmática Neo-griceana, o que não surpreende dado que em ambos os casos se assume a reflexão de Grice como seminal e fecunda. Em primeiro lugar, partilham a assunção griceana de que o significado da frase é um veículo para a comunicação do significado do enunciado (*speaker's meaning*) e de que a essência da comunicação humana implica a expressão e o reconhecimento das intenções dos participantes. Ou seja, falante e ouvinte não são meros polos vazios de um circuito comunicativo; pelo contrário, são entidades contextualmente situadas, cognitivamente capazes de atribuir aos outros estados mentais e intenções a partir do estímulo que deles recebem.

Em segundo lugar, os quadros teóricos em apreço consideram ambos que o significado do enunciado (*speaker's meaning*) não é simplesmente decodificado, antes se configura como algo que tem de ser pragmaticamente enriquecido. Neste sentido, as duas abordagens teóricas que agora se contrastam inscrevem-se no quadro do *contextualismo*, uma escola de pensamento na Filosofia da Linguagem contemporânea que advoga uma abordagem do conteúdo semântico suscetível de incluir variações contextuais<sup>158</sup>.

Em terceiro lugar, há convergência no que toca à conceção de como se processa a computação do *speaker's meaning*: os ouvintes são guiados pela expectativa de que um enunciado é produzido em conformidade com determinados princípios (as máximas conversacionais, num caso, o princípio da relevância, no outro).

Há, no entanto, diferenças substanciais entre as duas abordagens, das quais se destacam as seguintes:

(i) Os neo-griceanos reduzem o número de máximas conversacionais proposto por Grice, mas mantêm a conceção de que se trata de heurísticas que regulam a interação verbal. Assim, a ênfase é colocada na dimensão interpessoal da comunicação. Para a Teoria da Relevância, só há um princípio que

<sup>158</sup> Cf., e.o., Huang (2013), Santos (2010), Bezuidenhout (2017). *Grosso modo*, o *contextualismo* opõe-se ao *minimalismo semântico*, que exclui qualquer processo pragmático na determinação do conteúdo semântico dos enunciados.

permite explicar o modo como se processa a comunicação humana, o Princípio da Relevância, e os interlocutores são compelidos a segui-lo, dado que se trata de um princípio básico em termos de cognição humana. Conseqüentemente, a ênfase recai na dimensão intrapessoal da compreensão.

(ii) Na Teoria da Relevância assume-se que a compreensão verbal é um processo psicológico e, como já se assinalou em (i), defende-se uma teoria da comunicação humana baseada num princípio cognitivo. Neste sentido, esta teoria tende a articular-se com uma teoria da mente e avança a hipótese de que “utterance interpretation is carried out neither by general-purpose reasoning abilities (...) nor by a general theory of mind mechanism (...), but by a domain-specific inferential mechanism (the relevance guided heuristic) which applies only to overt communication acts.” (Wilson 2010: 398). Assim, é com a psicologia cognitiva que a Teoria da Relevância mantém uma interface mais óbvia.

Na Pragmática neo-griceana, a comunicação verbal é entendida como uma atividade humana racional, governada por princípios de uso da linguagem e orientada para a consecução de objetivos, num quadro similar ao de uma transação contratual. É com a gramática e com o léxico, e mais especificamente com a semântica, que a Pragmática neo-griceana mantém uma interface mais estreita.

(iii) Na Teoria da Relevância, a noção de explicatura é fundamental para dar conta do processo de computação do conteúdo explícito de um enunciado. O que se visa sublinhar é que aquilo que é dito é sempre subdeterminado, sendo necessário enriquecer o conteúdo semântico através de uma vasta gama de informação pragmática, de modo a obter uma proposição completa, suscetível de ser avaliada em termos de verdade. Os neo-griceanos também defendem que a construção da representação semântica completa de um enunciado envolve a intervenção e processos pragmáticos; no entanto, consideram que a noção de explicatura é desnecessária, uma vez que os mesmos processos pragmáticos intervêm tanto na construção da proposição efetivamente comunicada pelo falante (que envolve resolução de casos de referência dêitica e anafórica, desambiguação e eventuais especificações conceptuais contextualmente requeridas), como na derivação de conteúdos implícitos adicionais, mais dependentes de parâmetros contextuais. Admite-se, pois, uma intrusão da pragmática em dois momentos distintos da computação da significação global de um enunciado, revelando-se desnecessária a dicotomia explicatura vs. implicatura. (Levinson 2000: 165 ss).

(iv) Finalmente, no quadro (neo)griceano consideram-se dois tipos de implicaturas, as implicaturas conversacionais generalizadas e as implicaturas conversacionais particulares, ou seja, as que são calculadas por defeito, independentemente do contexto de interação, e as que dependem crucialmente de um contexto específico de interação. Na Teoria da Relevância, as implicaturas são sempre contextualmente induzidas, circunstanciais e contingentes.

### **7.3. Sumário**

Neste capítulo, explicitaram-se as traves-mestras da Teoria da Relevância, evidenciando a ancoragem cognitiva da teoria. Foi referida a reflexão de Grice como ponto de partida deste novo quadro teórico, nomeadamente no que toca à conceção intencional e inferencial da comunicação entre seres humanos. Esclareceram-se, seguidamente, conceitos basilares da teoria: princípio da relevância, explicatura, implicatura(s) e significado procedimental. Por fim, estabeleceu-se um contraste sucinto entre o que une e o que separa a Teoria da Relevância das propostas dos neo-griceanos.

## Exercícios

1. Qual seria a explicatura dos seguintes enunciados?

- a. Visitei o novo museu em Lisboa.
- b. Os alunos são autorizados a consultar bibliografia.
- c. O Rui encontrou uma vela.
- d. O Rui disse ao irmão que ele tinha ganhado o prémio.

2. Analise-se o seguinte fragmento de diálogo, dando conta das três possíveis réplicas da Maria em termos de explicaturas:

Pedro: A festa foi fantástica.

Maria: a.[alegremente] Fantástica!

b.[perplexa] Fantástica?

c.[desdenhosa] Fantástica...

3. Explícite as explicaturas de ordem mais alta que associa aos seguintes enunciados:

a. Por favor, passa-me o sal.

b. Que horas são?

c. Não volto a fazer disparates (dito por um filho ao pai).

d. Desculpa o meu tom de voz.

4. Tente identificar a implicatura forte da réplica de B e construa algumas implicaturas fracas da mesma réplica:

A: Posso servir-te uma costeleta de borrego?

B: Sou vegetariana.

## **Outras leituras**

Sperber & Wilson 1995

Wilson & Sperber 2004

Wilson 2010

Carston 2002

Blakemore 2002, 2004

(Página deixada propositadamente em branco)

## CAPÍTULO 8. PRAGMÁTICA E LINGUÍSTICA DO TEXTO

Neste capítulo, propomo-nos realçar algumas zonas de interface entre a Pragmática e a Linguística Textual, entendida como disciplina centrada na análise de aspetos linguísticos de natureza transfrásica, nomeadamente questões ligadas à construção da coerência referencial e da coerência relacional do texto.

### 8.1. O que é um texto?

Assumimos que um texto/discurso<sup>159</sup> é a unidade linguística básica e originária quando focalizamos a atividade comunicativa verbalmente realizada. Os sujeitos que participam no processo comunicativo produzem e recebem, na oralidade ou na escrita, textos/discursos de extensão variável, com funções muito diversas, que podem ser monogerados (produzidos por um único falante) ou poligerados (produzidos por distintos falantes, como acontece nas conversas reais). Veja-se a definição lapidar, enxuta e escorreita, de Halliday & Hasan (1976: 293), que partilhamos: “Any piece of language that is operational, functioning as a unit in some context or situation, constitutes a text. It may be spoken or written, in any style or genre, and involving any number of active participants.”

Assim, um texto/discurso é sempre o **produto do uso de uma língua natural**. Seguindo de perto Beaugrande (1980) e Beaugrande & Dressler (1981), mencionar-se-ão seguidamente, de forma sucinta, as propriedades que tipicamente caracterizam um texto.

Um texto é sempre intencionalmente produzido por um sujeito histórica e socialmente situado, e pressupõe uma atitude de aceitabilidade por parte do interlocutor, ou seja, o reconhecimento de que o produto verbal que lhe é dirigido é uma unidade dotada de sentido, que visa cumprir determinados objetivos comunicativos.

---

<sup>159</sup> *Discurso* e *texto* são aqui utilizadas como expressões sinónimas, na esteira de Fonseca (1992), entre outros. Há, no entanto, autores que distinguem entre *processo* e *produto*, utilizando o termo *discurso* para designar o processo socialmente condicionado de uso da língua e o termo *texto* para designar o produto verbal dele resultante. Cf., entre outros, van Dijk (1977), Ducrot (1984).

Por outro lado, um texto deverá respeitar um parâmetro de situacionalidade, ou seja, deverá adequar-se ao seu contexto de produção-receção, e essa adequação mobiliza saberes de natureza cognitiva e socio-comunicativa que se refletem tipicamente na escolha de um registo mais ou menos formal. A cortesia é, justamente, um saber de natureza socio-comunicativa que interfere na seleção de um determinado registo.

Para além disso, na tessitura interna de um texto há sempre um equilíbrio entre informação conhecida (ou previsível) e informação nova. Consequentemente, continuidade e progressão de informação interligam-se de modo a que seja possível processar e armazenar elementos cognitivos novos e ao mesmo tempo ativar informação já arquivada na memória<sup>160</sup>. Há, pois, uma estrutura informacional do texto, que corresponde ao modo como se ‘empacota’ a informação nos enunciados, de modo a sinalizar ao ouvinte o estatuto mais ou menos conhecido dessa mesma informação, com o propósito de facilitar o processamento. O estatuto informacional ‘conhecido’ associado a um determinado segmento textual depende estreitamente da ocorrência, no contexto antecedente, de expressões com idêntica referência ou do estabelecimento de uma possível conexão inferencial entre o conteúdo do segmento em causa e algo que foi mencionado previamente. Este tópico será retomado mais adiante, quando se abordar a questão da coerência referencial, e, mais concretamente, da anáfora textual.

A intertextualidade é também um parâmetro a convocar quando se tenta definir a noção de texto. De facto, um texto tem sempre afinidades com outros textos, isto é, estabelece sempre um diálogo com outros textos, da mesma família tipológica, da mesma temática, da mesma época ou da mesma cultura, com idênticas propriedades formais. É nesta propriedade que se ancoram os géneros discursivos e as tipologias textuais, que interagem com as estruturas e funções de cada texto empírico.

---

<sup>160</sup> Em Birner (2013), o capítulo intitulado “Information Structure” é exclusivamente dedicado à exploração deste parâmetro textual, o que claramente revela o relevo da unidade texto/discurso no âmbito dos estudos pragmáticos. Também em Horn & Ward (2004) há uma secção inteiramente dedicada à relação entre Pragmática e Estrutura do Discurso.

Embora a extensão não seja um critério definitório do texto, não é menos verdade que, prototipicamente, um texto exibe uma sequência de enunciados interligados entre si de forma coesa e coerente. E é sobre textos desta natureza que este capítulo se debruçará.

### 8.1.1. Coesão textual

A coesão é uma propriedade formal dos textos, o que implica que é detetável ao nível da superfície textual. Com efeito, há mecanismos léxico-gramaticais ao serviço da sequencialização semântica de um texto, que se constrói tipicamente num jogo balanceado entre continuidade e progressão informativa. Contraste-se (8.1), o início de um conto tradicional português, com (8.2):

(8.1) Esta é a história de uma cereja que um velho um dia comeu. Dessa cereja sobrou o caroço que o velho enterrou no fundo do seu quintal. Desse caroço saiu uma pequeníssima cerejeira. E as mãos experientes do velho protegeram-na, regaram-na. Anos mais tarde, quando a árvore tinha a altura de duas rocas de fiar, o velho pegou numa navalha bem afiada e enxertou-a (...).

(8.2) Estou exausta. O Rui passou férias na Turquia. Entrou no bar um homem com um sobretudo preto. Queres vir jantar comigo?

O fragmento (8.2) não é um texto, mas sim um mero aglomerado de enunciados desconexos. Já em (8.1), estamos perante um texto, sendo diversos os mecanismos coesivos mobilizados. Elenquem-se os mais óbvios, que ilustram casos de correferência, ou seja, casos em que duas expressões nominais reenviam para uma mesma entidade do mundo: o SN indefinido *uma cereja que um velho um dia comeu* introduz um referente novo no universo textual, referente esse que é seguidamente retomado/evocado pelo SN definido *essa cereja*. O SN indefinido *um velho* funciona igualmente como introdutor informação nova, dado que é a primeira vez que, no texto, se faz referência à personagem. Introduzido o referente, torna-se possível retomá-lo através de um SN definido, *o velho*: a definitude da retoma sinaliza o estatuto de informação já conhecida. Mencione-se ainda um último exemplo: a primeira referência à *pequeníssima*

*cerejeira* faz-se novamente através de um SN indefinido. Tornada acessível em termos de processamento, a entidade é seguidamente evocada através do clítico *-a* (*protegeram-na, regaram-na*). Desta forma, inscrevem-se linhas de continuidade semântica no decurso do texto, indispensáveis à sua aceitabilidade e coerência. O estabelecimento destas **cadeias de referência**, entendidas como um conjunto de expressões disseminadas ao longo do texto que remetem para as mesmas entidades no mundo (real ou criado pelo próprio texto), sendo uma delas referencialmente autónoma (o antecedente) e todas as outras referencialmente dependentes (os termos anafóricos), é um mecanismo de inegável relevo na construção da coesão textual<sup>161</sup>.

A **anáfora** é o recurso mais relevante no plano da coesão referencial, e está bem ilustrada em (8.1). Todos os exemplos acima destacados são exemplos de anáfora direta ou correferencial, em que o termo anafórico, de natureza nominal (os SN definidos) ou pronominal (os clíticos), retoma por completo o valor referencial do antecedente. Como explicar a resolução destes casos de anáfora? Ou seja, mais especificamente, como é que o leitor/ouvinte atribui um referente definido e específico a todos os SN anafóricos?

Na senda de Ariel (1990) e Gundel *et al.* (1993), tem havido propostas de explicação baseadas na **acessibilidade** cognitiva do referente: as entidades mentalmente evocadas pelos termos anafóricos organizam-se de acordo com uma hierarquia de centralidade, sendo a forma do termo anafórico uma chave para o seu estatuto cognitivo. Assim, um pronome, por exemplo, marca um grau de acessibilidade relativamente alto, ou seja, indica que o referente está saliente no discurso, ativado ou presente na memória de curto prazo, ao passo que um SN definido tem um grau de acessibilidade menos elevado, embora sinalize que o referente é passível de ser identificado pelo ouvinte/leitor.

Há autores que defendem uma abordagem ligeiramente distinta, baseada na noção de **familiaridade** (Birner, 2013:129-130). Neste sentido, se um falante opta por um SN definido é porque tem a intenção de referir uma entidade familiar para ambos os participantes. E, se a entidade já foi mencionada no

---

<sup>161</sup> Cf. Halliday & Hasan (1976), um marco incontornável na investigação sobre os recursos linguísticos que asseguram a coesão textual.

discurso precedente, então não há dúvida de que se trata de uma entidade familiar, conhecida<sup>162</sup>.

Note-se que os conceitos de acessibilidade e familiaridade convocados para explicar a resolução de anáforas discursivas só assumem relevância no processamento do discurso. De facto, envolvem as representações mentais do discurso (o modelo do discurso) que vão sendo dinâmica e incrementalmente construídas ao longo da interpretação. Consequentemente, a resolução da referência anafórica é uma questão intrinsecamente pragmática, no sentido em que depende crucialmente do processamento do discurso, onde as questões de saliência cognitiva dos referentes são determinantes.

Mas há casos em que os fatores pragmáticos para a determinação do antecedente da anáfora discursiva se tornam patentes de forma mais óbvia do que noutros. Veja-se o seguinte exemplo, claramente ambíguo, que permite as duas interpretações assinaladas:

(8.3) O Pedro denunciou o irmão. O pai castigou-o.

(8.3a) O Pedro denunciou [o irmão]. O pai castigou-[o].

(8.3b) [O Pedro] denunciou o irmão. O pai castigou-[o].

Em casos deste tipo, em que há mais do que um antecedente possível para o pronome clítico anafórico, a resolução da anáfora depende largamente das *relações discursivas*, isto é, do nexos semântico que o interlocutor ativa para articular de forma coerente os dois enunciados<sup>163</sup>. Assim, se a situação descrita no segundo enunciado for interpretada como consequência/resultado da situação previamente descrita, a anáfora é resolvida como se assinala em (8.3b); mas se se considerar que há uma relação de paralelismo entre as duas situações representadas, é ativada a leitura que em (8.3a) se explicita. Assim, pode concluir-se que a (busca da) coerência textual pode dar origem a interpretações distintas. E a escolha de uma ou outra relação discursiva depende de

---

<sup>162</sup> Importa sublinhar que a acessibilidade do referente está indissociavelmente ligada à estrutura informacional do discurso. De facto, uma entidade com o estatuto de *tópico* é candidata preferencial na resolução da anáfora, dado ser cognitivamente saliente e familiar.

<sup>163</sup> Mais adiante, retomar-se-á a questão das relações discursivas no âmbito da construção da coerência textual.

parâmetros variáveis, uns de natureza claramente pragmática, como é o caso do conhecimento partilhado pelos interlocutores acerca dos indivíduos referidos no texto (o que pensa o pai do Pedro acerca de comportamentos de denúncia, os seus padrões educativos, por exemplo), outros resultantes da integração do fragmento num contexto verbal mais vasto, que faculte informações supletivas.

A intervenção de processos pragmáticos inferenciais na resolução da anáfora surge também de forma incontornável nos casos de anáfora associativa (Kleiber 2001)<sup>164</sup>. Vejamos um exemplo clássico e paradigmático:

(8.4) Chegámos a uma aldeia. A igreja estava fechada.

Em (8.4), não há, obviamente, nenhum caso de correferência: a expressão [*a igreja*] não retoma o antecedente [*uma aldeia*], antes introduz um novo referente até então não nomeado explicitamente no texto. No entanto, o leitor intui que há continuidade semântica entre os dois enunciados, dado que a igreja referida no segundo enunciado é interpretada como sendo a igreja da aldeia previamente mencionada.

Ora, para que a interpretação anafórica se produza, o leitor tem de inferir uma relação entre o núcleo do antecedente, *aldeia*, e o núcleo da expressão anafórica, *igreja*. E a inferência dessa relação ancora em conhecimento do mundo compartilhado no interior da comunidade: efetivamente, no nosso espaço geocultural, uma aldeia prototípica tem uma igreja.

Note-se que o processamento da relação inferencial é induzido pelo próprio material linguístico. De facto, o produtor do texto, ao tratar como informação conhecida, através do SN definido *a igreja*, informação que não foi ainda evocada no texto conduz o ouvinte/leitor a reconstituir a implicatura +> *a aldeia tem uma igreja*<sup>165</sup>. E é essa implicatura que torna o segundo enunciado relevante face ao primeiro, garantindo a coerência do pequeno fragmento textual apresentado. É,

<sup>164</sup> No mundo anglo-saxónico, este fenómeno é muitas vezes designado pela expressão *bridging-cross reference*.

<sup>165</sup> Relembre-se o Princípio I, tal como Levinson (2000:114-115) o formula a partir de uma das sub-máximas da Máxima da Quantidade de Grice: Speaker's maxim: "Say as little as necessary"(...). Recipient's corollary: Amplify the informational content of the speaker's utterance, by finding the most specific interpretation."

pois, a mobilização de conhecimento estereotípico, largamente intersubjetivo e socializado, ligado às vivências de uma dada comunidade geo-histórico-cultural, que está na base da implicatura que permite resolver a anáfora associativa.

Outras relações inferenciais exploradas pela anáfora associativa são ilustradas pelos exemplos que se seguem:

(8.5) Havia uma cerejeira enorme no quintal da minha casa de infância. O tronco era rugoso e os ramos enchem-se de flores brancas na primavera.

(8.6) O supermercado que fica ao pé de minha casa foi assaltado. Mas o ladrão conseguiu escapar.

(8.7) O João, como bom hipocondríaco que é, tira a febre todos os dias, com medo de ter alguma infecção. Mas o termómetro nunca passa dos 36 graus!

Em (8.5), a anáfora associativa alicerça-se na relação meronímica (ou relação *parte/todo*) entre *tronco* e *ramos*, por um lado, e *árvore*, por outro, uma relação semântica inscrita no próprio léxico. Numa conceção mais lata e abrangente de meronímia, as relações conjunto/membro (*rebanho/ovelha*), objeto/material (*rolha/cortiça*), atividade/fase (*operação/anestesia*) seriam também relações semânticas suscetíveis de ancorar o tipo de inferência que a resolução da anáfora associativa muitas vezes requer.

Os enunciados (8.6) e (8.7) ilustram casos de anáforas associativas de tipo actancial (Kleiber 2001): o primeiro enunciado faz referência a um evento e o segundo enunciado convoca, sob a forma de informação conhecida (daí os SN definidos), um actante necessariamente envolvido nesse evento, não explicitado previamente mas facilmente recuperável pela ativação de modelos de cognição social arquivados na nossa memória de longo prazo<sup>166</sup>. Mais concretamente: em (8.6), o primeiro enunciado refere um assalto, evento que prototipicamente envolve um agente, e o segundo enunciado convoca esse agente através do SN definido *o ladrão*. Em (8.7), o evento representado no primeiro enunciado,

---

<sup>166</sup> O termo *actante* é aqui utilizado como sinónimo de argumento selecionado pelo predicador, com uma determinada função semântica.

medir a febre, envolve um agente e também um instrumento; ora é justamente esse instrumento, o *termómetro*, que funciona como termo anafórico, denotando uma entidade prototipicamente implicada no evento descrito previamente.

Vejamos ainda um outro exemplo que mobiliza um processo inferencial, no âmbito da anáfora associativa funcional:

(8.8) Hoje de manhã, houve um choque em cadeia na A1 e um autocarro despistou-se. O condutor teve morte imediata.

Mais uma vez se verifica a ocorrência de uma expressão nominal definida no segundo enunciado: o *condutor* introduz um referente novo (no sentido de ainda não mencionado explicitamente no texto) sob a forma de informação conhecida. O nome *condutor* é um nome funcional, ou seja, denota uma determinada função relacionada com a entidade a que o antecedente, o *autocarro*, faz referência. A partir do momento em que o ouvinte/leitor estabelece por inferência a ponte entre as duas entidades, a anáfora está resolvida: o condutor em apreço é o condutor do autocarro previamente referenciado.

Em síntese, em todos os casos de anáfora associativa há sempre uma inferência (*bridging inference*) legitimada por conhecimento léxico-semântico e/ou por conhecimento enciclopédico.

Há ainda um outro mecanismo que, operando ao nível textual, envolve a ativação de uma inferência de identidade referencial, para que a coerência do texto seja preservada. Trata-se de casos de **correferência sem anáfora**, como a seguir se ilustra:

(8.9) Segundo alguns comentadores, *Marcelo Rebelo de Sousa* tem garantido a estabilidade política e institucional. De facto, contrariamente ao que muitos esperavam, o *Presidente da República* tem coabitado serenamente com a ‘geringonça’.

As duas expressões em itálico reenviam para a mesma entidade do mundo, sem que uma delas possa ser considerada dependente da outra no plano da interpretação. Mais uma vez, é o conhecimento do mundo que é ativado na inferência de identidade referencial, ou correferência, entre as duas expressões no-

minais: a retoma faz-se através do cargo desempenhado pela entidade singular e única denotada pelo nome próprio. A cadeia de referência estabelece-se, garantindo a manutenção do tópico discursivo e a continuidade semântica do texto.

Até aqui, equacionámos o papel das inferências ao nível da coesão referencial do texto.

Mas também no plano da coesão temporal se encontram inferências relevantes, de ordenação temporal (Birner 2013: 255):

(8.10) Uma foto e um título fizeram a 1ª página da segunda edição do Diário de Notícias a 12 de setembro de 2001: “Milhares de mortos”. No dia seguinte, o tema voltou a dominar toda a 1ª página (...), sob o título “Contra-ataque global”. <http://150anos.dn.pt/2014/07/31/2001-11-de-setembro/>

Neste excerto, para ordenarmos temporalmente as situações descritas, no eixo cronológico, inferimos que a expressão definida [n]o *dia seguinte* refere o dia posterior ao ponto de referência evocado previamente no texto, o dia 12 de setembro de 2001.

Em todos os exemplos comentados, a interpretação dos termos anafóricos é cotextualmente dependente, envolve inferências e alicerça-se frequentemente em conhecimento do mundo. A anáfora como mecanismo de coesão textual é, pois, um fenómeno semântico cuja resolução põe em jogo inferências ativadas por heurísticas pragmáticas<sup>167</sup>.

### **8.1.2. Coerência textual**

A coesão textual, uma propriedade formal detetável ao nível da superfície dos textos, está tipicamente ao serviço da coerência textual, entendida como resultado do processo interpretativo: um texto é coerente se fizer sentido, se

---

<sup>167</sup> Para um aprofundamento dos mecanismos pragmáticos que garantem a resolução pragmática da anáfora, cf. Levinson 2000.

for possível configurá-lo como um todo congruente<sup>168</sup>. Compete, portanto, ao interlocutor reconstituir a continuidade de sentido que confere ao produto verbal o estatuto de texto coerente, colmatando inferencialmente eventuais ou aparentes descontinuidades semânticas, fazendo interagir o material linguístico explicitado com informação supletiva armazenada na memória, resultante de conhecimento do mundo (onde incluímos conhecimento enciclopédico sobre objetos, eventos e sequências de eventos estereotípicos (diversamente designados de *frames*, *scripts*, *schemata*, *scenes-and-frames*...) e também conhecimento mais local, sobre o produtor do texto. Como se afirma em Lopes & Carapinha (2013:108), “movido pela vontade de cooperar com o locutor e pela intrínseca tendência da cognição humana para construir sentido, o ouvinte/leitor está (...) à partida disponível para conceder o “benefício da coerência” ao produto verbal que recebe.” Na mesma linha de pensamento, Birner (2013: 262) afirma que “our assumption of coherence is closely related to the assumption of cooperativity that lies behind the Cooperative Principle; just as we assume our interlocutor intends to be cooperative, we assume that our interlocutor intends the discourse to be coherent.”

Um texto será, pois, coerente se a partir dele for possível construir uma representação mental que não entre em rutura com o modo como ordenamos cognitivamente a nossa experiência do mundo e com os princípios que regem o exercício do pensamento humano (Fonseca 1993).

Voltando à questão da coesão referencial, podemos agora dizer que os mecanismos formais que a asseguram, nomeadamente as cadeias de referência, são uma peça fundamental para a construção da coerência referencial do texto. De facto, ao viabilizarem a referência à(s) mesma(s) entidade(s) do mundo (ou do mundo criado pelo texto), garantem a ativação de informação recorrente, instituindo as linhas de continuidade informativa que um texto exige e permitindo a construção de tópicos discursivos<sup>169</sup>. Por outro lado, como vimos, a anáfora

---

<sup>168</sup> Como se evidencia em Lopes (2005:19), “os mecanismos coesivos estão ontológica e funcionalmente subordinados a condições específicas de coerência e só se revelam plenamente operativos se essas condições forem respeitadas.” Ou seja, a ocorrência de mecanismos coesivos não assegura, por si só, a coerência de um texto.

<sup>169</sup> Note-se que uma entidade só se configura como tópico discursivo a partir do momento em que é retomada para além das fronteiras da frase.

associativa permite introduzir novas entidades no texto, entidades essas que, no entanto, se relacionam estreitamente com outras, previamente evocadas, o que viabiliza a construção de uma rede referencial coerente, que se ajusta à nossa organização intelectual do mundo.

De acordo com a investigação disponível já atrás mencionada (Ariel 1990; Gundel *et al.* 1993), as cadeias de referência, do ponto de vista cognitivo, organizam as entidades mentalmente evocadas de acordo com uma hierarquia de centralidade, sendo a respetiva acessibilidade perspectivada em termos de gradiente: longas descrições definidas sinalizarão um estatuto de baixa acessibilidade do referente, ao passo que pronomes nulos, por exemplo, sinalizam o mais alto grau de acessibilidade.

Mas a noção de coerência textual tem sido predominantemente explorada ao nível das relações interproposicionais que se estabelecem ao nível do texto. Alguns autores utilizam mesmo a expressão *coerência relacional* para evidenciar os nexos semânticos e/ou pragmáticos que permitem interpretar uma sequência de enunciados como um texto (cf. Sanders *et al.* 2000), por oposição a uma sequência aleatória, desconexa e, por consequência, incoerente de enunciados. Vejamos através de exemplos o que aqui está em jogo:

(8.2) Estou exausta. O Rui passou férias na Turquia. Entrou no bar um homem com um sobretudo preto. Queres vir jantar comigo?

(8.11) Na atualidade, os estudantes de Coimbra são, na sua larga maioria, oriundos da região centro do país, o que nos ajuda a compreender, não só o intenso ritmo das deslocações regulares em visitas à família, (...) mas também a recomposição social que tem vindo a ocorrer nas origens de classe dos atuais estudantes. Ou seja, uma parte não desprezível dos atuais estudantes são filhos da classe trabalhadora. (E. Estanque e R. Bebiano, *Rua Larga*)

Em (8.2), o facto de não se descortinar como estabelecer uma relação relevante entre os conteúdos vazados nos vários enunciados leva-nos a rejeitar que se trata de um texto. A estranheza de (8.2) resulta justamente do facto de as situações aí descritas não se darem mutuamente acesso, isto é, não se interligarem segundo nexos inteligíveis, por exemplo, nexos de causa/consequência,

de sequência temporal, de finalidade, de contraste, de especificação, etc. Já (8.11) é indubitavelmente um texto, pois é possível integrar as diversas proposições expressas num todo mais vasto, que, em linguagem simples, 'faz sentido'.

São diversas as designações que se encontram na literatura especializada para nomear estes nexos ou conexões que permitem interligar os diversos enunciados que integram um texto: *relações discursivas*, *relações retóricas*, *relações de coerência* são algumas dessas designações. Dado que proliferação terminológica é sempre fonte de obscuridade para o leitor, optou-se, neste livro, por estabilizar e homogeneizar a metalinguagem, selecionando-se a expressão *relações discursivas* para dar conta das referidas conexões.

As relações discursivas podem ser marcadas através de conectores, termo que se assume como hiperónimo de uma classe heterogénea de itens interligados pela função sinalizadora de tais relações. Assim, é esse o papel das conjunções e locuções conjuncionais que articulam orações no interior da frase composta por coordenação bem como no interior da frase composta por subordinação adverbial. Também nos casos de suplementação, ou seja, nos casos em que se verifica uma relação semântica entre duas orações, a oração âncora e a oração suplemento, sem, contudo, haver integração sintática do suplemento na estrutura<sup>170</sup>, a relação é sinalizada por um conector (ou marcador) discursivo. Quer num caso quer no outro, o conector guia o interlocutor no processo interpretativo, facultando instruções sobre qual a relação discursiva entendida pelo locutor. E há evidência empírica que valida a assunção de que os conectores, com o seu significado procedimental, têm um impacto positivo na redução dos custos de processamento.

Para muitos investigadores, a apreensão de uma relação discursiva, mesmo quando sinalizada por um conector, entendido como operador de processamento explícito, corresponde sempre a um processo inferencial. Relembre-se aqui a definição de implicatura convencional de Grice: numa estrutura do tipo

---

<sup>170</sup> Cf. Huddleston & Pullum's: "It is the lack of integration into the syntactic structure that distinguishes supplementation from dependency constructions and coordination. But supplementation is like coordination in being non-headed: since the supplement is not integrated in the structure it cannot function as a dependent to any head." (1350). (...) "although supplements are not syntactically dependent on a head, they are semantically related to what we call their *anchor*." (2002:1351). Veja-se um exemplo: (i) *Está a chover torrencialmente. Todavia, vou dar um passeio.*

*p* mas *q*, mas implícita convencionalmente que o que se diz em *q* é de algum modo inesperado ou surpreendente face ao que foi dito em *p*. E o interlocutor reconstitui essa implicatura via inferência.

Mas as relações discursivas que interligam coerentemente os diferentes segmentos textuais podem ser inferidas pelo ouvinte/leitor na ausência de qualquer conector, apenas em função da interação entre os conteúdos proposicionais expressos e o nosso conhecimento do mundo. Comparem-se os exemplos:

(8.12) O nível do mar está a subir *porque* há alterações climáticas muito significativas.

(8.13) Há alterações climáticas muito significativas. O nível do mar está a subir.

Ambos ilustram uma relação discursiva de Causa, sinalizada pelo conector *porque* em (8.12) e meramente inferida em (8.13).

São várias as propostas de tipologização ou parametrização destas relações e não há convergência entre as propostas disponíveis, nem no que toca ao número das relações elencadas nem no que toca às suas designações (Hobbs 1990, Sanders et al. 1992, Taboada & Mann 2006, Kheler 2004, Asher & Lascarides 2000, e.o.). Há, no entanto, algum consenso no que toca ao critério adotado nas tipologias disponíveis: com efeito, é o plano da significação em que tais relações operam que tem estado na base de muitas dessas propostas tipológicas. Assim, parece haver basicamente dois tipos de relações discursivas, as que operam no domínio mais estritamente semântico da coerência textual, interligando as situações representadas nas diferentes proposições que ocorrem no texto, e as que operam no domínio ilocutório, articulando atos discursivos e contribuindo para a construção da coerência pragmático-funcional do texto.

Se assumirmos que uma das funções incontornáveis da linguagem verbal se prende com a representação (de situações) do mundo, como sistema simbólico de representação que é, facilmente se compreende que as primeiras relações discursivas mencionadas – que podem ser exemplificadas pelas relações de causa, consequência, finalidade ou propósito, contraste, paralelismo, disjunção alternativa, sequência temporal, enquadramento, adição/listagem de informação, entre outras – tenham um papel de relevo a desempenhar na construção da coerência textual. Voltando aos exemplos (8.12) e (8.13), a conexão causal

instituída entre as duas situações descritas é um elemento central da coerência do pequeno texto em apreço. E note-se o forte suporte cognitivo do nosso juízo de coerência: a relação de causa é processada sem qualquer entrave (mesmo na ausência de conector), dado que é compatível ou conforme com aquilo que sabemos acerca do mundo.

No entanto, é sabido que a linguagem verbal não se limita a modelizar o mundo, não sendo, pois, redutível a um mero sistema sógnico de representação. Efetivamente, através da linguagem agimos e interagimos socialmente, cumprindo determinados planos comunicativos, o que configura a linguagem como uma forma de comportamento e um instrumento de ação, como foi sobejamente realçado no capítulo 5. Daí que a dimensão interpessoal ou pragmático-funcional da significação não possa ser escamoteada na representação mental da coerência de um texto. Veja-se um exemplo:

(8.14) Vem ter comigo esta noite, por favor. Preciso urgentemente de desabafar.

Em (8.14), o falante expressa um pedido, através do primeiro enunciado, e, seguidamente, justifica esse pedido. A relação de justificação, que interliga os dois enunciados, corresponde justamente à função ilocutória que o segundo enunciado desempenha, quando articulado com o primeiro, num processo de interpretação retroativa<sup>171</sup>. Note-se que é possível articular os dois enunciados através de um conector, pertencente à classe dos tradicionalmente chamados conectores explicativos:

(8.14 a) Vem ter comigo esta noite, por favor, *pois* preciso urgentemente de desabafar.

A análise desta segunda subclasse de relações discursivas convoca uma problemática já aflorada na secção 5.4. do capítulo 5, a questão das articulações sequenciais de atos ilocutórios. Na verdade, para além dos atos de

---

<sup>171</sup> Para uma análise mais aprofundada sobre a relação de justificação, cf. Lopes (2009).

fala por natureza sequenciais, os clássicos pares adjacentes que ocorrem em situações de diálogo – pergunta/resposta, crítica/aceitação ou rejeição da crítica, reclamação/pedido de desculpa, por exemplo –, outros há cuja análise requer também a tomada em consideração do plano transfrásico, no quadro do texto monológico. Assim, quando falamos de elaboração (por exemplificação ou especificação), reformulação, conclusão, contraste antitético, entre outras possibilidades, estamos a nomear relações discursivas que correspondem afinal ao papel específico que um ato ilocutório desempenha ao ser articulado com outro(s) numa sequência textual.

Não é nosso propósito discutir aqui o grau de adequação descritiva e de plausibilidade psicológica das diversas tipologias disponíveis sobre as relações discursivas que alicerçam a coerência semântica e pragmático-funcional de um texto, mas tão somente sublinhar que se trata de uma área em franco desenvolvimento nas últimas décadas e em produtiva interface com a Pragmática. Para além das categorizações que emanam da Linguística teórica (cf. Halliday 1976, van Dijk 1977, Roulet et al. 1985, Sanders, Spooren & Noordman 1992, Sanders et al. 2001, Kheler 2004, e.o.), também na Linguística computacional houve tentativas várias de estabelecer tipologias de relações que articulam orações e enunciados, motivadas pela necessidade de construção de modelos computacionais de interpretação e produção discursivas (cf. Hobbs 1985, Asher & Lascarides 1994, 2003, e.o.).

Do nosso ponto de vista, os conectores constituem uma base empírica forte para alicerçar uma tipologia minimamente controlada e consistente das relações discursivas (Knott & Sanders 1998, Taboada 2006). Assim, para além da tipologia semântica das orações coordenadas e subordinadas adverbiais que as gramáticas tradicionalmente contemplam e que se esteiam justamente na ocorrência de determinadas conjunções e locuções conjuncionais, já foram recenseadas, para o PEC, diferentes classes de conectores/marcadores discursivos (Lopes 2014), responsáveis pela sinalização de relações discursivas reconhecidas em todos os quadrantes teóricos, independentemente das flutuações terminológicas existentes. A título de exemplo, os conectores elaborativos, como *(mais) concretamente, nomeadamente, designadamente, em particular* ou *por exemplo*, sinalizam expansão de informação que exemplifica ou especifica informação prévia; os contrastivos, como *ao invés, pelo contrário, já*, sinalizam

um contraste antitético entre situações comparáveis; os conclusivos, como *logo*, *portanto*, *por isso*, *consequinte*, *então*, sinalizam que o enunciado que introduzem deve ser lido como uma consequência lógica inferida a partir de uma premissa previamente expressa.

Concluiremos dizendo que a pesquisa em torno das relações discursivas está ainda na sua infância. No entanto, uma coisa é certa: a construção de uma representação mental coerente de um texto radica, em larga medida, na nossa capacidade de apreender as relações que interligam os seus diferentes segmentos, a nível proposicional e/ou ilocutório. E a apreensão dessas relações mobiliza processos de raciocínio inferencial, nomeadamente quando não há nenhuma chave linguística que guie a interpretação. Em última análise, são os princípios que presidem ao uso cooperativo da linguagem, estudados no âmbito da Pragmática, que nos impelem a construir a coerência de um texto.

## **8.2. Sumário**

Neste capítulo, puseram-se em relevo as interações estreitas entre a Pragmática e a Linguística Textual. Começou-se por definir o que se entende por texto, a unidade originária observável quando se olha para uma língua a ser utilizada comunicativamente, e focaram-se duas propriedades centrais da textualidade, a coesão e a coerência. Procurou-se evidenciar que a construção, pelo recetor, da coerência referencial e relacional de um texto mobiliza diversos processos inferenciais; tais processos foram ilustrados, essencialmente, através da anáfora associativa e da apreensão das relações discursivas que interligam segmentos textuais, integrando-os num todo coerente de significado.

## Exercícios

1. Atente nos seguintes enunciados e explique por que razão os referentes dos SN em *itálico*, em cada alínea, são apresentados como entidades conhecidas, em função da ocorrência do artigo definido:

a. Fomos à Feira Popular. *As farturas* estavam deliciosas, mas *as rifas* foram uma decepção.

b. Houve um acidente aparatoso no IC3. *Os feridos graves* foram imediatamente transportados de ambulância para o hospital mais próximo.

c. Li um livro fascinante nas férias. *A autora* era-me totalmente desconhecida.

d. Ontem, a sessão no Parlamento foi morna. *Os deputados* apenas desenvolveram argumentação politicamente correta.

2. Atente no seguinte par pergunta/resposta, atestado num teste escolar, e explique o que causa a incoerência da resposta:

P: A altura de um jogador de basquete é de 180 cm. Qual é a sua altura em metros?

R: A minha é 1,72m.

3. Identifique as relações discursivas que tornam coerentes cada um dos pequenos textos que a seguir se apresentam, partindo da seguinte lista: reformulação, elaboração, refutação, contraste e conclusão:

a. A: O Rui teve dois filhos.

B: Dois não, três!

b. Personalidade múltipla: Estado patológico em que uma pessoa se encontra que leva a que fragmente, inconscientemente, a sua personalidade em duas ou mais, sem se aperceber desse facto. Ou seja, não tem consciência da existência da(s) restante(s) personalidade(s). (CdP)

c. Estas medidas visam uma maior abertura do Estado e o estabelecimento de transparência na relação Estado-cidadão. Mais concretamente, as medidas propostas pretendem acelerar a educação para a sociedade da informação e disponibilização de meios de base e de recursos às escolas, às associações, às bibliotecas” (CRPC).

d. Não me deste a mão quando precisei de ti. Portanto, não esperes agora grande solidariedade da minha parte.

4. Em <http://www.sfu.ca/rst/>, encontra uma apresentação sucinta da Rhetorical Structure Theory, uma das teoria referidas neste capítulo que oferece uma tipologia das relações discursivas operantes na construção da coerência textual. Tente construir pequenos textos que ilustrem cada uma das relações aí discriminadas.

5. Tente explicitar com clareza por que motivo se pode argumentar a favor da centralidade da Pragmática na Linguística Textual.

### **Outras leituras**

Kehler 2014

Sanders *et al.* 1992

Taboada & Mann 2006

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta etapa final de encerramento do livro, justifica-se uma última reflexão sobre as fronteiras entre a Semântica e a Pragmática. De facto, ambas as áreas se ocupam do estudo da interpretação de enunciados linguísticos, pelo que uma tentativa de clarificação das suas eventuais fronteiras surge como um ponto não escamoteável. Tarefa árdua, porém, que não pretende extrair nenhuma conclusão prematura, antes se inscreve numa linha de questionamento aberto, não turvado por disputas 'territoriais' estéreis e pouco consentâneas com a conceção de saber como processo de permanente indagação.

Não há dúvida de que é com a Semântica que a Pragmática mantém uma interface mais acentuada, havendo mesmo quem hoje defenda que estão hoje a esbater-se gradualmente as fronteiras entre as duas áreas. Mas importa percorrer, ainda que de forma minimalista, o caminho que pode desembocar nessa conclusão.

A significação, ponto de chegada e ponto de partida de toda a atividade linguística, tem sido tradicionalmente abordada segundo dois enfoques distintos. Assim, o objeto de conhecimento da Semântica seria o significado constante e invariável das expressões linguísticas, cuja apreensão depende exclusivamente da competência léxico-gramatical dos falantes. Noutras palavras, competiria à Semântica descrever (e eventualmente formalizar) o conhecimento intuitivo que os falantes nativos de uma língua têm acerca do significado explícito, literal e convencional das expressões dessa língua, bem como das relações de significado que sustentam entre si, no plano lexical e frásico. E uma outra vertente da semântica seria a explicitação das regras que presidem à boa formação semântica das expressões complexas: só é interpretável uma construção semanticamente bem formada, desprovida de anomalias, e essa boa formação pressupõe regras de natureza composicional, que derivam o significado do todo a partir do significado das partes e do modo como estas se encontram sintaticamente estruturadas. Nesta ótica, perfila-se desde logo uma opção decisiva, em termos epistemológicos: o significado contemplado numa teoria semântica é o significado invariante das expressões linguísticas, independentemente das situações em que são utilizadas e das intenções comunicativas do falante. Como afirma lapidariamente Leech (1983:6):

“meaning in semantics is defined purely as a property of expressions in a given language, in abstraction from particular situations, speakers, or hearers.”

Em Semântica, a pergunta é, pois, paradigmaticamente ‘o que é que X significa?’, abstração feita das situações e dos falantes, podendo X ser uma palavra, um sintagma, uma frase.

Esta perspetivação diádica, em que o significado é associado a uma expressão linguística, que o ‘contém’ de forma invariante, está indissociavelmente associada a teorias semânticas que privilegiam em absoluto a função referencial da linguagem humana, entendida como sistema sígnico que faculta a representação de entidades e situações do mundo (ou de um mundo). São as chamadas teorias semânticas referenciais, cujo denominador comum é justamente a ideia de que as estruturas semânticas codificam informação sobre o(s) mundo(s), com base em convenções sígnicas e regras combinatórias de carácter intersubjetivo. E uma dessas teorias referenciais, porventura a mais representativa, é a semântica verocondicional, que equaciona o significado das frases com o conhecimento das suas condições de verdade, ou seja, a forma que o mundo teria de assumir para que a frase pudesse ser considerada verdadeira.

Já no âmbito da Pragmática, o objeto de conhecimento é o significado do enunciado, o *utterance meaning*, e as relações entre o significado convencional e o contexto (situacional, verbal e cognitivo). A construção do objeto de conhecimento em Pragmática radica numa conceção outra da linguagem humana, preferencialmente concebida, no quadro de uma teoria da ação, como uma forma de comportamento e um instrumento de (inter)ação, na práxis social. Assim se compreende que os aspetos do significado que a Pragmática privilegia são aqueles que só podem ser descritos e explicados pelo uso contextual da língua, num determinado quadro comunicativo. Neste sentido, a pragmática é largamente tributária, como se espera que tenha ficado claro ao longo deste livro, de uma reflexão filosófica que coloca no centro do processo comunicativo a intencionalidade do falante, as capacidades inferenciais dos participantes envolvidos na interação verbal e o *common ground* que potencialmente partilham. Assim, a conceção de significado em jogo envolve necessariamente uma pergunta do tipo ‘o que é que o falante quis dizer com X?’ Consequentemente, uma investigação de índole pragmática acentuará sempre as relações entre o

enunciado e os contextos (situacional, verbal e cognitivo) que presidem à sua formulação, pondo em relevo o grau de subdeterminação e a incompletude referencial e comunicativa do significado computado exclusivamente a partir da competência léxico-gramatical dos falantes.

Em síntese: tradicionalmente, a divisão de trabalho entre Semântica e Pragmática ancora na assunção de que há um nível autónomo de descrição linguística, em que se interpretam itens lexicais e proposições entendidos como objetos abstratos não contextualizados (domínio semântico) e um outro, que envolve a interpretação de enunciados, largamente dependente de variáveis contextuais (domínio pragmático).

E embora hoje em dia, como se verá a seguir, se conteste uma divisão de trabalho tão estanque, não é menos verdade que a distinção entre os dois planos do significado discriminados não é de todo despicienda. Com efeito, como afirma Birner (2013: 294):

“there is a very useful distinction to be made between two very different sorts of linguistic meaning: first, what is encoded in the language itself, independent of any particular speaker or context of utterance; and second, what is conveyed, or intended to be conveyed, by the use of this utterance and this context, including what is inferred as well as the subtleties that do not affect truth or falsity, that is, the appropriateness of mapping between utterances and states of affairs.”

Na visão mais clássica, há, portanto, dois momentos no processo interpretativo: a semântica descreve *o dito*, em termos composicionais ou combinatórios, funcionando este como o *input* da pragmática; a interpretação pragmática, a partir do dito e tendo em conta princípios reguladores do uso da linguagem e assunções contextuais partilhadas, descreve *o comunicado*. Acrescente-se que *o comunicado* inclui aquilo que o falante *faz* ao dizer algo, bem como um conjunto de dimensões implícitas de significação reconstituídas inferencialmente pelo ouvinte/leitor.

Mas acontece que esta divisão de trabalho estrita e estreita entre as duas áreas enfrenta diversos escolhos. Em primeiro lugar, o leitor já interiorizou que há expressões linguísticas cuja interpretação é diretamente determinada pelas coordenadas do contexto situacional, sendo, portanto, decisivo um sistema de

*input* perceptivo para a sua saturação semântica. Referimo-nos, naturalmente, às expressões dêiticas, abordadas no capítulo 2. Ora o valor referencial preciso destas expressões contribui decisivamente para a construção de uma proposição completa, isto é, de uma proposição em que não há variáveis por preencher (e que pode, por conseguinte, ser tratada verocondicionalmente e avaliada em termos de verdadeira ou falsa). Por outro lado, também no caso da resolução da anáfora, como vimos, intervêm inferências pragmáticas. E a resolução da anáfora é condição *sine qua non* para a construção da proposição completa que hospeda o termo anafórico, e, como corolário, para a sua formalização em termos de condições de verdade.

Parece, pois, plausível concluir que, tanto nos enunciados em que ocorre uma expressão dêitica como naqueles em que ocorre uma expressão anafórica, o significado estritamente linguístico é subdeterminado, na medida em que comporta variáveis que o interlocutor terá de preencher para interpretar cabalmente o que neles é dito, ou seja, para reconstituir a proposição efetivamente comunicada pelo falante. A subdeterminação é contextualmente saturável, e as expressões dêiticas e anafóricas ‘programam’ o processo interpretativo, no sentido de um enriquecimento do significado linguístico que envolva a especificação dos valores referenciais efetivamente comunicados.

E para além das questões de resolução da anáfora e de afetação de valores referenciais a expressões dêiticas, outros exemplos foram dados ao longo deste livro, nomeadamente, processos pragmáticos de desambiguação e especificações conceptuais contextualmente requeridas (cf. capítulo 7), necessários para a construção de uma proposição completa, o que evidencia que uma conceção linear e aditiva da pragmática não é de todo sustentável.

Assim, numa linha de reflexão tributária das teorias neo-griceanas (e que tem eco também na Teoria da Relevância), parece-nos inquestionável que as representações semânticas construídas apenas a partir das estruturas sintáticas e do material lexical não são, de facto, na larguíssima maioria dos casos, proposições completas. E isto porque o significado linguístico comporta tipicamente variáveis ou dimensões abertas, não especificadas, que convocam uma saturação contextual (sendo relevantes os três tipos de contexto mencionados logo no capítulo 1 deste livro: situacional, verbal e cognitivo). Como afirma Levinson (1983: 59), “sentences in the abstract do not in general express propositions at

all; it is only utterances of them in specific contexts that express specific states of affairs.”

Neste sentido, parece plausível avançar a ideia de que os processos pragmáticos intervêm em dois momentos, no processo interpretativo. Num primeiro momento, são cruciais na construção mental das proposições entendidas pelo falante, ‘enriquecendo’ o significado linguístico, num processo que implica acesso a informação co(n)textual e mobilização de heurísticas pragmáticas. A ‘intrusão’ da pragmática verifica-se logo na primeira fase do processamento semântico do enunciado. Numa segunda fase do processo interpretativo, o cálculo do significado efetivamente comunicado pelo falante (o significado do enunciado, ou *utterance meaning*), que engloba a apreensão da dimensão ilocutória do enunciado bem como as inferências contextualmente requeridas para que o enunciado seja relevante, volta a mobilizar heurísticas pragmáticas. Em suma, é a interface entre Semântica e Pragmática que parece viabilizar a construção da interpretação plena de qualquer fragmento discursivo/textual.

É verdade que, nas últimas décadas, o papel do contexto (nomeadamente verbal/discursivo, mas também situacional e cognitivo) tem merecido uma atenção crescente por parte de semanticistas que se propõem descrever o processo dinâmico e incremental que corresponde à interpretação do discurso/texto (Heim 1989, Kamp & Ryle 1993, e.o). Neste novo enfoque, que deliberadamente transcende os limites da frase abrindo-se à sequencialização discursiva, a interpretação passa a ser contextualmente condicionada ou dependente. Concomitantemente, o significado de uma frase enunciada deixa de ser definido em termos das suas condições de verdade, passando a ser perspectivado como o seu potencial para alterar um determinado estado de informação.

Mas não parece menos verdade que a abertura da semântica ao discurso anule o domínio de investigação da Pragmática. Com efeito, parece plausível defender que a descrição e explicação dos processos que permitem aceder à significação não literal, comunicada de forma indireta ou implícita, será sempre uma área fértil de pesquisa no âmbito da Pragmática. Por outras palavras, o processo de formulação de hipóteses interpretativas probabilísticas, que correspondem a inferências espoletadas por princípios conversacionais e objetivos interacionais, integrará sempre o campo de pesquisa pragmática. Por outro

lado, também a dimensão ilocutória dos enunciados parece ser um domínio por excelência da investigação pragmática.

Como se afirma em Lopes (2006:292), se “elegermos como objeto de investigação o discurso, verificamos (...) que a sua interpretação mobiliza diferentes e heterogêneos domínios de análise no plano da significação, o que parece apontar para a produtividade de uma interface entre Semântica e Pragmática.” De facto, a interpretação envolve o significado explícito e implícito, referencial, acional e interacional. Sendo a linguagem verbal um fenómeno complexo, em função do ponto de vista adotado e dos objetivos da investigação constroem-se objetos de conhecimento que são sempre parcelares relativamente ao objeto empírico considerado na sua inteireza. O confronto entre Semântica e Pragmática, que não está resolvido, parece apontar justamente para o relevo do ponto de vista ou das assunções de partida sobre a natureza da linguagem verbal. Assim, a valorização da arquitetura de uma língua natural, perspetivada como sistema de unidades discretas e regras combinatórias, desemboca numa semântica formal e numa engenharia da linguagem com implicações computacionais; já a vinculação da linguagem às condições do seu uso e aos mecanismos cognitivos que esse uso mobiliza, na produção e na interpretação, abre outras vias de indagação que iluminam outros aspetos da atividade linguística.

Mas uma coisa é certa: qualquer teoria que vise integrar os diferentes níveis por que se reparte a significação terá de se confrontar com um facto incontornável: a dependência contextual da interpretação do discurso/texto, destacando no termo *contexto* duas vertentes fulcrais, a vertente situacional e a vertente cotextual. E certamente a relação entre linguagem e cognição social, por um lado, e processos abduativos de raciocínio, por outro, serão também filões de relevo na pesquisa das próximas décadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abush, D. (2002). Lexical alternatives as a source of pragmatic presuppositions, in B. Jackson (ed.) *Proceedings of Semantics and Linguistic Theory (SALT) 12*. CLC Publications, 1-19. Disponível em <http://conf.ling.cornell.edu/abusch/Abusch-Pragmatic-Presupposition.pdf>
- Abbott, B. (2006). Where have some of the presuppositions gone? In B. Birner & G. Ward (eds.) *Drawing the boundaries of meaning* (1-20). Amsterdam: John Benjamins.
- Allan, K. & Jaszczolt, K. (eds.) (2012). *The Cambridge Handbook of Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Anderson, S. R. & Keenan, E. L. (1985). Dêixis. In T. Shopen (ed.) *Language typology and syntactic description*. 3 vols. Cambridge: Cambridge University Press, 259-308.
- Ariel, M. (1990). *Assessing noun-phrases antecedents*. London: Routledge.
- Ascher, N. & Lascarides, A. (2003). *Logics of Conversation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Atlas, J. D. (2004). Presupposition. In L. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 29- 52.
- Austin, J. L. (1962). *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press.
- Bechara, E. (2002). *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Benveniste, E. (1966). L'homme dans la langue. In E. Benveniste, *Problèmes de Linguistique Générale*. Paris: Gallimard, 225-285.
- Beaugrande, R. (1980). *Text, Discourse and Process: a Multidisciplinary Science of Texts*. London: Longman.
- Beaugrande, R. & Dressler, W. (1981). *Introduction to Textlinguistics*. London: Longman.
- Bezuidenhout, A. (2017). Contextualismo and semantic minimalism. In
- Birner, B. (2013). *Introduction to Pragmatics*. Wiley-Blackwell.
- Blakemore, D. (1987) *Semantic constraints on relevance*. Oxford: Blackwell.
- Blakemore, D. (2002). *Relevance and linguistic meaning: the semantics and pragmatics of discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Blakemore, D. (2004). Discourse markers. In L. R. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 221-240.
- Brito, A. M. & Raposo, E. P (2013). Complementos, modificadores e adjuntos no sintagma nominal. In E. P. Raposo et al. (orgs) *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1045-1113.
- Briz, A. & Val.Es.Co research group (2003). Un sistema de unidades para el estudio del lenguaje coloquial. *Oralia* 6: 7-61.
- Briz, A. & Pons, S. (2010). Unidades, marcadores y posición. In O. Loureda & E. Acín (eds.) *Estudios sobre Marcadores del Discurso Hoy*. Madrid: Arco Libros, 523-557.

- Briz, A. (2005). Para un análisis semántico, pragmático y sociopragmático de la cortesía atenuadora en España y América. *Lea*, XXIX, 1-40.
- Brown, R. W. & Gilman, A. (1960). The pronouns of power and solidarity. In T. Sebeok (ed.) *Style in language*. Cambridge, MA: MIT Press, 253-276.
- Brown, P. & Levinson, S. (1987). *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brown, P. (2017). Politeness and impoliteness. In Y. Huang (ed.) *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 383-399.
- Bublitz, W. & Norrick, N. (eds.) (2011). *Foundations of Pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton.
- Bühler, K. (1934). The deictic field of language and deictic words. Reimpresso in R. Jarvella & W. Klein (eds.) (1982) *Speech, Place and Action: Studies of Deixis and Related Topics*. Chichester: John Wiley and Sons, 9-30.
- Carapinha, C. (1998). A sequência discursiva pergunta-resposta. In J. Fonseca (org.) *A organização e o funcionamento dos discursos*. Tomo II. Porto: Porto Editora, 11-220.
- Carnap, R. (1942). *Introduction to Semantics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Carreira, M. H. (1994). Pedido de desculpa e delicadeza. In *Atas do X Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística*. Universidade de Évora, 105-116.
- Carreira, M. H. (1997). Modalisation linguistique en situation d'interlocution: proxémique verbale et modalités en portugais. Louvain-Paris: Peeters.
- Carreira, M. H. (2004). Les formes d'allocution du portugais européen: valeurs et fonctionnements discursifs. Disponível em: [http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio\\_paris/ponencias/pdf/cvc\\_araujo.pdf](http://cvc.cervantes.es/obref/coloquio_paris/ponencias/pdf/cvc_araujo.pdf). Acedido em dezembro de 2016.
- Carston, R. (2002). *Thoughts and utterances: the pragmatics of explicit communication*. Oxford: Blackwell.
- Carvalho, A. S. A. de (2013). An overview of vocatives in European Portuguese. Disponível em <https://journals.lib.unb.ca/index.php/la/article/viewFile/22524/26180>
- Carvalho, J. H. de (1973). *Teoria da Linguagem*, tomo 1. Coimbra: Atlântida Editora.
- Casanova, I. (1996). A força ilocutória dos atos diretivos. In I. H. Faria et al. (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 429-436.
- Cintra, L. F. L. (1972). *Sobre 'Formas de Tratamento' na língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Clark, H. (1996). *Using language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cunha, C. & Cintra, L. F. (1984). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Sá e Melo.
- Cutting, J. (2002). *Pragmatics and Discourse*. London: Routledge.
- Degand, L. & Sanders, T. (2002). The impact of relational markers on expository text comprehension in L1 and L2. *Reading and writing*, 15/7-8, 739-757.

- Diessel, H. (1999). *Demonstratives: form, function and grammaticalization*. Amsterdam: John Benjamins.
- Diessel, H. (2012). Dêixis and demonstratives. In Maienborn & Portner (eds.) *Semantics*. Berlin: De Gruyter Mouton, 1-25.
- Duarte, I. (2013). Construções de topicalização. In In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 401-427.
- Duarte, I.M. (2010). Formas de tratamento: item gramatical no ensino do Português Língua Materna. In A. M. Brito (org.). *Gramática: História, teorias, aplicações*. Porto: Faculdade de Letras, 133-146.
- Duarte, I. M. (2011). Formas de Tratamento em Português. Entre léxico e discurso. *Ma-traga*, 18/28, 84-101. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10216/75411>
- Duarte, I.M. & Marques, A. (2014). As formas pronominais EU/TU: valor genérico e distanciação. *Revista Galega de Filoloxía*, 15, 69-85.
- Ducrot, O. (1972). *Dire et ne pas dire: principes de sémantique linguistique*. Paris: Hermann.
- Ducrot, O. (1979). Les lois du discours. *Langue Française* 42, 21-33.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Paris: Minuit.
- Fillmore, C. (1997). *Lectures on dêixis*. Standford: CSLI Publications.
- Fonseca, F. I. (1984). Subjonctif et impératif en portugais. Une contribution à l'étude de la configuration linguistique du SOUHAIT, de l'ORDRE, du REGRET et du REPRO-CHE. *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*, vol.1. Porto, 237-245.
- Fonseca, J. (1992). *Linguística e Texto/Discurso*. Lisboa. ICALP.
- Fonseca, F. I. (1985). Dêixis et anaphore temporelle em portugais. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Línguas e Literaturas*, vol.1, Porto, 277-292.
- Fonseca, J. (1994 a). O lugar da Pragmática na Teoria e na Análise Linguísticas. In J. Fonseca, *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 95-104.
- Fonseca, J. (1994 b). Para uma iniciação metódica à Pragmática Linguística. In J. Fonseca, *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 11-46.
- Fonseca, J. (1994 c). Dimensão accional da linguagem e construção do discurso. In J. Fonseca, *Pragmática Linguística. Introdução, Teoria e Descrição do Português*. Porto: Porto Editora, 105-132.
- Fonseca, J. (1993). Pragmática dos enunciados vazados nas sequências 'p! eq' e 'p! ou q'. In J. Fonseca, *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática do Português*. Porto: Porto Editora, 149-179.
- Fonseca, F. I. (1996). Dêixis e pragmática linguística. In I. H. Faria et al. (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 437-420.

- Frege, G. (1952). On sense and reference. In P. Geach & M. Black (eds.) *Translations from the philosophical writings of Gottlob Frege*. Oxford: Blackwell, 56-78.
- Gazdar, G. (1979). *Pragmatics: implicatures, presupposition and logical form*. London: Academic Press.
- Geraldi, J. W. (1991). *Portos de passagem*. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora.
- Geurts, B. (2017). Presupposition and givenness. In Y. Huang (ed.) *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 180-198.
- Gómez González, M. de los A. (2014). Canonical tag questions in English, Spanish and Portuguese. A discourse-functional study. In *Languages in Contrast*, 14/1, 93-126.
- Gonçalves, M. (2002). *A Interjeição em Português. Contributo para uma abordagem em Semântica Discursiva*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gordon, D. & Lakoff, G. (1975). Conversational postulates. In P. Cole & J. Morgan (eds.), *Syntax and semantics 3: speech acts*. London: Academic Press, 83-106.
- Gouveia, C. (1996). Pragmática. In Faria, I.H. et al. (orgs.) *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 383-420.
- Gouveia, C. (2008). As dimensões da mudança no uso das formas de tratamento em português europeu. In F. Oliveira & I. M. Duarte (eds.) *O fascínio da Linguagem*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 91-100.
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole & J. Morgan (eds.), *Syntax and semantics 3: speech acts*. London: Academic Press, 41-58.
- Grice, H. P. (1989). *Studies in the way of words*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Grundy, P. (1995). *Doing Pragmatics*. London: Arnold.
- Guilherme, A. R.B. & Bermejo, V. (2015). Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em PE. *LaborHistórico*, 1/2, 167-180.
- Gumperz, J. (1982). *Discourse Strategies*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gumperz, J. & Hymes, D. H. (eds.) (1972). *Directions in Sociolinguistics*. New York: Holt, Rinehart & Winston.
- Gundel, J. et al. (1993). Cognitive status and the form of referring expression in discourse. *Language*, 69/2, 274-307.
- Halliday, M.A.K. & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. London: Longman.
- Hanks, W. F. (2011). Dêixis and indexicality. In Bublitz & Norrick (eds), 315-346.
- Haverkate, H. (1994). *La cortesía verbale. Estudio pragmatolinguístico*. Madrid: Gredos.
- Heringer, H.-J. & Lima, J. P. de (1987). *Palavra puxa palavra: comunicação e gramática dependencial*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Hirschberg, J. (1991). *A theory of scalar implicature*. New York: Garland.
- Hobbs, J. R. (1985). On the coherence and Structure of Discourse. Technical Report CSLI, Stanford University. Disponível em <http://www.isi.edu/~hobbs/ocsd.pdf>

- Horn, L.R. (1984). Toward a new taxonomy for pragmatic inference: Q-based and R-based implicature. In D. Schiffrin (ed.) *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington Dc: Georgetown University Press, 11-42.
- Horn, L. R. (1989). *A natural history of negation*. Chicago: University of Chicago Press.
- Horn, L.R. (2004). Implicature. In L.R.Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 3-28.
- Horn, L.R. (2007). Neo-Gricean pragmatics. A Manichaeian manifesto. In N. Burton-Roberts (ed.) *Pragmatics*. London: Palgrave Macmillan, 158-183.
- Huang, Y. (2007). *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press.
- Huang, Y. (2014). *Pragmatics*. 2ª edição. Oxford: Oxford University Press.
- Huang, Y. (2011). Types of inference: entailment, presupposition, and implicature. In W. Bublitz & N. Norrick (eds.) *Foundations of Pragmatics*. Berlin: De Gruyter Mouton, 397-424.
- Huddleston, R. & Pullum, G. K. (2002). *The Cambridge Grammar of the English Language*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kamp, H. & Reyle, U. (1993). *From discourse to logic: introduction to model theoretical semantics of natural languages, formal logic and discourse representation theory*. Dordrecht: Kluwer.
- Karttunen, L. (1973). Presuppositions of compound sentences. *Linguistic Inquiry* 4, 169-193.
- Karttunen, L. & Peters, S. (1979). Conventional implicature. In C. K. Oh & A. D. Dineen (eds.) *Syntax and semantics 11: presupposition*. London: Academic Press, 1-56.
- Kheler, A. (2014). Discourse Coherence. In L. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 241-265.
- Kintsch, W. (1998). *Comprehension: A paradigm for cognition*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Kleiber, G. (2001). *L'anaphore associative*. Paris: PUF.
- Knott, A. & Sanders, T. (1998). The classification of coherent relations and their linguistic markers: an exploration of two languages. *Journal of Pragmatics*, 30, 135-175.
- Langacker, R. (1987). *Foundations of Cognitive Grammar*. Standford: Standford University Press.
- Leech, G. N. (1983). *Principles of Pragmatics*. London: Longman.
- Levinson, S. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Levinson, S. (2000). *Presumptive meanings. The theory of generalized conversational implicature*. Cambridge, MA: The MIT Press.
- Levinson, S. (2004). Dêixis. In L. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 97- 121.
- Levinson, S.(2017). Speech Acts. In Y.Huang (ed.) *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 199-216.

- Levinson, S. & Evans, N. (2010). Time for a sea-change in Linguistics: response to comments on 'The myth of language universals'. *Lingua* 120: 2733-2758.
- Lima, J. P. de (org.) (1983). *Linguagem e Acção. Da filosófica analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas.
- Lima, J.P.de (2007). *Pragmática Linguística*. Lisboa: Caminho.
- Lopes, A.C.M. (1995). Para uma análise semântica dos tempos do Presente em português. *Cadernos de Semântica*, 21, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Lopes, A.C.M. & Morais, F. (2000). Antes e depois: para uma análise semântico-pragmática. *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXIII, 183-243.
- Lopes (2004). *De facto*. In F. Oliveira, F. & I. M. Duarte (orgs.), *Da Língua e do Discurso*. Porto: Campo das Letras, 417-430.
- Lopes, A.C.M. & Carapinha, C. (2004). Contributos para uma análise semântica de construções com *assim*. *Seminários de Linguística*, 5, 1-23.
- Lopes, A. C. M. (2005). Texto e coerência, *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 9, 13-33.
- Lopes, A.C.M. (2006). Fronteiras entre semântica e pragmática: algumas reflexões. In C. Maia, A. C. M. Lopes e G. Rio-Torto (orgs.), *Miscelânea de Estudos In Memoriam José G. Herculano de Carvalho*, vol. XXV da *Revista Portuguesa de Filologia*, Tomo I, 275-294.
- Lopes, A. C. M. (2009). Justification: a coherent relation. *Pragmatics*, 19/2, 223-239.
- Lopes, A. C. M. (2011). Contributos para o estudo das finais de enunciação no Português europeu contemporâneo. *Linguística. Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto*, 6/1, 125-148.
- Lopes, A.C.M. (2012 a). Interfaces. In *Textos Seleccionados do XXVIII Encontro Nacional da APL*. CD-ROM, 1-17.
- Lopes, A. C. M. (2012 b). Contributos para uma análise semântico-pragmática das causais de enunciação no Português europeu contemporâneo". *Alfa. Revista de Linguística* 56/ 2, 451-468.
- Lopes, A.C.M. (2013). Contributos para o estudo do marcador discursivo 'claro' em Português europeu". *Revista Galega de Filoloxía*, 13, 71-83.
- Lopes, A.C.M. (2014). Discourse Markers. In In Wetzel, L. & Menuzzi, S. (eds.) *Handbook of Portuguese Linguistics*. New York: Wiley-Blackwell, 441-456.
- Lopes, A.C.M. (2015). Contributos para o estudo das orações subordinadas adverbiais introduzidas por *sem* em PEC. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 10, 183-196.
- Lopes, A.C.M. (a publicar) Eis: um dêitico apresentativo?
- Lopes, Ó. (1971). *Gramática simbólica do português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, Ó. (1985). Algumas peculiaridades do Português, e especialmente do português europeu europeu, que importam à teoria da semântica linguística universal. In *Actas do*

- Congresso sobre a situação actual da Língua Portuguesa no mundo*, vol.1. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua portuguesa, 85-104.
- Lyons, J. (1977). *Semantics*, 2 vols. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mann, W. & Thompson, S. (1988). Rhetorical Structure Theory: toward a functional theory of texto organization. *Text* 8/3, 243-281.
- Marmaridou, S. (2010). Dêixis. In L. Cummings (ed.) *The pragmatics encyclopaedia*. London: Routledge, 101-105.
- Marques, M. A. (2008). Quando a cortesia é agressiva. Expressão de cortesia e imagem do outro. In F. Oliveira e I.M. Duarte (org.) *O fascínio da linguagem. Atas do Colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca*- Porto: CLUP, 277-296.
- Marques, R. (2013). Modo. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 673-693.
- Martins, A.M. (2010). Negação metalinguística (*lá, cá e agora*). In A. M. Brito et al. (orgs.) *XXV Encontro Nacional da APL. Textos Seleccionados*. Porto: APL, 567-587.
- Martins, A. M. M. (2013). Posição dos pronomes pessoais clíticos. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2238-2302.
- Martins, A. M. (2016). O sistema responsivo: padrões de resposta a interrogativas polares e a asserções. In A. M. Martins & E. Carrilho (eds.) *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter Mouton, 581-609.
- Martins, A.M. & Costa, J. (2016). Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos; objetos antepostos. In A. M. Martins & E. Carrilho (eds.) *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter Mouton, 371-400.
- Mateus, M.H.M. et al. (2003). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Matthiensen, C. & Thompson, S. (1988). The structure of discourse and subordination. In J. Haiman & S. Thompson (eds.) *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 275-333.
- Mendes, A. (2013). Organização textual e articulação de orações. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1691- 1758.
- Miguel, M. & Raposo (2013). Determinantes. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 819-882.
- Moeschler, J. & Reboul, A. (1994). *Dictionnaire Encyclopédique de Pragmatique*. Paris: Seuil.
- Móia, T. (2003). Subdomínios de significação associados ao tempo –uma panorâmica geral. In I. Castro e I. Duarte (orgs.), *Razões e Emoção. Miscelânea de estudos em homenagem a Maria Helena Mira Mateus*, vol. II. Lisboa: Imprensa-Nacional Casa da Moeda, 95-128.
- Móia, T. (2016). Semântica e Pragmática. In A.M. Martins & E. Carrilho (orgs.) *Manual de Linguística Portuguesa*. Berlin: De Gruyter Mouton, 308-335.

- Morris, C. (1938). *Foundations of the theory of signs*. Chicago: University of Chicago Press.
- Neves, M.H.M. (2011). *Gramática de usos do português*. Editora UNESP.
- Norricks, N. R. (1978). Expressive illocutionary acts. *Journal of Pragmatics*, 2/3, 277-291.
- Oliveira, F. & Lopes, A.C.M. (1995). Tense and Aspect in Portuguese. In R. Thieroff (ed.), *Tense Systems in European Languages II*. Tübingen: Max Verlag, 95-115.
- Oliveira, F. & Mendes, A. (2013). Modalidade. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 625-672.
- Palrilha, S. (2009). Contributos para a análise dos actos ilocutórios expressivos em Português. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Peres, J. (1993). Towards an integrated view of the expression of time in Portuguese. *Cadernos de Semântica*, 14, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Peres, J. (2013). Negação. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 461-498.
- Pinto, R. & Seara, I.R. (2012). “Nós e eles” – Relações assimétricas na comunicação institucional. *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 8, 213-277.
- Potts, C. (2005). *The logic of conventional implicature*. Oxford: Oxford University Press.
- Potts, C. (2015). Presupposition and implicature. In S. Lappin & C. Fox (eds.) *The Handbook of Contemporary Semantics*. Oxford: Blackwell, 168-202.
- Raposo, E. P. (2013 a). Estrutura da frase. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 303-398.
- Raposo, E. P. (2013 b). Advérbio e sintagma adverbial. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1569-1684.
- Raposo, E. P. & Nascimento, F. B. (2013). Nomes próprios. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 995-1044.
- Raposo, E.P. & Xavier, M.F. (2013). Preposição e sintagma preposicional. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1500-1568.
- Reddy, M. (1979). The conduit metaphor – A case of frame conflict in our language about language. In A. Ortony (ed.), *Metaphor and Thought*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rieber, S. (1997). Conventional implicatures as tacit performatives. *Linguistics and Philosophy* 20, 51-72.
- Roberts, C. (1998). Focus, the flow of information, and universal grammar. In P. Culicover & I. McNally (eds.), *Syntax and Semantics 29: The Limits of Syntax*. New York, Academic Press, 109-160.
- Roberts, C. (2004). Context in Dynamic interpretation. In L. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 197-220.

- Roberts, C. (2011). Topics. In K. von Stechow et al. (orgs.) *Semantics. An International Handbook of Natural Language Meaning*, vol. 2. Berlin: De Gruyter Mouton, 1908-1934.
- Roulet, E. et al. (orgs.) (1985). *L'articulation du discours en français contemporain*. Bern: Peter Lang.
- Sacks, H., Schegloff, E. & Jefferson, G. (1974). A simple systematics for the organization of turn-taking for conversation. *Language* 50, 696-735.
- Sadock, J. M. (1974). *Toward a linguistic theory of speech acts*. New York: Academic Press.
- Sanders, T., Spooren, W. & Noordman, L. (1992). Toward a taxonomy of coherence relations. *Discourse Processes*, 15, 1-35.
- Sanders, T. et al. (2000). *Text representation. Linguistic and psychological aspects*. Amsterdam: John Benjamins.
- Santos, P. (2010). Significado, contexto e gramática. In A. M. Brito (org.) *Gramática: história, teoria e aplicações*. Porto: CLUL, 211-227.
- Schank, R. & Abelson, R. (1977). *Scripts, plans, goals and understanding: An inquiry into human knowledge structures*. Lawrence Erlbaum.
- Schegloff, E. A. (1968). Sequencing in conversational openings. *American Anthropologist* 70/6, 1075-1095. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1525/aa.1968.70.6.02a00030/abstract>
- Schegloff, E.A. (2017) Conversation Analysis. In Y. Huang (ed.) *The Oxford Handbook of Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 435-449.
- Schenkein, S. R. (ed.) (1978). *Studies in the Organization of Conversational Interaction*. New York: Academic Press.
- Schiffrin, D. (1994). *Approaches to Discourse*. Cambridge, MA: Blackwell Publishers.
- Shaden, G. (2010). A note on Addressee-Management. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*, 16, 176-185.
- Disponível em <http://repository.upenn.edu/pwpl/vol16/iss1/20>
- Searle, J. (1969). *Speech Acts: an essay in the philosophy of mind*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Searle, J. (1975). Indirect speech acts. In P. Cole & J. L. Morgan (eds) *Syntax and semantics 3: speech acts*. London: Academic Press, 59-82.
- Searle, J. (1979). *Expression and meaning: studies in the theory of speech acts*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Searle, J. (1983). O que é um ato linguístico? In J.P. de Lima (org.) *Linguagem e Ação. Da filosófica analítica à linguística pragmática*. Lisboa: Apáginastantas, 59-86.
- Silva, R.V.M. e (2013). O Português do Brasil. In E. P. Raposo et al. (orgs). *Gramática do Português*, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 145-156.
- Sinclair, J. M. & Coulthard, R.M. (1975). *Towards an analysis of discourse*. Oxford: Oxford University Press.

- Soares, M. C. (1996). *Modificação de Actos Ilocutórios, em Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sousa, S. (2014). *Contributos para o estudo da refutação em Português Europeu Contemporâneo*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1986). *Relevance: communication and cognition*. Oxford: Blackwell.
- Sperber, D. & Wilson, D. (1995). *Relevance: communication and cognition*. 2ª edição. Oxford: Blackwell.
- Stalnaker, R. (1974). Pragmatic presupposition. In M. Munitz & P. Unger (eds.) *Semantics and philosophy*. New York: New York University Press, 197-214.
- Stalnaker, R. (1978). Assertion. In P. Cole (ed.), *Syntax and semantics 3: speech acts*. London: Academic Press, 315-322.
- Taboada, M. (2006). Discourse markers as signals (or not) of rhetorical relations. *Journal of Pragmatics*, 38, 576-592.
- Taboada, M. & Mann, W. C. (2006). Rhetorical Structure Theory: looking back and moving ahead. *Discourse Studies*, 8/3. Disponível em: [http://www.sfu.ca/rst/pdfs/Taboada\\_Mann\\_RST\\_Part1.pdf](http://www.sfu.ca/rst/pdfs/Taboada_Mann_RST_Part1.pdf)
- Teixeira, J. (2001). *A verbalização do espaço: modelos mentais de frente/trás*. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos.
- Teixeira, J. (2006). De cá para lá e de aqui para aí: rede de valores semânticos dos marcadores espaciais cá/lá/(acolá) e aqui/aí/ali. In G. Rio-Torto, O. Figueiredo & F. Silva (eds.) *Estudos em Homenagem ao Professor Mário Vilela*, vol. 1, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 449-460.
- Van Dijk, T.A. (1977). *Text and Context. Explorations in the semantics and pragmatics of discourse*. London: Longman.
- Verschueren, J. (1995). The pragmatics perspective. In J. Verschueren et al. (eds.) *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins.
- Verschueren, J. (1999). *Understanding Pragmatics*. London: Arnold.
- Wharton, T. (2003). Interjections, language and the 'showing/saying continuum'. *Pragmatics and Cognition*, 11/1, 39-91.
- Wilson, D. & Sperber, D. (2004). Relevance Theory. In L. Horn & G. Ward (eds.) *The Handbook of Pragmatics*. Oxford: Blackwell, 607-632.
- Wilson, D. (2010). Relevance Theory. In L. Cummings (ed.) *The pragmatics encyclopedia*. London: Routledge, 393-399.
- Wittgenstein, L. (1953). *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell.
- Zwicky, A. M. (1974). Hey, Whatsyourname! Disponível em <http://web.stanford.edu/~zwicky/hey-whatsyourname.pdf>

Ana Cristina Macário Lopes é professora catedrática da Faculdade de Letras da UC, instituição onde se doutorou (1992) e onde tem desenvolvido a sua carreira docente e de investigação. É membro do CELGA-ILTEC, sendo as suas áreas de investigação preferenciais a Semântica, a Pragmática, a Linguística Textual e a Linguística Educacional. É autora de numerosas publicações, no âmbito da Linguística Portuguesa, em revistas da especialidade e em capítulo de livros nacionais e internacionais. Dos livros publicados, destacam-se Dicionário de Narratologia (com Carlos Reis), Coimbra, Almedina, 2002, 7ª ed., Semântica (com Graça Rio-Torto), Lisboa, Caminho, 2007 e Texto, coesão e coerência (com Conceição Carapinha), Coimbra, Almedina, 2013. É coautora (com Ernestina Carrilho) do capítulo Discurso e Marcadores Discursivos, da Gramática do Português coordenada por E.P. Raposo et.al., Lisboa, FCG, 3ª vol. (no prelo).

Imprensa da Universidade de Coimbra  
Coimbra University Press  
2018

